



Pós-Graduação em
**Arquitetura
& Urbanismo**
da UFES



Outra arquitetura social: assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo

Martha Machado Campos • Clara Luiza Miranda
Liziane de Oliveira Jorge • Lutero Proscholdt Almeida

ORGANIZADORES



AsM
Editora



Outra arquitetura social:
assessoria e assistência técnica
em arquitetura e urbanismo

Copyright © 2022 Editora Universitária – Edufes

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Universitária - Edufes

Versão PDF disponível gratuitamente em <https://repositorio.ufes.br/>

Preparação de texto

Fernanda Falcão

Angelo dos Santos Mariño

Projeto gráfico, diagramação e capa

Anaise Perrone

Jaison Jadson Franklin

Revisão de texto

Elroucian Motta

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

- O94 Outra arquitetura social [recurso eletrônico] : assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo / Martha Machado Campos ... [et al.], Organizadores. - Dados eletrônicos. – Vitória, ES : EDUFES : AsM, 2022. 274 p. : il.

Patrocínio da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES) / Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

ISBN: 978-85-7772-475-8

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso: <https://edufes.ufes.br/items/show/183>

1. Arquitetura. 2. Assessoria – Arquitetura. 3. Movimentos sociais – Arquitetura.
4. Extensão universitária. I. Campos, Martha Machado.

CDU: 72

Elaborado por Adriana Caetano – CRB-6 000827/0

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas Bauhaus TTF, Bauhaus 93 e Minion Pro.



Pós-Graduação em
Arquitetura & Urbanismo
da UFES

Outra arquitetura social: assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo

Martha Machado Campos

Clara Luiza Miranda

Liziane de Oliveira Jorge

Lutero Proscholdt Almeida

ORGANIZADORES

Vitória (ES) • 2022





**Universidade Federal
do Espírito Santo**



EDUFES

Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira das
Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória –ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852 edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Zenolia Christina Campos Figueiredo

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fabricia
Benda de Oliveira, Fátima Maria Silva,
Graziela Baptista Vidaurre, Isabella Vilhena
Freire Martins, José André Lourenço,
Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete
Sacht Góes, Rogério Borges de Oliveira,
Sandra Soares Della Fonte, Sérgio da
Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim

Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,

Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga, Samira

Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,

Marcos de Alarcão, Maria Augusta

Postinghel, Maria de Lourdes Zampier

Sumário

Prefácio

- 7 | Sobre aquilo que não deveria ser • *João Sette Whitaker Ferreira*
- 13 | Livro para um combate ético: uma introdução • *Martha Machado Campos*
• *Clara Luiza Miranda* • *Liziane de Oliveira Jorge* • *Lutero Proscholdt Almeida*

Parte 1. Assessoria técnica e arranjos institucionais

- 29 | Asesoramiento técnico en la construcción de ciudad desde una mirada del hábitat popular: experiencias del cooperativismo de Vivienda en Uruguay
• *Álvaro Moreno*
- 41 | O cooperativismo de moradia uruguaio e o arranjo institucional de Athis: desmercantilização do morar e autonomia coletiva • *José Eduardo Baravelli*
- 51 | A promoção de uma política de Athis a partir do CAU: uma análise do caso de Santa Catarina • *Antonio Couto Nunes* • *Claudia Elisa Poletto*
- 65 | AthisVix: proposta de programa municipal de assistência técnica em habitação de interesse social para Vitória (ES) • *Andreia Fernandes Muniz*

Parte 2. Assessoria técnica e movimentos sociais

- 87 | Arquitectura y comunidad: contribuciones de Patrick Geddes, Team X y John Turner para otra arquitectura social • *Oscar Eduardo Preciado Velasquez*
- 107 | Associação Onze8: origem, discussões e alguns resultados • *Cleuber da Silva Junior*
- 121 | Movimentos sociais e assessoria técnica nas ocupações no Centro de Vitória (ES) • *Vinícius Lamego de Paula* • *Lucas Silveira Andrade Martins* • *Lucas Damm Cuzzuol*
- 137 | Campanha da função social da propriedade no Centro de Vitória (ES): extensão-ativista na Ufes • *Martha Machado Campos* • *Clara Luiza Miranda*

Parte 3. Assessoria técnica e extensão universitária

- 163 | Ampliação do campo de atuação em Athis – Residência AU+E/UFBA • *Angela Gordilho-Souza • Heliana Faria Mettig Rocha*
- 179 | Assessoria sociotécnica da resistência do Grupo Periférico no contexto da Reurb-S no DF: a linguagem de padrões auto-organizados como códigos geradores de processo de projeto de urbanismo para a Ocupação Dorothy Stang • *Liza Maria Souza de Andrade • Vânia Raquel Teles Loureiro • Natália da Silva Lemos • Juliette Anna Fanny Lenoir*
- 197 | Aproximação das comunidades: programa de extensão universitária Célula – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Ufes • *Lutero Proscholdt Almeida • Milton Esteves Jr. • Clara Luiza Miranda*
- 215 | Construindo bases para a assessoria técnica. Extensão atrelada à pesquisa: premissas para uma relação dialogal entre comunidade e Upel • *Liziane de Oliveira Jorge • Nirce Saffer Medvedovski • Sara Parlato*
- 233 | Ensino e extensão, o caminho da inclusão. A prática do Adote uma Casa no ensino de Arquitetura e Urbanismo da UVV • *Ana Paula Rabello Lyra • Andreia Fernandes Muniz • Alexandre Ricardo Nicolau*

Parte 4. Entrevista

- 249 | Entrevista com Dona Maria Clara: uma homenagem • *Clara Luiza Miranda • Vinícius Lamego de Paula*
- 269 | Sobre os organizadores e autores

Prefácio

Sobre aquilo que não deveria ser

João Sette Whitaker Ferreira

Há alguns anos, quando o Brasil testemunhava um ciclo virtuoso de redistribuição da renda e de políticas públicas para combater a desigualdade e a miséria, mas ao mesmo tempo via ressurgir expressões escancaradas do nosso patrimonialismo estrutural, um programa público de generalização do atendimento médico para a população mais pobre foi muito festejado e, ao mesmo tempo, muito contestado. A crítica continha enorme contradição: gritava-se contra a contratação de médicos estrangeiros para atuar nesse programa, pois supostamente “roubavam” trabalho de seus colegas brasileiros, quando na verdade iriam trabalhar em bolsões remotos de pobreza, em rincões do Brasil onde a grande maioria dos médicos brasileiros não queria ir. Para parte dos médicos nacionais a perspectiva de um consultório em algum bairro nobre de alguma grande cidade, cobrando verdadeiras fortunas por uma consulta, é um objetivo profissional apontado desde a universidade, mesmo que tenha sido uma instituição pública que financiou sua formação. Em uma sociabilidade que se estruturou com base na concentração das riquezas e na desigualdade, para os que vivem nas redomas de riqueza o mundo dos mais pobres torna-se invisível.

Na época, os organismos profissionais se preocuparam mais com a “ameaça” da vinda dos médicos estrangeiros – uma grande parte deles, cubanos – do que com a necessidade de inundar o país com uma rede sistêmica, gratuita e eficaz de atendimento à saúde para todas e todos. Apesar disso, as camadas mais pobres da sociedade devem sua saúde aos esforços daqueles que tentam manter a duras penas um sistema público minimamente decente, entre os quais aqueles profissionais, brasileiros ou não, que renunciam à perspectiva do “sucesso” nos luxuosos consultórios e se dispõem a fazer medicina familiar nos cantos mais remotos e mais

pobres, onde o valor de uma consulta daqueles que até lá não querem ir garantiria com folga um mês de sustento das famílias atendidas.

Esse é um retrato das contradições do Brasil. A necessidade de dar caráter social às profissões com grande impacto nas condições de vida da sociedade nunca foi de fato incorporada como política de Estado, muito embora, para a educação e a saúde, o Brasil tenha avançado muito, na Constituição de 1988, com a destinação compulsória de, respectivamente, 25 % e 15 % dos orçamentos públicos para esses setores e, na área de saúde, com a implementação de um sistema nacional de atendimento público, o SUS. Mesmo assim, uma rápida observação das condições de educação e saúde para os mais pobres nos mostra o quanto isso ainda é insuficiente.

O que dizer, então, da moradia e das condições de vida urbana (lembrando que um inexistente sem o outro)? Ao contrário das áreas da educação e saúde, que ganharam atenção no texto constitucional, a necessidade de garantir casa para todas e todos, embora lá apareça como um dos direitos fundamentais, não recebeu uma destinação orçamentária compulsória, apesar de terem sido determinadas muitas obrigações e responsabilidades aos municípios sobre a política territorial e urbana. Desde muito antes, a temática do “desenvolvimento urbano” já tinha se tornado sinônimo apenas de vistosas obras de infraestrutura nos bairros já privilegiados, onde os investimentos são vultosos, associados aos interesses do mercado imobiliário: anéis viários, pontes estaiadas, avenidas expressas, e assim por diante. A moradia para os mais pobres, entretanto, foi separada da questão urbana, e tornou-se “habitação popular”, um eufemismo para a construção de conjuntos habitacionais distantes e desprovidos de qualidade urbana. Ainda assim, são minoria: para a maior parte da população, a solução oferecida foi uma “não solução”: a ocupação espraiada e desregulamentada das periferias urbanas pela autoconstrução, porções enormes do território das cidades desprovidas de infraestrutura urbana adequada, longe dos polos de emprego e com acessibilidade precária. Esse modo de urbanização não é decorrente de más políticas públicas ou de alguma incapacidade do Estado. É uma estrutura funcional de segregação territorial, pela qual, como sabemos, a pobreza e o atraso de muitos alimentaram e alimentam a modernidade de poucos. Nossa forma urbana é derivada da nossa sociabilidade e expressa no espaço e no território uma lógica social estruturada no patrimonialismo, a saber, no domínio onipotente dos possuidores sobre o aparato estatal, e em dinâmicas sociais patriarcais, que sequer superaram a herança racista da escravidão.

E assim se chega ao drama urbano que o país vive nos dias de hoje. Um déficit habitacional que supera seis milhões de moradias. É claro que tivemos muitos avanços regulatórios, todos conquistados a duras penas: os artigos da Reforma Urbana na Constituição, o Estatuto da Cidade, que demorou mais de uma década para ser aprovado, e experiências democráticas de gestão, em todos os níveis de governo – em especial nas décadas de 1990 e 2000 –, que mostraram que se tivéssemos um

mínimo de compostura na condução do Estado e, sobretudo, uma continuidade das políticas para além dos quatro anos eleitorais (quando normalmente as boas iniciativas são destruídas), poderíamos ter avançado um pouco mais na equalização da assombrosa desigualdade urbana e habitacional. Mas não, o fato é que o Brasil tem dificuldades de se afastar da sua raiz patrimonialista, e afunda reiteradamente em períodos sombrios que botam tudo a perder. Nossa sociedade não enfrenta a questão da moradia, porque, talvez, não queira de fato resolvê-la.

O problema da falta de habitações adequadas é marcado pela invisibilidade social. Ele afeta quem mora precariamente, mas só é percebido por quem tem casa e mora nos bairros privilegiados quando, de carro, cruza as periferias e vê pela janela aquele mar de habitações autoconstruídas. Não se trata de uma questão prioritária, uma vez que, como já dizia Chico de Oliveira, a moradia autoconstruída e a ocupação informal espalhada sempre foram expedientes eficazes de manutenção dos baixos custos de reprodução da mão de obra. Os orçamentos municipais para enfrentar o déficit mantêm-se vergonhosamente baixos. Mesmo em grandes cidades com disponibilidade financeira, geralmente apenas menos de 1 % do orçamento total. A “solução” para a questão geralmente é transformada em uma receita eleitoral, que consiste em produzir conjuntos habitacionais insuficientes, distantes, de má qualidade, e sem infraestrutura adequada. Por mais que programas federais, como o Minha Casa Minha Vida, tenham tentado estabelecer regras mínimas de proximidade com a área urbanizada, a junção da autonomia municipal e das dinâmicas locais da política “tradicional” com a sede dos construtores e a pressa por resultados que se revertam nas urnas, faz com que não se consiga sair desse modelo.

A questão é que uma parte considerável do chamado déficit habitacional é composto por moradias precárias, que poderiam ser melhoradas, mas não só elas: as condições urbanas dos bairros onde se encontram, também. Isso significaria, na prática, integrar ao território da cidade formal e infraestruturada, os bairros marcados pela pobreza, o que não é pouca coisa, pois significa romper com o padrão de urbanização segregadora e democratizar de fato o território. É por isso que essa “solução”, bem mais interessante (sem querer aqui dizer que a produção de casas novas não deva, ela também, obviamente existir), foi tão pouco discutida até hoje no Brasil. Trata-se de uma opção radical pela transformação estrutural das nossas cidades, o que, sendo elas a forma urbana que deriva da nossa sociabilidade, representa transformar radicalmente também nossa estrutura social. Para melhor, claro, mas não na ótica dos interesses dominantes.

Quando a maior parte dos territórios de nossas cidades se apresenta como é, com extensões infinitas de informalidade e precariedade construtiva, incompatíveis com o tamanho da nossa economia, que está entre as quinze mais potentes do mundo, a prioridade *absoluta* de todas as políticas, de todos os fazeres profissionais que giram em torno da construção, deveria ser a de enfrentar esse desafio. Sempre me

lembro de como os estudantes estrangeiros de arquitetura, em intercâmbio no Brasil, jovens que cresceram em sociedades onde existe um Estado regulador e promotor de políticas públicas universais (por razões e com complexidades que não nos cabe aqui adentrar), olham para as nossas favelas com a instigação profissional de quem vê lá um mundo de possibilidades de trabalho necessário, uma demanda evidente e inescapável para um arquiteto urbanista, de responder socialmente a um enorme e incontornável desafio, como uma obrigação ética, cidadã e profissional.

Mas não. Voltemos aos nossos médicos. Em que pese muitos esforços e avanços, o *mainstream* da nossa formação em Arquitetura e Urbanismo ainda aponta como objetivo de “sucesso”, não consultórios de especialidades médicas, mas, na mesma lógica, escritórios festejados de arquitetura, para ganhar concursos e capas de revistas em que dominam os projetos de casas de luxo. A arquitetura pública, com feliz exceção de certo espaço para equipamentos de educação, muitas vezes se limita aos concursos para grandes obras, de sedes institucionais, grandes equipamentos culturais, etc. Não há um verdadeiro engajamento envolvendo escolas, instituições públicas e órgãos de classe para construir uma real estrutura para o enfrentamento das desigualdades habitacionais e urbanas, que consigam, inclusive, mudar a percepção dominante sobre o que é a profissão. A arquitetura é majoritariamente conduzida, no país que possui mais escolas dessa profissão no mundo, pela visão de mercado, pela possibilidade do sucesso autoral, em uma dinâmica que vive e respira na dependência do mercado formal da construção civil, especialmente para as altas rendas. Apesar de exceções, visões mais engajadas sobre o papel social da profissão não são dominantes, nem de longe. O comprometimento social profissional é assumido por muitos(as), mas ainda se trata de uma opção de vida, de uma escolha profissional individual, sem que exista um suporte institucional, uma estrutura pública que abra mercados reais de trabalho na quantidade necessária para enfrentar e resolver, rapidamente, pelo menos uma grande parte do nosso drama urbano.

Este importante livro, que tenho a honra de prefaciar, é um livro sobre o que não deveria ser. Pois a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis) não deveria ser a exceção, como uma luta justamente para mudar esse cenário, mas a regra a conduzir a nossa profissão. A melhoria em massa das habitações dos bairros informais, dando-lhes melhores condições de habitabilidade, enraizando-as no seu entorno, trazendo melhorias na infraestrutura urbana e nos equipamentos, deveria ser a forma generalizada da atuação dos arquitetos e das arquitetas urbanistas neste país, a perspectiva profissional mais segura para os jovens profissionais. Temos um país com milhões de unidades que demandam arquitetos e arquitetas. Isso deveria ser motivo de um enorme e generalizado engajamento institucional. Igualmente, a extensão universitária, que tanto ajuda a promover a Athis, não deveria ser aquele pilar “a mais” do tripé da universidade, junto com a docência e a pesquisa, como se fossem coisas separadas. Nossas universidades, ainda mais nas áreas sociais

aplicadas, como em nosso caso, deveriam ter o ensino e a pesquisa atravessados permanentemente pelo compromisso social e o envolvimento “externo” junto à sociedade e seus problemas.

Este livro é a prova de que, felizmente, as coisas estão mudando, mesmo que vagarosamente. Pouco a pouco, a mobilização profissional vem se consolidando, graças ao papel fundamental dos movimentos sociais, ainda tão frequentemente e injustamente criminalizados; graças também à um engajamento institucional crescente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU (mas que ainda pode ser muito maior); graças ao envolvimento cada vez mais forte da universidade; graças ao engajamento de atores institucionais diversos, como por exemplo as defensorias públicas nos Estados; graças a uma nova geração de estudantes que se formam com um novo olhar sobre sua responsabilidade social, que vai além das quatro paredes de algum badalado escritório de arquitetura. A Athis começa a tornar-se realidade frequente, saindo da excepcionalidade. Ela poderia ser um enorme caminho de transformação, caso fosse ampliada na escala que precisa ser. Com engajamento governamental, o trabalho da melhoria habitacional pode e deve ser um campo gigantesco de atuação para jovens profissionais recém-formados. Pode transformar a arquitetura como “serviço” em um processo coletivo de construção cidadã.

Como colocam com precisão os organizadores deste livro, isso

[...] pressupõe afrontar e tentar resolver as contradições dos processos históricos estruturais de formação das cidades brasileiras, para levar adiante a possibilidade de construção de uma outra cidade que seja antirracista, equitativa, acessível socioeconomicamente, interseccional, plural e decolonialista. (CAMPOS et al., 2022, p. 13)

Trata-se, no fundo, do tão propalado “direito à cidade” em toda sua plenitude. E, para isso, a técnica, muitas vezes subestimada e considerada apolítica, tem muito o que contribuir. Simplesmente para fazer o que deve ser feito: casas dignas para todas e todos, construindo relações sociais não excludentes. Como falávamos dos médicos cubanos, termino com uma citação. Meu grande amigo e colega Caio Santo Amore, uma referência no país na Athis, me mostrou recentemente um discurso do Che Guevara no encerramento do Primeiro Encontro Internacional de Estudantes e Professores de Arquitetura, na Havana, em 1963. Dizia ele: “*La técnica se puede usar para domesticar a los pueblos, y se puede usar al servicio de los pueblos para liberarlos*”. Este livro, sobre o que não deveria ser, é uma apologia à técnica libertária.

São Paulo, dezembro de 2021.

Livro para um combate ético: uma introdução

Martha Machado Campos
Clara Luiza Miranda
Liziane de Oliveira Jorge
Lutero Proscholdt Almeida

A semente da arquitetura é a ética – que a palavra estética inclui e esconde. Nossa obrigação é ajudar aos que não tem, a obter um abrigo – o segundo e indispensável corpo.¹

Sérgio Ferro

Outra arquitetura social, e não outras. Distinguir esses dois registros, o plural outras arquiteturas sociais e o singular *outra arquitetura social*, nos permite antever que é possível travar um combate ético pelo direito universal à moradia digna e clamar pela desmercantilização da habitação.

Outra arquitetura social é, ainda, distribuição de poder e exige intensa atuação dos atores sociais envolvidos na luta pelo direito à moradia para se valerem deste como um direito institucionalizado constitucionalmente.

Outra arquitetura social pressupõe afrontar e tentar resolver as contradições dos processos históricos estruturais de formação das cidades brasileiras, para levar adiante a possibilidade de construção de uma *outra cidade* que seja antirracista, equitativa, acessível socioeconomicamente, interseccional, plural e decolonialista.

¹ FERRO, Sérgio. *Arquitetura e luta de classes*. Entrevista concedida a Lelita Oliveira Benoit. Boitempo, São Paulo, v.1, n. 15, 2002, p. 140-150.

Outra arquitetura social implica uma postura diferente do arquiteto ou arquiteta urbanista, que depois do diagnóstico de uma situação-problema não poderá mais isolar-se no seu *atelier* ou escritório ou laboratório, restringindo sua atuação disciplinarmente na “quietude e autonomia” preconizadas pela arquitetura moderna, conforme assinala Xavier Costa (1998).² Assim, segundo Hilton Japiassú (1976),³ disciplinaridade significa a exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, isto é, o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias, no caso da Arquitetura e Urbanismo, designadas a um objeto (o ambiente construído) mediante teorias, técnicas, práticas, normas e linguagem específicas.

Outra arquitetura social se principia para a assistência técnica ou assessoria técnica em habitação de interesse social, segundo Santo Amore (2016), se agenciar a atuação do arquiteto ou arquiteta urbanista de modo pluridisciplinar ou interdisciplinar. O mesmo autor pontua assertivamente que o “problema da moradia” é multidimensional, envolvendo “multiplicidade de visões e áreas do conhecimento”. Assim, prossegue: “[...] a interdisciplinaridade se torna condição preliminar para que se possa escutar, reconhecer e compreender necessidades das famílias e dos moradores (dentre as quais as necessidades habitacionais)” (SANTO AMORE, 2016, p. 8).⁴ Com tudo isso, a complexidade do problema concreto solicita diversas abordagens disciplinares: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social, Direito, Economia e Engenharias das mais diversas espacialidades, conclui o mesmo autor.

Além disso, requer a capacidade de interlocução com a população assessorada, que pode resultar na expressão de “critérios de *design* compartilhados pela sociedade” e/ou de “estruturas para o comum”.⁵

Santo Amore, Pereira e Horigoshi (2018)⁶ registram, ainda, que o trabalho de Athis consiste

[...] na construção de soluções com (não para) essas pessoas, grupos e organizações; soluções específicas para pro-

² COSTA, Xavier. El arquitecto como etnógrafo. In: GAUSA, Manuel; GUALLART, Vicente; MÜLLER, Willy. *Barcelona Metápolis*. Barcelona: Actar, 1998.

³ JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

⁴ SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. Rio de Janeiro – RJ. In: *II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*, 2016.

⁵ HABRAKEN, John *apud* TEIXEIRA, Catharina Christina. Como são articuladas as intervenções em ZEIS 1 em São Paulo. Rio de Janeiro – RJ. In: *II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*, 2016. p. 10.

⁶ SANTO AMORE, Caio; PEREIRA, Rafael Borges; HORIGOSHI, Maria Rita de Sá Brasil. Resistências urbanas e assessoria técnica, a arquitetura possível e necessária. Salvador – BA. In: *III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas*, 2018.

blemas específicos, para pessoas, grupos e organizações específicas. [...] [Um dos setores] de atuação em assessoria e assistência técnica diz respeito a um ambiente inseguro – política, juridicamente – em situações limite de precariedade e vulnerabilidade. Trata-se da resistência e defesa de direitos. [...] [trata-se ainda de] um campo que precede a política pública (SANTO AMORE; PEREIRA; HIRIGOSHI, 2018, p. 3-6).

O aspecto “com (não para)” concerne à atividade de fazer o comum (*commoning*), que pode ser traduzido para o português como comunhão (com algum ruído semântico), contudo, comunhão significa participação em comum. Conforme Bue Rübner Hansen e Manuela Zechner (2019),⁷ fazer o comum não se restringe a um produto ou objetivo, porém se refere à organização das relações de comunhão.

Comungar [ter parte, participar] requer algo além de uma coleção de necessidades e vontades individuais. Requer um comum, mas também relações e práticas de comunhão (*commoning*), que não compreendem coincidências de objetivos individuais (como no contrato ou troca), nem a subsunção de objetivos individuais aos coletivos, porém sim, um jogo transindividual de meios, irreduzível ao sujeito, objetivo e produto (HANSEN; ZECHNER, 2019, p. 220, tradução nossa).

Dito isso, esse modo de designar a assessoria técnica compreende um processo que se institui para cada produção de soluções específicas para problemas específicos. O comum é local. A assessoria técnica se computa numa fortuna de modos de fazer e de práticas, e converte-se em bem comum criado pelo trabalho coletivo. Esse revaloriza o gregarismo, a assimilação entre produção e reprodução social, confronta o acesso desigual à terra e aos serviços técnicos, inclusive a disciplinaridade. Embora tais acessos tenham sido estabelecidos como direitos sociais e constitucionais, ainda sem consequência satisfatória, o aspecto de bem comum aqui destacado conduz ao entendimento de Athis no quadro do exercício do direito à cidade como fazer a cidade tal como preconizado por Henri Lefebvre, a exemplo dos apontamentos de um conjunto de autores desta publicação.

Este livro foi pensado inicialmente com objetivo de consolidar os resultados das conferências e palestras apresentadas no Colóquio Athis – Assessoria e Assistência

⁷HANSEN, Bue Rübner; ZECHNER, Manuela. Extending the family: reflections on the politics of kinship. In: BARBAGALLO, Camille; BEURET, Nicholas; HARVIE, David. *Commoning with George Caffentzis and Silvia Federici*. Londres: Pluto, 2019.

Técnica em Habitação de Interesse Social – na extensão universitária do Brasil urbano, realizado em novembro de 2020.⁸ Contudo, diante da importância das experiências narradas e dos debates ocorridos na ocasião do colóquio, bem como da complexidade e diversificação das reflexões promovidas pelo mesmo, esta publicação evoluiu para o patamar de livro com característica distinta. O evento buscou vincular o entendimento da Athis às especificidades da atuação extensionista de instituições de ensino, bem como as articulações da Athis com movimentos sociais e os arranjos institucionais que permitem a sua aplicação em distintas escalas.

A matriz desta publicação desdobra os eixos temáticos explorados anteriormente no colóquio e é constituída por três partes: Parte 1 – Assessoria técnica e arranjos institucionais; Parte 2 – Assessoria técnica e movimentos sociais, e, finalmente, Parte 3 – Assessoria técnica e extensão universitária. De modo similar ao colóquio citado, este livro tem seu projeto editorial orientado à difusão do conhecimento teórico e prático acerca das experiências em Athis por meio da atuação de diferentes atores sociais, sejam acadêmicos e profissionais, sejam institucionais e da sociedade civil organizada, tendo em vista a escala urbana e metropolitana quanto à abrangência do território. Traz à tona experiências expressivas e distintas em Athis nos estados da Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Complementarmente, ultrapassa o território nacional com relato de experiências do Uruguai, certamente uma das principais referências latino-americanas em políticas públicas de habitação de interesse social. Além disso, uma entrevista-homenagem com Dona Maria Clara, representante histórica dos movimentos sociais organizados no Brasil, finaliza a composição do conteúdo do livro.⁹

É importante destacar que o livro insiste em alguns de seus capítulos na relevância do acúmulo de trabalhos e publicações de profissionais e estudiosos de distintos campos disciplinares, que se mobilizam sistematicamente na implementação de políticas públicas em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse

⁸ O Colóquio Athis na extensão universitária do Brasil urbano foi realizado de modo remoto nos dias 10, 12, 17, 19, 24 e 26 de novembro de 2020, organizado pela Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, e programa de extensão Célula – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Espírito Santo, com apoio da rede BrCidades – Projeto Brasil Cidades e aporte de recursos por edital da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. Participaram da comissão organizadora as professoras Martha Machado Campos, Clara Luiza Miranda e Liziane de Oliveira Jorge e o professor Lutero Proscholdt Almeida, todos da Ufes. Integraram a organização discentes da graduação e da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Ufes: Hilary Cruz, Lara Lempé, Luiza Coimbra, Mario Margotto, Vândila Lima e Zanandra Falcão. Vídeos do evento estão disponíveis em: <https://blog.ufes.br/nau-ufes/>.

⁹ Além dos organizadores coautores desta introdução, participam também da publicação em tela como coautores convidado(as): Alexandre Ricardo Nicolau, Álvaro Moreno, Ana Paula Rabello Lyra, Andreia Fernandes Muniz, Angela Maria Gordilho Souza, Antônio Couto Nunes, Claudia Elisa Poletto, Cleuber da Silva Junior, José Eduardo Baravelli, Juliette Anna Fanny Lenoir, Heliana Faria Mettig Rocha, Liza Maria Souza de Andrade, Lucas Damm Cuzzuol, Lucas Silveira Andrade Martins, Milton Esteves Junior, Natália da Silva Lemos, Nirce Saffer Medvedovski, Oscar Eduardo Preciado Velasquez, Sara Parlato, Vânia Raquel Teles Loureiro e Vinícius Lamego de Paula.

Social no Brasil, com incidência em políticas públicas de habitação social. A centralidade desse debate consiste na proposição de alternativas críticas aos impasses colocados, em reflexões sobre práticas e processos participativos quanto à mobilização e formulação de ações coletivas, entre essas, a de valorização da assessoria e assistência técnica de Arquitetura e Urbanismo como campo de trabalho e área de conhecimento de uma *outra arquitetura social* possível.

Cabe alertar ao leitor que os capítulos que seguem em apresentação sequencial às vezes remontam a outros que os antecedem e às vezes reportam aos próximos que ainda virão. Mesmo que se tenha evitado, sempre que possível, sobreposições de conteúdos entre os capítulos, estas ocorrem e terminam por potencializar a narrativa dos conteúdos tratados em cada capítulo e a do livro propriamente dito.

Destaca-se, ainda, que todos os capítulos compõem a obra orientados pela temática central proposta, embora sejam distintos em estrutura, método e conteúdo, pontuando a contribuição singular de cada autor. Um grupo de trabalhos se concentra na reflexão teórica do campo da Arquitetura e Urbanismo e sua articulação com Athis; um segundo conjunto de textos apresenta a fundamentação teórica vinculada à metodologia adotada nas ações de Athis ilustradas por meio de experiências práticas; e um terceiro grupo de capítulos se pauta no relato de experiências, com participação direta dos autores da obra, instituições e movimentos sociais relacionados à temática, que adota o método da pesquisa-ação como importante registro das ações, assim como um modo continuado, sistemático e empiricamente fundamentado de aprimorar a prática.

O capítulo *Asesoramiento técnico en la construcción de ciudad desde una mirada del hábitat popular. Experiencias del Cooperativismo de Vivienda en Uruguay*, do arquiteto uruguaio Álvaro Moreno, abre a primeira parte do livro, nomeada de *Assessoria técnica e arranjos institucionais*. A partir da experiência do Cooperativismo Habitacional do Uruguai, Moreno analisa um sistema complexo de produção do hábitat e, em particular, o papel técnico neste processo, que constrói não apenas uma casa, mas uma cidade.

A experiência uruguaia apresenta características excepcionais em nível regional, nos termos do autor: o modelo alternativo de propriedade coletiva no que diz respeito a hegemonia da propriedade privada individual; a participação dos usuários nos processos de construção, autogestão, financiamento público, assessoramento técnico e, nomeadamente, a gestão do hábitat numa dimensão coletiva. O texto de Moreno propõe uma abordagem sobre as potencialidades e debilidades do trabalho técnico nesses contextos, analisa a comunicação e a participação que o sistema de produção do hábitat promove dentro de seu marco jurídico.

O cooperativismo de moradia uruguaia e o arranjo institucional de Athis: desmercantilização do morar e autonomia coletiva, de José Eduardo Baravelli, complementa e

prossegue com algumas das questões do capítulo anterior, em particular sobre as experiências das cooperativas de moradia no Uruguai. O autor discute o arranjo institucional de Athis no sentido mais rigoroso do termo “assessoria técnica”, para o qual as cooperativas de moradia coordenadas pela Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia por Ajuda Mútua são apresentadas como referência prática e teórica para as cidades brasileiras. A análise dessa referência se concentra em dois fundamentos da produção do cooperativismo de moradia uruguaio. O primeiro é a desmercantilização da moradia pela aplicação do princípio da “democracia econômica” no exercício da propriedade fundiária. O segundo fundamento é a “autonomia coletiva” para tornar a produção do espaço da cooperativa uma produção permanente.

Em seguida, o capítulo *A promoção da política de Athis a partir do CAU: uma análise do caso de Santa Catarina*, produzido em coautoria por Antônio Couto Nunes e Claudia Elisa Poletto, evidencia estratégias de aplicação de recurso em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – Athis – por parte dos Conselhos Federal e Estaduais de Arquitetura e Urbanismo, tendo como estudo de caso a experiência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC) no horizonte temporal de 2017 a 2020. Portanto, este capítulo desloca o tema sobre arranjos institucionais, remetendo ao papel dos Conselhos de Arquitetura no Brasil na promoção de políticas de Athis. Para isso, o trabalho apresenta de modo sintético: a importância das políticas públicas para habitação em um país com tamanha demanda e segregação socioespacial; o histórico da Lei da Athis e a origem dos investimentos em Assistência Técnica como uma política de valorização profissional a partir do CAU; a estratégia adotada pelo CAU de Santa Catarina e os principais resultados alcançados. Ao evidenciar a atuação do Conselho no fomento às ações que promovam o direito à moradia digna, o estudo de Nunes e Poletto aponta acertos e lacunas da estratégia adotada, além de estabelecer comparações com a atuação dos CAUs de outros estados, buscando iluminar o caminho para efetivação do acesso a uma habitação digna e saudável às famílias de baixa renda.

Ao fim da segunda parte do livro, o texto de Andreia Fernandes Muniz, *Athis Vix: proposta de programa municipal de assistência técnica em habitação de interesse social para Vitória (ES)*, insere-se no universo das questões abordadas nos capítulos anteriores. Este trabalho ensaia, ainda que parcialmente, um programa municipal de Athis para Vitória (ES), elaborado em coletivo pelo Grupo de Trabalho em Athis do BrCidades Núcleo ES.¹⁰

¹⁰ Grupo de Trabalho formado a partir do BrCidades Núcleo ES, de composição multidisciplinar constituída por membros da sociedade civil com representantes de organizações não governamentais (Associações Onze8 Assistência e Assessoria Técnica em Arquitetura e Ateliê de Ideias), do Núcleo de Defesa da Moradia da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (Nudam-ES), do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-ES), do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU-ES), professores e estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O material exposto resulta de construção coletiva em processo, que teve até o momento três

A metodologia de trabalho do referido GT englobou pesquisa de dados em fontes primárias, mapeamento de assentamentos precários da capital capixaba, levantamento e análise de experiências em Athis implementadas no país, e iniciativas realizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória. Como resultado, o trabalho avança em âmbito propositivo e expõe proposta de aplicação de Athis, na qual a cidade de Vitória é tomada como referência. Isso se dá a partir de diferentes arranjos operacionais, que envolvem diferentes atores sociais e se distingue como um programa dentro de programas existentes na municipalidade.

A *Parte 2 – Assessoria técnica e movimento sociais* contempla o capítulo *Arquitectura y comunidad: contribuciones de Patrick Geddes, Team X y John Turner para otra arquitectura social*, de autoria de Oscar Eduardo Preciado Velasquez. Diferentemente dos capítulos anteriores, o trabalho insere questões de âmbito teórico e histórico, sobretudo da arquitetura e do urbanismo, dadas pelo contexto europeu, estendendo-o às trocas de experiências com o continente latino-americano. O autor busca relacionar alguns dos processos que levaram a considerar a inclusão do conceito de comunidade e a incorporação sucessiva dos habitantes ao projeto arquitetônico no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam).

Velasquez apresenta um contexto de referências, reverberações e interações em torno do tema a partir de uma revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, que narram ações realizadas desde o final do século dezenove. Para isso expõe contribuição das teorias de Patrick Geddes, que teve influência notável nos jovens arquitetos do Time X – levando ao fim do Ciam em meados do século vinte – e do arquiteto anarquista John Turner, figura-chave que investigou experiências pioneiras de habitação popular no Peru e as disseminou no Norte Global.

Algumas das discussões ocorridas nos Ciams, segundo o autor, questionaram a hierarquia absoluta do profissional perante os usuários. Para ele, essas experiências pioneiras podem ser um sinal de alerta para considerar os espaços não disputados pelo mercado imobiliário como parte da prática arquitetônica contemporânea na América Latina, entendendo assim se tratar de um processo de reconhecimento e colisão com a realidade da maior parte do espaço geográfico das cidades latino-americanas – desiguais na sua essência – e ávido por soluções rápidas para as grandes contradições que prevalecem no nosso contexto.

Na sequência, o capítulo *Associação Onze8: origem, debates e alguns resultados*, de autoria de Cleuber da Silva Junior, expõe experiências no território capixaba, a partir

apresentações públicas, nas quais destacamos a do III Fórum do BrCidades, realizado entre os dias 10 e 19 de setembro de 2021. A relevante contribuição deste trabalho é compartilhada com todos os membros do GT – batizado de Athisvistas – representados pelos profissionais e pesquisadores citados a seguir, que contribuíram mais diretamente na pesquisa, redação e formatação do texto, Andreia Fernandes Muniz, Bruno Casotti Louzada, Clara Luiza Miranda, Cleuber da Silva Júnior, Hilary Cruz, Jéssica Fernandes Giacomini, Leticia Tabachi Silva, Martha Machado Campos, Vinicius de Paula Lamego.

da atuação da Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura, em Vitória (ES). Para o autor, ignorar e negligenciar as formas espontâneas de ocupar e construir tem se mostrado, em muitos momentos e em diferentes governos, a principal política habitacional do Brasil. Os resultados são bem conhecidos e documentados em pesquisas e dados diversos, argumenta Silva Junior. As tentativas de desmonte das políticas públicas ligadas aos direitos dos brasileiros, em curso desde 2016, continuada pelo atual governo, prometem, para o mesmo autor, mais uma vez, deixar à própria sorte a parcela mais pobre da população brasileira.

O autor pontua ainda que, na contramão disso, uma série de experiências vem tentando levar assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo para aqueles que nunca tiveram contato com os serviços prestados pelos profissionais da área de construção. As recentes atividades da Associação Onze8, em parceria com a Associação Ateliê de Ideias – que acumula uma experiência de mais de quinze anos em crédito habitacional para população de baixa renda – representam um dos exemplos entre os vários do país e são expostas, ainda que de modo sintético, neste capítulo.

Neste sentido, é impossível desconhecer que a maioria do que é construído em moradia no Brasil é executada sem qualquer incidência do poder público. Para o autor, é notório o agravamento ascendente dessa situação, com a população mais vulnerável socioeconomicamente abandonada à própria sorte, sobretudo quando observado o impacto da Covid-19 nos territórios autoconstruídos, onde tal problemática assume o caráter emergencial.

Os capítulos seguintes finalizam a segunda parte do livro, expandindo o tema, mas ainda inscrevendo-o no mesmo território, o sítio histórico mais antigo da capital capixaba, denominado Centro. Ambos os capítulos que seguem discutem a relação entre movimentos sociais e assessoria técnica, sobretudo quando relativa aos edifícios desocupados da área, seja em apoio técnico à população ocupante de algumas dessas edificações em desuso, seja em mobilização de conscientização do direito à moradia e da função social da cidade e da propriedade instituída por instrumentos urbanísticos contidos na Lei do Plano Diretor Urbano de Vitória.

Vinícius Lamego de Paula, Lucas Silveira Andrade Martins e Lucas Damm Cuzzuol, no capítulo *Movimentos sociais e assessoria técnica nas ocupações do Centro de Vitória (ES)*, registram a origem de uma grande ocupação em terreno vazio na cidade de Vitória, em 2017, envolvendo cerca de quinhentas famílias e os processos urbanos resultantes. O principal desdobramento dessa ocupação foi o surgimento, de forma inédita, de um ciclo de ocupações de pelo menos catorze imóveis abandonados no Centro de Vitória. Esse processo foi conduzido por um conjunto de coletivos, entre eles o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), com antigo histórico de luta por moradia no Espírito Santo, as Brigadas Populares e a União da Juventude Comunista (UJC), essas duas últimas organizações recentemente surgidas no

contexto capixaba. Esse ciclo de ocupações contou ainda com a assessoria técnica das Defensorias Públicas da União e do Estado do Espírito Santo, bem como de alunos, professores e profissionais de Arquitetura e Urbanismo e do Direito.

A convergência entre esses variados atores sociais resultou em uma “coalizão conflituosa” de luta pelo direito à moradia e à cidade em Vitória. Os autores buscam compreender o surgimento da coalizão entre tais atores, a importância da assessoria técnica no âmbito do ciclo de ocupações e a articulação dos profissionais do Direito e da Arquitetura e Urbanismo ao se aproximarem dos movimentos sociais. Neste estudo de caso utilizou-se o método da observação participante, combinada com a realização de entrevistas.

No capítulo *Campanha da função social da propriedade no Centro de Vitória (ES): extensão-ativista na Ufes*, as autoras Martha Machado Campos e Clara Luiza Miranda refletem sobre as atividades extensionistas do projeto Athis na Extensão Universitária, que tiveram como ápice a participação na Campanha da Função Social da Propriedade no Centro de Vitória (ES), transcorrida entre 2019 e 2020.

No processo dessas atividades, compõe-se uma “coalizão conflituosa” – tal como o entendimento posto no capítulo anterior – em torno do direito à moradia digna e do direito à cidade, articulando universidades, instituições, entidades, sociedade civil organizada em movimentos sociais, coletivos, ONGs e outros atores, acionando a formação de uma rede informal local. Assim, as ações e atividades extensionistas são reconhecidas como extensão-ativista por comporem com os movimentos sociais reivindicatórios e coletivos processos participativos e dissensuais de formulação ou de questionamento de políticas urbanas. O projeto de extensão também se dispõe a entender as especificidades e os desafios do espaço de atuação em Athis na extensão universitária.

Campos e Miranda narram, de modo particular, processos ocorridos na Campanha no item *Resultados parciais e impactos sociais: a Campanha da Função Social da Propriedade*. Ilustram-se assim, ações e atividades diversas da Campanha, especificamente as voltadas para as organizações sociais, tais como: conscientização, protesto e denúncia dos imóveis vazios, intervenções artístico-culturais, cortejo, panfletagem, recolhimento de abaixo-assinados, entre outras.

Um dos impactos sociais mais expressivo da Campanha da Função Social da Propriedade no Centro de Vitória adveio, nos termos das autoras, da atuação da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e da Associação dos Moradores do Centro (Amacentro), ao buscarem o Judiciário, ingressando com uma Ação Civil Pública, em 2020, exigindo do município de Vitória a implementação dos instrumentos de fiscalização da função social da propriedade, mediante levantamento e fiscalização dos imóveis não utilizados, subutilizados e/ou abandonados nas zonas definidas pelo Plano Diretor Urbano (PDU) e, se for o caso, a exigência de emitir

notificação aos proprietários dos imóveis para o cumprimento da função social da propriedade. Essa ação foi deferida pelo Judiciário, com decisão de mandado de intimação ao prefeito de Vitória para cumprimento de liminar.

Ao fim do capítulo são pontuados desdobramentos da Campanha, incluindo alguns processos subsequentes, que justificam a continuidade da defesa da função social da propriedade, a exemplo da degradação das edificações, incluindo recente desabamento de sobrado no Centro, assim como da ampliação do esvaziamento da área devido à pandemia de Covid-19.

A *Parte 3 – Assessoria técnica e extensão* aglutina relatos de experiências extensionistas realizadas em universidades brasileiras, nas quais se destaca o pioneirismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a implantação da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA). Deste modo, a terceira parte tem início com o capítulo *Ampliação do campo de atuação em Athis – Residência AU+E/UFBA*, de Angela Maria Gordilho Souza e Heliana Faria Mettig Rocha, contribuindo enormemente para a discussão acerca da atuação acadêmica no fortalecimento da assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo, por meio da integração entre graduação e pós-graduação.

No trabalho, as autoras observam que, diante do persistente e amplo quadro de precariedades habitacionais no Brasil e considerando o esvaziamento de políticas urbanas de interesse social, o enfraquecimento do fomento à pesquisa e a baixa absorção de profissionais nesse campo de atuação, desencadeia-se uma discussão sobre o papel da universidade no enfretamento dessas condições pelo direito à cidade. Gordilho Souza e Rocha destacam que o papel extensionista das universidades é fundamental pelas possibilidades de soluções partilhadas, mediação e apropriação de tecnologias sociais inovadoras, condições essenciais para a produção e melhorias de habitação e cidades mais sustentáveis.

Ainda nessa perspectiva, contribui para isso a Lei Federal 11.888/2008, que prevê várias modalidades de atuação em assistência técnica pública e gratuita em projeto e construção para famílias de baixa renda, incluindo profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em Arquitetura, Urbanismo ou Engenharia, ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos na área.

Visando implementar a referida Lei e fortalecer a sua regulamentação, em 2011 foi aprovada na Universidade Federal da Bahia a proposta de implantação da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA). Segundo as autoras, a RAU+E/UFBA constitui uma experiência de ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação *lato sensu*, pioneira no Brasil nessa modalidade, com o curso de especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Considerando essa iniciativa no contexto atual, o capítulo discute os processos desenvolvidos, os

resultados alcançados e as possibilidades de ampliação desse campo de atuação, por meio da formação profissional nessas áreas e afins, para atuação em assistência e assessoria técnica em práticas compartilhadas com as comunidades envolvidas.

Liza Maria Souza de Andrade, Vânia Raquel Teles Loureiro, Natália da Silva Lemos e Juliette Anna Fanny Lenoir no capítulo 10 *Assessoria sociotécnica da resistência do Grupo Periférico no contexto da Reurb-S no DF: a linguagem de padrões auto-organizados como códigos geradores de processo de projeto de urbanismo para a Ocupação Dorothy Stang*, apresentam, tal como o título remete, a metodologia utilizada na assessoria sociotécnica da resistência pelo Grupo de Pesquisa e Extensão *Periférico, trabalhos emergentes* no processo de projeto e planejamento em ocupações urbanas informais no Distrito Federal, tendo como estudo de caso a ocupação Dorothy Stang na luta pela regularização fundiária, Reurb-S.

A abordagem metodológica abrange desde a escala do microplanejamento do projeto de urbanismo, o microubanismo com a infraestrutura ecológica e o habitat, a habitação social e as estratégias de sobrevivência. Nos termos das autoras, a proposta é resgatar contribuições do urbanismo de tradições orgânicas e participativas baseado na auto-organização de baixo para cima (*botton up*) que formam a base da adequação sociotécnica do grupo onde os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados e assimilam o conhecimento sociotécnico existente na comunidade, formando o “interacionismo pedagógico freiriano e sociotécnico”.

O processo de projeto para Adequação Sociotécnica (AST), conforme relato do capítulo, é construído a partir das demandas e vocações levantadas e análise das potencialidades e problemas: identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e de acontecimentos. Os padrões são selecionados após um diagnóstico participativo do local no formato de mapas afetivos, uma análise do contexto que contempla os padrões de acontecimentos relacionados ao espaço e às expectativas sociais mapeadas pelas análises das dimensões da sustentabilidade. Sistematizam-se tais padrões para estabelecer uma linguagem com a comunidade e aumentar a sua participação no processo, na forma de “códigos geradores” de soluções (Salingaros, 2010) para o processo de desenvolvimento dos projetos baseado em Alexander et al (1977) e padrões dos ecossistemas urbanos desenvolvidos por Andrade (2014), pontuam as autoras.

O trabalho menciona, ainda, que para efetivar a participação, o processo foi estruturado em três fases: a) Questionário; b) Oficinas e mapas afetivos usando a linguagem dos padrões; c) Projeto junto à comunidade. Assim, é indubitável que a Assessoria Sociotécnica contribuiu para o processo de inserção da ocupação nas áreas passíveis de regularização fundiária do DF (ARIS Dorothy Stang), mediante a um Projeto de Lei Complementar (Seduh - PLC da Reurb, 17-11-2020), que

será votado na Câmara Legislativa do DF entre 2021 e 2022, tal como concluem Andrade, Loureiro, Lemos e Lenoir.

Em seguida, o capítulo *Aproximação das comunidades: programa de extensão universitária Célula Emau – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Ufes*, de Lutero Proscholdt Almeida, Milton Esteves Junior e Clara Luiza Miranda, aborda o trabalho do arquiteto junto às comunidades como um processo cumulativo e incremental, a partir da assistência técnica e das extensões universitárias desenvolvidas pela Célula Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Emau).

O Célula é um Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, que surgiu da intenção de promover a vivência e a prática dos graduandos em Arquitetura e Urbanismo da Ufes. Ao longo dos dezenove anos, o escritório modelo manteve o compromisso com a realidade social de comunidades onde atuam.

Nos termos dos autores, as assessorias técnicas dos estudantes, associadas às experiências comunitárias autônomas, têm se constituído um pensamento próprio, que conecta as “ideias aos lugares”, mediante concepções próprias: diagnósticos, prognósticos e soluções endógenas para os problemas urbanos e de moradia que enfrentam. Deste modo, a prática profissional do arquiteto em comunidades torna-se um escape do papel conservador burocrata tradicional para os estudantes, não obstante seu domínio institucional está fadado à obsolescência. Ainda, afirma o exercício profissional associado aos usuários, no qual se converte em uma ativista ou mediador ou facilitador.

Almeida, Esteves Junior e Miranda pontuam que a aproximação da comunidade proporciona a criação de reciprocidades entre prática profissional formal e comunidades, que não contam com assistência técnica; forja articulações de cunho cooperativo entre organizações, instituições e movimentos sociais. Neste sentido, a escala comunitária constitui na escala de atuação dessa extensão universitária, relatam os autores. Uma dimensão na qual a participação do habitante pode ser efetiva, mediante aquisição de poder de deliberação, de decisão e com o compartilhamento de conhecimento com os técnicos e os arquitetos.

Frente à crise urbana e política ao qual as cidades estão submetidas, ainda para os mesmos autores, uma nova instância de trabalho parece nascer, saindo do eixo governamental e indo para um patamar cooperativo, unindo diversas parcerias. Nesse contexto, concluem que os Emaus parecem se ajustar, fazendo da universidade um importante canal mediador: aprendendo, respaldando e assessorando tecnicamente a esses diversos segmentos da sociedade.

O capítulo *Construindo bases para a assessoria técnica, extensão atrelada à pesquisa: premissas para uma relação dialogal entre comunidade e Ufpel*, das autoras Liziane de Oliveira Jorge, Nirce Saffer Medvedovski e Sara Parlato, expõe relevante contribuição acerca da associação entre projetos de extensão atrelados à pesquisa e

ao ensino. Para tanto, as autoras apresentam a trajetória extensionista do Núcleo de Arquitetura e Urbanismo (Naurb) da Universidade Federal de Pelotas e a sua atuação no Programa Vizinhança, que fomenta diversas ações junto à comunidade do entorno universitário.

Jorge, Medvedovski e Parlato apontam que com a curricularização da extensão na graduação, dois projetos Unificados do Naurb se destacam, devido à ênfase na qualidade da habitação de interesse social: Habitação evolutiva: Estratégias de flexibilidade na habitação social; e Aprendendo com o usuário. Estratégias de transformação do espaço habitacional, que culminaram com a criação do Caderno de Recomendações Construtivas para Habitação Social Evolutiva, e inauguraram as atividades de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social - Athis. Segundo as autoras, o Caderno de Recomendações Construtivas objetivou a difusão do conhecimento técnico-especializado em arquitetura e construção, de modo a auxiliar na obtenção do conhecimento a ser aplicado na qualificação do espaço autoconstruído. Sua concepção advém do reconhecimento das modificações efetuadas pelos residentes na habitação, a partir de pesquisa prévia.

O capítulo também destaca a relevância da imersão no território, principal norteador para ações dialogais entre comunidade x academia. Nesse âmbito, as atividades de ensino e pesquisa são oportunizadas pela capacidade de diagnosticar o território a partir de métodos participativos, em âmbito urbanístico e social, e buscar soluções e estratégias que respondam ao enfrentamento de questões enumeradas. Introduz-se, assim, tal como preconizado no trabalho, o papel da pesquisa na busca de alternativas baseadas no conhecimento científico relativo à qualidade do ambiente construído.

Com efeito, o texto reforça o tema do ensino-aprendizagem dos métodos participativos no processo de projeto, do papel da extensão como geradora de questões de pesquisa, e da contribuição da pesquisa realimentando as decisões projetuais. Desse modo, finalizam as autoras que, à luz do conceito de tecnologia social, a experiência reforça os saberes e práticas coletivas e impacta a formação de discentes e docentes envolvidos na prática da Athis.

Com o capítulo *Ensino e extensão, o caminho da inclusão. A prática do Adote uma Casa no ensino de Arquitetura e Urbanismo da UVV*, é encerrada a terceira parte do livro de modo aproximado ao capítulo anterior, qual seja, destacando o potencial da atividade de extensão quando articulada às demais esferas da formação acadêmica universitária, neste caso, voltada para o ensino de Arquitetura e Urbanismo. Neste trabalho, Ana Paula Rabello Lyra, Alexandre Ricardo Nicolau e Andreia Fernandes Muniz mencionam que a integração da função social da moradia no que diz respeito ao direito à moradia digna, conforme estabelecido no Estatuto das Cidades, ao currículo acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV) esteve sempre presente desde a implementação do curso em 2008.

Segundo os autores, a Lei de Assistência Técnica promulgada em dezembro do mesmo ano foi ao encontro das metas do curso ao definir a possibilidade de atuação de núcleos e laboratórios acadêmicos na oferta de uma assistência que buscasse essa aproximação do respeito ao cidadão em ter uma moradia que aliasse aspectos de salubridade, conforto, acessibilidade e humanização.

Os autores apresentam a experiência adotada pela coordenação do curso na integração das atividades de ensino e extensão por meio do Núcleo de Estudos e Práticas em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Design de Produtos da Instituição. Conforme descrevem, o compromisso social com a comunidade externa tem início com a definição do tema Habitação de Interesse Social como proposta da ementa do primeiro Laboratório de Projeto Integrado de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo do curso.

Segundo Lyra, Muniz e Nicolau, o Projeto Adote uma casa é o instrumento de aplicação prática das pesquisas e do ensino da graduação e da pós-graduação no exercício do papel social do Arquiteto e Urbanista por meio da estratégia da sala de aula prática. Os alunos envolvidos desenvolvem competências e habilidades relacionadas à vistoria, perícia, avaliação, supervisão, coordenação, planejamento, elaboração de projetos e de especificações, orçamento, gerenciamento e execução de obras.

O livro finaliza com a Parte 4 - *Entrevista*, cujo capítulo *Entrevista com Dona Maria Clara: uma homenagem* se faz mediante colaboração entre Clara Luiza Miranda e Vinícius Lamego de Paula, ambos coautores desta publicação.

Parte 1. Assessoria técnica e arranjos institucionais

Asesoramiento técnico en la construcción de ciudad desde una mirada del hábitat popular: experiencias del cooperativismo de Vivienda en Uruguay

Álvaro Moreno

Introducción ¹¹

Entendiendo de vital importancia generar espacios de debate y reflexión sobre el *que hacer* profesional de los arquitectos, particularmente en nuestras realidades latinoamericanas dónde el hábitat en su gran mayoría se ha producido desde la autoconstrucción popular. A continuación, se busca aportar a esta reflexión desde lo que se entiende, es un caso singular a nivel regional, la experiencia del Cooperativismo de Vivienda en Uruguay.

11 Artículo elaborado en base a la investigación *El cooperativismo de vivienda en la construcción de ciudad en el Uruguay* (MORENO, 2018).

Para esto se propone abordar su complejidad, desarrollando sus principales características como sistema de producción social del hábitat, dónde el asesoramiento técnico es parte de sus claves.

Asimismo se propone poner foco en los aportes que el Cooperativismo ha realizado en la construcción de ciudad, trascendiendo al sistema como forma de acceso a la vivienda, sino enfocando en los aportes que éste ha hecho al desarrollo de comunidad, de barrios, de territorios.

El Cooperativismo de Vivienda como fenómeno singular del Uruguay, recientemente en conmemoración de sus 50 años,¹² se ha consolidado como sistema de acceso a la vivienda en el Uruguay con características particulares que lo han transformado en una experiencia excepcional a nivel regional, reconocida internacionalmente. Dentro de estas características más representativas podría señalarse, el modelo alternativo de propiedad colectiva, respecto al hegemónico de propiedad privada individual. Como también la asistencia técnica y la incorporación de la participación de los usuarios en el proceso, con involucramiento, aporte en las diferentes etapas del proyecto cooperativo, y particularmente la gestión del hábitat desde lo colectivo.

Por otra parte, ha representado y representa un actor relevante en los procesos urbanos. Desde su concepción de hábitat popular, de base social, se ha constituido como una alternativa real a la vida urbana contemporánea de carácter individualista. Se ha consolidado en el Uruguay, no solo como una solución habitacional accesible, sino también desde su aporte social y cultural, como modelo de gestión y producción integral del hábitat.

[...] Todo habitante de la República tiene derecho a gozar de vivienda decorosa. La ley propenderá a asegurar la vivienda higiénica y económica, facilitando su adquisición y estimulando la inversión de capitales privados para ese fin (URUGUAY, 1967)

[...] São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Las *cartas magnas* jurídicas de nuestros países, las Constituciones, reconocen el Derecho a la Vivienda, pero como se instrumenta realmente el acceso, es clave para el desarrollo de una sociedad, por lo fundamental de este derecho.

12 En 1968 se aprueba la Ley de Nacional de Vivienda 13.728, incorporando en el Capítulo X a las cooperativas de vivienda, plataforma jurídica para el sistema en el Uruguay.

El derecho de habitar cada individuo en su planeta y en su nación, sin precio ni permiso, es el mínimo de derecho humano; derecho que no ha sido reconocido ni bien establecido, a causa, principalmente, de que, tanto los que defienden, como los que combaten el orden actual, no distinguen bien el aspecto de la tierra como medio de habitación, de su aspecto como medio de producción. El reconocimiento doctrinario y práctico de ese derecho individual es una solución mínima que debería ser admitida por todos los pensadores y por todas las escuelas; un punto de partida común para la investigación sobre los demás problemas de la tierra, y, en general, sobre los diversos problemas sociales (FERREIRA, 1918, p. 15).

Cooperativismo de vivienda en Uruguay, más de 50 años de experiencias

La Ley Nacional de Vivienda,¹³ es el marco jurídico que ha permitido el desarrollo del sistema cooperativo en el Uruguay. Desde su aprobación en 1968, ha sido plataforma de un sistema que ha sobrevivido a los diferentes cambios gubernamentales que el país ha tenido, atravesando a los pocos años de sus primeras experiencias el periodo más oscuro de la dictadura cívico-militar (1973-1985) con suspensión de casi todo desarrollo del cooperativismo, hasta momentos de estancamiento con gobiernos de derecha, que priorizaron otras formas de producción pública de vivienda, generalmente basadas en el mercado.

Recientemente con la etapa progresista del país, el Cooperativismo ha tenido lo que se considera una segunda expansión del sistema. Es así que la producción del cooperativismo en estos 15 años de gobierno de izquierda¹⁴ ha generado un importante número de viviendas cooperativas.

A partir de la ley, el sistema cooperativo se promovió como una política habitacional enfocada¹⁵ a facilitar el acceso a la vivienda a sectores de bajos recursos, y que logró un gran impulso desde el campo popular, transformándose en una herramienta accesible, de base solidaria para resolver el problema de la vivienda.

13 URUGUAY. **Lei n. 13.728.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Habitação. Registro Nacional de Leyes y Decretos, 1968. Disponible en: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/13728-1968> Acceso en: 22 sep. 2022

14 Gobiernos del Frente Amplio en Uruguay, 2005-2010 Tabaré Vázquez, 2010-2015 José Mujica y 2015-2020 Tabaré Vázquez.

15 Si bien se considera una política pública focalizada, específicamente al acceso de la vivienda, por la vasta experiencia en el cooperativismo nacional se puede considerar en parte una política integral, en el entendido de Potyara A. Pereira, donde se generan efectos acumulados, encadenamientos positivos más allá de la vivienda, basándose en la potencialidad tanto de los colectivos sociales, como de los individuos, potenciando el desarrollo de estos, como ser social, como ciudadanos.

A comienzos de los años 70, el cooperativismo desarrolla importantes experiencias, que se no solo logran validar el sistema, con excelentes ejemplos que serán emblemas hasta nuestros días, sino que son la materialización del éxito de un sistema que logra aunar el saber técnico con la movilización popular, el compromiso de profesionales con la realidad social que el país atraviesa, y la optimización de fondos públicos.

La Ley de Vivienda permitió el desarrollo de lo que se transformaría en las principales características del sistema, en las que podemos resaltar de forma resumida: a) La financiación pública: el Estado financia la inversión del proyecto cooperativo en un 85 %, quedando el restante 15 % como aporte a realizar por la cooperativa. Este aporte de la cooperativa, puede ser con aporte de trabajo (cooperativas de ayuda mutua) o mediante el ahorro previo (cooperativas de ahorro previo). El préstamo del 85 % se paga por la cooperativa en cuotas mensuales a 25 años, con un interés del 5 % (aproximadamente); b). La propiedad colectiva: la ley habilita la propiedad privada colectiva, lo cual permite que el sistema cooperativo no solo sea una forma de producción, sino que la modalidad cooperativa perdure mas allá de la construcción de las viviendas, en el régimen de tenencia. Es así que existen cooperativas de propietarios (propiedad privada individual) y cooperativas de usuarios (propiedad colectiva); e c) El asesoramiento técnico: la ley define a los Institutos de Asistencia Técnica (IAT) donde plantea sus obligaciones, cometidos y honorarios que estos deberán recibir.¹⁶ Propone que sean colectivos de técnicos con personería jurídica, sin fines de lucro, y plantea las diferentes disciplinas que deberán asesorar a las cooperativas (arquitectónica, contable, jurídica, social). Es requisito para las cooperativas para presentarse al préstamo contar con contrato con un IAT.

Estas características sumadas a la autogestión y el rol del movimiento cooperativo, como actor representado por las federaciones¹⁷ son las claves del sistema uruguayo (NAHOUM, 2013) que lo diferencian de modalidades cooperativas en otros países.

16 La ley determina los honorarios que los IAT deberán recibir por el asesoramiento, siendo un 7 % del préstamo que reciben las cooperativas de parte del estado.

17 Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mutua (Fucvam) y Federación de Cooperativas de Vivienda por Ahorro Previo (FECОВI).

Figura 1 – Conjunto intercooperativo Mesa 1, inaugurado en 1975



Fuente: Centro Cooperativista Uruguayo (CCU).

Es importante visualizar los efectos del marco legal como herramienta de la política pública, donde particularmente en el caso de la Ley de Vivienda, pareciera ser a 50 años de su creación, y ante la singularidad incluso hoy día a nivel regional, que fue una creación ampliamente visionaria, con una mirada prospectiva que logró identificar particularidades de la sociedad uruguaya, generando una plataforma jurídica para desarrollar de manera integral un amplio espectro de concreciones futuras.

Las experiencias cooperativas en estos 50 años generaron un nuevo paisaje urbano. Más allá de dar solución al déficit habitacional, fundaron territorios de gestión colectiva, espacios de la ciudad con colectivos organizados que, en muchos casos han sido motor de cambios a nivel urbano. Generando bifurcaciones a desarrollos de la ciudad, el cooperativismo como actor urbano ha resignificado territorios, transformándose en un ejemplo claro de participación ciudadana y popular en el ámbito de la ciudad.

Cooperativismo - un nuevo paisaje urbano

Es el caso de las primeras experiencias intercooperativas¹⁸ con asesoramiento técnico desde el Centro Cooperativista Uruguayo (CCU). En documentos de la época desde el asesoramiento técnico se plantean las estrategias precisas y definidas de proyecto a nivel de pieza urbana, con una propuesta clara de complejo de viviendas integrado al contexto urbano, atendiendo a la relación con el entorno, cooperativa-ciudad, lo que se puede visualizar en el siguiente texto previo a la etapa de obra, en el que se presagia su devenir:

18 Es el caso de los conjuntos intercooperativos Mesa 1, 2, 3 y 4, con comienzo de obra en 1971, conjuntos de 300-400 viviendas.

Esta solución más integral de la vivienda contempla el interés del usuario dentro del conjunto, por más grande que éste sea y resuelve además los problemas complementarios del funcionamiento familiar que son imposibles de ser atendidos en la misma célula (vivienda), ya sea por escasez de espacio (esparcimiento), ya por ausencia de la madre por razones laborales (estudios vigilados, etc.). Estos elementos determinan una nueva respuesta más real y completa frente al vivir actual de la sociedad urbana ... Esta solución más integral a la que nos venimos refiriendo determinará también una vivencia familiar e intrafamiliar diferente, que enriquecerá cada día las relaciones sociales. Las familias integrantes del conjunto, a su vez, por interacción de sus miembros, influirán sin duda en el entorno social más próximo.

Estos conjuntos habitacionales diferentes, aportarán con su vida y funcionamiento ordenado, una imagen exterior que será el reflejo de toda esa vida biológica de funcionamiento orgánico interno del conjunto habitacional. La vida familiar de cada socio no empezará ni terminará en su apartamento... Y así se verán niños de distintas edades jugando al aire libre o haciendo deportes, se verán fiestas o espectáculos en el salón para ese fin, se establecerá el diálogo e interacción de las familias. En síntesis, se verá vida común, permanente, enriquecida por todos y no por sumas de vidas aisladas. Esto determinará también una zona caracterizada del medio donde está instalado el conjunto y ese reflejo o imagen externa determinará un nuevo paisaje urbano. Tanto la influencia de estos conjuntos en el entorno social más próximo, como su aporte al paisaje urbano, posibilitarán a muchas familias necesitadas de vivienda poder optar y elegir por esa modalidad de vivienda más rica y fecunda que antes no conocían (CCU, 1971, p. 110).

Este nuevo paisaje urbano, en la óptica relacionada a los diagramas de la arquitectura contemporánea a nivel internacional, desde sus proyectos urbano-arquitectónicos se propuso conjuntos habitacionales que fueron plataforma de actividades de recreación y deportivas, necesarias para la agregación social y la construcción de una nueva socialidad¹⁹ entre los habitantes del complejo de viviendas, y en relac-

19 Socialidad más que sociabilidad, entendido como "conjunto de capacidades que permite a los seres humanos construir sociedad" (NAVARRO, 2002, p. 66).

ón con los vecinos de los lugares donde se instalaban. Muchos de estos proyectos contaban con gimnasios, canchas de deporte que eran polos de atracción para la comunidad vecinal.

Figura 2 – Perspectiva de proyecto Complejo Cooperativo Bulevar Artigas, 1970



Fuente: Centro Cooperativista Uruguayo (CCU).

El rol técnico en el sistema cooperativo

Como se ha mencionado previamente, en el propio marco jurídico que regula el sistema cooperativo, es requisito para la presentación al préstamo que la cooperativa cuente con un contrato con un Instituto de Asistencia Técnica (IAT).

Asimismo, se definen los alcances de responsabilidades, derechos y obligaciones de cada IAT en trabajo con la cooperativa. Es aquí donde se detallan las diferentes disciplinas que debe involucrar el asesoramiento, lo cual pauta los técnicos que trabajaran conjuntamente con la cooperativa, conformando un equipo interdisciplinario, que involucra asesoramiento arquitectónico, contable, jurídico y de asistencia social.

Aportando a lo trabajado dentro del coloquio Athis, se definirá a continuación un listado de parte del asesoramiento arquitectónico a las cooperativas. Es importante resaltar, que el equipo es interdisciplinario, con principal actuación de la dupla arquitecto – trabajador social, ya que se podría comparar el proceso de construcción del edificio cooperativo, con la madurez que el colectivo va tomando en la conformación del proyecto cooperativo desde el punto social.

En este proceso, el equipo de arquitectura asesora a la cooperativa en la búsqueda de predios para la implantación de la cooperativa,²⁰ la elaboración de propuestas

20 El predio en el cual la cooperativa desarrollará su proyecto, puede ser mediante el acceso por cartera de tierras de la Intendencia Municipal en el caso de Montevideo, o también dentro del mercado inmobiliario, en estas

de conjunto arquitectónico, la elección de un sistema constructivo apropiado, la definición de la propuesta urbano-arquitectónica con el desarrollo de tipologías que cumplan las normativas correspondientes,²¹ la presentación de los permisos necesarios frente a organismos que regulan las construcciones (Intendencia Municipal, Bomberos, etc.), la presentación del proyecto ejecutivo (planos de estructura, de instalaciones eléctricas, sanitarias, planos de albañilería, detalles constructivos, presupuestos de obra, etc.) a la Agencia Nacional de Vivienda. Asimismo, el equipo de arquitectura realizará la dirección de la obra, y la planificación de obra conjuntamente con la cooperativa, representada por la Comisión de obra.

Las diferentes etapas del asesoramiento arquitectónico previamente descritas esquemáticamente, muestran la complejidad del trabajo que se desarrolla generalmente en plazos de 5-6 años desde el comienzo de búsqueda de terreno a la inauguración de las viviendas. Esta relación IAT – cooperativa, por tanto, será clave para el éxito de un proceso que es de mediano plazo, y donde existe una co-responsabilidad, siendo importante generar un vínculo de confianza, de involucramiento y participación de la cooperativa. Y por parte del IAT parece fundamental encontrar formas de comunicación que trasciendan el lenguaje técnico propio de la arquitectura, sino que vayan reconociendo el saber técnico, experto conjugado con el saber vivencial, comunitario.

diferentes opciones, el IAT debe dar su informe con recomendaciones, posibles problemas (carencia de redes de saneamiento, cuestiones legales, sobrecostos etc.).

21 Dentro de las reglamentaciones que rigen al sistema cooperativo, existe el “Reglamento de producto” donde se plantean áreas de construcciones máximas por vivienda, requisito de terminaciones, de aislamiento térmico y acústico, entre otros. Asimismo, las viviendas deben cumplir con las normativas de construcción municipales. Las áreas máximas por viviendas varían según sus dormitorios, siendo de 50m² para 2 dormitorios, 70m² para 3 dormitorios y 90m² para viviendas de cuatro dormitorios.

Figura 3 – Presentación de Proyectos arquitectónicos a cooperativas



Fuente: Centro Cooperativista Uruguayo (CCU).

La construcción de ciudad en clave colectiva

Como se ha comentado, los aportes del cooperativismo al hábitat, son ampliamente reconocidos en numerosas localidades del Uruguay, y en esto ha sido fundamental la vocación de las cooperativas de brindar a la comunidad espacios de calidad. Pero esto en muchas oportunidades es parte del trabajo de asesoramiento técnico que el IAT realiza con la cooperativa. Entendiendo que el trascender la necesidad primaria de la cooperativa de acceso a la vivienda, con una preocupación hacia lo comunitario y urbano es parte de un trabajo complejo.

Para el abordaje de procesos urbanos, contextos donde están insertas las cooperativas, muchos de ellos relacionados a dinámicas de mercado en la ciudad, con presiones del mercado inmobiliario, de especulaciones, como puede ser en procesos de segregación residencial, es fundamental el trabajo desde lógicas que incorporen estas complejidades a los temas concretos del proyecto urbano - arquitectónico de

la cooperativa. En este sentido es esencial reconocer la necesidad de trabajar sobre la comunicación desde el asesoramiento técnico con la cooperativa, traspasando decisiones prácticas, exclusivas de obra (sistemas constructivos, detalles constructivos, etc), buscando generar intercambios que motiven debates en relación a las incidencias del proyecto cooperativo en lo urbano.

Para esto es clave concebir a la información como herramienta capaz de efectivizar la participación, participación concebida como “saber, querer y poder”,²² siendo el “saber” en este caso un hecho complejo, al tratarse de un tema con diferentes escalas, múltiples actores, con ámbitos dinámicos.

En este sentido el saber, y en general la capacidad de participación, con el querer y el poder, de los diferentes actores del sistema, sean las federaciones, los organismos estatales (nacionales y departamentales), las visiones técnicas, o los propios cooperativistas, parece clave para aprovechar las potencialidades de un sistema tan desarrollado y original como del Uruguay.

En sintonía con lo propuesto por Solanas (2016) en reflexión sobre la participación en el cooperativismo nacional más allá del acceso a la vivienda, plantea:

[...] Sin embargo, en la escala de la ciudad existen obstáculos. Saber participar, pensando en la dimensión de una ciudad como Montevideo, no es sencillo: implica acceder a la información acerca de cómo se realizan los planes de ordenación... y poder incidir en ellos. De entrada, no es una de las tareas que se ha previsto para que se realicen en el trabajo conjunto IAT-cooperativa (escapa a los objetivos del programa de vivienda). Esta desigualdad refleja el peso del mercado en el desarrollo de la ciudad. Si los habitantes no pueden ser parte por la dificultad de acceso y comprensión de la información, las propias instituciones tampoco pueden intervenir en el precio de los suelos e inmuebles, para revertir los procesos de segregación y fragmentación urbanas (SOLANAS, 2016, p.529).

22 (MONTAÑEZ, 2008), o la concepción de “el poder de la comunicación” planteada por Paulo Freire.

Figura 4 – Jornada de trabajo de Cooperativa de ayuda mutua



Fuente: Federación Uruguaya de Cooperativas de Ayuda Mutua (Fucvam).

Como cierre de este breve acercamiento a la experiencia del sistema cooperativo en el Uruguay, y en particular al trabajo técnico de asesoramiento, parece importante señalar la necesidad de profundizar en la evolución de un sistema, que si bien se ha desarrollado de manera singular, particularmente en nuestra realidad latinoamericana con valores diferenciales frente a las lógicas hegemónicas del mercado, creemos necesario dar nuevos enfoques, que mantengan vigente y reivindiquen la construcción colectiva, participativa, con valores comunitarios y de base solidaria del cooperativismo, ya no solo como forma de acceso al derecho a la vivienda, sino como instrumento para el acceso al Derecho a la Ciudad, al hacer ciudad.²³

Referèncias

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponible en: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Aceso en 9 sep. 2022.

CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO. **La imagen urbana de los conjuntos habitacionales de baja altura: la experiencia del CCU**. Documento de evaluación interna del CCU, 1984.

23 Como cierre de la presentación que realizara dentro del colóquio Athis 2020, se presentó el proyecto audiovisual Miles de Ciudades, ejercicio comunicacional donde se propone generar otras formas de debate y reflexión sobre temas de ciudad, vivienda y territorio. <https://www.youtube.com/milesdecidades>

DOMÍNGUEZ, Marta Solanas. **Las cooperativas de vivienda uruguayas como sistema de producción social del hábitat y autogestión de barrios**. Tesis Doctoral, Universidad Pablo de Olavide, 2016.

FERREIRA, Carlos Vaz. **Sobre la propiedad de la tierra**. Montevideo: Cámara de Representantes, 1957.

GONZÁLEZ, Gustavo. **Una historia de Fucvam**. Montevideo: Trilce, 2013.

MORENO, Álvaro. El cooperativismo de vivienda en la construcción de ciudad. In: IHC-TERRA. Aportes del Concurso de Investigación Juan Pablo Terra. 2. ed. Montevideo: MVOT-MA, 2018, p. 81-281. Disponible en: <http://institutojuanpabloterra.org.uy/documentos/concursos/Vivienda-Concurso-Juan-Pablo-Terra-2da-edicion.pdf>. Acceso en: 22 sep. 2022.

NAHOUM, Benjamín. **Algunas claves: reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua**. Montevideo: Trilce, 2013.

NAHOUM, Benjamín (comp.). **Una historia con quince mil protagonistas: las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas**. Intendencia de Montevideo: Montevideo, 2008.

URUGUAY. [Constitución (1967)]. **Constitución de la República Oriental del Uruguay**. Disponible en: <https://pdba.georgetown.edu/Parties/Uruguay/Leyes/constitucion.pdf>. Acceso en: 22 sep. 2022.

O cooperativismo de moradia uruguaio e o arranjo institucional de Athis: desmercantilização do morar e autonomia coletiva

José Eduardo Baravelli

Assessoria ou assistência

Desde os primeiros documentos que usaram no Brasil a sigla “Athis”, faz diferença interpretar as letras “AT” como abreviação de “assistência técnica” ou “assessoria técnica”. A diferença repercute em dimensões políticas e de concepção de sociedade, mas comporta também uma leitura mais prática: quando “AT” abrevia “assistência técnica”, como opta a legislação brasileira, a relação entre projeto, financiamento e obra tende a se simplificar em relações privadas, parecidas com as que um contrato de prestação de serviços celebra entre um escritório de arquitetura e um cliente que usa recursos próprios ou emprestados para pagar projeto e construção. Para que possam ocorrer, essas relações precisariam apenas de instituições de mercado reguladas de forma mais equânime.

Quando “AT” abrevia “assessoria técnica”, a relação entre projeto, financiamento e obra se torna mais complexa. O “interesse social” envolvido na habitação passa a exigir uma regulação superior ao contrato privado, que é a vinculação a um plano

ou programa de governo, pelos quais pode acessar subsídios com recursos públicos. Os próprios envolvidos na prestação de serviço técnico ganham caráter coletivo: em vez de um escritório, um cliente e, talvez, uma empresa financeira, aparecem entidades e movimentos de moradia, gestores de financiamento estatal e uma rede de projetistas e técnicos sociais. Esta rede, que é o assessoramento técnico, demanda a existência de um arranjo institucional próprio e independente de mercado para sua aplicação em habitação de interesse social e extensão universitária.

O objetivo deste trabalho é mostrar que o cooperativismo de moradia realizado há mais de cinquenta anos no Uruguai, em especial na modalidade baseada em ajuda mútua, fornece o ideal de um arranjo institucional em que um programa de Athis pode promover assessoramento técnico em vez de assistência técnica.

Para cumprir este objetivo, não cabe aqui fazer uma análise detalhada do arcabouço institucional criado por gerações de cooperativas de moradia do Uruguai, desde uma seminal Ley Nacional de Vivienda até as diferentes instâncias e regulações realizadas nas gestões governamentais da frente de partidos de esquerda Frente Amplio, que durou até 2019. Além das questões de escopo, é preciso reconhecer que tal detalhamento dificilmente vai aproximar o arranjo institucional das cooperativas uruguaias em relação às condições reais do Brasil. Vale mais a pena, então, tentar uma abordagem conceitual e se prender a dois fundamentos do cooperativismo de moradia uruguaio que, se não são realidade em nosso país, ainda assim permitem conceber uma ampliação de sentido nas iniciativas brasileiras em Athis.

O primeiro fundamento é a desmercantilização do espaço da moradia. O segundo é a produção permanente desse espaço, que ultrapassa a produção dos edifícios.

A desmercantilização do espaço da moradia

Cooperativas são, antes de tudo, empresas. O fato de se organizarem conforme o princípio da “democracia econômica”, cuja origem se confunde com a própria história dos movimentos operários e socialistas na Europa, não retira o imperativo de que sobrevivam em ambiente de mercado e se adaptem a condições econômicas reais para produzir e comercializar bens e serviços. É previsível, portanto, que linhagens cooperativistas tenham adquirido uma diversidade econômica de mesma ordem que a diversidade de produção e consumo das sociedades em que se inserem. Ainda assim, essa característica adaptativa das cooperativas é objeto de críticas no campo político da esquerda desde o descrédito de Friedrich Engels no “socialismo utópico” e suas tentativas de implantar relações de produção superiores ao capitalismo *dentro* do próprio capitalismo.

Nas condições históricas do capitalismo no Uruguai na segunda metade do século passado – urbanização avançada, forte associativismo e políticas consolidadas de bem-estar social – surgiu em 1970 uma linhagem cooperativa única no campo da

produção habitacional: a protagonizada pela Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (Fucvam).²⁴ Por mais de meio século, portanto, essa federação dá suporte a grupos que se propõem a construir moradia por “ajuda mútua”, isto é, por cooperação de trabalho em vez de cooperação de renda ou poupança, como acontece em cooperativas habitacionais convencionais.

A cooperação com base em trabalho – financiada por fundos públicos (ainda que em permanente conflito com a mediação estatal) e assessorada por uma rede de escritórios técnicos – é uma constante na atuação da Fucvam que atravessa a ditadura militar de 1973 e 1985 e a redemocratização uruguiaia (CCU, 1984; Chávez, Buroni, 1996; Soto, Alaggia, 2004; Tognola, 2008; Gonzáles, 2013; Nahoum, 2013), até se tornar referência prática e teórica para movimentos de moradia em outros países na América Latina (Dambrauskas & Gonzáles, 2008). Sua inserção no Brasil, que começou por experiências em mutirão autogerido em São Paulo nos anos 1980, é objeto da rigorosa produção acadêmica de Flávio Ghilardi, em especial sua pesquisa de doutorado pela UFRJ (Ghilardi, 2017).

Um caso de assessoramento técnico em São Paulo – o praticado pela Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (CTAH) desde 1990 – ressalta a proeminência do trabalho (e, portanto, do canteiro de obras) para realizar uma emancipação social que programas governamentais consideram possível apenas após a construção e posse da unidade habitacional. Para o mutirão autogerido, a produção do edifício sobrevive ao produto edificado quando adquire qualidades pedagógicas, que capacitam famílias empobrecidas (em especial mulheres) no enfrentamento de conflitos sociais que transcendem a habitação.

²⁴ <https://www.fucvam.org.uy/>

Figura 1 – Projeto participativo da assessoria técnica Usina CTAH



Fonte: Acervo Usina CTAH.

No entanto, aconteceu apenas no Uruguai a desmercantilização do espaço da moradia, que é o primeiro fundamento do cooperativismo da Fucvam. A expressão “desmercantilização do espaço” não significa que, nos conjuntos edificados pela ajuda mútua, não exista a imposição jurídica de uma propriedade fundiária. Ela existe, mas é propriedade de uma empresa, a cooperativa, que a exclui do mercado imobiliário porque está obrigada a destinar seu patrimônio em unidades habitacionais unicamente para moradia dos detentores de suas cotas de associação. Dessa forma, os moradores são sim proprietários, mas da empresa que é proprietária das moradias. Como o princípio da “democracia econômica” requer igualdade nas cotas de participação de uma cooperativa, todos os moradores preservam em mesma medida seu próprio direito à moradia.

Essa circularidade entre propriedades é garantida no Uruguai pela Ley Nacional de Vivienda, vigente no país desde 1968. Ela estabelece nas cooperativas um “régimen de uso y goce”, pela qual a posse da moradia é vinculada à cota de participação empresarial e, mantido esse vínculo, pode ser passada a herdeiros. Numa situação oposta, em que um morador opta por deixar a moradia, sua cota de participação será readquirida pela cooperativa por um valor contábil, sem envolver em nenhum momento compra ou venda de um bem imobiliário. Um outro morador será selecionado pela cooperativa mediante a aquisição da mesma cota de participação e passará, dessa forma, a integrar uma nova geração de cooperativados.

Entre os casos extremos de herança e de venda da cota de participação, há a situação mais comum do morador que sofre uma perda de renda e não pode mais cotizar a amortização da dívida realizada pela cooperativa durante a construção das moradias. Em outras situações, esse endividamento com frequência implica em constrangimento e até mesmo despejo de moradores inadimplentes. No entanto, nas cooperativas da Fucvam a dívida não é dos moradores, mas sim da cooperativa, uma empresa de economia solidária que pode oferecer suporte econômico a seus integrantes com critérios de relações pessoais ou comunitárias inexistentes para bancos ou outras instituições financeiras.

Do ponto de vista da gestão pública, o financiamento a uma cooperativa de moradia no modelo da Fucvam, em que a propriedade fundiária reforça uma relação comunitária solidária, é o mais seguro e eficiente dos financiamentos para habitação de interesse social.

A produção permanente do espaço da moradia

A ajuda mútua da Fucvam coordenou até hoje no Uruguai a construção de aproximadamente dezesseis mil moradias em quatrocentos conjuntos edificadas. Estes conjuntos têm denominações iniciadas com a expressão Cooperativa de Vivienda, com siglas em que Covi se torna uma espécie de prefixo: Covimt (Cooperativa de Vivienda Matriz de Textiles); Covisunca (Cooperativa de Vivienda del Sindicato Único Nacional de la Construcción y Anexos); Covicivi (Cooperativa de Vivienda Ciudad Vieja); Covitjo (Cooperativa Treinta Jóvenes).²⁵

A denominação “cooperativas de moradia” é mais informativa do que a denominação “conjunto habitacional” ou “condomínio”, pois ela não se refere a uma base imobiliária ou patrimonial, mas sim a uma empresa que permanece ativa mesmo décadas depois de realizar seu produto mais complexo: os edifícios onde residem seus dirigentes, os cooperativados.

Além de desmercantilizada, a propriedade desse produto não é dividida nas frações reais ou ideais que condicionam a gestão do espaço comum por organizações enfraquecidas como são as associações de moradores ou condomínios. Uma vez concluída a construção das unidades habitacionais, a ajuda mútua segue unificada e livre para manter, gerir, alterar, ampliar e renovar todo o espaço privado e público de moradia, se este for o desejo comum dos moradores, numa espécie de “vontade geral” cooperativada. A construção do espaço desmercantilizado dá início, assim, a uma produção permanente e para a qual o assessoramento técnico nunca perde função.

²⁵ Uma história da Fucvam poderia ser traçada nesses nomes, que transitam das primeiras cooperativas, que ainda tinham uma base sindical, passando pelas experiências de reciclagem de edifícios em área central, até chegar às mais recentes, em que a formação de identidades sociais se dá fora das referências de trabalho formal.

A permanência da produção do morar é, no fundo, uma disputa por poder. Em um texto preciso sobre conceitos, Silke Kapp fundamenta a distinção entre assistência técnica e assessoria técnica numa capacidade de intervir em relações de dominação que envolvem o espaço construído, em que

[...] assistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto assessoria condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação (KAPP, 2018, p. 222).

Por isso, a interlocução da assessoria técnica deve se dar com “grupos socioespaciais”, que se relacionam com o espaço construído com mais autonomia que um *cliente* que encomenda projetos, um *usuário* que é afetado por um edifício ou um *beneficiário* que se inscreve num programa habitacional. A autonomia do “grupo socioespacial” existe numa relação de determinação mútua com o espaço, pois ele *se forma* no espaço à medida que *dá forma* ao espaço:

Grupo sócio-espacial designa um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele. A articulação entre espaço e nexos social é necessária e dialética: necessária porque o grupo não existiria sem ela; dialética porque tensionada e sempre em processo [...] Na linguagem de Henri Lefebvre, um grupo sócio-espacial produz um espaço e é produzido por ele. Um grupo que dá conta de se constituir produzindo um espaço ou na perspectiva de fazê-lo, terá alguma ideia de autonomia, por mais frágil que seja. A assessoria visa a fortalecer essa autonomia, ao contrário da maioria dos programas públicos (KAPP, 2018, p. 224).

Neste sentido, cada cooperativa de moradia da Fucvam é um poderoso grupo socioespacial, que é produzido pelo espaço que a cooperativa retira da fragmentação de mercado e é produtor permanente de um espaço em que a ajuda mútua “terá alguma ideia de autonomia, por mais frágil que seja”.

Em seu texto, Silke Kapp menciona como exemplo o assessoramento técnico a quilombolas ou a pais e professores que reformam uma escola. O exemplo que este trabalho oferece é menos atraente e aparece na imagem abaixo, de um edifício de blocos de concreto e com portões de chapa de aço pintados em vermelho. Trata-se

de uma garagem voltada para uma rua de serviço do mais importante complexo de cooperativas de moradia da Fucvam em Montevidéu, o José Pedro Varela.²⁶

Figura 2 – Garagem construída em 2006 no Complejo José Pedro Varela



Fotografia do autor (2008).

A primeira impressão engana: a garagem não é um exemplo de privatização do espaço da cooperativa, mas sim da força coletiva de sua gestão. O pavimento térreo de diversos blocos no complexo José Pedro Varela é destinado a pontos comerciais e são uma importante fonte de receita para a cooperativa. Décadas após sua construção, os pontos necessitavam de abrigos fechados para estocagem de mercadoria e estacionamento de veículos de carga. Após diversos estudos e orçamentos, debatidos por meses em comitês e assembleias, a cooperativa construiu o modesto conjunto com sete portões. Quando estive no local, ele foi apresentado para mim com orgulho pelos cooperativados, como uma prova de que eram capazes de controlar o espaço de forma democrática.

Cooperativismo de moradia em Athis e na cidade informal

Nas cooperativas de moradia da Fucvam, a propriedade do espaço se desmercantiliza ao ser exercida por um grupo socioespacial que preserva sua autonomia para produzir o espaço para além da construção do edifício.

²⁶ 34°52'43"S 56°05'57"W.

Quais são os desafios para que algo semelhante possa acontecer nas iniciativas de Athis no Brasil? A argumentação baseada apenas em ideais do cooperativismo de moradia uruguaio permite esboçar uma resposta em dois níveis.

Um primeiro, institucional, seria a integração da cooperativa de moradia por ajuda mútua na política pública de habitação de interesse social. Essa integração, no entanto, exige a atualização da legislação brasileira sobre sociedades cooperativas, para permitir que elas distribuam seu patrimônio construído entre os cooperativados no modelo do “régimen de uso y goce” na legislação uruguaia. Sem essa tarefa de adequação institucional, a cooperativa não passaria de mais uma “entidade organizadora” a realizar uma política de habitação com base na propriedade fragmentada da habitação.

Um desafio em segundo nível é urbanístico: no Brasil, o foco do cooperativismo de moradia precisa se deslocar da provisão habitacional em área livre para a urbanização e melhoria habitacional nos espaços já ocupados de suas cidades informais: além de cortiços e ocupações em áreas centrais (como já realizado pela Fucvam em Montevideu), as grandes áreas de favelas e loteamentos irregulares em periferias urbanas. São ocupações que podem ter graus muito diferentes de precariedade da moradia, mas todas têm posse igualmente desprotegida pelo Estado (mas não por milícias ou facções criminosas) e que se expande por meio de um mercado informal, que é marca característica da economia brasileira. Um regime de propriedade juridicamente válido aparece nestas áreas apenas através de programas governamentais de regularização fundiária, cuja obsessão em emitir títulos individuais de propriedade de imóveis frequentemente está em descompasso com qualquer visão de controle coletivo do espaço urbano.²⁷

Nas periferias brasileiras, o assessoramento técnico precisa lidar com pessoas que, apesar de fortemente conectadas pelo espaço que constroem e compartilham, têm pouca autonomia financeira, técnica e jurídica para fazer mais do que pequenos e sofridos investimentos na própria habitação. Quem atua na vertente de melhorias habitacionais de Athis sabe que o resultado agregado desses investimentos privados acaba agravando condições coletivas de habitabilidade, saneamento e áreas livres.

No Brasil, o modelo do cooperativismo de moradia uruguaio precisaria se radicalizar no ideal de “construir no construído”, consagrado na arquitetura europeia (Duot; Lacaton; Vassal, 2011) mas pouco valorizado para favelas e loteamentos irregulares. Nestes locais, a propriedade por cooperativa poderia ser combinada com experiências avançadas de desmercantilização de espaço já ocupados, a mais promissora delas sendo o “*Trust* de Terra Comunitária”, praticado por décadas contra processos de gentrificação urbana em cidades americanas (Angotti, 2017) e que a

²⁷ Este parece ser o caso do recém-lançado programa federal Casa Verde e Amarela, com o agravante de pretender conectar titulação fundiária e financeirização do espaço urbano (Guerreiro; Rolnik, 2020). Sobre a dissociação entre regularização fundiária e controle urbano na cidade informal, ver Nakamura (2014).

organização não governamental “Community Cathalist” propõe para urbanizações de favela no Rio de Janeiro (Williamson, 2018).

A propriedade fundiária não é uma instituição capitalista. Nas sociedades que preexistiram a esse modo de produção ela foi exercida predominantemente por formas de organização coletiva. No panorama atual em que a propriedade fundiária se fragmenta cada vez mais (a ponto de hoje se desmanchar em fluxos financeiros), as cooperativas de moradia pretendem, na maneira pontual e pragmática de sempre, exercer poder de propriedade sobre espaços urbanos à medida que os retira do incessante ciclo de mercadorias que constitui a riqueza contemporânea.

A ação pontual e pragmática não impede que o cooperativismo de moradia da Fucvam sirva como ideal para uma política de habitação de interesse social, uma vez que orienta o arranjo institucional de Athis no sentido de resgatar e isolar a moradia tanto do mercado formal quanto do mercado informal de terra urbana. Existem resgates semelhantes por parte do Estado, por desapropriação ou por zoneamento. No entanto, quando são realizados por grupos socioespaciais, eles revelam uma forma radical de desmercantilização que não apenas *limita* o poder do capital como também o *contesta* como meio de controlar e organizar o espaço coletivo e privado.

Um arranjo institucional capaz de sustentar uma produção social autônoma de espaços desmercantilizados é, em essência, um arranjo institucional anticapitalista.

Referências

ANGOTTI, Tom. “Lutas pela terra e a promessa do *Trust* de Terra Comunitária”. In: **Mitos e transformações na metrópole**. São Paulo: Annablume, 2017.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU/USP, 2008.

CCU - Centro Cooperativista Uruguayo. “El cooperativismo de ayuda mutua en el Uruguay”. In: **Informes de la Construcción**, v. 36, n. 362. Madrid: Instituto Eduardo Torroja, 1984.

CHÁVEZ, Daniel; BURONI, Teresa. **El movimiento cooperativista de vivienda por ayuda mutua del Uruguay**. Cidade do México: Habitat Coalition, 1996.

DAMBRAUSKAS, Alicia; GONZÁLEZ, Gustavo. “La irradiación latinoamericana de la experiencia”. In: NAHOUM, Benjamín (org.). **Una historia con quince mil protagonistas**. Sevilla/Montevidéu: Junta de Andalucía • Intendencia Municipal de Montevidéu, 2008.

DUOT, Frédéric; LACATON, Anne; VASSAL, Jean-Philippe. “Não demolir nunca”. *In: Piseagrama*, n. 2. Belo Horizonte: Rona, 2011.

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel. “Regularização fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade”, 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>.

GHILARDI, Flávio. “La potencialidad política del cooperativismo de vivienda”. *In: Vivienda Popular*, v. 28, p. 92-97. Montevideo: UdelaR, 2016.

GHILARDI, Flávio. **O cooperativismo de moradia em Montevideo e autogestão habitacional no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2017.

GONZÁLES, Gustavo. **Una historia de Fucvam**. Montevideo: Trilce, 2013.

KAPP, Silke. “Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica”. *In: RBEUR*. V.20, N.2. São Paulo: ANPUR, 2018.

NAHOUM, Benjamín. **Algunas claves: reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua**. Montevideo: Trilce, 2013.

NAKAMURA, Milton. **O controle urbano nas favelas urbanizadas**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PGT/UFABC, 2014.

SOTO, Gustavo; ALAGGIA, Javier. **A la luz del día**. Montevideo, Fucvam, 2004.

TOGNOLA, José. “La relación Cooperativa-medio: la Cooperativa después de la vivienda”. *In: NAHOUM, Benjamín (org.). Una historia con quince mil protagonistas*. Sevilla/Montevideo, Junta de Andalucía / Intendencia Municipal de Montevideo, 2008.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo, Aurora, 2015.

WILLIAMSON, Theresa. “Community Land Trusts in Rio’s favelas”. *In: Land Lines*. Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy, 2018.

A promoção de uma política de Athis a partir do CAU: uma análise do caso de Santa Catarina

Antonio Couto Nunes
Claudia Elisa Poletto

Introdução

Em reforço ao direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988, e consoante o especificado no art. 4º do Estatuto da Cidade, a Lei Federal n. 11.888/08 foi promulgada com o objetivo de assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita no projeto e construção de habitação de interesse social. A Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis), que deveria ser um dos instrumentos do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), acabou por não ter se efetivado enquanto política pública.

A moradia, objeto da referida Lei, tida como artigo financeiro e não como direito, relega às periferias as parcelas carentes da população, que, sem suporte do Estado, se submetem a ocupar áreas da cidade desprezadas pelo mercado imobiliário, como encostas, mangues, dunas, ou ainda aquelas sem a infraestrutura necessária para garantir condições mínimas de habitabilidade aos seus moradores (NUNES, 2017). Essa histórica produção do espaço urbano periférico é uma produção social e não natural, e, junto da autoconstrução, passam a ditar a morfologia das cidades brasileiras e seu estigma territorial excludente.

Com o intuito de promover a arquitetura e o urbanismo para todos, e na busca pela ampliação do campo profissional para os arquitetos e urbanistas, o CAU/BR, no ano de 2017, definiu que todos os CAUs estaduais destinassem 2 % das receitas de arrecadação líquida do seu orçamento anual para apoiar ações de Athis (CAU/BR, 2017). Nesse mesmo ano, o CAU/SC instituiu uma Comissão Temporária de Assistência Técnica (CTEC) para nortear o investimento destes recursos e definiu pela contratação de uma consultoria para desenvolver o Plano Estratégico de Implementação de Athis (PEI – Athis). Na gestão de 2018-2020, essa comissão passa a ser uma instância permanente no conselho, a Comissão Especial para Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Cathis), e passa a ser a responsável pelo encaminhamento das ações previstas no plano.

Embora a demanda por habitação não seja uma atribuição legal do CAU, tampouco deve o Conselho suprir as lacunas do Estado no cumprimento de suas obrigações, ao contribuir para que os agentes públicos que possuem o dever constitucional de agir para promover habitação cumpram com seus papéis institucionais, um Conselho profissional passa a instigar o poder público e proporciona um novo olhar sobre a prática da arquitetura à sociedade (profissionais, academia, sociedade civil), para as camadas mais vulneráveis da população, através de debates e do fomento financeiro de experiências virtuosas ou replicáveis.

Este trabalho objetiva apresentar o histórico da construção da política de Athis do CAU e o modo como o CAU de Santa Catarina atuou com esta temática no horizonte temporal de 2017 a 2020. Expõem-se parte dos resultados atingidos com as ações programadas em seu planejamento e os reflexos na rede de atores estaduais e nacionais. Ao final, são tecidos comentários sobre o papel do Conselho no fomento às ações que promovam o direito à moradia digna e sobre de que maneira ele pode se consolidar como um dos principais debatedores do tema.

Histórico da ATME e da Athis e como o tema ganha destaque no CAU

Embora a prática da arquitetura no Brasil tenha se desenvolvido a partir de uma perspectiva elitista, cabe destacar o trabalho dos profissionais que fugiram à regra e desempenharam papel fundamental na construção da Lei de Athis. Remontamos ao Rio Grande do Sul da década de 1970, período em que nasce a Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME), fruto da parceria entre Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS) e o Crea/RS, que visava, justamente, o atendimento à demanda habitacional no estado gaúcho – considerada o embrião da Lei n. 11.888/08. Na década de 1990 a ATME se torna um projeto de Lei municipal de Porto Alegre (RS) e ganha repercussão a nível nacional, sendo o

arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz reconhecido como um dos grandes expoentes de sua criação.

O início dos anos 2000 é marcado por importantes conquistas para a política urbana brasileira: a consolidação da moradia como direito constitucional e a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/01), que regulamenta o capítulo da política urbana da Constituição Federal e traz a assistência técnica como um instrumento para efetivá-la. A construção desse cenário favorável, aliada a eleição de Clóvis como Deputado Federal, permitiu a defesa de um projeto de Lei Federal (PL 6223/02), similar à proposta da ATME, na Câmara dos Deputados, porém sua discussão não avançou.

No ano de 2005 a PL 6223/02 é retomada através da Campanha Nacional pela Assistência Técnica, conduzida pela coalizão entre entidades representativas dos arquitetos, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA). A campanha se constituiu por seminários regionais, fomentando o debate sobre a habitação e o direito à moradia. O acúmulo dos debates culminou na reestruturação da PL 6223/02. Revisado, o projeto de Lei foi encaminhado e defendido novamente no Congresso por um arquiteto e urbanista – o Deputado Federal Zezéu Ribeiro. Diante de um cenário progressista, em dezembro de 2008 a Lei da Athis é finalmente aprovada e sancionada pela Presidência da República – um alento às décadas de lutas pleiteadas pelos movimentos sociais e profissionais da área. A Lei da Athis ficou conhecida também como “SUS da habitação”, em uma referência ao sistema público de saúde nacional. Contudo, a sua efetivação enquanto Política Pública nacional não se confirmou. O lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida em 2009, devido à sua natureza e escala, acabou por receber mais atenção e recursos, deixando a Lei da Athis adormecida naquele momento.

Considerando a atuação comprometida de arquitetos e urbanistas com a realidade habitacional brasileira e a construção de uma política pública efetiva, o novo Conselho profissional, criado pela Lei Federal 12.378/10,²⁸ determinou em 2015, a abertura de uma chamada pública de apoio institucional para projeto em Athis. Ao todo, 28 propostas foram enviadas, o que pode ser entendido como um termômetro da demanda latente por recursos e financiamentos na área. O valor do edital era de R\$ 150.000,00, o que permitiu viabilizar somente quatro projetos, a saber: Projeto Loteamento João de Barro (R\$ 22.613,80); Projeto Arquitetando o Desenvolvimento da Gente (R\$ 26.300,00); Escritório Modelo de Assistência Técnica (R\$20.000,00) e; Projeto Canhema II (R\$ 81.086,20), que se tornou referência e foi amplamente divulgado pelo CAU/BR (CAUBR, 2015).

²⁸ A Lei Federal n.12.378 de 2010 permitiu que os arquitetos e urbanistas criassem um conselho profissional próprio, separando-se assim dos engenheiros, que seguem no sistema CONFEA-CREA.

Em um mercado tão competitivo como o de arquitetura, trata-se de um contrassenso a grande maioria dos profissionais atuando quase que em sua totalidade para uma parcela tão reduzida da população. Assim, a ação do CAU/BR se mostra acertada, na medida que atende a uma demanda real da sociedade brasileira e contribui para o desenvolvimento de um campo profissional subdimensionado pelo mercado (KUTAS, NUNES, SARMENTO, 2021, p.1846).

Concernente com os resultados positivos do edital de 2015, o CAU/BR avançou na perspectiva da assistência técnica e determinou em 2016 que, no mínimo, “2 % do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC,²⁹ fossem alocados em projetos estratégicos Athis” (CAU/BR, 2016, p. 21). A ação se ampliou, cabendo a cada conselho estadual determinar como investir o recurso previsto. Pela Lei 12.378/2010, a função do Conselho Federal é de legislar, propor as leis e normativas que regem a profissão em nível nacional. Ao Conselho Estadual – os CAU/UFs – cabe o papel executivo, em especial o de fiscalizar o exercício profissional no território, onde ele é realizado.

Em relação à ordenação entre os diferentes estados, é importante fazer menção que a estrutura do CAU é baseada na quantidade de profissionais atuantes por unidade da federação. Para se ter uma ideia, com dados obtidos a partir do IGEO³⁰ em 6 de abril de 2021, são 198.263 arquitetos registrados no país, sendo que o estado com menor quantidade de arquitetos é Roraima, com 229 profissionais registrados, e o maior é o estado de São Paulo, com 62.525 profissionais registrados. Ou seja, um CAU com poucos arquitetos registrados atuando e gerando baixa receita, possui um valor reduzido referente aos 2 % em Athis para investir. Já um estado com uma maior quantidade de profissionais contribuindo com anuidades e Registros de Responsabilidade Técnica – RRT (principais fontes de receita dos CAU), consegue destinar um valor maior para ações na temática da Athis.

Embora esta ação, em rápida análise, seja insuficiente para atender à demanda por habitação no país, mostra-se relevante enquanto política profissional. Em pesquisa realizada pelo CAU/SC em outubro de 2020, através de uma coleta de dados voluntária, mesmo com um baixo índice de retornos, foi possível dimensionar o impacto dos 2 % em termos financeiros. Com dados de somente 8 unidades da federação,³¹ o investimento em Athis entre os anos de 2017 e 2019 foi de quase três milhões de reais (Figura 1).

²⁹ CSC – Centro de Serviços Compartilhados do CAU/BR.

³⁰ IGEO-CAU/BR - Sistema de georeferenciamento das informações cadastradas no CAU, de acesso público.

³¹ O CAU/PI iniciou a resposta ao formulário, porém não indicou os valores totais investidos.

Figura 1 – Total investido em Athis em oito estados entre 2017 e 2019



Fonte: CAU/SC, 2020.

No caso do CAU/SC, que na hierarquia do sistema CAU é considerado um estado com receita elevada,³² havia um recurso significativo em jogo para investimento em Athis, assim, no ano de 2017 o plenário do CAU/SC definiu pela formação de uma Comissão Temporária de Assistência Técnica (CTEC), como forma de debater a metodologia a ser empregada pelo Conselho para investir sua receita anual em Athis.

A CTEC e o Plano Estratégico de Implementação da Athis do CAU/SC

Com a formação da CTEC³³ para debater o tema, foram indicados como membros, além de conselheiros da gestão, representantes externos ao CAU, convidados a participar devido ao conhecimento na temática da habitação de interesse social.³⁴ Com atividades entre fevereiro e setembro de 2017, a CTEC definiu pela elaboração de um termo de referência para licitar a contratação de uma consultoria técnica externa, que seria responsável pela elaboração de um plano estratégico de longo prazo para implementação da Athis no Estado de Santa Catarina, de modo a di-

³² Em abril de 2021, o CAU/SC possuía 10.839 arquitetos e urbanistas registrados, o que o coloca na sexta posição em número de registrados e consequentemente o sexto maior orçamento dentre os CAU/UF, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

³³ Por força regimental, uma comissão temporária pode ser formada com aprovação do plenário para um fim específico, e deve ter duração prevista de 6 meses, com possibilidade de prorrogação por mais 6 meses.

³⁴ A composição da comissão foi definida na 63ª reunião plenária ordinária, realizada em 13/01/2017. Foram indicados os arquitetos Cibele Assmann Lorenzi, Christian Krambeck, Flávio Menna Barreto Trevizan, Maykon Luiz da Silva, Thiago Borges Mendes como titulares e como suplentes Marina Ortiz, Sílvia Ribeiro Lenzi, Rosana Silveira, Flávio Alípio e Mateus Szomorovszki.

recionar a atuação do Conselho no tema até o ano de 2023, ou seja, perpassando por outras duas gestões - 2018/2020 e 2021/2023.

O PEI – Athis foi concebido entre os anos de 2017 e 2018, pela consultoria AH! Arquitetura Humana, vencedora da licitação, sob a supervisão do CAU/SC. Entre o início do trabalho e sua conclusão, houve uma mudança de gestão no Conselho – a Comissão Temporária de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Cathis). O plano elaborado compõe-se de 4 volumes: o diagnóstico, o plano, a legislação e a cartilha. No produto Diagnóstico, apresenta-se uma análise do Plano Catarinense de Habitação de Interesse Social (PCHIS) (2012) e o cenário da habitação no estado em 2017. Nesta etapa foram realizadas oficinas participativas nas 6 mesorregiões do estado, no sentido de validar os indicativos do PCHIS, bem como garantir que o processo de elaboração fosse participativo, especialmente na elaboração de arranjos institucionais e na identificação das ações a serem desenvolvidas na etapa posterior. O diagnóstico também apresentou um levantamento com experiências relevantes sobre o tema, sendo 34 nacionais e cinco internacionais.

O volume do plano estratégico em si pode ser identificado como o principal documento elaborado, que estrutura e direciona a atuação do CAU/SC no fomento à Athis. Foram elencadas doze ações prioritárias a serem desenvolvidas pelo Conselho, de forma articulada e consecutiva, apontando os objetivos, metas e indicadores de cada ação, arranjos operacionais, etapas, valores envolvidos, possíveis parceiros etc. Um dos aspectos mais relevantes da proposta é que o plano sugere dividir as ações a partir dos potenciais atores, a saber, o poder público, a academia, as comunidades demandantes, e os profissionais liberais. Esta divisão contribui para que o CAU possa ativar diferentes atores a desenvolver ações específicas de Athis. No produto normativo, que compilou as legislações relativas ao campo da habitação e da assistência técnica, é apresentada uma proposta de minuta padrão para que possa ser adaptada para realidades municipais e estaduais distintas.

Com o papel de democratizar o acesso à informação sobre esse direito, a cartilha didática apresenta uma síntese de todo material produzido. Os diferentes agentes promotores da Athis recebem orientação direcionada na cartilha, o que denota a importância da análise a partir de diferentes perspectivas (academia, movimento social, poder público e profissional liberal). Importante citar que este documento foi reeditado pelo CAU Brasil e distribuído em todo país através de uma ação coordenada pelo CAU/BR para promoção de exemplos de HIS através da Revista Projeto (Figura 2).

Figura 2 – Da esquerda para direita, capa da Cartilha do PEI-Athis, revista Projeto específica sobre projetos de HIS e Cartilha da Athis reeditada pelo CAU/BR



Fonte: CAU/SC, 2018.

No volume do Plano Estratégico estão descritas as ações e seu detalhamento. Cada ação é composta por metas, e cada meta apresenta prazos sugeridos para execução. As ações estão organizadas em relação ao objetivo específico vinculado, são eles: Objetivo 1 - Fomentar a Athis enquanto Política Pública; Objetivo 2 - Apoiar Profissionais autônomos; Objetivo 3 - Promover Athis como ferramenta para mediação de conflitos; Objetivo 4 - Criar cultura profissional e social de Athis. Esse modelo estruturado a partir do planejamento estratégico reduz equívocos de interpretação e direciona a operacionalização das ações. Mesmo que fujam um pouco da previsão inicial, é importante que haja um norte para apontar.

A efetivação das ações

O PEI-Athis sugere que as ações sejam desenvolvidas de forma cronológica e sincrônica, em relação aos quatro objetivos citados. No entanto, a sua realização depende da disponibilidade de recursos e da conjuntura político-social, que acabam por se mostrar como fatores decisórios na tomada de decisão (KUTAS, NUNES, SARMENTO, 2021). A partir do plano, foi realizada uma ampla campanha de divulgação da cartilha e sensibilização da Lei, orientada pela ação A3. Ao todo foram realizados 14 eventos, distribuídos em todas as regiões de Santa Catarina (Figura 3). Nestes eventos foram apresentados o Plano e da Lei n. 11.888/08, exemplos exitosos e troca de experiências. Participaram convidados de todos os setores relacionados à Athis, poder público, estudantes e professores universitários, movimentos sociais, profissionais liberais e representantes de outras categorias profissionais, como advogados e assistentes sociais (Figura 4).

Figura 3 – Locais que tiveram presença do CAU/SC para apresentação do PEI-Athis



Fonte: CAU/SC, 2020.

Como encerramento do ciclo de divulgação da Lei foi realizado um Seminário Nacional de Athis (novembro de 2018 – Florianópolis), reunindo importantes expoentes do assunto em um espaço de debate e aprendizagem. Esta ação configurou-se como primordial para consolidar a rede de atores formada no roteiro de apresentações estaduais e, a realização de uma oficina ao final do seminário contribuiu para a compreender as ações prioritárias do PEI-Athis e como aplicá-las de forma articulada entre si. Como segunda atividade, a união das ações A2 e B2, que objetivou a promoção de um curso de capacitação para profissionais e poder público (Figuras 5).

A Capacitação em Athis foi uma ação emblemática. A contratação se deu por meio de licitação com comprovação de capacidade técnica. Como vencedores do processo, o Instituto para Conscientização de Política Públicas (ICPP), contou com a responsabilidade técnica de dois arquitetos que são referência no tema da Athis, Claudia Pires e Demetre Anastassakis, sendo este último infelizmente veio a falecer durante o processo de finalização dos documentos que seriam utilizados durante o curso. O material didático produzido pela consultoria sob supervisão do CAU/SC foi divulgado amplamente no dia nacional da Habitação, em 21 de agosto de 2020 (Figura 6). Este documento foi um dos últimos registros da atividade profissional do arquiteto Demetre Anastassakis.

Figura 4 – Registro de uma apresentação do PEI-Athis na Câmara de Vereadores de Lages



Fonte: CAU/SC, 2019.

Figura 5 – Capacitação em Athis promovida pelo CAU/SC no município de Chapecó



Fonte: CAU/SC, 2019.

Após as ações de divulgação e de capacitação, percebeu-se que o cenário institucional se modifica, com o CAU/SC sendo procurado por outros agentes para viabilizar ações de forma conjunta. Esta constatação pode ser verificada na efetivação de um orçamento mais vultoso no ano de 2019, chegando a um total de 2,59 % do orçamento em 2019 (Tabela 1). Dentre essas ações cabe destaque para a realização de editais de patrocínio, envolvimento em processos jurídicos como *amicus curiae*³⁵

³⁵ Expressão em latim que significa *amigo da corte* ou *amigo do tribunal*. O objetivo de um *amicus curiae* é auxiliar o Tribunal, oferecendo esclarecimentos que possam ser essenciais à resolução do processo. Neste sentido, o caráter do *amicus curiae* não se define em defender o interesse jurídico de uma das partes, uma vez que não assume poderes processuais. A sua função é chamar a atenção da corte aos fatos que, até o momento, não haviam sido notados. No caso do CAU/SC, o ingresso como *amicus curiae* ocorreu em processos de reintegração de posse em ocupações na Grande Florianópolis.

e acordos com prefeituras (Chapecó e Balneário Camboriú) com o objetivo de alavancar a percepção da Athis enquanto uma política pública municipal.

Figura 6 – Guia da Assistência Técnica para Habitação Social: O passo a passo Como Fazer?



Fonte: CAU/SC, 2020.

Muito embora o poder judiciário possa mostrar-se distante de boa parte das demandas relativas habitação social, o caso da Defensoria Pública do Núcleo Regional de Chapecó representa uma exceção e contribuiu para que algumas atividades desenvolvidas pelo CAU/SC tivessem um caminho mais célere neste município. Considerando as atribuições legais de defesa dos direitos individuais e coletivos, a 7ª Defensoria Pública do Núcleo Regional de Chapecó, notificou a Prefeitura Municipal por sua negligência em atender à demanda habitacional e suas obrigações constitucionais em relação ao acesso à moradia. Para buscar orientações neste processo de adequação em relação à legislação e efetivação da política habitacional, o município entrou em contato com o CAU/SC. Aproximação esta que se efetivou na assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), em setembro de 2019, sem transferência direta de recursos financeiros entre as partes, proporcionando ao CAU/SC o desenvolvimento de atividades de orientações em busca da implementação da Athis enquanto política pública no município (KUTAS, NUNES, SARMENTO, 2021). A ação foi encarada como um protótipo e posteriormente foi utilizada como referência para a viabilização de um ACT com o município de Balneário Camboriú.

Tabela 1: Histórico de investimento em Athis pelo CAU/SC entre 2017 e 2020

| Ano | Orçamento Previsto | Previsto em % | Orçamento executado | Executado em % |
|------|------------------------------|---------------|---------------------|----------------|
| 2017 | R\$ 171.934,00 | 3,00 % | R\$ 115.986,00 | 2,10 % |
| 2018 | R\$ 170.944,00 | 2,30 % | R\$ 91.200,00 | 1,40 % |
| 2019 | R\$ 178.592,00 | 2,30 % | R\$ 201.848,00 | 2,50 % |
| 2020 | R\$ 159.913,61 ³⁶ | 2,00 % | R\$ 124.428,78 | 1,70 % |

Fonte: CAU/SC, 2021.

Uma parcela significativa do recurso investido foi usada para fomento de ações exitosas, através de editais de chamada pública para patrocínio. O PEI-Athis prevê esta atividade nas ações A6 e B4. O mais interessante deste formato, é permitir a efetivação de obras que não estão nas atribuições legais do Conselho, uma autarquia pública federal. Nos anos de 2019 e 2020, foram destinados 120 mil reais para patrocínio de ações na Athis. Ao todo foram 4 projetos contemplados em 2019 e 3 em 2020.³⁷ Cabe destacar a abrangência destes editais, atingindo diferentes públicos em diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

O cenário que se estabelece em 2020 difere de forma significativa devido à pandemia de Covid-19. Ainda em 2019 a comissão incluiu na formulação para as ações em Athis o conceito da Saúde Urbana.

[...] a saúde urbana pode ser considerada como um ramo da saúde pública que estuda os fatores de riscos das cidades, seus efeitos sobre a saúde e as relações sociais urbanas. Os atuais pilares da saúde urbana são: o adensamento de populações; o papel do ambiente físico e social como modelador da saúde das pessoas; a necessidade de aferir os fenômenos tendo como objeto as desigualdades injustas e evitáveis do ambiente físico, social e em saúde e a governança ou

³⁶ O valor previsto no orçamento anual do Conselho aprovado em 2020 era de R\$171.571,28, no entanto, devido aos cortes nas despesas realizados em decorrência da Pandemia de Covid19, o valor equivalente aos 2 % foram reduzidos para R\$159.913,61.

³⁷ Projetos contemplados em 2019: Seminário de Residência em Arquitetura e Urbanismo – público acadêmico (Florianópolis); Ações de Melhoria Habitacional (Projeto Construindo Dignidade) – população demandante (Laguna); Oficina de inovação e empreendedorismo em Athis – profissionais liberais (Florianópolis) e documentário sobre metodologia de aplicação da Athis pelo poder público (Criciúma/Nova Veneza). Em 2020 foram contempladas ações de mitigação à pandemia para famílias em situação de vulnerabilidade social: Diretrizes para implementação da Lei de Athis no enfrentamento da pandemia Covid-19 nos municípios catarinenses: um estudo a partir de Chapecó (Projeto Habita Chapecó) – Poder público, Chapecó; Ponto de Higieneização e Lavatório Coletivo – população demandante, Garopaba; Inclusão Socioambiental na Pandemia Covid19 – população demandante, Palhoça. (CAU/SC, 2020).

governabilidade, como proposta para as soluções para as iniquidades (CAIAFFA, 2008, p. 1789).

Esta nova abordagem sugere a importância de atualização do planejamento existente. A pandemia acelerou este processo, uma vez que as ações previstas precisaram ser revistas, inclusive com redução de verba, proporcionalmente à redução de arrecadação do Conselho. Dentre as principais adaptações promovidas, o material didático resultado do curso de capacitação em Athis foi utilizado como base metodológica para criação de um curso a ser aplicado de forma online, uma resposta ao distanciamento social imposto pela pandemia. O material deverá ser disponibilizado em meados de 2021, de forma gratuita a todas e todos.

Com a rede de atores articulada através dos editais de patrocínio ofertados à sociedade, que trouxeram à tona inúmeras práticas e arranjos locais sentiu-se a necessidade de que as experiências de habitação e autogestão popular já ocorridas no estado fossem catalogadas e divulgadas. Objetiva-se em 2021 memorizar essas vivências em um livro de Athis com a expertise catarinense na produção habitacional.

Considerações finais

As nossas cidades são produto das precariedades, do déficit habitacional qualitativo, dos conflitos fundiários e da extrema desigualdade brasileira. A escassez de políticas públicas que reconheçam as condições de vida, deficiências, carências e inadequações da moradia popular e a ausência do Estado para superá-las e para manter ações permanentes para provisão de moradia, aliada à condicionantes culturais, raciais e econômicas da população, culmina no cenário onde mais de 85 %³⁸ da população não contrata serviços de arquitetos e engenheiros (CAU/BR, 2015).

A Athis tem como pressuposto sanar as demandas onde a precarização é a determinante chave. Seu conteúdo reparador e condutor é parte inerente de um novo processo histórico de desenvolvimento social. Traçar estratégias inovadoras para sua efetivação, levando seu conteúdo aos gestores dos municípios através de arranjos institucionais foi o caminho encontrado pelos CAU/UF. Alguns conselhos desenvolveram ações de saúde urbana em seus estados, como o caso do CAU/RS (através dos projetos Casa Saudável e Nenhuma Casa sem Banheiro, em parceria com o poder público), o CAU/DF em iniciativas em parceria com entidades e universidades, a Jornada de Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (Jathis), ou o CAU/AL em ações de parceria com Governo do Estado de Alagoas e o ONU Habitat, que deram início à construção efetiva e democrática de uma Athis enquanto política pública de Estado.

³⁸ A porcentagem pode ser ainda maior, uma vez que a pesquisa promovida pelo CAU/BR considerou somente pessoas das faixas de renda A, B1, B2 e C1 (NUNES, 2017).

O CAU/SC, por sua vez, apresenta uma visão mais ampla do processo da política de Athis, com a aproximação dos diferentes atores e sua atuação conjunta. Como reflexão crítica, percebe-se que o desenvolvimento de tantas ações demanda capacidade de execução. Como alternativa a este quadro, talvez uma solução seja a criação de estruturas internas focadas no trabalho em Athis, como foi feito pelo CAU/RS, que estabeleceu internamente um Gabinete com equipe exclusiva focada em ações de Athis, garantindo maior celeridade e concisão às ações.

Em relação a estruturação, tomada de decisões e execução das tarefas contidas no PEI-Athis, do CAU/SC, através do retorno obtido na primeira gestão com a utilização dessa ferramenta sentiu-se a necessidade de revisões e adequações nas ações e metas inicialmente propostas. No entanto, estas mudanças não minimizam a eficiência, relevância e pertinência do Plano; pelo contrário: a efetiva implementação de um instrumento complexo como o Plano está sujeita a alterações ao longo do processo – ato que deve ser realizado regularmente em planejamentos estratégicos.

Muito embora não seja dever do CAU suprir as lacunas do Estado no cumprimento de seus deveres atribuídos em marcos legais, a promoção de ações relacionadas à Assistência Técnica o coloca em uma posição de destaque na construção de alternativas para viabilizar a política de Athis.

Referências

BRASIL. **Lei n. 12.378, de 31 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CAIAFFA, W.T. *et al.* (2008). Saúde urbana: “a cidade é uma estranha senhora que hoje sorri e amanhã te devora”. In: **Ciência e Saúde coletiva**, **13(6): 1785-1796**. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2008.v13n6/1785-1796/#ModalArticles>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil [CAU/BR]. **Diretrizes para elaboração do plano de ação e orçamento do CAU: exercício 2017**. Brasília: 2016. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/diretrizes_2017_CAU.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Pesquisa do Conselho em Arquitetura e Urbanismo no Brasil/ Datafolha**. 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Deliberação Conselho Diretor N. 007/2015 CAU/BR**. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Deliberacao_07_2015_CD.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **Deliberação Plenária DBOBR N. 0056-10/2016 CAU/BR**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://transparencia.caubr.gov.br/arquivos/deliberacaoplenaria-dpobr-0056-10.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

_____. **IGEO-CAU/BR**. Brasília: 2021. Disponível em: <<https://gisserver.caubr.gov.br/arcgis/apps/sites/#/novoigeo/datasets/1eba24f2da1045b996dfa74ff8e8ceba?geometry=-121.909%2C-38.040%2C11.597%2C-10.370>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina [CAU/SC]. **Plano Estratégico de Implementação da Athis**. Florianópolis: 2018. Disponível em: <http://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/1_PLANO-DE-IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O_JUN2018_COMANEXO_2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

_____. **Página Athis / Plano Estratégico**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <<http://www.causc.gov.br/projetos/Athis/>>. Acesso em: 9 abr. 2021.

_____. **CAU/SC lança guia do passo-a-passo para a Assistência Técnica em Habitação Social**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <<https://www.causc.gov.br/noticias/cau-sc-lanca-guia-do-passo-a-passo-para-a-assistencia-tecnica-em-habitacao-social/>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Principais Resultados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

_____. **Déficit habitacional no Brasil: 2015**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

KUTAS, Éliton; NUNES, Antonio Couto; SARMENTO, Daniela Pareja Garcia. O papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo na Promoção da Política da Athis – O caso de Santa Catarina. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, **VI ENANPARQ**. Brasília/DF, 2021. Eixo 1, p. 1841- 1858. Disponível em: <http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2021/03/VI-ENANPARQ_ANAIS-EIXO-1_24MAR21.pdf> http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2021/03/VI-ENANPARQ_ANAIS-EIXO-1_24MAR21.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

AthisVix: proposta de programa municipal de assistência técnica em habitação de interesse social para Vitória (ES)

Andreia Fernandes Muniz

Introdução

A Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, regulamentada pela Lei Federal n. 11.888/2008, que assegura às famílias de baixa renda o direito à assistência técnica pública e gratuita realizada por profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para projetos de construção, reforma e regularização de suas moradias, tem sido amplamente debatida em seminários, fóruns, simpósios, encontros e congressos realizados por entidades de classes profissionais, organizações não governamentais e instituições de ensino superior.

A assistência técnica é defendida como uma prática capaz de: contribuir com a redução de problemas relacionados à precariedade das habitações e à produção autônoma da moradia sem profissional habilitado; a auxiliar a aproximação entre os profissionais e as populações de baixa renda residentes em assentamentos informais; fomentar a provisão habitacional por meio

da atuação vinculada aos movimentos sociais organizados; e, de forma mais abrangente, funcionar como instrumento de promoção de “saúde pública” (CAU-BR, 2020, [s. p.]).

De forma geral, diferentes possibilidades de viabilização da Athis foram sistematizadas em dois documentos publicados pelo IAB-DN (2010) e pelo CAU-SC (2018) que auxiliam na elaboração de propostas que buscam implementar a Athis no âmbito do Poder Público, agente que está distante da promoção efetiva da regulamentação da Lei.

Neste contexto do amplo debate sobre a regulamentação e implementação da Lei Athis pelos entes públicos, este trabalho objetiva apresentar a proposta de um Programa Municipal de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athis) para o município de Vitória (ES). A metodologia de trabalho englobou pesquisa de dados em fontes primárias, mapeamento de assentamentos precários da capital capixaba, levantamento e análise de experiências em Athis implementadas no país, bem como iniciativas realizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Como resultado este trabalho apresenta a proposta de implementação da Athis a partir de diferentes arranjos operacionais que envolvam diferentes atores sociais.

A articulação pela assistência técnica pública e gratuita, conforme prerrogativas da Lei Federal n. 11.888/2008, depende da participação do Poder Público, dos movimentos sociais de luta por moradia, de entidades, associações, organizações não governamentais e instituições públicas e privadas de ensino de arquitetura, engenharia civil, dentre outras especialidades.

A Lei Federal n. 11.888/2008 estabelece que a assistência técnica deve ser “efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos”. Os serviços técnicos de arquitetura, urbanismo e engenharia podem ser viabilizados de forma direta para as famílias ou para “cooperativas, associações de moradores ou outros grupos de organizados que as representem” (BRASIL, 2008, [s. p.]).

O sistema de atendimento às famílias deve ocorrer por meio de “sistemas de atendimento implantados por órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil” (BRASIL, 2008, s/p). Neste quesito, a legislação insere a participação democrática no processo de promoção da assistência técnica, que deve englobar equipes técnicas multidisciplinares formadas por profissionais de diferentes especialidades (arquitetura, engenharia, serviço social, direito, meio ambiente, dentre outros), servidores públicos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades de classes profissionais, a academia (instituições de ensino públicas e privadas), associações, dentre outros agentes. Essa articulação se faz possível a partir do estabelecimento de convênio ou termo de parceria firmados com os entes públicos.

Para atender às famílias com recorte de renda até três salários mínimos, a Lei estabelece que as ações dos entes públicos “devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de evitar sobreposições e otimizar resulta-

dos”, o que traduz a necessidade da articulação do Poder Público na sua escala de atuação (BRASIL, 2008).

Em seu artigo 6º, a Lei estabelece que os serviços de assistência técnica devem ter como fontes de recursos financeiros os “recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados” (BRASIL, 2008, s/p). Os recursos públicos que podem ser aplicados em assistência técnica envolvem a Lei Federal n. 11.124/2005 (BRASIL, 2005) que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e criou o Conselho Gestor do FNHIS.

Portanto, a Lei em seu artigo 7º inciso 3º estabelece que “ na forma definida pelo Conselho Gestor, será assegurado que os programas de habitação de interesse social beneficiados com recursos do FNHIS envolvam a assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do FNHIS fixadas em cada exercício financeiro para a finalidade a que se refere este parágrafo” (BRASIL, 2008, [s. p.]).

A Lei Athis, mesmo com uma abordagem abrangente e pouco específica sobre a sua operacionalização frente às especificidades dos problemas habitacionais no âmbito dos municípios, representa um importante marco legal e funciona como um instrumento jurídico norteador da elaboração de programas Athis adequados à problemática urbana e habitacional de cada localidade, aqui neste trabalho representada pelo município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

Metodologia de trabalho

O GT Athis do BrCidades ES, constituído em 2021, definiu como método para elaboração da proposta cinco linhas de abordagem, divididas em quatro grupos de trabalhos: 1 - Mapeamento dos assentamentos precários de Vitória; 2 - Levantamento e análise de experiências implementadas de Athis no país com vistas a identificar o que pode ser aperfeiçoado, bem como do arcabouço legal existente sobre o tema no Brasil; 3 - Levantamento e registro dos projetos de Athis realizadas na RMGV; 4 - Mobilização da sociedade para o tema da Athis e 5 - A partir das etapas anteriores, elaboração de uma minuta preliminar de uma proposta de implementação de Athis no município de Vitória.

Durante a etapa 2, o GT realizou uma discussão *online* com arquitetos representantes da Companhia Habitacional do Distrito Federal (Codhab-DF) visando compreender a experiência prática do referido órgão público na implementação da Athis. O evento possibilitou entender a forma de trabalho, o arranjo operacional e as fontes de recursos financeiros utilizados pelo governo distrital para realizar obras de melhorias e produção de unidades habitacionais com inserção da assistência técnica

realizada com a participação do Poder Público e Escritórios locais de arquitetura e instituições de ensino de arquitetura.

Outras experiências de Athis pesquisadas durante as etapas 2 e 3 como a análise de documentos que contêm instruções para viabilização e regulamentação da Lei Federal n. 11.888/2008 no âmbito da esfera pública e a sistematização do arcabouço legal que instituiu a Athis no âmbito federal e municipal, contribuíram para subsidiar e inspirar a proposta apresentada neste trabalho: a experiência do Escritório Público de Projetos da Prefeitura Municipal de Salvador (FRAGA, 2020), o Escritório Público de Assistência Técnica (EPA) do município de Conde/Paraíba, a proposta de política municipal de Athis de Belo Horizonte (COLETIVO HABITE A POLÍTICA, 2021), o Projeto Terra³⁹ – experiência de programa habitacional implementado pela Prefeitura Municipal de Vitória no final da década de 1990 (SOLUÇÕES PARA CIDADES, s/d; BIENSTEIN, 2003), a experiência de autogestão dos movimentos sociais de luta por moradia de São Paulo articulados às assessorias técnicas, os manuais e cartilhas do IAB-DN (2010) e do CAU-SC (2018), dentre outros.

No âmbito dessa trajetória iniciada em março de 2021, tivemos em julho uma primeira apresentação da minuta para público externo, que contou com três convidados para debater a proposta, são eles: Margareth Saraiva, ex-coordenadora do *Projeto Terra Mais Igual*, por duas gestões consecutivas em Vitória (2006-2014), e os arquitetos urbanistas João Sette Whitaker Ferreira, professor pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), com atuação de Secretário Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo (2016) e Antônio Couto Nunes, que atuou como Assessor Especial da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (2018 a 2020) e atualmente é Assessor Especial da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Em setembro de 2021, a partir da etapa 4 de mobilização da sociedade para o tema Athis e das contribuições citadas, o grupo avançou para etapa 5, por ora, a última e propositiva linha de abordagem do trabalho em tela, com apresentação da proposta AthisVIX em duas ocasiões. A primeira durante atividade promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU-Ufes)⁴⁰ em parceria com o BrCidades Núcleo

³⁹ O *Projeto Terra* - Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda no Município de Vitória foi criado pelo decreto n. 10.131 de 14 de janeiro de 1998 e renomeado pelo Decreto n. 13.669 de 28 de dezembro de 2007 como *Projeto Terra Mais Igual*. Objetiva promover a melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída, efetuando seu empoderamento por meio de um conjunto integrado de ações sociais, obras e serviços de natureza pública, que viabilizem as mesmas condições de acesso aos bens e serviços públicos das demais áreas do município (Art.1º Decreto 13.669/2007). Destinado a famílias com renda familiar de até três salários mínimos ou renda familiar per capita menor ou igual a ½ (meio) salário mínimo, o programa atua nos territórios das Poligonais (quinze áreas da capital caracterizadas com alta vulnerabilidade social, física e ambiental).

⁴⁰ Disponível no canal do YouTube do PPGAU-Ufes.

ES e a segunda em mesa temática do III Fórum Nacional do BrCidades, realizado entre os dias 10 e 19 de setembro.⁴¹

Vitória no contexto metropolitano e local: desafios da questão habitacional

As primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram criadas pela Lei Complementar n. 14 de 08 de julho de 1973 como parte da proposta política de intervenção no espaço urbano, desenvolvida no contexto da viabilização das estratégias e metas do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) elaborado no segundo governo do regime militar (FRANÇA; LEITE, 2021).

Na primeira metade da década de 1970, em um contexto de intensas transformações sociais, econômicas e políticas que se reproduziram de forma concreta sobre o processo de ocupação do espaço das cidades em desenvolvimento, expresso pelo fenômeno da urbanização desordenada, representada pela intensa concentração populacional sobre o espaço urbano (SANTOS, 1993); Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre foram delimitadas como regiões onde “se propunha o exercício das funções públicas de interesse comum, desenvolvidas de forma coordenada e articulada, com vistas à prestação de serviços aos municípios nelas integrados” (FRANÇA; LEITE, 2021, p. 176).

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi instituída apenas na década de 1990 pela Lei Estadual n. 58/1995, modificada pela Lei Complementar n. 318/2005. Região administrativa mais rica e desenvolvida do estado do Espírito Santo (ES), a RMGV é formada por sete municípios (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão) que conformam um aglomerado urbano distribuído sobre 5 % do espaço territorial do Estado e onde se concentram aproximadamente 50 % (1.979.337 habitantes) de toda população capixaba, abrigada em 700 mil domicílios (OBSERVAVIX, 2019). Nesta composição populacional, cerca de 165 mil famílias sobrevivem com rendimentos domiciliares inferiores a 1/3 do salário mínimo, conforme informações do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), o que corresponde a 39,70 % das famílias cadastradas no estado do Espírito Santo (415.300 famílias) entre 2016 e março de 2019 (IJSN, 2019).

No âmbito da problemática habitacional e urbana, a RMGV concentra 46,9 % do déficit quantitativo (39.079 domicílios) do ES (83.323 domicílios), sendo o ônus excessivo com aluguel o item mais representativo com 28.273 domicílios (72,30 %), seguido pela coabitação com 9.563 unidades (24,50 %) e pela habitação precária com 1.243 domicílios (3,20 %) (FJP, 2021a). Serra é o município com maior

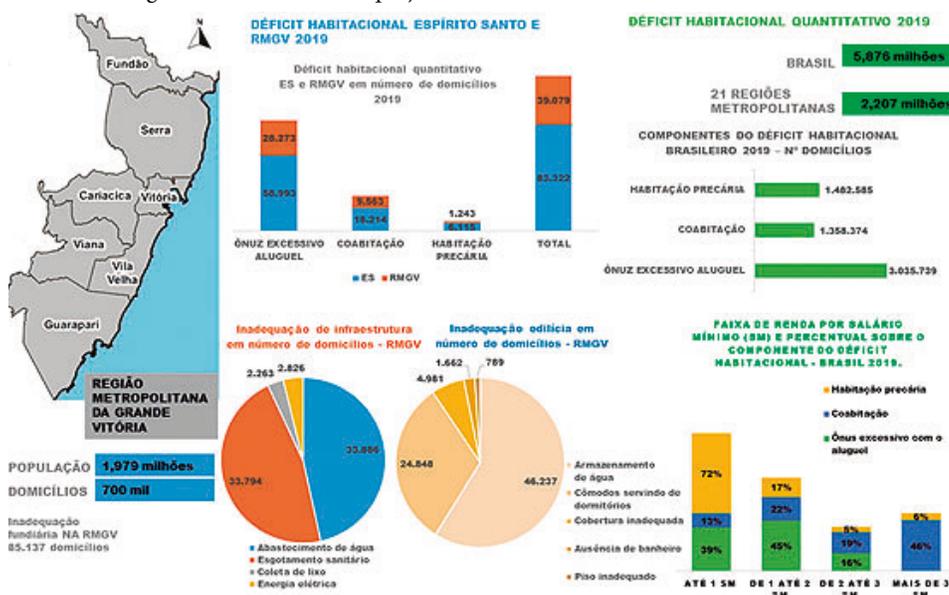
⁴¹ Disponível no canal do YouTube do BrCidades.

déficit habitacional, seguido por Vila Velha, Vitória, Cariacica, Guarapari, Viana e Fundão (IJSN, 2019).

Quanto ao déficit qualitativo, a Fundação João Pinheiro (FJP, 2021) com base em dados de 2019, estima que na RMGV 67.723 domicílios sofrem com inadequação de infraestrutura urbana (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), 70.644 domicílios sofrem com inadequações edilícias (ausência de banheiro exclusivo, número total de cômodos do domicílio igual a número de cômodos servindo de dormitório, armazenamento de água inadequado, piso inadequado, cobertura inadequada) e 85.137 domicílios sofrem com inadequação fundiária (imóveis próprios edificadas sobre terrenos não próprios).

A Figura 1 detalha os dados descritos, incluindo o cenário brasileiro. Importante destacar que 89 % dos domicílios que compõem a demanda por habitação no país pertence à faixa de renda de zero a três salários mínimos (FJP, 2021). Os dados demonstram a necessidade de políticas públicas com metas e estratégias integradas que objetivem intervir na problemática habitacional e urbana.

Figura 1 – Déficit e Inadequação habitacional – Brasil, ES e RMGV – 2019



Fonte: Elaborada pelo GT Athisvistas com base em FJP (2021) e FJP (2021a).

De acordo com o IBGE (2020) com base em dados coletados até 2019, estima-se que existam no país 13.151 aglomerados subnormais (AGS) distribuídos em 743 municípios, em todos os Estados e no Distrito Federal, englobando 5.127.747 domicílios. Neste cenário, o Espírito Santo, além de Vitória (33,16 %), possui o segundo maior percentual (26,1 %) de estimativa de domicílios ocupados (306.439) em AGS

na escala estadual, atrás somente do Amazonas, na Região Norte, com 34,59 %. A RMGV possui 224.059 domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais (AGS). Cariacica é o município com maior número de domicílios em AGS (66.941), seguindo por Serra (55.126), Vila Velha (43.914), Vitória (34.393), Guarapari (13.154) e Viana (10.551) (IBGE, 2020).

Neste contexto, Vitória, capital administrativa do ES, é a mais importante cidade política e econômica. Com uma população de 363.140 habitantes distribuídos em 108.515 domicílios localizados em 80 bairros, foi elevada à metrópole em 2020 pelo IBGE e possui excelentes indicadores em educação, cultura e saúde (FREITAS, 2020). No entanto, possui desigualdades econômicas e sociais em seu território que precisam ser equacionadas, principalmente no âmbito da moradia, que estão vinculadas às condições de renda da população, que é predominantemente de baixa renda.

Dados demonstram que em 58 bairros de Vitória existem 55.073 domicílios onde vivem 179.278 habitantes com renda familiar variando de zero a três salários mínimos, o que enquadra cerca de 50 % da população total como baixa renda. Deste total, 1.974 (3,6 %) dos domicílios não possuem nenhum rendimento familiar, 559 (1 %) possuem renda até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo e 11.878 domicílios (21,6 %) possuem rendimento familiar mensal até dois salários mínimos. Em síntese, 14.411 domicílios (37,7 %) da capital capixaba sobrevivem com renda familiar de zero a dois salários mínimos (IBGE, 2010). A baixa renda familiar impacta nas condições habitacionais desta população.

Dentre os municípios com população entre 350 mil e 750 mil habitantes, estima-se que em Vitória existam 34.393 domicílios ocupados em aglomerados subnormais (33,16 %) (IBGE, 2020) que estão distribuídos por 48 bairros, que juntos concentram uma população total de 174.695 habitantes (IBGE, 2010). O GT estima, com base na média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, divulgada no Censo de 2010 (3,58 habitantes/domicílio), que cerca de 123 mil pessoas vivam em AGS na capital capixaba.

De acordo com o IJSN (2019) baseado nas 383.713 famílias cadastradas no CadÚnico e consistentes para o recorte de renda de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo, cerca de 20 mil pessoas vivem em situação de déficit habitacional, o que equivale a 6.874 famílias, que sofrem impactos principalmente do ônus excessivo com aluguel (6.428 famílias – 93,51 %), da condição de precariedade da habitação (342 famílias – 5 %), da coabitação (54 famílias – 0,79 %) e do adensamento excessivo (50 – famílias, 0,73 %). Por outro lado, os dados não retratam a realidade local da inadequação habitacional, visível por todo território da capital.

A partir dos aspectos sociais e econômicos abordados foi possível caracterizar e estimar a população a ser atendida pelo programa Athis, assim como definir sua localização sobre o território. Uma das hipóteses estabelecidas para definição do

perfil da demanda foi que a renda domiciliar familiar é o critério que exclui a população de baixa renda ao acesso aos serviços técnicos de arquitetura e engenharia, independentemente da localização e da qualidade física e espacial da moradia. Portanto, esse estrato social constrói de forma autônoma a longo prazo ou mora de forma precária. Dessa forma, o atendimento pela Athis deve ocorrer em todo território da capital capixaba, tendo em vista que o recorte de atendimento deve ser realizado conforme o rendimento familiar domiciliar.

Para a capital capixaba essa demanda não seria apenas de 6.874 famílias que compõe o déficit habitacional, mas cerca de 179.278 pessoas que residem em cerca de 55.073 domicílios, dentre os quais 34.393 estão localizados em aglomerados subnormais onde residem cerca de 123 mil pessoas. Todas na faixa de renda até 3 salários mínimos.

Quanto à avaliação do arcabouço legal que aborda a Política Municipal de Habitação de Vitória, verifica-se que três leis específicas abordam a Athis: a Lei n. 5.823/2002 e a Lei n. 7122/2007, alterada pela Lei n. 8952/2016.

A Lei municipal 5.823/2002 estabeleceu diretrizes e normas da Política Municipal de Habitação (PMH), criou o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, definiu as formas de acesso à moradia e criou a Secretaria Especial de Habitação, depois transformada em Secretaria Municipal de Habitação (atualmente perdeu o *status* de secretaria, sendo vinculada à SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento da Cidade). Os objetivos da PMH para a solução do problema da moradia versam sobre produção de novas moradias, melhorias habitacionais, regularização fundiária, urbanização de assentamentos subnormais, dentre outros.

A partir do estabelecimento da PMH em 2002 e da Lei Federal n. 11.124/2005, várias leis foram publicadas para tratar da questão habitacional e gerar programas e ações efetivas, dentre elas temos a Lei n. 6.592/2006, que instituiu o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) e foram definidos programas habitacionais para viabilizar a Política Habitacional, por meio do Programa Habitar Vitória: Moradia, Vitória de Todas as Cores, Terreno Legal, Morar no Centro e Morar sem Risco. Nesta mesma corrente, a Lei n. 6.967/2007 instituiu, no âmbito do Projeto Terra, o Programa habitacional de interesse social, viabilizado por meio dos projetos: Reassentamento, Aluguel Provisório, Bônus Moradia e Melhorias habitacionais. Tanto o Habitar Vitória quanto o Projeto Terra Mais Igual são programas contínuos e presentes no Plano Plurianual (PPA), recebendo recursos financeiros aprovados nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

A Lei de 2002 na Seção II, art. 7º, parágrafo VI também estabeleceu que os programas e projetos poderiam contemplar a modalidade de “assistência técnica e social às famílias moradoras de áreas de risco geológico efetivo, de caráter continuado,

que visa diagnosticar, prevenir, controlar e eliminar situações de risco geológico” (VITÓRIA, 2002, p. 7).

A Lei na Seção III que descreve os programas específicos, em seu Art. 15 estabelece o Serviço de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social como programa com a finalidade de prestar assessoria técnica gratuita à população de baixa renda, entidades e grupos comunitários, visando a formação de vínculo de cooperação entre o Poder Público e as entidades executoras, que devem ser “pessoas jurídicas do direito privado, sem fins lucrativos”, que promovam a assistência técnica com “a participação direta da comunidade em todas as etapas das intervenções”. De caráter multidisciplinar e generalista, os serviços elencados englobam elaboração de diagnóstico social, fundiário e ambiental, além de estudos de viabilidade, acompanhamento de obras, educação e formação popular (VITÓRIA, 2002, p. 12).

Já em 2007, a Lei Municipal n. 7122 criou o Programa de Arquitetura e Engenharia Pública sob coordenação da então Secretaria de Habitação visando “promover a assistência técnica e jurídica para a elaboração de projetos e construção de edificações” para os que necessitassem ou não tivessem condições de acessar tais serviços, que consistiam em “conscientização da população do uso de serviços de Arquitetura e Urbanismo”, além de regularização imobiliária e regularização do processo de construção. Os serviços específicos descritos na legislação podem ser executados através de convênios entre Poder Público, entidades de classes profissionais, instituições de ensino (Universidades, Faculdades, Centros Técnicos), empresas, profissionais liberais e outros órgãos (VITÓRIA, 2002, p. 2).

Em 19 de maio de 2016, a Lei n. 8952 alterou a Lei n. 7122 especificando que somente a população de baixa renda com renda mensal até três salários mínimos têm direito ao Programa de Arquitetura e Engenharia Pública, coordenado pela então existente Secretaria de Habitação e englobando serviços de projeto, acompanhamento e execução de obras de construção, reforma, ampliação ou regularização fundiária. A Lei tornou-se mais abrangente ao especificar o atendimento “às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem” (VITÓRIA, 2016, p. 2), o que não estava presente na Lei de 2007.

Um ponto de destaque da Lei de 2016 em seu Art. 1º inciso 5º é a seleção da demanda e a implantação de sistemas de atendimento realizados por “órgãos colegiados municipais com composição paritária entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil” (VITÓRIA, 2016, p. 2). Tais órgãos colegiados e a assessoria técnica descrita nas leis de 2002, 2007 e 2016 até o momento não foram implementadas no município.

Considerando que “os municípios são atores centrais na política habitacional brasileira” (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 82) e que o debate sobre a inserção da assistência técnica na provisão habitacional insere-se em uma dimensão mais ampla, que é a

questão urbana, os desafios políticos, sociais, econômicos e administrativos para a implementação da Athis em Vitória são diversos: a habitação vista como área secundária e não prioritária nas políticas públicas, os baixos recursos orçamentários disponibilizados para a elevada demanda habitacional (MUNIZ e MENDONÇA, 2020), principalmente os recursos destinados à estruturação de corpo técnico multidisciplinar; a pouca relevância da Secretaria de Habitação, incorporada a outros órgãos; a austeridade econômica da conjuntura política local; o arranjo de forças políticas desfavorável às mobilizações sociais e a pouca tradição histórica de mobilização social da capital capixaba.

Mesmo com todos estes desafios, o BrCidades ES tem buscado se articular para promover, viabilizar e implementar um Programa Athis, guiado por um senso de utopia para uma Vitória mais justa e menos desigual, principalmente no acesso à moradia adequada.

Programar Athis Vix: possibilidades na proposta de um novo arranjo

O Programa de Assistência Técnica em Habitacional de Interesse Social apresentado neste trabalho, tal como dito, constitui uma proposta de caráter amplo, ainda em construção, articulada ao debate e à participação de diferentes agentes e atores sociais que compõem o GT Athis do BR Cidades ES. Por outro lado, é uma proposta que contribui com outras iniciativas pela implementação da Athis ao idealizar diferentes e possíveis arranjos operacionais para implementação da Athis no âmbito da esfera pública municipal.

A proposta para o município de Vitória engloba: diretrizes, critérios para seleção da demanda, caracterização e critérios para atuação das assessorias, os arranjos para a operacionalização da Athis, propostas de recursos financeiros para viabilizar o Programa, a localização dos postos de atendimento e a articulação com os projetos e programas habitacionais vigentes.

Diretrizes do Programa

O Programa AthisVix possui como diretrizes:

- A implementação do Programa como Lei municipal;
- A inserção do Programa na Política Habitacional do Município com recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);
- Programa inserido no Plano Plurianual (PPP) e na Lei Orçamentária Anual (LOA);

- Atuação vinculada aos programas habitacionais vigentes (produção de unidades, reconstrução de unidades, crédito construtivo, melhorias estéticas, regularização fundiária, reforma de unidades, melhorias habitacionais e aquisição de materiais de construção);
- A proposta de ampliação do FMHIS através da incorporação de novas fontes de recursos financeiros: percentuais do Imposto sobre Transações Imobiliárias (ITBI), do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadação sobre multas sobre obras irregulares e doações de entidades privadas;
- A prestação de Serviços técnicos realizados por profissionais previamente cadastrados (ONGs, entidades, pessoas jurídicas, associações comunitárias) ou por demanda (Edital, Chamamento Público);
- Estabelecimento de convênios, termos de cooperação e contratos para prestação de serviços de qualquer natureza;
- Poder Público atuando no Programa como órgão gestor, financiador e fiscalizador dos recursos financeiros.

População a ser atendida

A assessoria técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem. No âmbito desta proposta o assessorado individual é a denominação atribuída às famílias que buscam atendimento individualmente. O assessorado coletivo engloba as entidades, associações e cooperativas.

O acesso ao Programa poderia ser realizado por famílias com renda familiar até três salários mínimos que residam em todo município de Vitória, podendo ser ampliado para renda familiar até cinco salários mínimos, desde que as famílias residam em Zonas Especiais de Interesse Social e nas Poligonais de atuação do Projeto Terra Mais Igual. Para esse estrato de renda a proposta é que exista uma contrapartida para acesso aos serviços de assessoria técnica.

A seleção e o atendimento direto dos indivíduos ou coletivos passíveis de receberem os serviços de assistência técnica podem ocorrer por meio de escritórios locais de atendimento dispostos em quatro regiões do município (os postos de atendimento devem possuir as listas de assessorias e entidades habilitadas e podem acioná-las) e por meio de entidades ou assessorias técnicas na modalidade de chamamento por edital convocado pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS). Os critérios de prioridade de atendimento às famílias podem ser adotados conforme a Política Habitacional vigente, adicionados de critérios extras a serem detalhados na implementação do Programa Athis.

Serviços técnicos a serem prestados

A Athis é uma atividade multidisciplinar que depende da atuação de diferentes especialidades de profissionais. Arquitetos, engenheiros, advogados, geógrafos, assistentes sociais, biólogos e geólogos são imprescindíveis para que as atividades técnicas ocorram de forma articulada e integrada.

O direito à assistência técnica em Athis abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução de obras e serviços a cargo dos profissionais das áreas de Arquitetura e Urbanismo (AU) e Engenharia (E) necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

O Programa AthisVix compreende que a Athis é indissociável do trabalho social: Direito, Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais. Compreende-se que a atuação da Athis é interdisciplinar e intersetorial, requer articulação entre o setor AU+E com o trabalho social, além de serviços suplementares nas áreas de Ciências Contábeis e de Economia. Portanto, para participação de profissionais, entidades e associações seria realizada mediante formação de equipe multidisciplinar, obrigatoriamente. Não é permitida a participação de sociedades comerciais, instituições religiosas e organizações partidárias.

O programa AthisVix se propõe a atender ao uso habitacional, incluindo outros usos compatíveis e complementares à habitação na mesma edificação (uso misto), no mesmo lote ou no conjunto construído. Tal uso deve estar em consonância com o que preconiza o plano diretor em relação ao zoneamento urbano.

Em síntese os serviços técnicos consistem em:

- Elaborar diagnósticos nos setores Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e trabalhos sociais preparatórios para o planejamento, o projeto, a intervenção e a regularização fundiária ou imobiliária – inclui mapeamento e Plano de Desenvolvimento Integrado Local (PDLI);
- Elaborar estudos de viabilidade, planos e projetos de intervenção jurídica, física, social e ambiental;
- Apoiar a formação de cooperativas ou associações ou redes para aquisição e transporte e de materiais de construção (os custos dos materiais de construção deverão estar inclusos nos recursos disponibilizados). Indica-se que cada associação ou rede faça um regimento dispondo as regras de funcionamento da central de compra coletiva;
- Preparar e acompanhar a tramitação da documentação técnica, jurídica, administrativa e contábil necessária à aprovação das intervenções junto aos órgãos técnicos e de financiamento competentes;

- Assessorar a comunidade durante o desenvolvimento do projeto e das etapas de obras, incluindo o pós-obra;
- Promover ações relacionadas à formação, à educação popular, à educação urbanística, à educação ambiental, à garantia da cidadania e dos direitos humanos no âmbito do desenvolvimento urbano, objetivando a inclusão social dos assessorados e das comunidades envolvidas;
- Preparar e encaminhar toda a documentação necessária para a regularização fundiária de áreas e imobiliária;
- Formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação e regularização da habitação junto ao Poder Público Municipal e a outros órgãos públicos.

Arranjos operacionais

Para a operacionalização do programa foram estruturados seis arranjos para atender os assessorados coletivos e individuais. Neles, a contratação e o financiamento das assessorias podem ser viabilizados de diferentes formas. A figura 2 sistematiza a proposta de ações integradas pelos agentes envolvidos nas ações.

Figura 2 – Proposta dos arranjos operacionais 1 e 2 – Poder Público e Assessorados



Fonte: elaborado pelos autores do GT Athisvistas, 2021.

De forma sintética, os agentes envolvidos teriam as seguintes responsabilidades nas ações em suas esferas de atuação:

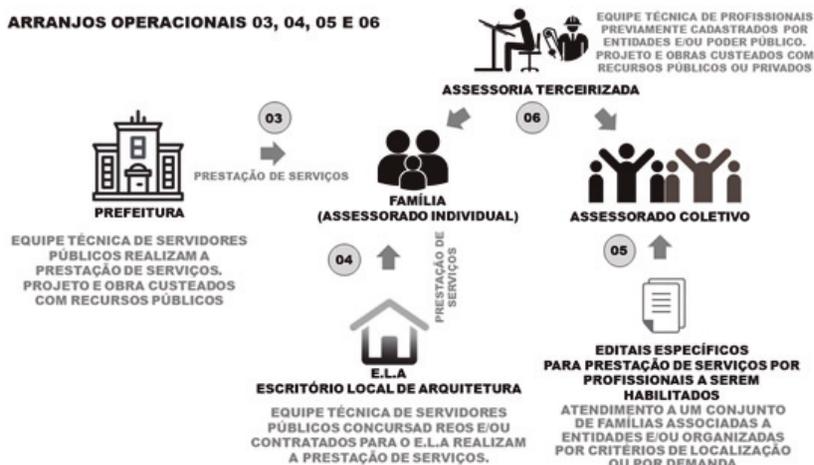
a) Ente Municipal – por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (Sedec) articulada ao CMHIS, realizar repasses financeiros, identificar e mapear a demanda dos assessorados em seus territórios; cadastrar os profissionais para atuar em Athis; publicar editais de chamamento para atuação em Athis; gerir e manter a estrutura física de atendimento no município, através da implantação de postos de atendimento localizados em locais estratégicos, conforme a demanda mapeada; fiscalizar e gerir os recursos financeiros por meio o CMHIS, composto de forma democrática por membros dos entes municipais e da sociedade civil (entidades, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e organizações não-governamentais); realizar a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros em Athis;

b) Profissionais envolvidos na prestação dos serviços em Athis – participação via cadastro demanda direta, chamamento público ou publicação de editais por demanda. Cabe participar do mapeamento da demanda; realizar os serviços técnicos em assessoria técnica, elaboração de projetos de arquitetura (construção de novas unidades, ampliação e reforma de unidades e regularização de imóveis), regularização fundiária por demanda coletiva (de comunidades organizadas em assentamentos informais) com o fornecimento de serviços de topografia, projeto, assistência jurídica e assistência social; execução de obras (acompanhamento de obras, gestão de materiais de construção e gestão de mão de obra); prestação de contas dos recursos financeiros aplicados; e

c) Famílias (assessorado individual), Cooperativas, Movimentos sociais organizados (assessorado coletivo) – acessar os serviços técnicos em Athis mediante o acesso direto via escritórios locais de atendimento ou se organizar para acessar os recursos financeiros via FMHIS, contratando diretamente a assessoria técnica dos profissionais. Neste caso, o assessorado coletivo seria responsável pela aplicação dos recursos e prestação de contas.

Os arranjos operacionais expressos na Figura 3 demonstram que os assessorados individuais e coletivos também podem ser atendidos por duas modalidades de Athis: Pública e Mista (assessoria terceirizada). Os arranjos propostos diferem quanto à contratação e vínculo da assessoria técnica. Nos quatro arranjos apresentados os assessorados poderiam recorrer aos serviços via escritórios locais de atendimento implantados pelo Poder Público, identificados por cadastro municipal ou por Organizações Não-Governamentais. Além disso, a assessoria técnica poderia ser realizada por servidores públicos municipais (1), por servidores públicos municipais (concursados ou contratados por demanda) atuando no Escritório Local de Arquitetura (2), por profissionais selecionados por Editais (3) e por profissionais previamente cadastrados por entidades de classes profissionais e/ou ente municipal para atuar por demanda (4).

Figura 3 – Arranjos operacionais para modalidades diferentes



Fonte: elaborado pelos autores do GT Athisvistas, 2021.

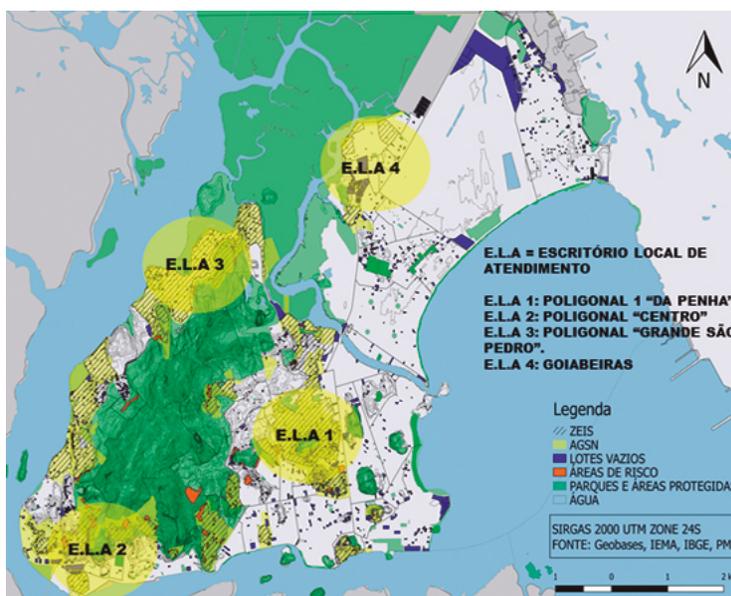
É importante destacar que para todos os seis arranjos apresentados a assessoria técnica seria remunerada sobre os serviços prestados (consultoria, acompanhamento, elaboração de projetos, execução de obras etc.). Essa remuneração pode ser calculada com base no valor global da obra (percentual) ou por serviço prestado.

Escritórios Locais de Atendimento – ELA

Os Escritórios Locais de Atendimento (ELA) são importantes espaços para realização das ações em Athis e podem ser utilizados para diferentes atividades: cadastramento das famílias, escritório de atendimento dos assessorados por profissionais habilitados e/ou contratados; local onde as instituições de ensino podem realizar atividades de extensão vinculadas à Athis, espaço para estoque de materiais para execução das obras, espaço para treinamento e qualificação profissional, dentre outras.

Para Vitória (ES), a proposta de localização dos quatro escritórios (Figura 4) foi definida em função da alta vulnerabilidade social, econômica e habitacional dos territórios escolhidos, localizados em aglomerados subnormais. Utilizar a estrutura física de edificações existentes e já ocupadas pela prefeitura reduzem os custos de locação e/ ou construção de novas edificações para implantação dos escritórios. Além disso, é fundamental que permitam o fácil acesso das famílias, dispensando custos com transporte para atendimento da população.

Figura 4 – Escritórios Locais de Atendimento e a localização dos AGS em Vitória – relação com as Zonas Especiais de Interesse Social, lotes vazios, áreas de risco, áreas verdes e áreas de proteção ambiental



Fonte: elaborado pelos autores do GT Athisvistas, 2021.

Considerações finais

A Athis é uma atividade multidisciplinar que deve articular o Poder Público, entidades de representação profissional (CAU, IAB, CREA, citando algumas), instituições de ensino superior (Universidades Públicas e Particulares), organizações não governamentais, movimentos sociais, coletivos e as famílias que compõem a demanda por assistência técnica, organizadas em associações e organizações comunitárias ou individualmente.

A luta pela implementação da Athis insere-se nos campos social, político, econômico e intelectual. A conquista de sua regulamentação depende do equilíbrio de forças presente em determinada conjuntura política e econômica. Na prática, a instituição de leis não garante o acesso a direitos fundamentais, caso da Lei Federal n. 11.888/2008, que continua distante de ser implementada em muitos municípios brasileiros. Vitória (ES) é um desses, onde a questão habitacional não tem sido prioridade e a Athis pública e gratuita descrita em diferentes leis na prática é inexistente.

A proposta de formulação do programa Athis descrita neste trabalho é fruto da inquietação do BrCidades ES diante de esta realidade. É uma proposta ampla, com diferentes possibilidades de arranjos que podem se desdobrar em modalidades específicas de atuação. Outra contribuição deste trabalho é a mobilização e o despertar do debate pela implementação da Athis na capital capixaba.

A mobilização social é um importante instrumento para pressionar o Poder Público no âmbito das políticas públicas de provisão habitacional, amplamente registradas nas diferentes leis instituídas para garantir o direito à moradia, a partir do estabelecimento da Constituição Federal de 1988. Este trabalho busca contribuir com essa mobilização e fomentar o acesso às famílias de baixa renda ao direito à assistência técnica pública e gratuita.

Referências

AUTOGESTÃO & MORADIA. **Experiências**. Disponível em: < <https://autogestao.unmp.org.br/experiencias/>>. Acesso: 10 abr. 2021.

BIENENSTEIN, Glauco. **Estudo de caso: PROJETO TERRA – JABURU – programa integrado de desenvolvimento social, urbano e de preservação ambiental em áreas habitadas por população de baixa renda**; intervenção no Bairro Jaburu, Vitória-ES. Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm> Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAU-BR. **Carta sobre o papel da Arquitetura na saúde pública repercute na mídia**. 2020. Disponível em: < <https://www.caubr.gov.br/carta-sobre-o-papel-da-arquitetura-na-saude-publica-repercute-na-midia/>>. Acesso em: 29 dez.2020.

CAU-SC. **Cartilha Athis - Plano de Implementação de Assistência Técnica**. 2018. Disponível em: < <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/nova-cartilha.pdf>>. Acesso em: 15 março de 2019.

COLETIVO HABITE A POLÍTICA. **Athis em pauta – roda de conversa – Proposta de Política de Athis para Belo Horizonte**. Youtube, 17 de março de 2021, 2h10min50s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=b60iYQ7FPGs>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FRANÇA e LEITE, V. **Caminhos que levam à Cidade – o protagonismo do IAB na política urbana brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.

FRAGA, E. F. **Arquitetura Social: Escritório Público de Salvador já entregou 5 mil projetos**. 2020. Disponível em: < <https://www.caubr.gov.br/escritorio-publico-salvador/>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

FREITAS, C. **Vitória é a 6ª melhor cidade do país em ranking de competitividade**. Gazeta Online, 19 de novembro de 2020. Disponível em: < <https://www.gazeta.com.br/es/>>

economia/vitoria-e-a-6-melhor-cidade-do-pais-em-ranking-de-competitividade-1120>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Fundação João Pinheiro - FJP. **Metodologia do déficit habitacional e inadequação de domicílios no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte, FJP, 2021. p.169. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Inadeguacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019_compressed.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

Fundação João Pinheiro - FJP. **Déficit Habitacional no Brasil - 2016-2019**. Belo Horizonte, FJP, 2021a. p. 169. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v1.0_compressed.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

IAB-DN – Instituto de Arquitetos do Brasil. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. 2010. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/manual-para-implantacao-da-assistencia-tecnica-publica-e-gratuiata.pdf>>. Acesso em: 10 março de 2019.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19**. Nota Técnica 01/2020, 19 de maio de 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em 25 jun. 2021.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Perfil da Pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico 2019**. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2019.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico**. Vitória, 2019. p. 65. v. 03. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5498-deficit-habitacional-no-espírito-santo-com-base-no-cadunico-2019>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ESPÍRITO SANTO. **PEHAB 2030 – Plano Estadual de Habitação 2030**: Documento final. Disponível em: <https://sedurb.es.gov.br/Media/sedurb/Importacao/Plano%20de%20Habita%C3%A7%C3%A3o/PEHAB_PRODUTO_3_3_PLANO_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MUNIZ, A.F.M; MENDONÇA, E.M.S. **Política Pública em Habitação Social pós Estatuto da Cidade: análise da provisão da moradia do município de Vitória (ES), Brasil**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 8, n. 55, 2020. p. 59-86.

SOLUÇÕES PARA CIDADES. **Habitação – Soluções inspiradoras: TERRA MAIS IGUAL: um programa participativo de desenvolvimento humano e urbano**. Disponível em: <https://solucoeparacidades.com.br/wp-content/uploads/2014/03/AF%20-%20ES%20TERRA%20MAIS%20IGUAL_web.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

OBSERVAVIX. **População total da Região Metropolitana da Grande Vitória.** 2019. Disponível em: <<https://observavix.vitoria.es.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

VITÓRIA. **Lei n. 5.823 de 11 de janeiro de 2002.** Disponível em: <<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2002/L5823.PDF>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VITÓRIA. **Lei n. 7122 de 06 de novembro de 2007.** Disponível: <<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2007/L7122.PDF>>. Acesso: 10 jun. 2021.

VITÓRIA. **Lei n. 8.952 de 16 de maio de 2016.** Disponível em: <<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2016/L8952.PDF>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Parte 2. Assessoria técnica e movimentos sociais

Arquitectura y comunidad: contribuciones de Patrick Geddes, Team X y John Turner para otra arquitectura social

Oscar Eduardo Preciado Velasquez

Introducción

Este manuscrito busca relatar algunos de los procesos que llevaron a considerar, dentro del *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (Ciam), la inclusión del concepto de comunidad y la incorporación sucesiva de los pobladores al proyecto arquitectónico, mostrando un contexto de referencias, reverberaciones e interacciones en torno al tema.

El manuscrito⁴² se estructura en tres partes: en primer lugar, se realiza una aproximación histórica a la materia, en la que se describe la aproximación del arquitecto a un determinado campo social, caracterizado por su relación inmediata con los ostentores del poder económico y político en cada período histórico; en segundo

42 Este texto fue presentado originalmente en "Community and Architecture Treble". Rev. *Cidades comunidades e territórios*, 42. 2021. Disponible em: <http://journals.openedition.org/cidades/4099>. Es también el resultado de la Disertación de Maestría *El Arquitecto y la experiencia de trabajo con comunidades en el Ecuador: un abordaje sobre metodologías*. 2020. Disertación (Maestría en Arquitectura y Urbanismo) - Universidad Federal do Espírito Santo, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo en Brasil.

lugar, los procesos de disensión en el interior de los Ciam,⁴³ cuando varios interlocutores (profesionales pertenecientes al ala más crítica del llamado estilo internacional) reclamaron la incorporación de las comunidades y sus particularidades al proyecto arquitectónico; en tercer lugar, la asociación de todos esos procesos en el Perú, tomando como punto de partida la visión⁴⁴ de los profesionales culturalistas / humanistas que inspiraron a los jóvenes arquitectos del *Team X* y también al arquitecto inglés John Turner, quien fue invitado a estudiar diversos procesos de ocupaciones urbanas en las periferias de Lima y Arequipa, convirtiéndose en una figura clave entre el llamado norte y sur global.

En el ámbito urbano, fue un período caracterizado por ricas discusiones, impulsadas por toda una generación de arquitectos y críticos con ideas contraculturales / antihegemónicas,⁴⁵ validadas en su tiempo con la incorporación de las teorías del biólogo escocés Patrick Geddes, con el consentimiento de profesionales de reconocida militancia anarquista e incorporados activamente a los Ciam.

Esta revisión también se presenta con el intuito de promover en el ámbito educativo-formativo la consideración de espacios no disputados por el mercado inmobiliario como un área de actuación profesional, con la intención de fortalecer la autogestión de los pobladores, bajo el asesoramiento de técnicos que apoyan esas iniciativas.

Esas experiencias nacieron dentro de la comunidad y en defensa del derecho de todos los habitantes de la *polis* a hacerse un espacio en la ciudad, frente a la concepción del espacio urbano como una prioridad al mercado de suelo y la especulación inmobiliaria, exigiendo el derecho al uso de los espacios de la ciudad y su apropiación como un bien común para todos.

Ciertamente, puede haber otras perspectivas para resolver el objeto con la inclusión de otros personajes y otros marcos conceptuales, pero el trabajo que se presenta a continuación es producto del camino elegido, que busca ante todo reflexionar sobre la incorporación de estas prácticas, sus orígenes, e implicaciones en el Perú.

La posición elitista del arquitecto

Para entender el asunto, un acercamiento histórico lleva a establecer algunos engranajes sobre el acercamiento del arquitecto a las comunidades. Esta puede considerarse una posición inédita, ya que, históricamente, la figura profesional estuvo directamente ligada a la relación con los grupos de poder de cada época.

43 Órgano rector de la doctrina liberal vinculada al proyecto arquitectónico.

44 Este enfoque es compartido por varios otros autores encontrados en el desarrollo de esta investigación.

45 En la década de 1960, como legado del movimiento hippie, surgió el concepto de contracultura. Es un término que ayuda a entender la desilusión de los jóvenes de esa época sobre el control de la cultura parental y la falta de ganas de ser parte de la máquina de la sociedad. Se caracteriza por ir en contra de cualquier institución o línea de pensamiento considerada hegemónica o dominante de la época (FADANELLI, 2000; BENNETT, 2001).

Pero, ¿De dónde surge la posición elitista del arquitecto?

Con el establecimiento del modo liberal de producción arquitectónica, en el Renacimiento – paralelo al establecimiento del modo de producción capitalista – el arquitecto se convirtió en un profesional vinculado a las élites, directamente asociado a las grandes figuras del poder: la iglesia, el estado y la burguesía (GNECCO, 1983).

La asociación con los poderosos de la época fue lo que permitió la evolución de un “maestro constructor” o “trabajador manual” a la de un artista y trabajador intelectual que albergaría el conocimiento de prácticas especializadas que conducirían a la formación de una disciplina con un cúmulo de códigos específicos del área.

Sintetizando a Bourdieu (2004), se trata de “un campo” que involucra “la transformación del espacio por el trabajo humano” – definición de arquitectura propuesta por Kapp, Baltazar y Morado (2008, p. 9) que, desde el punto de vista de la doctrina liberal, podría complementarse: “regulado y de interés para las esferas de poder de la época”. Cuando se analiza históricamente el campo de actividad profesional, se comprueba que no se trata de la totalidad del espacio producido por el hombre, sino de la parte de interés – el campo – de las esferas de poder vinculadas al ejercicio profesional de carácter liberal, siendo estas “[...] porciones muy pequeñas del espacio creado por el hombre e históricamente abordadas por este conocimiento especializado” (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 8).

¿Qué pasa con la mayor parte del espacio que no ha sido abordado por el campo?

Es lo que históricamente ha sido resuelto de forma autónoma por los usuarios, que, a pesar de componer la mayor parte del espacio modificado por el hombre, no están avalados por ese campo profesional que responde a los intereses de minorías poderosas.

Sobre la evolución del campo de actividad profesional, desde la Edad Media hasta el Renacimiento, la obra del arquitecto australiano Garry Stevens (2002) analiza desde un punto de vista bourdiano⁴⁶ la práctica profesional y esclarece categóricamente este trance:

[...] A lo largo de la Edad Media, el arquitecto permaneció en gran parte en el anonimato [...] En el Renacimiento, los arquitectos pudieron cambiar las tornas de sus mecenas desplazando las propiedades carismáticas de la construcción

46 El campo, en la teoría propuesta por Pierre Bourdieu, representa un espacio simbólico, en el que las luchas de los agentes determinan, validan, legitiman representaciones del poder simbólico. Establece una clasificación de signos, de lo que es apropiado, de lo que pertenece o no a un código de valores (BOURDIEU, 2012, p. 9).

en un discurso abstracto y teórico sobre la arquitectura. El paso de la ocupación a una fase cada vez más académica y oficial comenzó a finales del Barroco en Francia, donde el monarca controlaba cada vez más los programas de construcción monumental. El establecimiento de la Real Academia de Arquitectura en Francia permitió a los arquitectos afirmar el control oficial sobre las dimensiones simbólicas y estéticas de la arquitectura. Tras una breve disolución durante la Revolución, resurgió como la *École des Beaux-Arts*, llevando así la concepción del papel del arquitecto como especialista en la elaboración de códigos estilísticos [...] (STEVENS, 2002, p.32, traducción del autor).

Con la división del trabajo intelectual y manual, el arquitecto se convierte en un especialista en cuestiones simbólicas y estéticas propias de la profesión, desarrollando un lenguaje arquitectónico que se vuelve personal e intransferible. Durante la transición al período industrial, tuvo que enfrentarse a diversas situaciones. Primero, la necesidad de diversificar estos códigos y símbolos para adecuarlos a los requerimientos que demandaba el nuevo período industrial (fábricas, almacenes, estaciones de ferrocarril) que la tradición clásica no manejaba como tipologías fundamentales. En segundo lugar, para justificar el predominio del ejercicio profesional frente a la competencia de los ingenieros en la ejecución de edificaciones. En tercer lugar, englobar un proceso común a muchas otras ocupaciones: la profesionalización del rol para definir competencias estandarizadas para el resto del gremio que avalan la docencia y las titulaciones académicas (STEVENS, 2002).

En palabras traducidas de Kapp (2005, p. 123, traducción del autor):

La idea de que toda construcción debe ir precedida de proyectos técnicos es relativamente reciente en la cultura occidental. Incluso después del Renacimiento, cuando surge la figura de un arquitecto, que concibe y diseña lo que se hará en la obra y que entiende su propio trabajo como una actividad intelectual, superior al trabajo manual de construcción, la mayor parte del espacio humano continúa produciéndose sin este conocimiento especializado [...]

Como la práctica está ligada a figuras de poder y la creación de símbolos para exaltar ese poder, entendido como elementos “extraordinarios”, las tipologías de elementos “ordinarios” como las viviendas que hasta ese momento eran producidas por usuarios y maestros constructores a partir de la experiencia y la repetición de

los códigos de construcción de la época, no fueron considerados. Incluso después de la adopción del proyecto técnico como forma de representación gráfica de esos símbolos de poder, hasta que entró la industrialización, la mayor parte del espacio se desarrolló sin conocimientos especializados, justo en el momento en que parte de ese campo de acción profesional incorporó paulatinamente algunos espacios habitables destinado a albergar a la población trabajadora (KAPP, 2005).

El Movimiento Moderno (1928-1959) que surge de la asociación de cambios técnicos, sociales y culturales vinculados a la industrialización, conduce a un período de racionalización de los códigos estéticos clásicos. No sería erróneo afirmar que su ideología rescata valores heredados de la tradición renacentista en tres puntos: 1) la noción de trabajo, entendida como un objeto cerrado de desarrollo finito sin posibilidad de alteraciones en el tiempo; 2) la autoría de la obra – el objeto original creado por el técnico calificado que lo conoce mejor que el usuario que lo habitará – frente al trabajo colectivo autónomo y la técnica proporcionada por el trabajo artesanal; 3) la separación entre el usuario – que viene a entenderse como sujeto pasivo del proyecto – y el arquitecto, el técnico especialista que asume el papel de demiurgo capaz de definir la forma de vida de los individuos y su relación con el espacio (BASTOS, 2007).

En el primer Ciam, celebrado en La Sarraz – Suiza, en 1928, se hizo la primera de una serie de declaraciones que vendrían a posteriori, en las que se dictan los parámetros a seguir por la ideología moderna. En la siguiente sección de esa declaración, se describe la relación directa entre el proyecto arquitectónico y el sistema económico en general:

[...] 4. El método de producción más eficiente es el que surge de la racionalización y estandarización. La racionalización y la estandarización actúan directamente sobre los métodos de trabajo tanto en la arquitectura moderna (concepción) como en la industria de la construcción (realización).

5. La racionalización y la estandarización reaccionan de tres maneras:

(a) exigen concepciones de la arquitectura que conduzcan a la simplificación de los métodos de trabajo en el lugar y en la fábrica;

(b) significan para las empresas constructoras una reducción de la mano de obra calificada; conducen al empleo de mano de obra menos especializada que trabaja bajo la dirección de técnicos altamente calificados;

(c) esperan del consumidor (es decir, el cliente que encarga la casa en la que vivirá) una revisión de sus demandas en el sentido de un reajuste a las nuevas condiciones de la

vida social. Tal revisión se manifestará en la reducción de ciertas necesidades individuales en lo sucesivo desprovis- tas de justificación real; los beneficios de esta reducción propiciarán la máxima satisfacción de las necesidades del mayor número, actualmente restringidas.

6. Tras la disolución de las guildas, el colapso de la clase de artesanos calificados es un hecho consumado. La consecuencia ineludible del desarrollo de la máquina ha llevado a métodos industriales de producción diferentes y a menudo opuestos a los de los artesanos. Recientemente, gracias a la enseñanza de las academias, la concepción arquitectónica se ha inspirado principalmente en los métodos de los artesanos y no en los nuevos métodos industriales. Esta contradicción explica la profunda desorganización del arte de construir.

7. Es urgentemente necesario que la arquitectura, abandonando las concepciones pasadas de moda relacionadas con la clase de los artesanos, se apoye en lo sucesivo en las realidades actuales de la tecnología industrial, aunque tal actitud debe conducir forzosamente a productos fundamentalmente diferentes de los de épocas pasada [...] (CIAM, 1928, p. 110, traducción del autor).

Se evidencian ciertos puntos: 1) la defensa de métodos basados en la racionalización y estandarización de los sistemas constructivos en la formulación del proyecto: métodos que el trabajador intelectual adapta al lenguaje del Movimiento Moderno (puntos 4 y 5); 2) la disciplina responde a los diseños del sistema económico industrial, al dispensar a los trabajadores del saber hacer de las técnicas artesanales que son reemplazados por trabajadores de bajo nivel sobre el liderazgo de los técnicos, profundizando la división del trabajo manual e intelectual aplicado a la gestión de obras (punto 5b); 3) la concepción del usuario como consumidor y cliente, que debe adherirse a “las nuevas condiciones de vida social” impuestas por el Movimiento Moderno: un cambio radical en el imaginario del usuario, en cuanto a la concepción del espacio habitable adaptado a los planteamientos de la lógica industrial (ver punto 5.c) y 4) la supresión de las técnicas artesanales ligadas a la construcción, que el Movimiento Moderno asume como superada tras la disolución de los gremios de constructores vigentes desde la Edad Media, en favor de la prevalencia de métodos constructivos vinculados al desarrollo de la tecnología industrial (puntos 6 y 7).

Esta recesión de las técnicas artesanales que el Movimiento Moderno promulgó a través de los Ciam, tuvo su contraparte en otros frentes que buscaron el reencuentro

y protección de los métodos artesanales. En 1919, Walter Gropius en la Bauhaus hizo un manifiesto sobre este asunto:

[...] ¡El objetivo final de todas las artes visuales es la construcción completa! Embellecer edificios fue una vez la función más noble de las bellas artes; eran los componentes indispensables de la gran arquitectura. Hoy en día, las artes existen de forma aislada, de las que sólo pueden rescatarse mediante el esfuerzo consciente y cooperativo de todos los artesanos.

[...] Arquitectos, escultores, pintores, ¡todos debemos volver a la artesanía! Porque el arte no es una “profesión”, no existe una diferencia esencial entre el artista y el artesano (GROPIUS, 1919, p. 46, traducción del autor).

Este pasaje es un ejemplo de las disputas que marcaron ese período, como parte de las discusiones dentro de los Ciam, con figuras como Giancarlo de Carlo, quien mantuvo una posición crítica sobre los recursos de objetividad y subjetividad en la praxis. De Carlo identifica los procesos objetivos de la escuela Bauhaus en su primera etapa (1919-1923) y los recursos de subjetividad con la práctica de Le Corbusier, críticas que lo acercan a las nuevas generaciones de arquitectos que asisten a los Ciam (BARONE; DOBRY, 2004) .

Procesos de ruptura

El Movimiento Moderno supuso un punto de ruptura con las técnicas historicistas para dar paso a un lenguaje propio, desprovisto de ornamentos y bajo una lógica de dependencia del capitalismo industrial. Dentro de este seno de defensa del arquitecto liberal surgen otros procesos de ruptura a esa lógica de comprensión de la praxis, que conducen, 28 años después de la Declaración de La Sarraz, a la culminación de un período que influyó y cambió para siempre la forma de entender al profesional y la práctica. Recordando a Tafuri “[...] el destino de la sociedad capitalista no es en absoluto ajeno al diseño arquitectónico. La ideología del diseño es igualmente esencial para la integración del capitalismo moderno [...]” (TAFURI, 1976, p. 190), que en el mundo industrializado dependería cada vez menos del trabajo artesanal y, al contrario, de los métodos de racionalización y estandarización del proceso constructivo.

La ideología del Movimiento Moderno incluso establecería vínculos cerrados con las estructuras despóticas de la época, para corresponder a las nociones de jerarquía y un nuevo orden social resultante del momento histórico, asumiendo la

readaptación de la colectividad a las nuevas condiciones de vida colectiva que se imponen con estos paradigmas de proyectos (FRAMPTON, 2003).

Dentro de estas discusiones, un grupo de arquitectos, pertenecientes a la fracción más joven del Ciam, fueron fuertemente influenciados por las ideas de carácter polifacético con formación multidisciplinar de Patrick Geddes. Se interesaron por la idea de un nexo indisoluble que se establece entre la comunidad, como habitante del lugar y el proyecto (WELTER, 2002, p. 96). En este sentido, Geddes promulgó un urbanismo hecho a partir del conocimiento holístico de la ciudad y la región, especialmente de la historia y de los cambios provocados por las actividades humanas (HERZOG, 2013, p. 49).

Patrick Geddes estudió desde un punto de vista evolutivo las transformaciones de las comunidades humanas. Fue influenciado por el darwinismo⁴⁷ de Huxley en su educación superior, y la geografía social de Le Play,⁴⁸ como referencia para desarrollar su conocida Sección Valley. En este modelo, establece diferenciaciones entre el territorio y la división del trabajo, desde las zonas montañosas hasta el mar indicando diferentes ocupaciones inherentes (mineros, labradores, pastores, campesinos, pescadores) que viven en aldeas, cada una con su propia estructura familiar y popular cultura que contribuyó a la evolución urbana (KEULARTZ, 2006).

Suele ser reconocido como un “pionero” de varios conceptos en el área urbana, como “conurbación” (la unión de varias ciudades) y otros conceptos derivados: “megalópolis”, “ciudad región”, “metrópoli”, “región metropolitana” (NUNES, 2019). Para él, todo estudio urbano debe considerar los datos existentes inherentes a la topografía, la historia, la situación actual de la población, ocupaciones, salarios, presupuestos familiares y el nivel de escolaridad de cada comunidad.

El enfoque geddesiano hace hincapié en la asociación indiscutible de la investigación sociológica en el contexto urbano. Parte de estas propuestas se inspiraron en las ideas anarquistas de Peter Kropotkin (con quien compartía una amistad común)⁴⁹ sobre la cooperación entre los seres (mutualismo), en oposición a la competencia por la supervivencia como forma de vida (KEULARTZ, 2006).

Como resultado de aceptar la invitación de la administración británica a la India, Patrick Geddes llevó a cabo varias propuestas de planificación urbana para diferentes

47 Thomas Henry Huxley (1825-1895), biólogo británico y defensor de la teoría y el pensamiento evolutivo de Charles Darwin (1809-1882), con la idea de que las especies evolucionan a lo largo de generaciones mediante un proceso llamado selección natural.

48 Frederic Le Play fue un ingeniero, sociólogo y economista francés.

49 Al respecto, Ferretti (2016) indica: “Refugiado político en Gran Bretaña, Kropotkin visitó Edimburgo en 1886 y dio a conocer a Reclus la obra de renovación urbana que Geddes estaba realizando allí. La correspondencia recién disponible de los archivos de Kropotkin en Moscú muestra mejor la relación entre Geddes y el exiliado ruso [...]” (FERRETTI, 2016, p. 5).

ciudades indias (1915-1925) basadas en lo que llamó cirugía conservadora,⁵⁰ un modelo que se apartaba de la política de desinfección de bulldozer,⁵¹ que abogaba por la importancia de conservar algunos lugares históricos y la participación de la ciudadanía en la toma de decisiones. Impulsó la *Exposición de Ciudades y Urbanismo* en 1911, con el objetivo de que las personas tuvieran plena participación en la construcción de su ciudad, previa encuesta de datos integrales sobre el lugar (Figura 1). No es sorprendente que se le considere “el precursor del proceso participativo en la planificación y el diseño urbano” (HERZOG, 2013, p. 49).

Figura 1 – Patrick Geddes en la India



Fuente: <http://ds.cc.yamaguchi-u.ac.jp>.

En el mismo período, también llevó a cabo varios proyectos en Palestina (respondiendo al llamado de las organizaciones sionistas) que en el ámbito urbano incluye la centralización de funciones urbanas en áreas específicas y accesibles, a través de políticas de rehabilitación y el asentamiento de áreas suburbanas (HYSLER-RUBIN, 2011). El plan de renovación de Tel Aviv adoptado por el municipio de

50 “Cirugía conservadora” concebida en India, se considera una manifestación directa de la aspiración de Geddes de combinar lo antiguo con lo nuevo, proteger los elementos existentes e incorporarlos al nuevo plan, creando un [...] mejor entorno urbano y permitiendo los habitantes para aprobar los cambios. El éxito de Geddes en la India se atribuye al hecho de que su intervención se produjo en una etapa temprana en la integración de los sistemas económicos locales y extranjeros. Se considera una manifestación temprana del enfoque de Jane Jacobs “(HYSLER-RUBIN, 2011).

51 Es el resultado del desarrollo producido durante el siglo XIX y principios del XX, del trabajo de médicos y políticos, quienes propugnaban una arquitectura científica inspirada en el modelo de hospital y sanatorio y principalmente difundían más horas de luz solar en las casas.

esta ciudad fue el único proyecto de Geddes aplicado en su totalidad siguiendo sus indicaciones.⁵²

Lewis Mumford (1895-1990) conoció el trabajo de Patrick Geddes en 1914 cuando era estudiante en el NY City College.⁵³ Compartían la creencia en las ciudades como entidades autónomas, con poderes sociológicos, políticos y económicos que trascienden las unidades políticas dentro de sus esferas territoriales, más allá de sus fronteras definidas (KEULARTZ, 2006). En 1940 el arquitecto catalán, vinculado al Ciam, Josep Lluís Sert le encarga la presentación del libro *¿Pueden sobrevivir nuestras ciudades?*, con el objetivo de difundir la Carta de Atenas entre los arquitectos estadounidenses, encargo que rechazó al establecer críticas a las cuatro principales funciones que, según el Movimiento Moderno, todo urbanismo debe considerar:

[...] Las cuatro funciones de la ciudad no me parecen cubrir adecuadamente el terreno del urbanismo: la vivienda, el trabajo, la recreación y el transporte son importantes. Pero, ¿qué pasa con las funciones políticas, educativas y culturales de la ciudad? [...] Los órganos de asociación política y cultural son, desde mi punto de vista, los signos distintivos de la ciudad: sin ellos, solo hay una masa urbana [...] (MUMFORD, 2000, p. 133, traducción del autor).

Sobre estas consideraciones, ya en el VIII Ciam, se empezaron a marcar las diferencias entre el grupo de arquitectos más jóvenes asistentes al congreso y las generaciones de los primeros congresos, con una serie de interrogantes que buscaban superar la rigidez del modelo racionalista.

El legado de Patrick Geddes tiene una gran repercusión para los jóvenes arquitectos que formaron el Ciam X, y en particular para Mumford y John Turner, quienes se ven influenciados por las ideas geddesianas al asistir a cursos para soldados retornados de la Segunda Guerra Mundial, impartidos por la urbanista Jacqueline Tyrwhitt (1905-1983), quien recibió el encargo de formar una cohorte importante que promulgaría ideas futuras para soluciones de hábitat en todo el mundo (Figura 2) (SHOSHKES, 2016).

52 El plan de Geddes para desarrollar la parte norte de Tel Aviv se basó en el movimiento de la ciudad jardín de Ebenezer Howard. El plan constaba de cuatro características principales: un sistema jerárquico de calles distribuidas en cuadrícula, grandes bloques formados por viviendas domésticas de pequeña escala, la organización de estos bloques alrededor de espacios abiertos centrales y la concentración de instituciones culturales para formar un centro cívico.

53 Mumford fue influenciado directamente por Geddes y es considerado su mejor discípulo, un importante crítico de arquitectura e historia urbana, crítico literario, filósofo y poeta.

Figura 2 – Jacqueline Tyrwhitt, una gran influencia para John Turner



Fuente: <http://thetorontoschool.ca/jacqueline-tyrwhitt/>.

Tyrwhitt fue una gran investigadora de las teorías⁵⁴ de Patrick Geddes y también una figura de gran influencia para John Turner y defensora en las reuniones del Ciam por la importancia de incorporar las actividades de las comunidades, uno de sus argumentos en las discusiones sobre el núcleo de las ciudades fue: “El núcleo como [...] expresión de la mente colectiva y el espíritu de la comunidad [...]” (WELTER, 2002, p. 103).

El grupo británico MARS (sección británica del Ciam, con Jacqueline Tyrwhitt como una de sus representantes iniciales e involucrada con propuestas modernistas en el Reino Unido) propuso estudiar el núcleo de las ciudades en cinco escalas comunitarias que daban vida al espacio urbano: 1) la ciudad; 2) el barrio; 3) la ciudad o sector urbano; 4) la ciudad; 5) la metrópoli. La generación primaria conformada por Le Corbusier pretendía discutir la vivienda como función urbana primaria, pero el grupo de arquitectos más jóvenes consideró esencial la discusión de las relaciones sociales generadas a partir del diseño del espacio urbano (WELTER, 2002, p. 103).

Esta visión fue compartida entre el grupo MARS (representado por Peter y Alison Smithson) y el grupo de jóvenes arquitectos del Ciam sobre la importancia de considerar la noción de comunidad en la planificación urbana.

Giancarlo De Carlo fue invitado a unirse al grupo italiano Ciam por Ernesto Rogers en 1952, evento al que asistió y mantuvo una postura crítica sobre el Estilo Internacional, motivo que lo acercó a los Smithson, Van Eyck y otros arquitectos

54 En 1947 publicó, con Lewis Mumford, Patrick Geddes en India; en 1949, una nueva edición de *Cities in Evolution*; en 1951 escribe para la Revista del Instituto de Urbanismo un ensayo titulado “Valley Section” (WELTER, 2002).

que mantenían una actitud crítica perfil de las posiciones rígidas y jerárquicas de la organización. En este espacio, conoció y discutió muchos de sus ideales anarquistas con el grupo (PIZA, 2003). Para De Carlo, el Movimiento Moderno llevó a cabo una transformación del lenguaje arquitectónico mediante un proceso de imposición de nuevas condiciones sociales y económicas (BARONE; DOBRY, 2004).

A partir del noveno Ciam (1953), estas diferencias entre los grupos más jóvenes y el grupo fundador del Ciam se hicieron más evidentes, en lo que respecta a los fundamentos teóricos iniciales del Ciam. Allison y Peter Smithson presentan en este evento su propuesta de *Reidentificación Urbana* con el objetivo de proponer una reintegración del hombre a su entorno, a través de la cohesión social, la facilidad de movimiento, el aumento de la densidad de población, con énfasis en las relaciones humanas.

Este grupo de jóvenes arquitectos (TEAM X),⁵⁵ responsable de la organización del Décimo Ciam, publicó en 1954⁵⁶ el *Manifiesto Doorn*, documento que enfatiza el espacio urbano como generador de relaciones humanas, apoyándose en la Sección del Valle de Patrick Geddes, en el que Defender la importancia de que todos los procesos inherentes al urbanismo estén vinculados al concepto de comunidad.

La intención de los jóvenes arquitectos fue reemplazar la visión segregadora en funciones de la ciudad moderna, por una visión que hiciera una aproximación por escalas (casa, calle, barrio y ciudad) teniendo en cuenta las interrelaciones sociales establecidas en los distintos niveles de comunidad. (Figura 3). De los ocho puntos considerados, cuatro de ellos se refieren a la comunidad como un punto vital del proyecto:

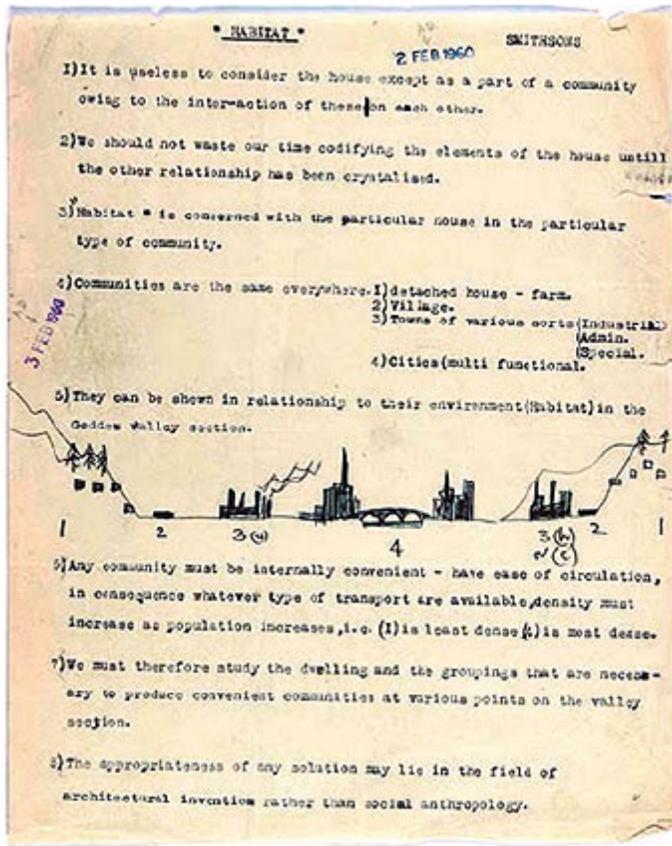
- 1) Es inútil considerar la casa excepto como parte de una comunidad debido a la interacción de estos entre sí. [...] 3) “Hábitat” se refiere a la casa particular en el tipo particular de comunidad.[...] 5) Pueden mostrarse en relación con su entorno (hábitat) en la sección del valle de Geddes. [...] 7) Por lo tanto, debemos estudiar la vivienda y las agrupaciones que son necesarias para producir comunidades convenientes en varios puntos de la sección del valle (TEAM X, 1954).

55 El núcleo del grupo Team X estaba compuesto por Jacob Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck, Alison y Peter Smithson y Shadrach Woods. Otros participantes en contribuciones igualmente importantes fueron José Coderch, Ralph Erskine, Amâncio Guedes, Rolf Gutmann, Geir Grung, Oskar Hansen, Reima Pietila, Charles Polonyi, Brian Richards, Soltan Jerzy, Oswald Mathias Ungers, John Voelcker y Stefan Wewerka.

56 “A este encuentro asistieron los arquitectos Jacob Bakema (1914-1981), Aldo van Eyck (1918-1999), Daniel van Ginkel (1920-2009), Alison y Peter Smithson (1928-1993; 1923-2003), John Voelcker (1927-1972) y el economista Hans Hovens-Greve, quienes deben ser considerados sus autores” (RAMOS, 2013).

Este manifiesto es el resultado de la postura crítica en torno a las prescripciones iniciales de los Ciam, materializados con los grandes conjuntos habitacionales construidos en la Europa de la posguerra. Las nuevas generaciones buscaron recuperar la tradición del patio, parques y plazas en los interiores de las áreas residenciales, permitiendo un uso dinámico por parte de todos los habitantes del espacio urbano con énfasis en las relaciones humanas. En este punto, se retoman algunas ideas propuestas por Patrick Geddes de cirugía conservadora, sobre la asociación de formas arquitectónicas y urbanas nuevas y antiguas, enfatizando el necesario intercambio dialógico entre los pobladores y su diversidad cultural.

Figura 3 – Manifiesto Doorn, Equipo X, 1954



Source: <http://team10online.org>.

El décimo Ciam, considerado por la mayoría de sus miembros como el último congreso, se organizó en Dubrovnik - Croacia, en 1956, y se realizó con la intención de formular la Carta de Hábitat, evento que fue precedido por una serie de reuniones preparatorias en London, Doorn, Paris, La Sarraz y Padua, sobre los procesos inherentes al desarrollo del nuevo documento (MUMFORD, 2000). Los miembros

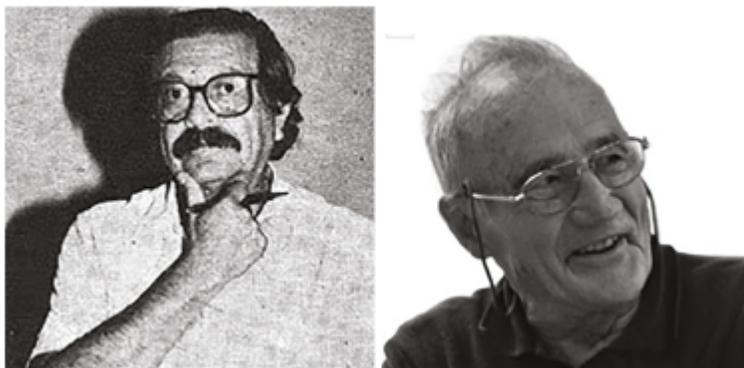
fundadores (Le Corbusier, Sert, Gropius, entre otros) decidieron enviar sus cartas de renuncia antes del inicio del congreso, provocando irritación de miembros más jóvenes como Alison Smithson, quien propuso realizar las discusiones en el jardín del lugar del evento. En términos generales, tuvo una condición de retrospectión por parte de los asistentes que no contaron con la presencia de ninguno de sus miembros fundadores (RISSELADA; HEUVEL, 2006).

John Turner y el Perú

Las escuelas de verano del Ciam supusieron un punto de encuentro para estudiantes y profesionales europeos de la zona. En 1952, John Turner, Giancarlo de Carlo, Colin Ward y Eduardo Neira Alva intercambiaron ideas en este evento. El arquitecto peruano Eduardo Neira Alva hizo una invitación formal a John Turner para ir a Perú y unirse al equipo técnico que asistió a varias comunidades recién establecidas en Lima y Arequipa (Figura 4). Alva encontró en John Turner un buen punto de apoyo a las ideas de Patrick Geddes, y la importancia de la acción comunitaria y popular en el proceso de construcción (DOS SANTOS, 2014).

Una vez en Perú, logró insertarse en la *Oficina de Asistencia Técnica de las Urbanizaciones Populares de Arequipa*, agencia técnica asesora a las comunidades de los “pueblos jóvenes”, con un primer proyecto que consistió en una escuela pública, con el uso de materiales locales, como adobe y bambú. John Turner fue un defensor de la construcción de autoayuda, postura que defendió como asesor de Naciones Unidas en 1976.

Figure 4 – Eduardo Neira Alva (izquierda) y John Turner (derecha)



Source: Arqandina / The John FC Turner Archive.

Desde 1940, el gobierno de los Estados Unidos asumió una política de asistencia y asesoría a varios países de América Latina, fomentando la producción de vivienda a través de políticas de autoayuda y esfuerzo propio, promoviendo en el colectivo la importancia de la propiedad individual en el tema habitacional, una estrategia de

softpower, para controlar el creciente pensamiento de inspiración comunista en la región. Estas tácticas permitieron mejorar los estándares de salud pública y las tasas de mortalidad en muchos países en crecimiento, pero con la pérdida considerable de autonomía política y soberanía de sus territorios (SANTOS, 2014).

La política de autoayuda en América Latina es impulsada por diferentes gobiernos de la región y es así como la construcción de autoayuda se convierte en la forma primaria de producción de hábitat en este contexto.

Las observaciones de John Turner sobre su experiencia en el Perú fueron divulgadas en diversas publicaciones académicas a escala mundial y en escritos de su autoría (Figura 5). Su trabajo de recopilación surge en un momento en el que diferentes gobiernos estaban ansiosos por obtener respuestas a muchas preguntas sobre el abrupto desarrollo de la ciudad informal latinoamericana, la participación de usuarios y técnicos en esos procesos, así como el papel del Estado en el logro de estos obras (ESPINOZA; GRAPPI, 2017).

En ese momento, la región se encontraba sumergida en un precario proceso de industrialización y una frágil política de sustitución de importaciones, sumado a un violento proceso de expansión urbana motivado por la migración interna de personas del campo a la ciudad en busca de mejores condiciones de vida.

Figure 5 – El Ermitaño, Lima – Perú (izquierda), portada de la revista *Architectural Design* No. 8 (derecha)



Source: John Turner Archive.

Durante el mismo período, el urbanista norteamericano Charles Abrams (1901-1970) criticó las políticas de autoayuda como forma de producción de hábitat, considerándolas “una representación primitiva e inadecuada de las transformaciones tecnológicas del momento”, de difícil acceso para poblaciones con recursos económicos limitados. La autoayuda fue entendida por Abrams como el fracaso de las instituciones en proveer a los sectores populares de tecnologías más eficientes para suplir la demanda de vivienda. En este sentido, descarta los métodos de au-

toayuda por el tiempo adicional que requiere la población, así como los problemas constructivos heredados de delegar este trabajo a los propios vecinos.

La obra de John Turner fue en este sentido más convincente y defensora de la capacidad de autogestión de la población, probablemente motivada por la influencia de escritores humanistas y anarquistas (Patrick Geddes, Lewis Mumford, Peter Kropotkin), identificada con una visión más respetuosa de la cultura popular y local, así como el poder creativo de cada individuo. No en vano, las contribuciones de John Turner siguen siendo válidas en el campo académico cincuenta años después, y en ese momento representaban un punto de anclaje entre el sur global y los centros de poder hegemónicos (HARRIS, 2001).

John Turner destacó la importancia de la organización horizontal de estos nuevos asentamientos, donde la comunidad asume el funcionamiento del espacio, culminando en algún tipo de asociación realizada voluntariamente por sus propios habitantes, quienes en una etapa posterior realizaron alianzas con agencias gubernamentales para formalizar esos asentamientos y dotarlos de condiciones de salud y recursos para la consolidación del barrio. Esos asentamientos informales se constituyeron bajo la noción de libertad de acceso para quien quisiera vivir en ese lugar, libertad que se manifestaba en la posibilidad de autoadministración de los recursos propios para constituir un nuevo espacio habitable. Un espacio democrático que permitió el asentamiento de cualquier persona al lugar, un espacio de diversidad, exento de rigurosos criterios de elección de conjuntos habitacionales otorgados por el Estado (ESPINOZA; GRAPPI, 2017).

Antes de la llegada de John Turner al Perú, otros arquitectos de importancia mundial habían visitado el país andino, como José Lluís Sert, Paul Lester Wiener y Ernesto Rogers, quienes contribuyeron a la difusión de los ideales del Ciam y realizaron propuestas de reformas urbanísticas en Chimbote y Lima (1948). Durante el período de 1948 a 1968, el Perú fue territorio de experimentación de diversas propuestas pioneras enmarcadas en los métodos de construcción industrial planteados en el Movimiento Moderno (ORTIZ AGAMA, 2017), destacando en 1967 el concurso PREVI (Proyecto de Vivienda Experimental) con la participación de varios arquitectos pertenecientes al denominado *star system*, bajo el importante auspicio de Fernando Belaunde, arquitecto y presidente del Perú para esa fecha.

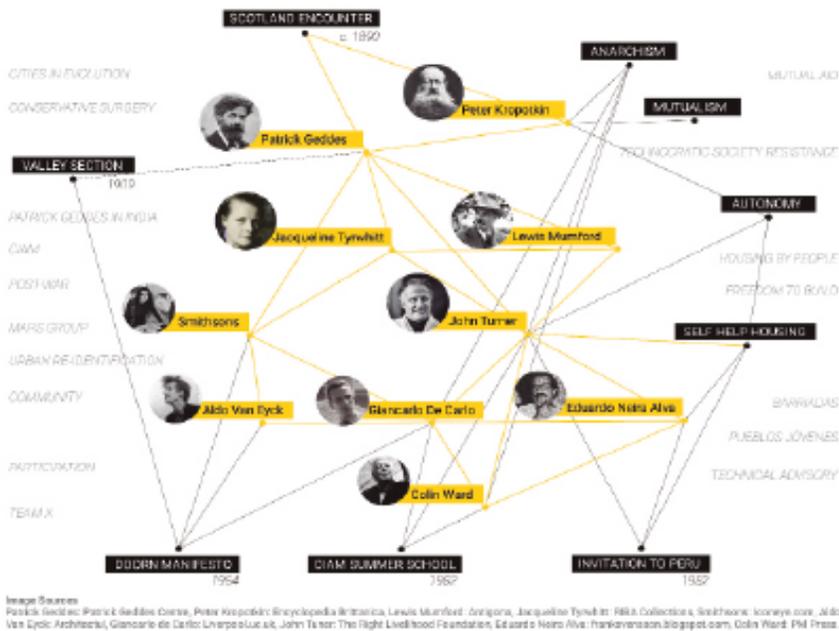
Consideraciones finales

Tratar de encontrar el origen de la inclusión de los habitantes y el concepto de comunidad al proceso del proyecto arquitectónico consistió en una intensa revisión de una serie de factores exentos de toda homogeneidad e implicaron, en el caso de esta revisión, una reconstrucción de diferentes hechos y las relaciones humanas establecidas en torno a esos hechos.

Las discusiones que tuvieron lugar en el Ciam en las que se cuestionó la jerarquía absoluta del profesional frente a las comunidades se complementan con algunas experiencias de proyectos pioneros,⁵⁷ en los que se desconoce la noción de autoría de la obra y se traslada plenamente a los usuarios del proyecto arquitectónico.

En el siguiente diagrama (Figura 6) se intenta explicar de forma sintética las relaciones indicadas anteriormente. El diagrama muestra en amarillo los personajes principales; en negro, temas clave, y, en ambos lados, principales referencias y discusiones asociadas a cada personaje.

Figura 6 – Diagrama de relaciones (sociograma) entre Geddes, Team X y Turner



Fuente: elaboración propia.

La experiencia de trabajar en conjunto con las comunidades es un trabajo que dignifica, valora y sensibiliza la práctica arquitectónica. Se trata de un proceso de reconocimiento y choque con la realidad de la mayor parte del espacio geográfico de nuestras ciudades – desiguales en esencia – y ávidas de soluciones expeditas a las grandes contradicciones que imperan en nuestro contexto.

57 Cronológicamente, podríamos mencionar la obra de Hassan Fathy en New Gorna (Egipto) en 1949, el llamado Design Methods Movement (1962), los episodios de participación ciudadana impulsados por el arquitecto Ralph Erskine con el proyecto Byker Wall en Reino Unido. (1969-1975) y Villaggio Mateotti, un proyecto multidisciplinar (con la participación de antropólogos, sociólogos y otros profesionales) de Giancarlo de Carlo, parte del Team X, con participación directa de los trabajadores de una fábrica en Terni (Italia).

Agradecimientos

Agradezco a la fundación CAPES por la beca concedida para los estudios de maestría en Brasil, a todo el equipo del PPGAU – Ufes, al Núcleo de Estudios en Arquitectura y Urbanismo (NAU) y especialmente a la orientación recibida por la Dra. Clara Luiza Miranda, por su tiempo y dedicación en la formación de profesionales con una visión crítica del entorno construido.

Referências

AGAMA, Robinson Constantivo Ortiz. Plan Piloto de Lima (1949): significado histórico. In: **IX Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Junio, 2017, Barcelona-Bogotá. Anais [...]**. Barcelona: DUOT, 2017. Disponible en: https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/107541/21BCN_OrtizRobinson.pdf?sequence=1&isAllowed=yAGAMA,2019. Acceso en: 22 sep. 2022.

BARONE, Ana Cláudia; DOBRY, Sylvia Adriana. (2004). «Arquitetura participativa» na visão de Giancarlo de Carlo. **Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da Fausp**. São Paulo, 1 v., n. 15, 2004, p. 8–31. Disponible en: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369>. Acceso en: 22 sep. 2022.

BASTOS, Clarrisa Maria Valgas e. **A participação do usuário no processo de projeto de habitação de interesse social em sistemas autogestionários**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2007.

BENNETT, Andy. **Cultures of Popular Music**. London, UK: McGraw-Hill Education, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004.

BULLOCK, Michael (tr.). CIAM's **La Sarraz declaration**, 1928. Available on: <https://modernistarchitecture.wordpress.com/2011/09/08/ciams-la-sarraz-declaration-1928/>. Retrieved on: 22 sep. 2022.

ESPINOZA, José Huapaya; GRAPPI, Leticia. Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil. In: **XVII ENANPUR**, São Paulo. Anais [...], 2017, 1, 1, p. 1–17. Disponible en: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.6/ST%207.6-03.pdf. Acceso en: 22 sep. 2022.

FADANELLI, Guillermo. Cultura subterrânea. In: RENTERÍA, Carlos. Martínez. **Cultura contra cultura: diez años de contracultura en México**. México, Plaza & Janés, 2000.

FERRETTI, Frederico. Situated knowledge and visual education: Patrick Geddes and reclus's Geography (1886–1932). *Journal of Geography*, 116 v., p. 3-190, 2016.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da Arquitetura moderna**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GNECCO, Germán Samper. Responsabilidad Social del Arquitecto. *In*: SEGRE, Roberto. **América Latina en su Arquitectura**. 5. ed., 1983, p. 204–215.

GROPIUS, Walter. **Manifesto da Bauhaus**. Weimar, 1919. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/bau/21394277.html>. Acesso em: 22 sep. 2022.

HARRIS, Richard. A double irony: the originality and influence of John F.C. Turner. *Habitat International*, 491 v., n. 1, p. 1–25, 2003. Available on: https://www.researchgate.net/publication/222555986_A_double_irony_The_originality_and_influence_of_John_FC_Turner. Retrieved on: 3 nov. 2019.

HERZOG, Cecilia. Polacow. **Cidades para todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza**. 1. ed., Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

HYSLER-RUBIN, Noah. *Patrick Geddes and Town Planning: a critical view*. 1. ed. London: Routledge, 2011.

KAPP, Silke. Moradia e contradições do projeto moderno. **Interpretar Arquitetura**. Belo Horizonte, 6 v., n. 1, p. 123-138, 2005. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_05_moradia_contradicoes.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture, keynote lecture. *Field: a free journal for architecture*, 2 v., n.1, p. 7–30, 2008.

KEULARTZ, Jozef. *From Patrick Geddes to Lewis Mumford and beyond*. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/1161406/From_Patrick_Geddes_to_Lewis_Mumford_and_Beyond. Acesso em: 9 dez. 2019.

MUMFORD, Erick. *The ciam discourse on urbanism, 1928-1960*. 1. ed. Cambridge: MIT Press, 2000.

NUNES, José Horta. Patrick Geddes. **Enciclopédia Discursiva da Cidade (Endici)**, 2019. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbeta%2F-view&id=40>. Acesso em: 4 nov. 2019.

PIZA, João. Vida e obra de Giancarlo de Carlo. **Vitruvius**, 2 v., n. 22.01, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/02.022/3205>. Acesso em: 22 set. 2022.

RAMOS, Fernando Vásquez. **Team 10: Manifesto de Doorn**. São Paulo: USJT, 159–168, 2013.

RISSELADA, Max; HEUVEL, Dirk. X Ciam (Dubrovnik) - carta do habitat. **Cronologia do Urbanismo**, UFBA, 2006. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=2>. Acesso em: 22 set. 2022.

SANTOS, Tânia. **Who decides? Who provides?** Um contributo para a compreensão da obra de John Turner. 2014. 1. ed. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Departamento de Arquitetura, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

SHOSHKES, Ellen. Jaqueline Tyrwhitt translates Patrick Geddes for post-world war two planning. *Landscape Urban Plan*, 166 v., 2017. Disponível em: http://localhost/var/www/apps/conversion/tmp/scratch_2/dx.doi.org/10.1016/j.landurbplan.2016.09. Acesso em: 22 set. 2022.

STEVENS, Garry. *The favoured circle: the social foundations of architectural distinction*. 1. ed. Cambridge: MIT Press, 2002.

TAFURI, Manfredo. *Architecture and Utopia: Design and Capitalist Development*. Tradução de Barbara La Penta. 1. ed. Cambridge: MIT Press, 1976.

TEAM X. *The Doorn Manifesto*. 1954. Disponível em: <http://www.team10online.org/team10/text/doorn-manifesto.htm>. Acesso em: 22 set. 2022.

WELTER, Volker. Post-war Ciam, Team X, and the influence of Patrick Geddes: Five Annotations. *Conference proceedings, Ciam Team*, 10 v., p. 87–110, 2002. Disponível em: <http://www.team10online.org/research/papers/delft1/welter.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

Associação Onze8: origem, discussões e alguns resultados

Cleuber da Silva Junior⁵⁸

Apresentação: a Associação Onze8

Impossível falar das ações da Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura sem mencionar a Associação Ateliê de Ideias, Instituição parceira que, na verdade, foi quem abriu as portas para que a Onze8 pudesse trabalhar com assistência técnica, sobretudo num cenário de desmonte das políticas públicas ligadas à Habitação de Interesse Social (HIS) e do Direito à Cidade de maneira geral. A Associação Ateliê de Ideias é a pessoa jurídica que está por trás da organização do Banco Bem, um Banco Comunitário inserido no Território do Bem, um conjunto de bairros e comunidades localizadas na região central⁵⁹ da Ilha de Vitória, ES. O Banco Bem, implantado em 2005, passou a realizar empréstimos na modalidade de Crédito Habitacional já em 2006, sendo um dos pioneiros do país nesta modalidade de crédito. Além do Banco Bem, há mais de dez Bancos Comunitários espalhados pelos municípios da Grande Vitória, os quais se organizam em torno da Rede De-

⁵⁸ Texto de construção coletiva elaborado por Cleuber da Silva Junior a partir de discussões e vivências acumuladas pela Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura. Material adaptado a partir da apresentação da associação no Colóquio Athis na extensão universitária do Brasil urbano realizado de modo remoto em novembro de 2020, organizado pela Universidade Federal do Espírito Santo.

⁵⁹ O termo “região central” aqui utilizado faz referência ao centro geométrico da ilha de Vitória (município que possui também uma porção continental), já que os bairros que compõem o Território do Bem não estão localizados nem no Centro histórico da cidade nem no novo centro econômico.

envolver de Bancos Comunitários do Espírito Santo. O processo de implantação e consolidação do Crédito Habitacional do Banco Bem serviu de modelo para a implantação desta modalidade de crédito em outros Bancos da Rede Desenvolver, mas foi necessário passar por algumas etapas até chegar ao modelo atual.

Em um primeiro momento, o acesso ao Crédito Habitacional não contou com qualquer acompanhamento técnico. Contudo, cedo perceberam a necessidade de envolver profissionais da área de engenharia e arquitetura, inaugurando a segunda fase, que contou com trabalho profissional voluntário. Como a demanda sempre foi grande e o trabalho voluntário muitas vezes conflita com o trabalho regular, o fluxo de profissionais era constante e o trabalho, intermitente. Nesta fase acontece uma aproximação do Célula (o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Ufes) no processo, que vai culminar na efetivação do Professor Eduardo Simões Barbosa como coordenador da Equipe de Arquitetura do Ateliê de Ideias. Esta é a fase mais prolífica do Crédito Habitacional, e a parceria com instituições privadas pôde manter a Equipe de Arquitetura com uma remuneração regular.

Em 2016, com a desestabilização política e econômica do Brasil, o Ateliê decide não mais manter a Equipe de Arquitetura em sua folha de pagamento. No entanto, membros desta Equipe eram acionados sempre que serviços de arquitetura se faziam necessários. Alguns membros dessa Equipe de Arquitetura se juntaram a ex-membros do Célula e do Palete Parque para criar um corpo paralelo: a Associação Onze8. A consolidação da Onze8 acontece em 2018 e a Associação se formaliza em 2019.

Criada com o objetivo de reunir pessoas para discutir ações possíveis em torno da Athis na Grande Vitória, a Onze8 possui também um viés prático, que inclui a elaboração de projetos de arquitetura, orçamento e gerenciamento das obras. A associação entende que o produto do serviço de arquitetura não é o projeto arquitetônico em si, mas a execução física do espaço projetado ou das melhorias propostas. O projeto é um meio que comunica informações para chegar a este fim.

Este entendimento torna indispensável a presença dos projetistas durante a obra, de modo que esse trabalho em campo nos aproxima muito da realidade da auto-construção nas periferias e bairros populares da Grande Vitória. Tal aproximação nos permitiu enxergar que a principal política habitacional do Brasil tem sido, em muitos momentos e em diferentes governos, a de ignorar e negligenciar as formas espontâneas de ocupar e construir da nossa população mais empobrecida. Por conta disso, grande é a preocupação com a nova onda de desmonte das políticas públicas ligadas aos direitos dos brasileiros, em curso desde 2016, que promete, mais uma vez, deixar à própria sorte a parcela mais pobre da população brasileira. Os resultados são conhecidos e estão bem documentados.

Contudo, chegar a esta conclusão apenas pela via da empiria poderia soar como mero discurso retórico ou sensacionalista, sobretudo aos ouvidos dos que ainda enxergam as favelas e núcleos assemelhados como algo passageiro e transitório: um paliativo onde várias pessoas moram enquanto aguardam o dia em que finalmente poderão sair dali. Ressalte-se que tal entendimento parte não apenas de setores da direita – muitos dos quais contribuíram diretamente para a consolidação de tal situação – mas também de parte da esquerda, sobretudo a ala mais paternalista e assistencialista.

Tendo isso em vista, optamos por abordar alguns textos que pudessem nos ajudar a entender se a percepção que tínhamos em campo encontrava rebatimento também na produção teórica. Pudemos confirmar, então, que o entendimento de que a favela não apenas veio para ficar como também foi uma forma pela qual os sucessivos governos puderam amortecer a reivindicação por moradia está colocado, de maneira mais ou menos explícita, pelos principais autores que se debruçaram sobre o tema pelo menos desde a década de 1970.⁶⁰ Resgatar esses autores pode não representar uma contribuição efetivamente original, mas acreditamos que pode nos auxiliar a enxergar o tamanho do retrocesso pelo qual estamos passando, além de ajudar a pensar alternativas para a realidade atual.

As políticas públicas oficiais e o cenário atual

Se realizarmos um recorte um pouco mais rigoroso, é possível encontrar quatro tentativas oficiais de abordar o problema da habitação popular no Brasil. A primeira delas apostava na iniciativa do mercado, que acessaria concessões e financiamentos do governo central – esta tentativa aparece em dois momentos: a partir de 1853, ainda no governo imperial, e a partir de 1890, já no período republicano. A segunda formulação resultará na criação da Fundação da Casa Popular (FCP), que acontece em 1946. A terceira tentativa é resultado da substituição da FCP pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964. Por fim, a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em 2009, representa nossa quarta e última política voltada para a habitação em nível federal.⁶¹

⁶⁰ Dentre os autores revisitados, encontram-se: Pechman & Ribeiro (1983); Melo (1990); Azevedo (1988); Cardoso (2013); Bonduki (1994); Ferreira (2010); Valladares (1978); Maricato (1982); Ferro (2006); Turner (1976); Jacques (2003); Kowarick (1979).

⁶¹ Não se pode negar que tenha havido, permeando as principais políticas oficiais ligadas à HIS no Brasil, outros programas que visaram a provisão de moradia para as classes populares, como a construção de alguns conjuntos habitacionais financiados pelo Estado. Contudo, estes exemplos são raros (embora representativos) e não chegam a significar, em números de unidades construídas, resultados expressivos. Além destes, é comum associar as construções financiadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) às políticas públicas de habitação. No entanto, como estas unidades estavam direcionadas ao “suprassumo” da classe trabalhadora (deixando de fora os trabalhadores que possuíam vínculos empregatícios mais frágeis e todos os desempregados) e, além disso, o

Sem pretender aqui realizar uma análise mais rigorosa a respeito de cada um desses períodos e iniciativas (as quais, aliás, já foram exaustivamente estudadas), nos interessa mais realizar uma abordagem do cenário atual, sobretudo naquilo em que reflete os desdobramentos dessas iniciativas progressas.

Calcula-se que entre 70 % e 80 % da área urbanizada brasileira tenha surgido espontaneamente, ou seja: sem possuir um planejamento prévio oficial. Entendendo que os profissionais da autoconstrução são, via de regra, os mesmos que constroem a cidade dita formal (empregando inclusive os mesmos materiais e a mesma tecnologia), a autoconstrução, por si só, não deveria ser um problema. O problema é esses lugares continuarem a ser produzidos e reproduzidos cotidianamente sem qualquer participação do Estado, o qual, quando se faz presente, aparece apenas como aparelho de repressão. São lugares, portanto, que, a despeito de suas potências latentes, vão se caracterizar historicamente pelas ausências: de equipamentos públicos, de áreas de lazer, de infraestrutura, de oportunidades de emprego etc.

Não bastasse esse acúmulo histórico, causa indignação perceber que o governo que assumiu após o Partido dos Trabalhadores (PT) – e que teve continuidade neste governo que aí está – extinguiu o Ministério das Cidades e o próprio Programa MCMV, deixando mais uma vez por conta da iniciativa individual de cada brasileiro a solução de seu problema, restando a autoconstrução em determinados espaços da cidade como única alternativa de moradia para boa parte da população brasileira. Na prática, justificando também uma necessidade de ruptura com o governo petista, a gestão atual põe fim às políticas públicas ligadas à habitação e ao Direito à Cidade, e mais uma vez cabe ao trabalhador brasileiro acessar os recursos que a Caixa teria para financiar a moradia popular.

No entanto, a pandemia do coronavírus evidenciou a existência de milhões de brasileiros que não saberiam nem como passar da porta giratória de uma agência bancária, para início de conversa. Quando a pandemia obrigou que o Governo Federal concedesse um Auxílio Emergencial à população brasileira, descobriram-se cerca de trinta milhões de cidadãos invisíveis e invisibilizados, que o Governo nem sabia que existiam. Como podemos esperar que essas pessoas consigam, por livre iniciativa, fazer um contrato de financiamento? Que renda mensal poderão colocar no contrato? Que documento de propriedade poderão apresentar?

Nossa história recente tem insistido em mostrar os perigos que representam este caminho – o caminho da negligência e da irresponsabilidade. Caberá aos pesquisadores do futuro medir o alcance que tal postura leviana terá. Neste meio tempo, a nós cabe denunciar a perversidade que tudo isso representa e trabalhar, ainda que de maneira muito precária, nas brechas que aparecem (ou que são provocadas).

acesso às mesmas dependia da iniciativa individual de cada trabalhador, não estão sendo contadas aqui como política pública.

Discussões iniciais

Traçando paralelos entre a realidade com a qual trabalhamos e as inferências apontadas na bibliografia sobre o tema da HIS no Brasil, acreditamos ser possível iniciar algumas discussões. Talvez a principal delas seja aquela formulada por Pechman e Queiroz (1983): dentro do sistema capitalista de produção de mercadorias, não dá para resolver a “crise de moradia” pelo mercado. A “crise” é inerente ao próprio sistema e a moradia, mesmo quando entendida apenas como mercadoria, é uma mercadoria tão especial que não se consegue comprar apenas com o salário que o trabalhador recebe. Isto porque, necessariamente, a mercadoria-habitação está atrelada a outra mercadoria: o solo urbano. E nós sabemos que desde 1500 este é um bem proibitivo às camadas mais pobres da população brasileira – fato que será reforçado quando da promulgação da Lei de Terras, em 1850.

Os dados do IBGE sobre a composição do nosso déficit habitacional (dados da PNAD 2015 analisados pela Fundação João Pinheiro) parecem corroborar esta relação quando observamos que cerca de 80 % do nosso déficit habitacional é composto por Coabitação (aproximadamente 30 %) e o Ônus excessivo com aluguel (quase 50 %). Ou seja, muito mais do que as casas construídas de forma precária ou com material inadequado (que são as que precisam de reforma) e muito mais até do que as pessoas que moram nas ruas ou de forma improvisada, o nosso déficit habitacional chegou aos valores atuais porque a população mais pobre no Brasil nunca teve acesso à terra. Aliás, esta é também a conclusão a que chega Miloon Kothari (2004), Relator Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Moradia Adequada, quando esteve aqui no Brasil.

E este é o motivo pelo qual é importante que levantemos a bandeira dos movimentos sociais ligados à habitação que afirmam que “moradia não é mercadoria”. Porque enquanto for entendida como mercadoria, a habitação não será acessível aos mais pobres. Não é por acaso que os proprietários de imóveis urbanos preferem, muitas vezes, deixar seus imóveis vazios do que alugar a preços que permitam a locação pela classe popular. Tanto que, em 2018, quando o déficit habitacional brasileiro atingia o número de 6,9 milhões, estimativas apontavam que havia cerca de 6,05 milhões de imóveis vazios espalhados Brasil afora, sobretudo nos grandes centros urbanos (os dados são de matéria publicada pelo site do g1.globo.com em 07/05/2018, por conta do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em São Paulo, à época habitado por uma ocupação urbana).

Entender tal realidade nos permite concluir, ainda, que os programas oficiais de acesso à moradia no Brasil, quando implantados, foram todos equivocados, já que todos focavam na provisão da unidade habitacional. E o afrouxamento das normas

urbanísticas e dos mecanismos de fiscalização das administrações direcionado a determinadas áreas da cidade aparece, na verdade, como a assunção de quem reconhece a ineficiência do que está sendo proposto como solução ou alternativa.

A partir de um ponto de vista histórico, a lógica tem se mostrado da seguinte forma: para desenvolver o potencial de sua capacidade produtiva, o país precisa que as pessoas morem mais ou menos perto de onde se concentram as nossas indústrias e as grandes empresas. Contudo, a capacidade de atrair pessoas sempre foi muito maior do que o número de postos de trabalho criados por elas. Ao mesmo tempo, a capacidade das cidades em acomodar esses candidatos também foi sempre insatisfatória, criando uma condição dupla de carências: por trabalho e por moradia. Na maior parte das vezes, a “solução” adotada é a “permissão” de que esse contingente se abrigue em partes da cidade que não interessam imediatamente ao mercado – e, frequentemente, não interessam por serem impróprias para a moradia: terrenos alagadiços, encostas com risco de deslizamentos, glebas longínquas, carentes de todo o tipo de infraestrutura, áreas ambientalmente frágeis etc.

No entanto, como vimos, é importante do ponto de vista do discurso político manter acesa a ideia de que esta condição é temporária, o que leva os governos, de tempos em tempos, a canalizar esforços para a construção de unidades habitacionais de interesse social. O problema é que, num país onde a desigualdade só aumenta, onde a situação de vida dos mais pobres só piora, é ilusório e até perverso este jogo discursivo. Mais justo e honesto seria assumir que, dentro do sistema capitalista, boa parte dos brasileiros só conseguirá morar nas cidades se puder construir nas áreas que não interessam ao mercado, pois é justamente onde o acesso à terra ainda é possível, e onde lhes é permitida a autoconstrução. Mas não para ignorá-los e deixá-los à própria sorte: pelo contrário, ao assumir que esta foi uma condição historicamente exigida pelo capitalismo industrial, o poder público poderá trabalhar em conjunto, construindo políticas públicas direcionadas e destacando parte de seu corpo técnico para auxiliar nas formas de ocupação desses terrenos.

Enquanto este entendimento não é construído, a nós, arquitetos que já percebemos que a autoconstrução é nossa política habitacional por excelência, nos resta trabalhar nas margens, junto com esses moradores. Ressalte-se que “trabalhar nas margens” implica em assumir posicionamentos não convencionais, que dificultam, inclusive, uma atuação nos moldes estritos da Lei n. 11.888/2008, a Lei de Assistência Técnica.

Alguns resultados marginais

Sabendo que a moradia é um bem relativamente caro e que sua aquisição legal por parte da camada mais pobre da população passa, necessariamente, por algu-

ma política pública promovida pelo Estado, a pergunta que tem pairado no ar é a seguinte: o que é possível fazer diante de um cenário de desmonte das políticas públicas e de desmantelamento dos direitos dos trabalhadores? Para os membros da Associação Onze8 e o Ateliê de Ideias, uma alternativa possível é a mobilização da sociedade civil organizada – direcionamento previsto e, de certa forma, estimulado pela própria Lei n. 11.888/2008.

Apesar do quadro geral ser, de fato, desanimador, deve ser comemorado o fato de que, entre 2006 e 2019, o Banco Bem emprestou mais de um milhão de reais em créditos habitacionais, ajudando a realizar mais de 350 obras de reformas e melhorias nas casas de moradores do Território do Bem. Em um projeto mais atual, a parceria entre Ateliê de Ideias e Onze8 resultou no programa Saúde Habitacional, fortemente vinculado à melhoria de casas para ajudar no enfrentamento do novo coronavírus.

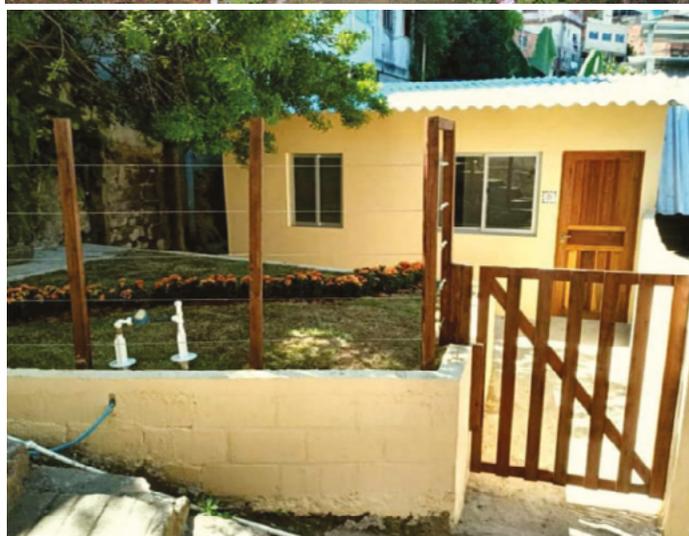
A Associação Ateliê de Ideias já havia publicado, em 2009, uma pesquisa intitulada Saberes e Fazeres do Território do Bem, em que os próprios moradores realizaram uma investigação estatística a respeito do local onde moram: ocupação, escolaridade, condições de moradia e até opções de lazer foram documentadas desta forma. Em 2019, o Ateliê decidiu reeditar a publicação, atualizando os números. Mais uma vez, foi possível fazer uma relação direta entre as condições de moradia e alguns problemas de saúde, como a asma, que é a doença que ocupa o segundo lugar entre as mais apontadas pelos moradores.

Esta realidade já estava servindo de insumo para a elaboração de um projeto que previa melhorar as condições de habitação das casas mais precárias do Território quando entrou em cena a Covid-19. Desde então, o projeto foi reelaborado e submetido à apreciação do Instituto Unimed, tendo em vista que uma grande instalação da Unimed está localizada exatamente em uma das entradas do Território do Bem. O projeto foi aprovado e incrementado com a possibilidade de agregar novas parcerias, incluindo a doação voluntária de pessoas físicas,⁶² e são os primeiros resultados que apresentamos agora.

Com o programa Saúde Habitacional (e seus desdobramentos) foi possível reformar, em pouco mais de seis meses, seis residências localizadas no Território do Bem (as moradias de Eunice, Maria Sonia e Veraildes em São Benedito e as de Renata, Vanessa e Maria Lúcia em Jaburu). O escopo inicial pensado para o programa, criado para resolver sobretudo os problemas sanitários e de salubridade das residências (com foco nas áreas molhadas, aberturas, infiltrações e revestimentos adequados) precisou ser adaptado constantemente conforme as obras foram acontecendo. Em mais de um caso foi necessário que a reforma abrangesse questões estruturais e ampliações, aumentando consideravelmente o valor estipulado inicialmente e o tempo de obra.

⁶² Aproveitamos para divulgar os canais de arrecadação da Associação Onze8. Através deles é possível inteirar-se das ações da instituição e contribuir com as reformas em andamento.

Figuras 1 e 2 – Projeto Saúde Habitacional. Fotos do antes e depois da reforma da residência de Maria Sônia, em São Benedito



Fonte: acervo da Associação Onze8. 2020/2021.

Figuras 3 e 4 – Projeto Saúde Habitacional. Antes e depois da reforma da residência de Maria Lúcia, em Jaburu



Fonte: acervo da Associação Onze8. 2020/2021.

Algumas conclusões

Quando enfatizamos a atuação marginal das instituições mencionadas estávamos nos referindo a uma atuação desvinculada de qualquer política pública mais ampla e, portanto, não contemplada por verbas públicas. Sabemos que esta situação está longe do ideal e, também por isso, nos esquivamos de apresentá-la como saída ou

solução para o problema. Mesmo porque trabalhos, como os mencionados,⁶³ nos ajudam a enxergar que, enquanto nos esforçamos por construir ou melhorar a moradia de um morador do Território do Bem, por exemplo, outras tantas condições similares são reproduzidas por toda a Grande Vitória, deixando a nítida sensação de que não estamos fazendo mais do que “enxugar gelo”, como se diz popularmente.

Contudo, não é mais possível ignorar a realidade da autoconstrução. Com ou sem suporte técnico, as pessoas continuam a se mudar para as cidades, necessitando construir, ampliar e reformar suas casas conforme a dinâmica de seus moradores e as adaptações que se fizerem necessárias. O processo de elitização dos profissionais de arquitetura – os quais, quando se aproximam das demandas populares, têm como clientes o Estado, e não a população/usuário final – afastando ainda mais a possibilidade de democratização dos serviços providos pelo arquiteto. O descolamento dos profissionais em relação à demanda por HIS, associado à negligência por parte do poder público, tende a agravar os problemas existentes e a tornar cada vez mais difícil uma ação que procure integrar esses territórios à dinâmica da cidade.

E a necessidade de que todas as áreas da cidade sejam dotadas com atributos urbanos minimamente qualificados (ruas largas que permitam tanto a locomoção quanto o acesso; áreas para lazer e descanso; equipamentos públicos que supram a demanda local; acesso a um transporte público eficiente; comércio local que promova vitalidade urbana e crie oportunidades de ocupação etc.) se fez enxergar sobretudo agora, quando a pandemia provocada pelo coronavírus escancarou o abismo entre bairros de uma mesma cidade. Não podemos naturalizar nem considerar coincidência o fato de que “o vírus mata mais” o povo preto, pobre e periférico.

Em artigo intitulado Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: Uma análise da percepção social no Brasil, os autores Bruno Milanez e Igor Ferraz da Fonseca (2011) perceberam que “os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos”. A pesquisa realizada pelos autores demonstra que populações socialmente mais frágeis são também as que mais sofrem com os efeitos negativos dos eventos climáticos a que estamos cada vez mais sujeitos (enchentes e inundações, deslizamentos e desabamentos, desertificação e secas prolongadas, propagação de epidemias etc.). Seguindo o mesmo raciocínio, a ONU criou o conceito de “*apartheid* climático”, que, segundo a jornalista Eliane Brum (*El País* Brasil, 2020), pode ser utilizado também no caso da Covid-19:

Na pandemia de coronavírus há o mesmo *apartheid*. É bem explícito qual é a população que tem o direito a não ser contaminada e qual é a população que aparentemente pode ser contaminada. Não é coincidência que a primeira

⁶³ Especialmente os de Pechman e Ribeiro (1983); Valladares (1978); Maricato (1982); Ferro (2006); Kowarick (1979) e Davis (2006).

morte por coronavírus no Rio de Janeiro foi uma mulher, empregada doméstica, a quem a “patroa” nem reconheceu o direito à dispensa remunerada do trabalho, para fazer o necessário isolamento, nem achou necessário contar que poderia estar contaminada por coronavírus, cujos sintomas já sentia depois de voltar de um Carnaval na Itália. Essa primeira morte no Rio é o retrato do Brasil e das relações entre raça e classe no país, expostas em toda a sua brutalidade criminoso pela radicalidade de uma pandemia. (BRUM, 2020).

Um boletim informativo da Fiocruz (março de 2021) resume as “medidas não-farmacológicas” que devem ser adotadas, por período prolongado, se quisermos evitar o colapso do sistema de saúde: distanciamento físico e social, uso de máscaras e higienização das mãos, articuladas com “ações intermitentes de bloqueio” (*lockdown*): restrição da circulação e de todos os serviços não-essenciais. Relacionando essas recomendações com a realidade habitacional brasileira, a doutora e pesquisadora Leticia Tabachi da Silva faz a seguinte análise:

A promoção de moradia digna, principalmente à população de baixa renda, é também premissa básica para saúde pública: desde o cuidado com ambientes domésticos propícios a pragas e agentes infecciosos, mobilidade e acessibilidade eficientes sem aglomerações, até a prudência no tratamento de água, escoamento do esgoto, processamento do lixo doméstico e iluminação e ventilação da moradia. (SILVA, 2020).

Chama a atenção no artigo da pesquisadora a dificuldade de se manter o isolamento social nesses casos. A pesquisa Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem, coordenada por Denise Biscotto (2019), indica que, em relação ao emprego, menos de 40 % das pessoas em idade produtiva (excetuando-se, portanto, as crianças com menos de dezesseis anos e os adultos aposentados ou pensionistas) encontra-se trabalhando com carteira assinada e/ou possuem emprego fixo. O restante – mais de 60 % – teria muita dificuldade em manter as medidas de isolamento social, justamente porque precisam garantir o pão de cada dia.

São trabalhadores que, via de regra, não possuem uma economia, uma poupança que possa assegurar dois ou três meses de sobrevivência enquanto não podem trabalhar; o que ele faz nesta semana é o dinheiro que ele vai gastar na semana seguinte, e assim ele vai levando o mês, o semestre e o ano. E mesmo que pudessem ficar em casa, em muitos casos o distanciamento físico recomendado não seria possível, por

conta da coabitação, da proporção inadequada entre o número de moradores e o número de cômodos de longa permanência, do número insuficiente de aberturas, da inexistência de afastamentos em relação às residências vizinhas etc.

Para além da dificuldade de praticar o isolamento social, há bairros em que o abastecimento com água potável é intermitente ou mesmo inexistente. A professora e pesquisadora Raquel Rolnik, que integrou o quadro da ONU para o Direito à Moradia Adequada entre 2008 e 2014, chama a atenção, em artigo escrito conjuntamente com Marussia Whately, para os milhares de pessoas que sequer têm acesso a este recurso, e lança ainda um olhar para a “população de rua”, para os “indivíduos que vivem em cortiços e pensões com acesso precário a instalações sanitárias”, e para os milhares de famílias que “compartilham tanques e banheiros”.

Temos, portanto, uma dupla tarefa à nossa frente: a primeira, de viés prático, é trabalharmos para popularizar os serviços de arquitetura e engenharia de um público que ficou historicamente sem acesso a este tipo de profissional. Precisamos nos aproximar e nos inserir na dinâmica autoconstrutiva desses locais a fim de garantir que o resultado dessas obras implique em formas mais adequadas de morar e de ocupar o espaço urbano.

A segunda tarefa é de cunho essencialmente discursivo: é preciso se fazer representar nas instituições e instâncias que pautam as políticas públicas, alertando para a necessidade e importância do papel do arquiteto urbanista tanto no projeto das residências quanto no planejamento das cidades – papel do qual, em certa medida, abdicamos em detrimento a um mercado “de luxo”, mas do qual também fomos afastados, permitindo que importantes decisões sobre a cidade fossem tomadas levando-se em consideração critérios fundamentalmente econômicos e interesses políticos.

É preciso ocupar esses espaços para que se entenda que não é possível discutir Habitação de Interesse Social no Brasil sem passar por uma discussão ampla sobre uma série de temas correlacionados, tais como: reforma fundiária, reforma agrária e reforma urbana; urbanização de favelas; locação social e imóveis abandonados; formas de barateamento da construção civil (o que requer investimento em soluções semiprontas); imposto sobre herança, sobretudo imobiliária; Salário Mínimo – e, mais do que isso, discutir como acessar aqueles que estão fora do mercado de trabalho, invisíveis e invisibilizados. Além disso, dada a dinâmica de crescimento de nossas cidades, torna-se também impossível discutir HIS sem discutir uso e ocupação do solo e sem discutir planejamento regional. Cada programa lançado oficialmente pelo governo significou também a promessa de criação de empregos no setor da construção civil, de modo que o número de unidades produzidas talvez tenha sido insuficiente até mesmo para abrigar a população atraída pela promessa de um mercado aquecido, agravando um quadro que procurava resolver.

Em outras palavras: não é possível discutir HIS no Brasil de maneira séria e comprometida sem discutir cidade. E ainda que não sejam as mesmas pessoas que venham a ocupar todos os espaços que precisamos ocupar, a comunicação entre o braço prático e o discursivo é essencial para que, de um lado, as ações de acompanhamento da autoconstrução não culminem na reprodução de formas inadequadas de morar na cidade e, por outro lado, os discursos e as bandeiras defendidas nas instâncias públicas sejam municiados com casos concretos, de modo a evitar um descolamento entre o discurso e a prática, garantindo que as decisões políticas que venham a ser tomadas atendam efetivamente a demanda da sociedade.

Referências

AZEVEDO, Sergio de. Vinte e Dois Anos de Política de Habitação Popular (1964-86): Criação, Trajetória e Extinção do BNH. *In: Revista de Administração Pública*. FGV, Rio de Janeiro, out./dez. 1988. p. 107-119.

BISCOTTO, Denise (Org.). **Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem**. Pesquisa realizada pela Associação Ateliê de Ideias, Vitória, 2019.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *In: Análise Social*. Vol. XXIX (127), 1994 (3ª), p. 711-732.

BRUM, Eliane. **O vírus somos nós**. Artigo publicado em *El País Brasil*, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-25/o-virus-somos-nos-ou-uma-parte-de-nos.html>> acesso em março de 2021.

CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Editora Boitempo, São Paulo, 2006.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. *In: Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários. Curso à Distância promovido pelo Ministério das Cidades*. Governo Federal, 2010 (2ª Ed.). p. 9-32.

FERRO, Sérgio. A Produção da Casa no Brasil. *In: Arquitetura e Trabalho Livre*. Cosac Naify, São Paulo, 2006. p. 61-101.

FIOCRUZ. **Boletim Extraordinário de 23 de março de 2021**. Boletim Observatório Covid-19.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2003 (2ª Ed.).

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Editora Ática, São Paulo (10ª Ed.; publicação original de 1960).

KOTHARI, Miloon. **Relatório sobre a moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida**. ONU, 18 de fevereiro de 2004.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979 (2ª Ed.).

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. **Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde fica a política habitacional?**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília – Rio de Janeiro, IPEA 2013.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1982 (2ª Ed.).

MELO, Marcus André B. C. de. **Política de Habitação e Populismo: O caso da Fundação da Casa Popular**. 1990.

MILANEZ, Bruno; & FONSECA, Igor Ferraz da. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: Uma análise da percepção social no Brasil. *In: Terceiro Incluído*. ISSN 2237-079X – NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.2, jul./dez./2011, p.82 –100.

PECHMAN, Robert M. & RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão da moradia**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Editora Brasiliense. 1983.

PINTO, Miriam de Magdala (Org.). **Desafios para a Habitação de Interesse Social: Território do Bem**. Dados eletrônicos. LabTAR / Ufes, Vitória, 2017.

SILVA, Leticia Tabachi da. **Habitação é saúde pública**. A Gazeta, 25 e 26 de abril de 2020.

TURNER, John F. C. **Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments**. Pantheon Books, Nova Iorque, 1976.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se Uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

Textos on-line

Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios. 07 de maio de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>>.

Movimentos sociais e assessoria técnica nas ocupações no Centro de Vitória (ES)

Vinícius Lamego de Paula
Lucas Silveira Andrade Martins
Lucas Damm Cuzzuol

Introdução

No início do mês de abril de 2017, ocorreu a ocupação de um terreno localizado na região da Grande São Pedro, na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, em local conhecido pelo nome de Fazendinha, que durou aproximadamente um mês e envolveu cerca de quinhentas famílias. Esse poderia ter sido apenas mais um dos vários casos de ocupação de imóveis vazios que rotineiramente ocorrem nas cidades do estado, contudo foi o embrião de um ciclo de ocupações, favorecendo a aproximação tanto de atores históricos da luta por moradia quanto de outros recém-surgidos no cenário capixaba, que passaram a agir no Centro de Vitória.

No decurso desses acontecimentos, algumas organizações se aproximaram dos ocupantes da Fazendinha, como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), as Brigadas Populares e a União de Juventude Comunista (UJC). Da mesma forma, outros atores passaram a prestar assessoria técnica às ocupações, dentre eles, estudantes, professores e profissionais da área do Direito e da Arquitetura e Urbanismo, defensores públicos da Defensoria Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União no Espírito Santo (DRDH/ES) e do Núcleo do Direito

Agrário e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (Nudam). Diante do envolvimento com as ocupações, tais atores foram progressivamente se engajando na luta por moradia e pelo direito à cidade em Vitória.

Essa ação coletiva se aproxima do que Diani e Bison (2010) classificam como coalizão conflituosa. Ela é conflituosa, na medida em que a sua atuação se contrapõe aos interesses dos proprietários dos imóveis ocupados, tanto os particulares como o poder público. Ao mesmo tempo ela é coordenada, uma vez que envolve uma densa rede informal de atores, que passam a agir de forma conjunta pela convergência de um objetivo comum: a promoção de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano.

No presente capítulo, buscamos compreender como essa coalizão conflituosa surgiu; o que motivou a união entre esses diversos atores; como ocorreu a interação entre os movimentos sociais e os profissionais de Arquitetura e Urbanismo e do Direito; qual a importância da assessoria técnica para o desenvolvimento do ciclo de ocupações e quais as contrapartidas que os profissionais técnicos receberam ao se aproximarem dos movimentos sociais.

Os autores deste trabalho participaram dessa ação coletiva, um como integrante de uma organização política, outro enquanto Defensor Público e outro na condição de militante e Arquiteto e Urbanista. Dessa forma, o presente trabalho propõe uma reflexão a partir do registro das memórias das experiências vividas em campo. Além do registro dessas memórias são utilizadas entrevistas de outros atores envolvidos nessa ação coletiva, realizadas por Paula (2020) na sua pesquisa de mestrado.⁶⁴

O capítulo é estruturado em três seções. Na primeira, analisamos o surgimento e desenvolvimento do ciclo de ocupações de imóveis abandonados no Centro de Vitória, dando destaque para a união entre o MNLM e as demais organizações políticas. Na segunda, investigamos o modelo de atuação desenvolvido pelos defensores públicos na defesa das ocupações e a forma como eles estabeleceram as interações com os ocupantes e os movimentos sociais. Na terceira seção, tratamos dos elementos que compõem a assessoria técnica das ocupações realizadas pelos profissionais de Arquitetura e Urbanismo.

O ciclo de ocupações no Centro de Vitória

⁶⁴ Na sua pesquisa, Paula realizou 19 entrevistas com os atores mais envolvidos no processo de luta por moradia no Centro de Vitória, divididos em 04 (quatro) grupos: 06 (seis) ocupantes; 05 (cinco) atores participantes na organização das ocupações; 03 (três) defensores do Nudam; outros 05 (cinco) atores que prestaram algum tipo de apoio às ocupações (um defensor do DRDH/ES, duas profissionais de Arquitetura e Urbanismo, uma profissional do Direito e um representante da Amacentro). Buscando evitar uma exposição muito direta da imagem dos entrevistados, eles foram identificados a partir das letras iniciais dos seus três primeiros nomes. Apenas um ator desse processo teve o seu nome integralmente mencionado, a Maria Clara da Silva, tendo em vista o seu envolvimento histórico na luta por moradia no Espírito Santo, a sua notoriedade, a importância e o simbolismo que ela tem para a formação da coalizão conflituosa em questão.

Surgido em meados de 1980, o Movimento de Luta pela Moradia (MNLN) enfrentou diversos desafios no Espírito Santo. De início localizado no município de Vila Velha, especialmente no trato com as ocupações espontâneas na região do Aribiri, na ocasião, tomadas pelo poder público como irregulares. A movimentação gerada pelas ocupações ganhou contornos decisivos para um grande contingente de famílias. Alicerçado sob as bases erigidas pela Teologia da Libertação, o movimento alastrou-se pelas periferias da Grande Vitória, adentrando outros municípios, a exemplo da importante resistência construída pelos moradores da Grande São Pedro e Santo Antônio, na Capital.

Diante tamanha relevância e articulação, o movimento uniu-se a iniciativas de outros estados e definiu o nome de um dos mais importantes movimentos sociais da história recente do país: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. O acréscimo nacional, que definiu a sigla MNLN, estabeleceu a fundamental importância das direções daquele processo. Dona Maria Clara tornar-se-ia um baluarte da defesa da dignidade da pessoa humana, não apenas na garantia da moradia digna, mas da completude da vivência humana.

É compreensível, portanto, que uma eventual retomada do ciclo de ocupações passasse de alguma maneira pelo MNLN, pela sua importância histórica e legado concreto marcado pelas cidades. Dessa forma, em janeiro de 2017, Dona Maria Clara dirige-se à área conhecida como Fazendinha, situada em terreno parcialmente público e privado, na região da Grande Santo Antônio, no município de Vitória, onde ocorria uma ocupação espontânea de mais de 500 famílias (Figura 1).

Figura 1 – Reintegração de Posse da Fazendinha em 26 abr. 2017. Autor desconhecido



Fonte: Coletivo Resistência Urbana, 2017.

Naquele momento, a ação de solidariedade empreendida se restringia a importantes recomendações de organização às famílias sem, contudo, abranger ainda uma coordenação estabelecida com planejamento tático de curto ou médio prazo. Em menos de um mês de ocupação é expedida a reintegração de posse. Sempre com o apoio do MNLM, as famílias realizaram uma sequência de atos e ações de grande visibilidade e repercussão, ocorridas especialmente nas ruas do Centro de Vitória.

Essa imposição pública proporcionou uma rede de contatos com outras organizações políticas do Espírito Santo. A partir disso, a recém fundada Brigadas Populares, aproxima-se da movimentação espontânea das famílias, assim como a União da Juventude Comunista (UJC), organização política vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Inicia-se assim, a fértil aglutinação de organizações em torno da Luta pela moradia, que propiciou o ciclo de dezesseis ocupações na capital do estado, sendo catorze de imóveis abandonados, a exemplo da Figura 2, ilustrando 8 ocupações no centro de Vitória, no ano de 2018.

Figura 2 – Mapa-montagem sobre Googlemap com localização de parte das ocupações na área. Autoria de Lutero Proscholdt Almeida



Fonte: Miranda, Almeida e Martins (2018).

As três organizações mencionadas contribuíram com um novo tipo de organização para as famílias, neste momento, durante a ocupação da Casa do Cidadão.⁶⁵ Isso se deve sobretudo ao intenso envolvimento de todas as organizações na solução da reintegração de posse recém imposta as famílias, como dito, quando estavam na área da Fazendinha.

Agora com tática, níveis de negociação e rede de articulações ampliadas foi possível, a partir da Casa do Cidadão, formular o planejamento da primeira ocupação organizada de uma edificação por essas famílias. Assim, em abril de 2018, foi realizada a paradigmática ocupação do Edifício Presidente Getúlio Vargas, em prédio do antigo Instituto de Aposentaria e Pensão dos Industriários (Iapi), há duas décadas em estado de abandono e subutilização. Essa edificação está situada em lote lindeiro a Praça Costa Pereira, considerada um dos espaços públicos mais expressivos da Capital. A Ocupação Chico Pregó do edifício do antigo Iapi reuniu mais de cem famílias naquela que seria a primeira experiência de ocupação coordenada no Centro de Vitória.

A iniciativa consolidou a imbricação do MNLM, Brigadas Populares e UJC, propiciando a construção de uma versão regional da estabelecida Frente de Resistência Urbana.⁶⁶ A Frente de Resistência Urbana Capixaba conseguiu reunir as diferentes experiências organizativas e, especialmente, geracionais, em torno da luta por moradia no Espírito Santo.

A ocupação do edifício do antigo Iapi contou com inúmeras dificuldades e de todas as ordens. A maioria das dificuldades foram tanto organizativas, devido ser essa a primeira experiência com coordenações compostas também por membros das três organizações supracitadas; quanto técnicas, por se tratar de um prédio datado da década de 1950 e, assim, com profundos problemas estruturais, dentre outros.

Desde o início, a iniciativa demandou a necessária produção técnica para resolução dos problemas enfrentados pela militância. Os problemas hidráulicos e elétricos, por exemplo, foram um dos desafios encontrados de imediato pelos ocupantes, logo nas primeiras semanas de ocupação. Viabilizar tecnicamente uma solução de moradia digna, e mais, da garantia mínima da dignidade humana, impulsionou forçosamente a própria militância na realização de uma produção técnica, mas, sobretudo, na busca por aliados orgânicos da luta (Figura 3).

⁶⁵ A Casa do Cidadão constitui um centro de integração de diversos serviços da Secretaria de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho. Por se tratar de uma edificação de apelo popular, foi o local escolhido pelas famílias da Ocupação da Fazendinha como polo de pressão política. A ocupação, seja pelo restrito espaço físico, seja pela impressionante repercussão gerada, foi o germen da imbricação entre as organizações políticas que realizaram em seguida o ciclo de ocupação urbanas do Centro de Vitória.

⁶⁶ Frente de articulação de organizações políticas de luta por moradia da América Latina criada em 2017.

Figura 3 – Fotomontagem ilustra a situação do edifício do antigo Iapi à época da ocupação. Fotos Lucas Damm e André Alves (2017)



Fonte: Coletivo Resistência Urbana, 2017.

O componente geracional dessa tríade de organizações foi determinante para o ciclo ora iniciado, mais marcadamente sobre os aspectos que em seguida desenvolveremos, a saber: a fecunda vinculação política entre a Academia, a Defensoria Pública do ES e a militância viva no cotidiano das ocupações.

Essa articulação e seu contraponto geracional engendrou a quebra de um dos vícios comuns das ações políticas. Isso tanto na necessária produção técnico-científica, muitas vezes negligenciada pelas movimentações de esquerda, quanto o academicismo puro, que exterioriza o corpo militante dos pesquisadores da ciência, gerando uma dinâmica assistencialista e pouco orgânica entre eles e a experiência política em si.

Assim, com veremos neste trabalho, a participação das diversas organizações na produção técnico-científica e o envolvimento orgânico dos profissionais do direito e da arquitetura neste recorte específico, foram determinantes para o sucesso de algumas movimentações.

Podemos considerar ainda, que a intenção de ruptura entre trabalho intelectual formulado do campo das ideias e trabalho manual realizado encontrou espaço fértil para desenvolvimento nas movimentações vivenciadas. Ainda que o objetivo não tenha sido alcançado plenamente, ou seja, ainda não ocorreu a conquista efetiva de moradia digna para as famílias sem-teto do Estado, essa movimentação aponta indicativos essenciais para construção de uma frente política pautada em sua dinâmica real resultante da ação política concreta, em detrimento da dinâmica virtual, demarcada pelos acordos de bastidor.

A defesa das ocupações pela Defensoria Pública

No ciclo de ocupações no Centro de Vitória, a assessoria jurídica prestada aos ocupantes e movimentos sociais, ocorreu por meio dos defensores públicos que atuam no Nudam, bem como na DRDH/ES. Esses órgãos de execução especializados possuem um modelo de atuação mais solidário e coletivista, exercendo o que Souza (2012) classifica como funções não tradicionais da Defensoria Pública.

No caso em tela, a forma como os defensores públicos interagiram com os demais atores envolvidos nas ocupações e desenvolveram a sua atuação, ainda se aproxima do que Campilongo (2011) classifica como serviços legais inovadores. Isso porque esses profissionais assumiram um compromisso moral com a causa; utilizaram os instrumentos judiciais de forma estratégica e combinada com outras formas de atuação extrajudicial; estabeleceram vínculos de confiança e atuaram de forma coordenada com os demais atores envolvidos.

A aproximação dos defensores do Nudam com os atores envolvidos no ciclo de ocupações de imóveis vazios no Centro de Vitória aconteceu no início desse processo, na ocupação da área denominada de Fazendinha, no bairro Grande Vitória, como dito antes, na Região da Grande São Pedro. Ao serem acionados por alguns representantes da ocupação, os defensores do Nudam realizaram o seu atendimento e passaram a prestar assistência jurídica às famílias que se encontravam na referida Fazendinha. Esse atendimento jurídico prestado pelo Nudam conferiu conscientização aos ocupantes e legitimação às ocupações. Sobre isso, fala a liderança V.M.F.:

Então foi que eu procurei a Defensoria Pública na época, né, e passei nossos problemas, diagnóstico e qual a situação e qual era a saída, que ia ter uma reintegração de posse, o povo não sabia o que fazer, o povo tava perdido. Então, por meio desse momento, eu fui lá, fiz o contato, tive um retorno positivo da Defensoria [...] E começamos a fazer esse link, e começamos a dar um respaldo po povo ali, né. E daí que veio o meu papel de liderança dentro desse processo. Porque eu tinha um pouco de conhecimento e o povo não tinha muito pra onde seguir. Então, eu passei a ir lá, pegar informação, trazer, né. Na reintegração de posse, existe alguns requisitos, a reintegração de posse não pode ser feita com violência, né, existe algumas coisas que a gente não sabia. Então, assim, foi muito importante, foi daí que veio nosso contato, né, entre a gente e eu como liderança. A partir daí, eu passei a ser a voz dessas pessoas, né, e a gente sempre elaborando uma estratégia de tentar fazer com o município, né, entender a nossa dificuldade (V.M.F., 2019).

A proximidade dos defensores do Nudam em relação aos atores envolvidos nas ocupações ficou simbolizada pela sua presença no terreno da Fazendinha e no acompanhamento no cumprimento da medida de reintegração de posse. Esse gesto gerou uma percepção dos atores envolvidos nas ocupações de uma maior abertura do Judiciário para as suas reivindicações, o que contribuiu para que a atuação ju-

dicial se tornasse estratégica nesse processo de mobilização. Neste sentido, é a fala de Maria Clara da Silva, liderança do MNLM:

Aluno ir pro meio da ocupação, muitos foram, mas igual vocês, vocês deram linha naquilo que sempre eu sonhei que é tá mais próximo à justiça. Conhecendo, levando pra dentro desse setor da justiça, tá, esse saber. Entender o que o povo quer, como é que esse povo, que povo é esse, tá, o que que acontece (Maria Clara da Silva, 2018).

Na realidade, a receptividade do Judiciário brasileiro para as demandas dos movimentos de luta por moradia e à cidade é muito limitada. A tendência é o deferimento de decisões liminares de reintegração de posse, mesmo em ações possessórias que envolvem muitas famílias necessitadas ocupando imóveis há muito tempo abandonados.

Em Vitória não é diferente, do total de dezesseis ocupações mapeadas no processo de mobilização dez foram objetos de ação possessória, sendo que em todas elas houve deferimento de medida liminar. Nessas ações, houve atuação da Defensoria Pública, contudo, apenas foram obtidas algumas decisões parcialmente favoráveis, tais como: a suspensão da liminar de reintegração de posse da Ocupação Carolina de Jesus; a concessão de aluguel social para os ocupantes do edifício do antigo Cine Santa Cecília;⁶⁷ a obtenção de vagas de abrigo para os ocupantes da Escola São Vicente de Paulo

Todavia, a atuação judicial, em uma visão mais estratégica, se mostrou interessante para o avanço na luta pelo direito à moradia e à cidade, uma vez que resultou no maior tensionamento do poder público na efetivação de políticas habitacionais; na criação de novos canais de negociação com o poder público e; na publicização das pautas de reivindicação dos movimentos sociais.

Na citada Ocupação Chico Prego, no edifício do antigo Iapi, ocorreu atuação conjunta dos defensores da DRDH/ES e do Nudam. A estratégia de atuação foi discutida em reunião realizada entre os defensores públicos, alguns ocupantes do antigo Iapi, representantes do MNLM, da Associação Habitacional Comunitária do Espírito Santo (Ahabitaes) e de Engenheiros e Arquitetos e Urbanistas que prestam assessoria para os movimentos sociais. Na reunião foi deliberada a interposição de

⁶⁷ A Ocupação Santa Cecília contou com Proposta de realocação digna das famílias ocupantes do edifício Santa Cecília, desenvolvida por professoras e alunas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Ufes, no âmbito do *Projeto Athis na extensão universitária*, coordenada pelas professoras Martha Campos e Clara Miranda, apresentada em audiência judicial de conciliação, com intenção de acordo mútuo entre o movimento e a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), em outubro de 2019. A proposta foi exposta pela Defensoria Pública do Espírito Santo, sendo negada e, posteriormente, tal como dito, os ocupantes receberam concessão de aluguel social com a Secretaria de Habitação da PMV.

uma Ação Civil Pública para a destinação do imóvel para a habitação de interesse social e para a promoção do direito à moradia dos ocupantes.

A partir dessa Ação Civil Pública, movida contra a União Federal, o Estado do Espírito Santo e o Município de Vitória, foi criada uma comissão para discutir modos de se efetivar políticas habitacionais em favor dos ocupantes, bem como a efetivação do prédio do antigo Iapi para a moradia. A comissão chegou a se reunir quatro vezes nas dependências do Ministério Público Federal (MPF), tendo havido outras duas reuniões na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e na Secretaria Municipal de Obras e Habitação de Vitória (Semohab).

Esses novos espaços possibilitaram que os representantes dos movimentos sociais, em conjunto com os defensores públicos, tencionassem os entes das três federações na implementação de políticas habitacionais, contribuindo para a destinação do prédio do antigo Iapi à habitação de interesse social, no final de 2017, por meio da portaria da SPU e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Entidades. A Ahabiteas foi selecionada em chamamento público para a realização do empreendimento e recebeu a cessão do imóvel. Contudo, diante da ausência de liberação do financiamento imobiliário pela Caixa Econômica Federal, após o prazo de dois anos, o imóvel retornou para a União Federal.

A partir do que foi brevemente narrado, tem-se que a assessoria jurídica prestada pelos defensores públicos foi importante para os movimentos sociais uma vez que conferiu legitimidade às reivindicações dos movimentos; possibilitou a incorporação da atuação judicial nas suas estratégias de luta; proporcionou aos seus integrantes um aprendizado sobre o funcionamento do Judiciário e sobre a forma de se relacionar com o sistema de justiça.

Ao mesmo tempo, a relação mais próxima com os movimentos sociais também foi fundamental para os defensores públicos, na medida em que proporcionou a certificação da atuação dos defensores perante o Judiciário e o Executivo; fez com que esses profissionais passassem a enxergar a atuação judicial de forma mais estratégica, a combinando com outras formas de atuação extrajudiciais; e permitiu aos defensores uma maior compreensão da realidade social e dos conflitos.

A assessoria técnica as ocupações pelos arquitetos urbanistas

O ciclo de ocupações também contou com a contribuição de arquitetos e urbanistas, que prestaram assessoria técnica aos movimentos sociais de luta por moradia e reforma urbana. Pretendemos registrar as principais formas dessa atuação, assim como compartilhar reflexões a respeito dessa experiência, em especial os seus aspectos técnicos e políticos.

Compreendemos a assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo nos termos apresentados por Cardoso e Lopes (2019), ou seja, uma prática historicamente

vinculada aos movimentos sociais de luta por moradia, propondo união entre o conhecimento técnico e o potencial político dos grupos sociais organizados. A assessoria, como apresenta Kapp (2018), também é entendida como uma forma específica de atuação, diferente da tradicionalmente estabelecida com o denominado cliente, prezando uma atuação crítica, que respeite a autonomia dos movimentos populares. Estabelece-se, portanto, uma diferenciação entre assessoria técnica nos termos apresentados e a noção de assistência técnica, essa última por sua vez vinculada a uma “[...]adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia” (KAPP, 2018, p. 222).

Verificamos que a relação entre os arquitetos urbanistas e as ocupações foi estabelecida de diferentes maneiras, nem sempre como uma ação unificada e coordenada. Entre os arquitetos urbanistas estiveram presentes os militantes, com atuação em organizações políticas como partidos (PT e PCB), coletivos e movimentos sociais (Brigadas Populares, UJC e Força Motriz). Em alguns casos, eles passaram a participar organicamente nas ocupações. Outra forma de aproximação foi por meio da academia, principalmente professores e alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atuando mediante projetos de extensão. Para além do seu papel técnico, a extensão contribuiu para articular arquitetos militantes dispersos e outras pessoas atuantes nas ocupações, canalizando esforços e organizando a assessoria.

A primeira ocupação no Centro de Vitória, no edifício do antigo Iapi marcou o início da participação dos arquitetos e urbanistas. Inicialmente, os esforços giraram em torno de viabilizar a ocupação, sendo preciso identificar as patologias construtivas, verificar as condições das instalações elétricas e hidrossanitárias, além de outros elementos de risco para os moradores. A vistoria foi realizada por uma questão de segurança e para garantir a habitabilidade mínima da ocupação, principalmente higiene.

A arquiteta urbanista S.G.M., que tem envolvimento com o MNLM no Espírito Santo desde a década de 1990, por meio da sua militância no Partido dos Trabalhadores, afirma que atuou no antigo Iapi juntamente com um engenheiro civil na seguinte forma:

[...] a gente foi lá no prédio, olhamos todas as instalações do prédio, olhamos as coisas que a gente entendia que eram de risco, que precisavam ser cuidadas. A questão da própria higiene, banheiro, tudo que a gente podia ajudar tecnicamente a cuidar a gente ajudou (S.G.M., 2019).

Outros arquitetos e urbanistas realizaram ações parecidas. As orientações técnicas eram apresentadas para lideranças do movimento e para um grupo de trabalhadores da construção civil e eletricitas, moradores da ocupação que formavam comissões

para intervir no edifício. A assessoria contribuiu para que o movimento tomasse decisões práticas na ocupação, tais como o isolamento de andares inseguros; a distribuição dos espaços para moradia provisória e áreas comuns; e na solução de problemas que poderiam inviabilizar a ocupação, como a manutenção das instalações de água e esgoto.

Para além de ações imediatas, os arquitetos e urbanistas também contribuíram para a mobilização e articulação do movimento. Entre as ações, destacamos o trabalho de pesquisa sobre a edificação, constando de levantamento de dados, projetos técnicos, documentação em órgãos públicos, entre outros. A pesquisa permitiu compreender as potencialidades da edificação e sua importância para a cidade, contribuindo para o diálogo com outros setores da sociedade na valorização da ocupação como forma de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico de Vitória. Destacamos a aula pública, realizada por uma professora de Arquitetura e Urbanismo em uma das áreas comuns do edifício, destinada aos ocupantes e população em geral como trabalho de educação urbanística e patrimonial. Ações como essas se convertem em importante instrumento para disputa de narrativas e da opinião pública, necessários para o movimento, mas também servem de subsídio para projetos e soluções definitivas. Neste sentido, os papéis técnico e político se articulam de forma inseparável, indissociável e fecunda.

Entrando no mérito da formulação de soluções definitivas, podemos considerar que uma das principais foi a já descrita conversão do antigo Iapi em um projeto do PMCMV Entidades. Com cerca de cem unidades habitacionais, o projeto arquitetônico foi aprovado na Prefeitura Municipal de Vitória e contemplado pelo edital do PMCMV Entidades, entretanto, como dito anteriormente, não foi executado (Figura 4).

Para viabilizar o projeto, os arquitetos e urbanistas atuaram em diversas frentes, entre elas: a articulação institucional para viabilizar o projeto (SPU, parlamentares, Ministérios e Secretarias do poder executivo federal, movimentos sociais e entidades habilitadas); elaboração de estudos de viabilidade; cadastro das famílias e identificação do perfil dos moradores;⁶⁸ e o projeto arquitetônico desenvolvido pelo Célula Emau (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Ufes) (Figura 4).

⁶⁸ Nessa atividade contou-se com a participação de assistentes sociais envolvidos em entidades de representação da categoria e organizações políticas.

Figura 4 – Projeto arquitetônico elaborado pelo Célula Emau (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Ufes) para o edifício do antigo Iapi



Fonte: Instagram @celulaemau. Elaboração e acervo do Célula Emau, 2020.

Após a reintegração de posse do antigo Iapi, os arquitetos e urbanistas continuaram a contribuir com o movimento, inclusive no mapeamento de edificações para novas ocupações. Nas ocupações seguintes, como no Ed. Sagres e no Ed. Santa Cecília, foram realizados novamente os trabalhos de vistoria, levantamento arquitetônico para auxiliar a divisão dos espaços, entre outros apresentados no caso do antigo Iapi. No Ed. Santa Cecília, destacamos duas importantes contribuições dos técnicos, isso no contexto da mesma dinâmica de orientação às coordenações e comissões de trabalhadores: a manutenção da cobertura e a ligação da edificação à rede de esgoto. Até então, no edifício que também é utilizado por um conjunto de lojas no térreo e uma igreja não havia ligação com a rede de esgoto. A ação pioneira foi seguida por lojistas e outros usuários do edifício.

Registramos ainda, para além da assessoria voltada para a questão da moradia propriamente dita, o papel dos arquitetos em atividades do cotidiano das ocupa-

ções. Como o coletivo Força Motriz,⁶⁹ que contribuiu com projetos de interiores e cenografia da Ocupa 955 (edificação da antiga Casa dos Brinquedos na Av. Jerônimo Monteiro) durante um evento cultural e beneficente chamado Moda Ocupante. Outra ação do coletivo foi a organização de um evento, junto às ocupações, para assistir um jogo da Copa do Mundo de Futebol de 2018 na rua sem saída adjacente à Ocupação Carolina de Jesus, preparando o espaço para a atividade.

Essa relação estreita entre o papel técnico e o político da assessoria, agindo de forma ativa na luta por moradia, tem para nós um impacto significativo. Os arquitetos estiveram nos mutirões, nas festas, nas reintegrações de posse, nas reuniões, nas preparações e nos primeiros momentos das ocupações. O envolvimento no cotidiano das ocupações e com os movimentos populares permite identificar necessidades veladas nos primeiros contatos, e formular soluções em conjunto com o movimento, propondo atividades e intervenções que contribuem para a organicidade das ocupações.

Por outro lado, consideramos que o ciclo de ocupações também contribuiu para um processo de politização e organização dos arquitetos e urbanistas, que seguiram atuando em outras lutas e espaços, como a Campanha da Função Social da Propriedade - reivindicando o uso de imóveis ociosos no Centro de Vitória - e a articulação do Fórum BrCidades Núcleo ES, com a participação de muitos desses arquitetos e urbanistas que contribuíram para a luta por moradia.

Conclusão

O ciclo de ocupações no Centro de Vitória representou uma rara articulação, ao menos em âmbito local, envolvendo movimentos populares, técnicos e academia. Como registrado, a participação da assessoria jurídica e em Arquitetura e Urbanismo ocorreu de forma ativa, com o compromisso dos técnicos com a luta dos movimentos.

Consideramos como aspecto central dessas assessorias os modos de participação delas, atuando de forma orgânica no movimento e influenciando no ciclo de lutas, formulando estratégias e soluções para as conquistas desejadas pelos movimentos populares. Tal forma pode ser compreendida como uma tentativa, por parte dos técnicos, de se distanciar de uma assistência passiva; seja na academia em sua produção técnico-científica colocada à disposição dos objetivos do movimento e contribuindo para a articulação dos atores; seja na Defensoria Pública com a assessoria jurídica estratégica, contribuindo para as movimentações dos grupos e na formação sobre o sistema de justiça; ou dos arquitetos e urbanistas, que se envol-

⁶⁹ Grupo vinculado às Brigadas Populares e se organiza no ES durante o ciclo de ocupações. Ouvimos duas arquitetas urbanistas envolvidas na construção do coletivo que relataram as atividades realizadas e a desarticulação do coletivo após o ciclo.

veram ativamente no cotidiano da ocupação, contribuindo para o funcionamento das ocupações, para a realização das atividades e elaborando soluções definitivas junto aos movimentos.

Nesse sentido, o papel desses profissionais vai além do seu papel técnico, como um prestador de serviços, mas assume uma postura política e estabelece vínculos com os movimentos. Cisões existentes entre a técnica e a política, e entre o trabalho intelectual e o manual, devem ser reconhecidas pelas assessorias e assumidas como desafios a serem superados. Mesmo que esse horizonte, de uma assessoria técnica atuante organicamente no movimento popular cumprindo tais objetivos não tenha sido alcançado plenamente ao longo de todo o processo, atribuímos os bons resultados obtidos à essa postura e grau de envolvimento das assessorias.

A estreita relação entre as assessorias e os movimentos populares, ao articular as dimensões técnica e política do seu trabalho, como verificamos anteriormente, também contribuiu para o amadurecimento dos profissionais envolvidos, permitindo compreender aspectos da realidade concreta não vivenciados em espaços convencionais para o exercício da profissão, sendo necessário desenvolver novas técnicas, relações e habilidades. Destacamos ainda a contribuição que a assessoria técnica desempenhou para a organização política desses profissionais, tanto na articulação dos técnicos militantes que mantinham pouco contato antes do ciclo de ocupações, quanto na organização de novos profissionais em coletivos, partidos, grupos de assessoria técnica e em demais espaços políticos.

Referências

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O Direito na Sociedade Complexa**. São Paulo, Editora Saraiva, 2011.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática. *In: Anais XVIII ENANPUR*, 2019. Natal, ANPUR, 2019. p. 1-17. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/> Acesso em: 04 abr. 2021.

COLETIVO RESISTÊNCIA URBANA. **Reivindicações das ocupações no Município de Vitória – ES**. Vitória, 2017.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos, *Revista Brasileira de Ciência Política*. *In: Dossiê Movimentos Sociais e Ação Coletiva*, n. 3, Brasília, janeiro/julho de 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681>. Acesso em 25 de junho de 2019.

KAPP, Silke. Grupos socioespaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, V.20, N.2, p.221-236, MAI-AGO, 2018.

MIRANDA Clara L., ALMEIDA Lutero P. e MARTINS, Lucas S. As ocupações no Centro de Vitória, ES: moradia ou ruínas. *In: Anais do V ENPARQ – Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo*. Salvador, 2018.

SOUZA, José Augusto Garcia de. O destino de Gaia e as funções constitucionais da Defensoria Pública: ainda faz sentido (sobretudo após a edição da LC n. 132/09) a visão individualista acerca da instituição? *In: Revista da Defensoria Pública*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 25, p. 175, 244, 2012; Disponível em: <<http://cejur.rj.def.br/uploads/arquivos/19a2022bb-9914f73a498bbe7dd6c58.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

PAULA, Vinícius Lamego de. **Ocupações e Defensoria Pública: Performances Compartilhadas de Mobilização do Direito na Luta Por Moradia no Centro de Vitória**, 2020, 170p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2020.

Campanha da função social da propriedade no Centro de Vitória (ES): extensão-ativista na Ufes

Martha Machado Campos
Clara Luiza Miranda

Introdução

A Campanha da Função Social da Propriedade no Centro de Vitória (ES) foi uma iniciativa da Associação dos Moradores do Centro de Vitória (Amacentro) em parceria com o Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (Nudam) da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), da qual também participaram o BrCidades Núcleo do Espírito Santo, profissionais, professores e alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Neste trabalho será apontado o Projeto Athis na extensão universitária, realizado por grupos de professores e alunos do Núcleo de Estudos de Arquitetura da Urbanismo (NAU).⁷⁰ O objetivo é descrever e refletir sobre as atividades extensionistas ocorridas no âmbito da experiência da campanha, no decurso de 2019 e início de 2020. Dispõe-se, ainda, a investigar algumas especificidades e desafios do espaço de atuação em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athis) na extensão universitária, de modo articulado com movimentos sociais, instituições,

⁷⁰ Coordenado por Martha Machado Campos e com participação de Clara Luiza Miranda, ambas autoras deste capítulo.

coletivos, entidades, ongs, técnicos, entre outros. Tais ações e atividades são denominadas extensão-ativista, pois, voltam-se para formulação de ações coletivas na construção de processos reivindicatórios,⁷¹ participativos e de políticas urbanas, entre elas, a de valorização da Athis.

O processo da extensão-ativista na Campanha da Função Social da Propriedade (FSP) no Centro de Vitória (ES) será descrito por dois liames. O primeiro liame advém de fatores estruturais coetâneos pertinentes ao abandono de vastos setores do Centro de Vitória, ao elevado déficit habitacional, ao desemprego e à existência de um alto número de prédios abandonados no centro. Além desses decorrem aspectos microssociais relativos aos atores e as interações que foram sendo suscitadas desde a ocupação da “Fazendinha” em janeiro de 2017 e, posterior, disseminação de ocupações por movimentos de moradia na área central, como assinala Vinicius Lamego de Paula (2020). Aqui cabem mais dois registros da atuação protagonista da Amacentro e do Nudam. Em 2018, o Nudam abriu um procedimento para diagnosticar a implementação dos instrumentos do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (Peuc) de fiscalização da função social da propriedade nos municípios capixabas. Diante das ocupações de imóveis abandonados no centro e pela relevância que o assunto adquiriu, realizou e publicou uma pesquisa sobre a implementação desses instrumentos urbanísticos no mesmo ano. No período da elaboração da pesquisa, os defensores do Nudam obtiveram da Amacentro um mapa dos imóveis vazios no centro, realizado pela Associação. Embora a Amacentro não tenha participado de forma direta das ocupações, esteve presente nas atividades de apoio ao movimento. A extensão-ativista, firmada sobretudo pela Campanha da FSP no Centro de Vitória- ES, incluindo alguns processos anteriores e outros simultâneos, serão tratados neste capítulo no tópico: “Resultados parciais e impactos sociais: a Campanha da Função Social da Propriedade”.

O segundo liame se expressa mediante o termo extensão-ativista, especificamente, no âmbito do Projeto Athis na extensão universitária. Aqui se opera num dos campos de trabalho tanto de assessorias técnicas como da extensão universitária verificados em experiências pregressas, que é a atuação junto à resistência dos movimentos sociais em dissenso ou conflito com o poder público e outros setores da sociedade civil (AMORE; HORIZOSHI; BARRIO; PEREIRA, 2016, p. 4). Enfim, trata-se de uma atuação extensionista numa “coalizão conflituosa” como designa De Paula (2020). Esse aspecto também será mais bem elaborado na segunda parte do texto.

A atuação Projeto Athis na extensão universitária será abordada a seguir nos aspectos do direito à moradia; dos esforços institucionais em prol da implementação da Athis no Brasil; em termos da conexão entre Athis e extensão universitária. Os aspectos metodológicos vão ser expostos associados à abordagem das especificida-

⁷¹ Movimentos sociais reivindicatórios procuram impor mudança nas normas e nos processos de destinação dos recursos públicos conforme Maria da Glória Gohn (1997, p. 156), incluindo aqui a formulação de políticas públicas.

des da extensão na graduação, sua relação com a assistência ou assessoria técnica, aspectos particulares do ensino-aprendizagem da arquitetura urbanismo e da sua aproximação à pós-graduação. Destaca-se a ancoragem deste projeto de extensão na área das Ciências Sociais Aplicadas. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão que aposta na via da pesquisa aplicada (TAVARES, SELL et al, 2011) se baseia em finalidades práticas, ao buscar soluções possíveis para problemas reais e urgentes.

A Athis está disposta na forma de Lei de Assistência Técnica (Lei Federal n. 11.888/2008) e visa ao “direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto pelo art. 6º da Constituição Federal” (BRASIL, 1988). Considera-se a Lei de Assistência Técnica um fator tanto da realização do direito à moradia quanto ao direito à cidade, desde que incorporada a uma efetiva política habitacional inclusiva e abrangente. Ainda, importa afirmar que como consequência da implementação desta Lei, pode ser fortalecido o papel de novas práticas profissionais do arquiteto urbanista e consolidadas práticas em desenvolvimento.

No Brasil, a Athis tem sido testada esparsamente desde os anos sessenta, em processos populares autônomos, extensionistas, por iniciativa de assessorias técnicas ou em raros programas públicos. A reivindicação por sua implementação no Brasil postula-se devido a fatores como a adiada democratização do acesso à terra urbanizada e à cidade, de modo que permanece a necessidade de engajamento de arquitetos e arquitetas urbanistas e universidade nessas lutas. Um fator estrutural é o problema do déficit habitacional nacional que é de 5.657.249 domicílios (2016) e no Espírito Santo, atinge cerca de 80.908 domicílios (cerca de 225.656 pessoas), em 2015-2016, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória⁷² 41.224 total de domicílios, conforme a Fundação João Pinheiro (2020). Na Região Metropolitana se destacam o déficit habitacional devido ônus excessivo com aluguel e precariedade das condições de moradia (ESPÍRITO SANTO, IJSN, 2016).

Em vista da dinâmica da difusão pandêmica da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, que aponta para a correlação entre a precariedade e adensamento socioespacial e a letalidade decorrentes do vírus, é extrema a urgência em pautar coletivamente questões urbanas locais. Sobretudo, no que diz respeito ao direito à moradia digna e de qualidade para população de baixa renda, considerando o direito à moradia, assegurado pela Constituição Federal.

⁷² A expressão Grande Vitória designa configuração territorial que delimita área cornubada da região, isto é, o núcleo metropolitano consolidado da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), englobando somente os municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana, na tentativa de distinguir tecido metropolitano mais homogêneo, ou com tendência a processos de urbanização interligados.

Nota-se que há investimento pela implementação da Athis dos Conselhos Profissionais como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Brasil, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/ RJ),⁷³ o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/ SP),⁷⁴ o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/ DF),⁷⁵ o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU/ PI),⁷⁶ o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), sindicatos e das Associações de Pós-Graduação⁷⁷ das universidades públicas e privadas, a partir da promoção de eventos e processos (editais, cursos, formações, subsídios, extensões universitárias) sobre a temática Athis. Assim, criação do *Projeto de Extensão Athis na extensão universitária* converge com esse esforço institucional e dos arquitetos urbanistas para avançar na implementação, aplicação e difusão da assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo.

O referido projeto, no momento, está articulado ao Célula Emau da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. O Emau é um Programa de Extensão Universitária, promovido e incentivado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA). Os escritórios modelos possuem a característica de trabalharem exclusivamente com comunidades organizadas sem acesso aos meios e aos benefícios da produção formal de arquitetura e da cidade. Os trabalhos realizados

⁷³ O CAU/ RJ está aplicando uma pesquisa em escala nacional inédita, visando a fazer “[...] um raio-x da assistência técnica para habitação de interesse social (Athis) no Brasil” e a catalogar as entidades e profissionais que promovem o direito à moradia digna em sua atuação nos últimos dez anos. Estudo que coletou informações dos trabalhos em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/estudo-vai-coletar-informacoes-dos-trabalhos-em-assistencia-tecnica-para-habitacao-de-interesse-social-no-brasil>. Acesso em: 6 out. 2019.

⁷⁴ Em São Paulo (SP), foi realizado o Fórum de Assistência Técnica e Extensão Universitária em Habitação de Interesse Social: Atuação Integrada no Espaço Urbano, com fomento do CAU/SP, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH), com parceria do Entre: FAUs (Coletivo das Entidades Estudantis das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Região Metropolitana de São Paulo), IAB-SP e FAU Mackenzie.

⁷⁵ Em Brasília (DF), a Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (JAthis), evento idealizado pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), em proposição conjunta com o IAB/DF. O evento foi promovido pelo Colegiado de Entidades de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (Ceau/DF) por meio do CAU/DF.

⁷⁶ Em Teresina (PI), foi realizado pelo CAU/PI o I Fórum de Athis com o objetivo de contribuir com o Plano Estratégico para Habitação de Interesse Social/Athis, elaborado pelo próprio Conselho.

⁷⁷ Em Salvador (BA), ocorreu o 6º. Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (SeNau), evento preparatório ao UIA 2020 Rio, promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Anparq). A proposta do seminário visa a discutir a atividade de projeto e suas relações com Pesquisa e Extensão, visto como instrumento potencial para o fortalecimento da área e do campo de atuação profissional, diante do atual contexto de impasses e do quadro de complexidade das demandas sociais. Constata-se que os grupos de pesquisa ligados à Pós-Graduação se voltam também para projetos de extensão em comunidades e movimentos sociais, realizando processos interativos e inovadores com as populações e segmentos envolvidos. “Desta forma, vêm se ampliando as possibilidades do projeto como instrumento de ensino-pesquisa-extensão, em experiências propositivas de assessorias às demandas sociais”, conforme dito no 6º SeNau debate a atividade de Projeto e suas relações com Pesquisa e Extensão em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <http://www.fna.org.br/2019/10/03/6o-senau-debate-a-atividade-de-projeto-e-suas-relacoes-com-pesquisa-e-extensao-em-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 6 out. 2019.

pressupõem a iniciativa e a gestão estudantis. A interação entre diversas áreas do conhecimento, a interlocução entre saberes entre Universidade e sociedade extramuros, inclusive não acadêmicos e a imersão na realidade urbana social das comunidades onde atuam, em dezenove anos de Célula Emau-Ufes vêm somando passos necessários à formação cidadã de profissionais pensantes, críticos e atuantes.

A extensão universitária realizada pelo Célula Emau e pelo Projeto Athis na extensão universitária atuam para assegurar a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” na universidade, conforme preconiza o art. 207 da Constituição Federal brasileira de 1988. Por sua vez, o PNE Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014) propõe-se “assegurar, no mínimo, 10 % do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Ambos os aportes institucionais expressam a expectativa que a *curricularização* da extensão pode aprimorar o ensino da Arquitetura e Urbanismo. Assim, atuam na preparação da sensibilidade estudantil com o conhecimento dos limites e problemas da ação nos territórios precários, além do desenvolvimento da criatividade, a fim de habilitar profissionais para atuar em Athis. Esses são processos pedagógicos perfeitamente ajustados às orientações do PNE. Pois, como propõe Paulo Freire (1997), a preparação a partir da prática, gera a possibilidade de intervenção predisposta à transformação social (FREIRE, 1997).

Nesse ponto do texto, cabe a discussão de uma perspectiva que permeia a prática de extensão em assessoria e assistência técnica no campo da arquitetura urbanismo, convergindo com a emergência de novas pedagogias; de novos formatos organizacionais de trabalho do arquiteto urbanista e de produção da habitação e da cidade.

As premissas vêm de Paulo Freire (1980, p. 16), que propõe a extensão como uma “[...] situação educativa, em que educadores e educandos assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer”. Para Freire (1980), o processo de extensão dialógico é condição para uma interpretação consciente e efetivamente transformadora da realidade. “A assistência técnica, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, só pode realizar-se na *práxis* na ação e na reflexão. Na compreensão crítica das implicações da própria técnica” (FREIRE, 1980, p. 62).

O ensino de Arquitetura e Urbanismo tem se baseado na simulação dos problemas e na separação do mundo da produção. O ateliê e o quadro – as ferramentas pedagógicas ainda recorrentes não propiciam meios de comparação, relativos ao conhecimento do contexto de atuação, nem acesso à complexidade/multidimensionalidade concreta dos fenômenos.

Historicamente, o afastamento entre prática e ensino favoreceu a hierarquia entre a concepção, o comando e a execução na divisão técnico-social de trabalho. Esse

ensino conforma-se à organização do mundo do trabalho, de caráter compartimentado e heterônomo (sobretudo, em relação aos trabalhadores que executam tarefas rotineiras ou subalternas), em contraste com as organizações de produção emergentes que estimulam a autonomia dos operadores. Neste sentido, observam-se também mudanças no papel social do arquiteto e urbanista, relativamente à ascensão das práticas colaborativas, interoperáveis e interdisciplinares, conjugadas à participação ou interação com os usuários, possibilitadas pelas novas tecnologias da comunicação ante as práticas tecnocráticas tradicionais.

Ashraf Salama (2016) recomenda que o poder transformador do projeto seja encaminhado para a resolução de problemas urbanos e ambientais reais. Ele aponta a tendência recente de educadores “reconhecerem o potencial de fontes de aprendizado” pouco exploradas como “a experiência de campo como o núcleo do processo de aprendizagem”. Do mesmo modo que Paulo Freire, Salama (2016) ressalta que na experiência de campo, os papéis convencionais de aprendiz e professor são substituídos por funções mais apropriadas de interação, comunicação e colaboração, mais adequadas a situações específicas de aprendizagem.

Com efeito, contata-se a recorrente tendência à obstrução da disseminação de novos conhecimentos no ensino (BOURDIEU, 1982, p. 207-208), impedindo a designação de problemas e conceitos pertinentes ao contexto contemporâneo. Isso suscita um esforço de invenção dos termos nos quais os problemas se colocam, tal como indicado por Gilles Deleuze (2006). O mesmo filósofo pontua sobre a construção de conceitos: não é apenas uma “operação epistemológica”, antes é um “projeto ontológico”. Consignam-se inteligência e cooperação no processo, trata-se de “um projeto que é uma comunidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, [s. p.]).

Destaca-se a importância da cooperação, que “azeita a máquina de concretização das coisas” e, para além disso, a cooperação é uma “habilidade”, que precisa ser desenvolvida e aprofundada, como diz Richard Sennett (2019, p. 7-8). Ele afirma: “o mais importante na cooperação intensa é o fato de exigir habilidade”, designando-as como “habilidades sociais” e “habilidades dialógicas” (SENNETT, 2019, p. 15).

O diálogo, base da comunicação, é premissa da educação, conforme Freire, que ensina a “co-laboração (união, organização e síntese cultural) entre sujeitos interlocutores” (FREIRE apud GUTIÉRREZ, 2016, s.p.). Como processo, a extensão é formação (ensino-aprendizagem e autopoiese), uma *práxis* guiada por um ponto de vista “decididamente sensível, social e político” (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017, p. 18). De modo que Athis se converte em assessoria técnica que se encaminha para ser dialógica, e, por isso, menos hierárquica e unilateral do que a via assistencialista.

A cooperação entre a universidade e comunidades, bem como as articulações com outros setores da sociedade na resolução de problemas compartilhados pode tecer a reciprocidade de interesses imediatos e de projetos em comum. Isso requer investir

na concomitância, na intercomunicação e na “interfecundidade” entre extensão, pesquisa e ação (SERPA, 2008).

Tanto em relação às desigualdades socioeconômicas estruturais quanto à mudança do mundo da produção (aqui referidas circunstancialmente), assinala-se a importância das atividades de extensão que se dirijam ao apoio solidário na resolução dos problemas de exclusão e discriminação sociais (SOUSA SANTOS, 2004), articulando saberes sociais e comunitários aos conhecimentos técnicos e científicos.

Em síntese e em termos metodológicos, o projeto atua na “interfecundidade” entre extensão, pesquisa e ação. Coloca a experiência de campo como o núcleo do processo de aprendizagem. Atua no espaço de reciprocidades entre a universidade e as comunidades e movimentos sociais. Afirma o processo de extensão cooperativo e dialógico como condição para uma interpretação consciente e efetivamente transformadora da realidade, agenciado mediante a *práxis*. Como o dito freiriano remete, esse processo evidencia “a co-laboração” entre sujeitos interlocutores.

O Projeto Athis na extensão universitária também é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Ufes. O PPGAU, em sua área de concentração Cidade e impactos no território, intenciona aprofundar questões resultantes dos processos de urbanização ocorridos no Estado, impulsionados pela mudança da matriz produtiva da industrialização fomentada pelos planos nacionais de desenvolvimento a partir das décadas de 1970 e 1980 e por seus novos desenvolvimentos decorrentes da globalização da produção e financeirização da economia. Interessa ao programa investigar desdobramentos desses processos, importa acompanhar a lógica econômica dos processos globais de reestruturação do território, em virtude da inserção regional no circuito minero-siderúrgico exportador e do setor petrolífero, que impactam diretamente assentamentos de populações de baixa renda em situação de risco e vulnerabilidade.

Em similitude com o padrão concentrador de renda brasileiro,⁷⁸ o desenvolvimento territorial também é concentrador assim como a forma de distribuição dos equipamentos e infraestrutura, revelando uma discrepância territorial entre os bairros de classe média e bairros populares, as periferias e as favelas metropolitanas e não metropolitanas do ES (DOTA; ZANOTELLI, 2020).

O crescimento urbano com base na autoconstrução é notável 85 % na construção civil se realiza na informalidade conforme pesquisa CAU/BR e Datafolha (2015)⁷⁹ – o que constitui um fator estruturante da exploração da força de trabalho no Brasil.

⁷⁸ Nos países da América Latina, como Brasil e México, o coeficiente Gini é alto – acima de 40 %, abaixo de países como: África do Sul, o coeficiente Gini está perto de 60 %; na China e na Índia, está em torno de 50 %, cerca o dobro dos valores encontrados em países nórdicos Suécia, Noruega, Islândia e Dinamarca (Atkinson, p. 37).

⁷⁹ CAU/BR; DATAFOLHA. O maior diagnóstico sobre Arquitetura e Urbanismo já feito no Brasil. Acesso em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/> acesso em: jun 2019.

Essa situação se confirma no levantamento Aglomerados Subnormais: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19, realizado pelo IBGE em 2019, no qual o Espírito Santo apresenta 26,10 % dos domicílios localizados em “aglomerados subnormais”,⁸⁰ que vem em seguida ao Amazonas (34,59 %) tem a maior proporção entre os estados brasileiros. Entre cidades com 350 mil e 750 mil habitantes, Cariacica tem 61 % dos domicílios localizados em “aglomerados subnormais”, Serra tem mais de 36 % e Vitória 33 %.

Reitera-se que uma questão que move a extensão universitária realizada pelos grupos atuantes no Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (NAU) da Ufes é a busca de formas de ampliação da atuação da assessoria e assistência técnica (Athis) para além desses possíveis 15 % de formalidade na construção civil detectados na pesquisa CAU/BR e Datafolha (2015). Além disso, a intenção é fortalecer a função social desses profissionais e seu perfil de agentes transformadores do espaço das cidades brasileiras que, em distintos graus, estão em iminente colapso urbanístico. Demais objetivos, resultados parciais e impactos sociais da Campanha da Função Social da Propriedade no Centro são pontuados a seguir.

Resultados parciais e impactos sociais: a Campanha da Função Social da Propriedade no Centro de Vitória (ES)⁸¹

O Projeto Athis na extensão universitária vem atuando de modo articulado com o Projeto Brasil Cidades (BrCidades)⁸² por meio do BrCidades Núcleo Espírito Santo. O BrCidades constitui uma rede sociotécnica pautada em plataformas de discussão para mobilização e formulação de ações coletivas na construção de processos participativos e políticas urbanas (Figura 1).

⁸⁰ Aglomerado Subnormal é, conforme o IBGE, uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.

⁸¹ Registro disponível no Instagram @campanha.fsp.

⁸² Projeto Brasil Cidades (BrCidades) disponível no site www.brcidades.org.

Figura 1 – Lançamento e atividades inaugurais do BrCidades – Núcleo Espírito Santo, 2020

[DIVISÃO DE EIXOS]

br cidades
www.brcidades.org

UM PROJETO PARA AS CIDADES DO BRASIL

O Projeto BrCidades tem como "propósito uma dupla tarefa: avançar no diagnóstico sobre as contradições urbanas recentes, mas também apontar possibilidades, abrir pautas para um novo ciclo de democratização das cidades e retomar o protagonismo dessas na cena política brasileira". Visamos nos preparar para atuar no Fórum Nacional que vai acontecer em São Paulo. Este fórum dispõe-se a "reunir a produção de pesquisadores/as e profissionais, bem como as experiências construídas socialmente nas práticas transformadoras". Nosso encontro pretende agregar professores de várias instituições de Ensino superior, arquitetos, advogados, engenheiros, assistentes sociais, dentistas sociais, economistas, geógrafos, estudantes, movimentos sociais, associações comunitárias, ambientalistas e ativistas pelo direito à cidade e pelo bem viver.

O BrCidades se constitui de fóruns no Brasil inteiro, iniciados por: SP, MG, BA, RS, RJ, PR e DF.
Link do Movimento: <https://www.brcidades.org/>

Lançamento do projeto BrCidades na Grande Vitória
dia 04/04 às 18:30h
Centro de Artes, Cemuni 3 (Arquitetura, sala 03)
UFES (Goiabeiras), Vitória- ES.

18/04
18:30 - DEBATE
Sociedade, Urbanização Contemporânea, Mobilidade Urbana, Justiça e Territórios Urbanos. Integrado ao Fórum de Mulheres da Cidade de Vitória, Santo e do Centro Santo Superior. Trabalho em rede com o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Urbana do IUPERJ, com o Núcleo de Estudos de Políticas da UFES, com o Núcleo de Estudos de Políticas da UFES, com o Núcleo de Estudos de Políticas da UFES.

22/04
18:30 - REUNIÃO COLETIVO E COMUNIDADE
Conversa em parceria com a Fapes em Museu de Arte, Centro de Arte, e Centro de Arte e do Museu de Arte, com o Núcleo de Estudos de Políticas da UFES, com o Núcleo de Estudos de Políticas da UFES.

02/05
18:30 - MEIA COM COLETIVOS
Conversa em parceria com a Fapes em Museu de Arte, Centro de Arte, e Centro de Arte e do Museu de Arte, com o Núcleo de Estudos de Políticas da UFES, com o Núcleo de Estudos de Políticas da UFES.

09/05
18:30 - REUNIÃO DE IDADES
Sociedade, Urbanização Contemporânea, Mobilidade Urbana, Justiça e Territórios Urbanos.

25/05
FÓRUM
Brcidades Grande Vitória

30/05
ENTRETA DAS PROPOSTAS

13/06
SISTEMATIZAÇÃO E ENVIO DO PROJETO REGIONAL

20/06
18:30 - REUNIÃO
Reunião para apresentação do projeto regionalizado.

br cidades
Brcidades Grande Vitória

Realização democrática e no Brasil no setor a produção de políticas urbanas locais e metropolitanas. Justiça e a cidade do Brasil.

Contato:
brcidades@ufes.br
<https://www.brcidades.org/>
Goiabeiras

Fonte: Acervo BrCidades (ES).

A relevância técnico científica desse projeto extensionista reside na construção de conhecimento crítico no campo da extensão universitária, enfrentando o equacionamento das políticas urbanas existentes – e em risco de desaparecimento – devido à política de austeridade implantada no país, somada à crise planetária durante e após a pandemia do Covid-19.

Opera-se em prol da tradução das atividades extensionistas tanto em conhecimento quanto em ferramentas de negociação e articulação política e técnica dos atores envolvidos nos processos sobre a questão da assistência e assessoria técnica no Brasil. Em suma, a extensão-ativista vem ocorrendo em processos que envolvem a população, sobretudo em movimentos sociais organizados, ativando procedimentos, metodologias e ações, em convergências de lutas pelo direito à cidade, no sentido dado por Lefebvre (2006). Para ele, o direito à cidade abrange o direito de fazer a cidade, a atividade participativa, excedendo o direito à propriedade e às coisas que preexistem.

Estabeleceu-se, assim, como remate desta narrativa as ações e atividades da Campanha da Função Social da Propriedade do Centro de Vitória (ES). Essa procede

com a participação de distintos atores entre instituições, associações de moradores, coletivos urbanos, movimentos sociais de moradia e sociedade civil, em particular: Amacentro, DPES, MNLM, BrCidades ES, BP-ES e Ufes.

A extensão-ativista como ação coletiva ocorreu numa articulação social que De Paula (2018) designou, com base em Diani e Bison (2010), como “coalizão conflituosa”. Isso por envolver uma densa rede informal de atores, composta por um diversificado grupo de indivíduos e organizações, que mantêm uma autonomia e independência entre si, dentre eles indivíduos marginalizados, organizações da sociedade civil e instituições de justiça que visam perseguir um objetivo comum, neste caso: a promoção de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano pelo poder público, em especial pelo Município de Vitória.

Essa ação é conflituosa, na medida em que defende interesses coletivos, direitos sociais e aplicações de instrumentos urbanísticos que se contrapõem aos interesses da coalizão Estado-mercado, dos proprietários dos imóveis ociosos tanto os particulares como a União Federal, o Estado do Espírito Santo e o Município de Vitória, ocupados pelos movimentos sociais (DE PAULA, 202, p. 58).

A campanha envolveu seus participantes numa rede informal, mobilizada de modo criativo, inovador e, sobretudo experimental. Tratou-se, ainda, de uma construção coletiva sem modelo prévio. Contou com ações e atividades em formatos distintos, porém inter-relacionados. Nos termos de De Paula (2020), tais formatos são: o acadêmico, mediante divulgação de pesquisas, dados e coleta de informações (ponto no qual o Projeto Athis na extensão universitária se posiciona); o formato próprio ao ambiente jurídico e à democracia participativa, que mobiliza realização de audiências públicas e participação em Sessão Legislativa; e o modo de atuação das organizações sociais de conscientização, reivindicação, protesto e, na campanha, denúncia dos imóveis vazios da área, intervenções artísticas e culturais, panfletagem, recolhimento de abaixo-assinados, entre outros. Esses dois últimos formatos, ainda que de modo indireto, também atravessam as ações e atividades extensionistas do projeto, que se mantem em curso. De Paula (2020) propõe uma linha do tempo esquematizada, com indicação dos eventos ocorridos durante a campanha, que orientará o relato que segue (Figura 2).

As interações foram sendo estabelecidas desde a ocupação da “Fazendinha” em janeiro de 2017. Da parte da universidade, se iniciaram as ações desde o circuito de ocupações no Centro a partir do Edifício Getúlio Vargas (antigo Iapi), com interação nas atividades e manifestações em defesa das ocupações, apoio material, pesquisa sobre a situação socioeconômica das famílias ocupantes do referido edifício entre abril e julho de 2017 e assessoria técnica. Entre essas enfatiza-se o projeto arquitetônico realizado pelo Célula Emau para o referido edifício do antigo Iapi, ocupado pelos movimentos sociais de moradia. O projeto foi enviado para o

Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, coordenado pelo professor da Ufes Lutero Proschold de Almeida, em parceria com o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM; Urbe Gerenciamento e Projetos e a Associação Habitacional Comunitária do Espírito Santo-Ahabitaes. Em 2018, o fomento foi aprovado, contudo o fim do programa MCMV interrompeu o processo de construção.

A linha do tempo a seguir (Figura 2) tem início com a publicação da pesquisa do Nudam sobre o Peuc, citada anteriormente, em 2018. Em 2019, ocorre nova audiência pública, na Câmara de Vereadores de Vitória, com abordagem específica para a questão do direito à moradia na capital, Vitória. O vereador que convocou a referida audiência pública apresentou um projeto de Lei para a regulamentação do IPTU progressivo (PL no.72/2019), com indicação do valor arrecadado para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) (DE PAULA, 2020).

Figura 2 – Linha do tempo da Campanha da Função Social da Propriedade. Locais: Centro, Ales, CMV. Atores: Amacentro, defensores públicos, profissionais e alunos de Arquitetura e Urbanismo e Direito, atores das organizações de ocupação, ocupantes, deputados, vereadores, secretários municipais de habitação. Eventos: Atividades educativas de conscientização e mobilização, audiências públicas, sessão legislativa



Fonte: Vinicius Lamego de Paula, 2020.

Em agosto de 2019, ocorreu o lançamento da Campanha da FSP em Assembleia da Amacentro, com o objetivo de conscientizar a população sobre o conceito da Função Social da Propriedade e incentivar a exigência da implementação dos instrumentos para sua fiscalização, a exemplo do folder produzido para divulgação em material impresso e digital (Figura 3). As atividades contaram com representantes da Amacentro, MNLM, Brigadas Populares, União da Juventude Comunista, moradores das ocupações, estudantes e profissionais de Arquitetura e Urbanismo e do Direito, defensores públicos do Nudam, e outros movimentos sociais e coletivos culturais.

Figura 3 – Material impresso da Campanha da Função Social da Propriedade. Elaboração Mário Margotto, Marina Coelho e Lucas Damm Cuzzuol

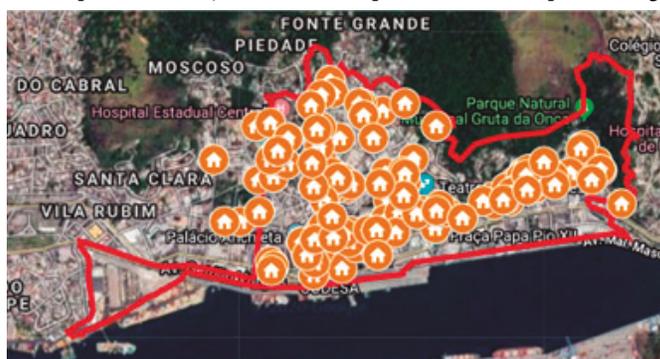


Fonte: Acervo BrCidades ES, 2019.

A campanha inicia-se com o preenchimento de abaixo-assinado e o recebimento de denúncias de imóveis abandonados, subutilizados e vazios pelos moradores e frequentadores do Centro. Nesse momento, a atuação da Ufes no campo da Arquitetura e do Urbanismo e do Direito é mediada por profissionais, professores e alunos. O projeto de extensão em tela é criado formalmente em ato simultâneo ao lançamento da campanha. Inicia suas atividades também em agosto de 2019, com registro na Proex-Ufes e duração inicial de doze meses.⁸³

O canal de denúncias de imóveis desocupados e vazios no Centro, aberto em parceria com a DPES, atualizou o mapeamento produzido pela Amacentro, passando a constar o total de 127 imóveis ociosos (Figura 4). A Figura 5, do ano de 2019, indica mapeamento dos imóveis ociosos por distinção de uso.

Figura 4 – Mapa de imóveis ociosos no Centro de Vitória. Dados atualizados por meio de coleta de dados da Campanha da Função Social da Propriedade sobre mapa do Google, 2020



Fonte: Acervo Amacentro.

⁸³ Diante conjuntura mundial da pandemia do Covid-19 e da suspensão das atividades na Ufes, por ora, tem-se previsão de continuidade com prorrogação do projeto com data de finalização não determinada (<https://projetos.ufes.br/#/projetos/588/>).

Figura 5 – Mapa de imóveis ociosos no Centro de Vitória por distinção de uso, 2019



Fonte: Alves e Cuzzuol, 2019.

Retoma-se, a seguir, o relato sobre as atividades da Campanha da FSP, dentre elas, destaca-se a intervenção cultural no formato de cortejo (Figura 6).

Figura 6 – Convite do cortejo da Campanha da Função Social da Propriedade, 2020



Fonte: Acervos Amacentro e BrCidades-ES.

O evento ocorreu ainda no mês de agosto, em percurso pelas ruas do Centro, com participação dos moradores, promotores do evento e movimentos sociais. Acompanhado por artistas, músicas e instrumentos, o cortejo teve pausas informativas em frente a alguns dos imóveis abandonados, sempre em cantoria que dizia: “Muita gente sem casa, muita casa sem gente/ Moradia no Centro é um caso urgente/ Muito imóvel fechado, sem acesso à cultura/ Se quiser agitar, vem com a gente pra rua!”. Certamente, como nos lembra Lamego de Paula (2020), essa atividade foi um momento de protesto e celebração entre os participantes, como pode ser visto no mosaico da Figura 7.

Figura 7 – Cortejo da Campanha da Função Social da Propriedade, 2020



Fonte: Acervos Amacentro e BrCidades-ES.

Em setembro de 2019, o projeto de Lei para a regulamentação do IPTU Progressivo (PL no. 72/2019) foi colocado em pauta para a votação na Sessão da Câmara de Vereadores de Vitória. Na ocasião, o projeto de Lei foi defendido por participantes da campanha (Figura 8). Nas vésperas da votação, foram apresentadas duas emendas a esse PL, tendo, inclusive, nota técnica contra uma delas, por parte do Nudam. Contudo, a votação foi adiada para outubro e não foi aprovada na ocasião.

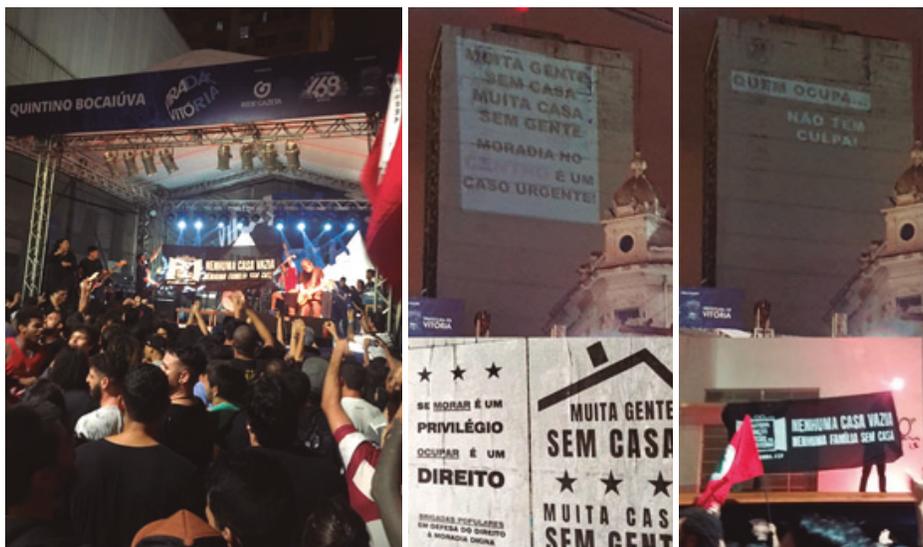
Figura 8 – Audiência pública na Câmara do Vereadores para votação da PL 72/2019, 2020



Fonte: Acervos Amacentro e BrCidades-ES.

Ainda em setembro, participantes do BrCidades-ES – sobretudo estudantes e profissionais de Arquitetura e Urbanismo e do Direito – organizaram atos para promover a Campanha da FSP durante o evento Viradão Cultural, realizado pela municipalidade no Centro de Vitória. Projeção de imagens com frases sobre o direito à moradia e à cidade em empena de parede de edifício vertical, panfletagem e intervenção com a bandeira da campanha em show da banca hardcore Dead Fish amplificaram o alcance da campanha (Figura 9).

Figura 9 – Atos de projeção, panfletagem e intervenção do evento Viradão Cultural, 2020



Fonte: Acervos Amacentro e BrCidades-ES.

Em novembro, o BrCidades-ES e o XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb) receberam Ermínia Maricato na Ufes. Esse momento foi de grande repercussão e intensificação da mobilização para a campanha (Figura 10).

Figura 10 – Convite, palestra e campo com Ermínia Maricato, 2020



Fonte: Acervos BrCidades-ES e Ufes (PPGAU, NAU e Célula Emau).

Ainda em novembro de 2020 ocorreu o mutirão de denúncia dos imóveis ociosos, penúltima ação da campanha, identificando dezenas de prédios vazios, em complementação ao mapeamento iniciado pela Amacentro (Figura 11).

Figura 11 – Mutirão de denúncia dos imóveis ociosos do Centro, 2020



Fonte: Acervos Amacentro e BrCidades-ES.

O encerramento da campanha realizado em dezembro, contou com as Brigadas Populares do Espírito Santo na organização do evento e com participação de artistas do Coletivo Aseita, durante o Encontro de Comunidades de Resistência realizado no Centro de Vitória (Figura 12).

Figura 12 – Evento de encerramento da Campanha da Função Social da Propriedade, 2020



Fonte: Acervos Amacentro e BrCidades-ES.

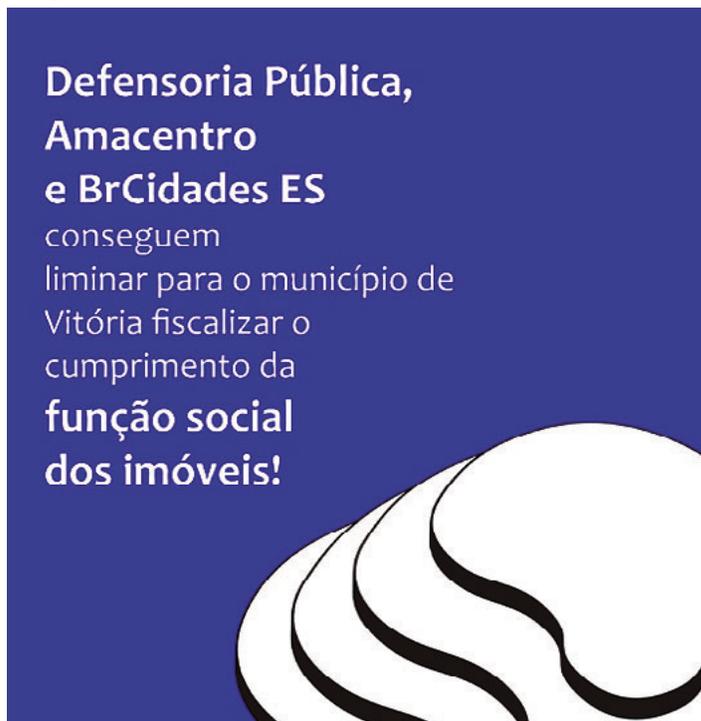
A interação entre distintos atores participantes da campanha expressa que a mobilização do direito,⁸⁴ do direito à cidade e à moradia na capital capixaba, destacada neste trabalho pela experiência dada pela campanha, resultou na expressão de

⁸⁴ Conforme Vinicius Lamego de Paula (2020, p. 21), “a Teoria da Mobilização do Direito [...] compreende o direito não de uma forma meramente instrumental, restrito às instituições de justiça, às normas legais e aos agentes de justiça, mas como um processo cultural, que envolve a construção de significados, a partir da interação entre diversos atores. Nos dizeres de McCann: O enfoque da mobilização do direito “[...] desloca o foco dos tribunais para os usuários e utiliza o direito como um recurso de interação política e social” (MCCANN, 2010, p. 182).

Lamego de Paula (2020), em repertórios inovadores, que podem ser reconhecidos como um tipo de confronto transgressivo, por ser performada por atores recentemente “autoidentificados”, que utilizam meios inovadores de ação coletiva. Importa, ainda, a argumentação de Losekann (2015) de que os confrontos transgressivos constituem novos atores, valem-se de estratégias não convencionais e provocam mudanças sociais e institucionais.

Um dos impactos sociais mais expressivo da campanha adveio de atuação da DPES e Amacentro, ao buscarem o Judiciário, ingressando com uma Ação Civil Pública, em março de 2020, exigindo do município de Vitória a implementação dos instrumentos de fiscalização da FSP, no prazo de 30 dias, mediante levantamento e fiscalização dos imóveis não utilizados, subutilizados e/ou abandonados nas Zonas definidas pelo PDU e, se for o caso, a exigência de emitir notificação aos proprietários dos imóveis para o cumprimento da função social da propriedade. Essa ação foi deferida, em parte, por juíza de Direito, em 12 de março de 2020, com decisão de mandado de intimação ao prefeito de Vitória para cumprimento de liminar, conforme Figura 13.

Figura 13 – Registro do BrCidades sobre liminar de intimação a PMV para fiscalização dos imóveis ociosos do Centro de Vitória, 2020



Fonte: Instagram @brcidades.

Esta vitória da mobilização da Campanha FSP foi obscurecida pela Pandemia prolongada. As ocupações em parte sofreram remoção, parte recebeu apoio e aluguel da autoridade municipal. A situação do abandono estrutural no Centro de Vitória persiste, se aprofundou na Pandemia. Recentemente, em 2020, o desabamento de um sobrado centenário no centro histórico de Vitória, após longo período de abandono e degradação,⁸⁵ configurou um fato alarmante e ao mesmo tempo providencial ao debate iniciado pela campanha, com princípios contidos no Plano Diretor Urbano (PDU) do município de Vitória⁸⁶ e preconizados pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001).

Notas finais: realizações e desdobramentos

Com objetivo de desdobrar o debate e amplificar seu alcance, o Projeto Athis na extensão universitária realizou atividades que demonstram continuidade na trajetória do projeto, no que diz respeito a ampliação das perspectivas do tripé ensino-pesquisa-extensão e das relações entre os campos teórico, prático, técnico e político da universidade e as comunidades urbanas vulneráveis.

Entre as atividades internas do projeto tem-se: 1) Levantamento de práticas de Athis no espaço de atuação dos programas e projetos de extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo na Grande Vitória (GV) e nos espaços de atuação em instituições públicas, ONGs/Oscips cooperativas, associações e escritórios autônomos, com objetivo de formular um diagnóstico-síntese; 2) Identificação de situações críticas dos municípios da GV, por Zonas de Interesse Social (Zeis) e similares e problematização sobre modos de entrada e inserção nos territórios autoconstruídos e de (in)compreensão do papel da arquitetura e do arquiteto, no sentido dado por Freire (1968) em obra seminal, como também mediante pesquisa em relatos de experiências no Brasil e exterior (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017) e; 3) Organização e realização do Colóquio Athis na extensão universitária do Brasil urbano por professores e alunos do PPGAU, NAU e Célula Emau - todos da Ufes -, em parceria com o IAB/ ES, apoio do BrCidades e patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), tendo projeto aprovado no Edital n. 3/2019, resultando ainda, na publicação deste livro, renomeado Outras arquiteturas sociais: assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo (Figura 14).

⁸⁵ Desabamento ocorrido em 15 de janeiro de 2020. Ver: <https://www.agazeta.com.br/artigos/estatuto-da-cidade-pode-prevenir-fatalidades-como-desabamento-de-predios-0120> e <https://www.agazeta.com.br/columas/paulo-brandao/abandono-do-centro-de-vitoria-descaso-com-historia-e-memoria-capixabas-0120>.

⁸⁶ Plano Diretor Urbano do Município de Vitória aprovado pela Câmara dos Vereadores como Lei n. 290, 2017, concluindo as votações em 27 de março de 2018.

Figura 14 – A esquerda programação inicial do Colóquio Athis na extensão universitária do Brasil urbano (modo presencial) e à direita programação atualizada (modo remoto)

ASSESSORIA TÉCNICA
EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO
BRASIL URBANO

PROGRAMAÇÃO DO COLÓQUIO

SEMANA 1
ATHIS e inserção no contexto urbano

SEMANA 2
ATHIS e extensão universitária

SEMANA 3
ATHIS e extensão universitária

22 ABRIL
Mesa 1 - ATHIS e inserção no contexto urbano
Tema: Casa Santa Amara
FAU USP e Assessoria Técnica
Profa. Dra. Ana Paula

23 ABRIL
Mesa 2 - ATHIS e ações institucionais
Tema: Ministério - Álvaro Moreno
Ex-Extensão do Comitê Gestor do Centro Comunitário Uruguaiana
CCU
Mesa: abertura de mostra de banners e montagem no cenário

24 ABRIL
Mesa 3 - ATHIS e extensão universitária
Tema: Mesa 3 - Liza Andrade
FEAC, PIRACICABA - FAPES, UNB e BrCidades - UF Metropolitan
Mesa: Mesa de encerramento

10 NOV 2020
18:30h
Abertura institucional
MENNO BASSANI
CONFERÊNCIA
OCIANA DANIEL
19:00h - 21:00h
Mesa 01
ATHIS e empoderamento social
19:00h
Conferência de abertura
TANIA DE PAULA
19:00h - 21:00h
Mesa 01
ATHIS e empoderamento social
19:00h
19:30h
20:00h

17 NOV 2020
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e amigos institucionais
19:00h
Conferência
ALVARO MORENO
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
LISA ANDRADE
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
JOSÉ EDUARDO BARAVELLI
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
LUIZENA PROCHNOWITZ
19:00h

24 NOV 2020
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
CLAIR BERENICE
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
WENDY CAMPOS
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência

19 NOV 2020
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e amigos institucionais
19:00h
Conferência
CLAUDIA PROETTO
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e amigos institucionais
19:00h
Conferência
SIMONE DESTEFANI
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e amigos institucionais
19:00h
Conferência
ANDRÉ MARIN
19:00h - 21:00h
Mesa 02
ATHIS e amigos institucionais
19:00h
Conferência
SIMONE JORGE
19:00h

26 NOV 2020
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
HELENA NETTO RODRIGUES
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
ANA PAULA BARBOSA LIMA
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
WENDY CAMPOS
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência
CLAIR BERENICE
19:00h - 21:00h
Mesa 03
ATHIS e extensão universitária
19:00h
Conferência

12 NOV 2020
19:00h - 21:00h
Mesa 01
ATHIS e empoderamento social
19:00h
Conferência
CAIO SANTO ANJOS
19:00h - 21:00h
Mesa 01
ATHIS e empoderamento social
19:00h
Conferência
CLEBER DA SILVA JUNIOR
19:00h - 21:00h
Mesa 01
ATHIS e empoderamento social
19:00h
Conferência
PHILIPPE FAYARD
19:00h - 21:00h
Mesa 01
ATHIS e empoderamento social
19:00h
Conferência
LUIZENA PROCHNOWITZ
19:00h

EVENTO VIRTUAL | PLATAFORMA ZOOM

Realização: FAPES, Instituto de Arquitetura do Brasil, BrCidades, FAPES, Instituto de Arquitetura do Brasil, BrCidades, FAPES

Apoio: Instituto de Arquitetura do Brasil, BrCidades, FAPES

Patrocinador: Instituto de Arquitetura do Brasil, BrCidades, FAPES

Fonte: Acervos BrCidades ES e Ufes (PPGAU, NAU e Célula Emau).

Algumas das experiências de extensão-ativista em assessorias técnicas deste projeto, a exemplo da Ocupação Santa Cecília, são desenvolvidas de modo pontual, a partir de demanda da Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) e dos movimentos sociais. Essa atividade, realizada em outubro de 2019, resultou na Proposta de realocação digna das famílias ocupantes do edifício Santa Cecília, elaborada por integrantes do Projeto Athis na extensão universitária e exposta pela DPES em audiência judicial de conciliação, em ação que contou com a presença de parte do grupo deste projeto. A referida audiência tinha intenção de acordo mútuo entre o movimento e a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), contudo a proposta foi negada e, posteriormente, os ocupantes receberam concessão de aluguel social com a Secretaria de Habitação da PMV.

Cabe destaque ainda, participação do grupo do projeto no Mapeamento de Ações Comunitárias de Enfrentamento à Covid-19 na Região da Grande Vitória, realizado pelo BrCidades Núcleo Espírito Santo, em junho de 2020. Este estudo compõe o Dossiê Panorama Nacional da atuação do poder público na pandemia, realizado por diversas organizações, entidades e coletivos.⁸⁷ O mapeamento teve como objetivo

⁸⁷ Neste contexto, a Habitat para a Humanidade Brasil, BrCidades, Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT - Observatório das Metrópoles), Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Consultoria em Admi-

dar visibilidade as omissões do poder público relativas ao combate ao Covid-19 nos territórios vulneráveis e periféricos e apoiar na definição de prioridades para incidência de política pública local.

Em paralelo, inserido em ação conjunta entre BrCidades núcleo ES, PPGAU e NAU (ambos da Ufes), DPES e IAB-ES, o grupo se manteve em atividades extensionistas como prática social e política. Assim, foi distribuído material informativo no formato de cartilha-cartaz durante o período de isolamento social, reforçando informações de combate à pandemia da Covid-19 e ao acesso à renda emergencial e aos benefícios federais, estaduais e municipais no âmbito da Grande Vitória, no municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.⁸⁸ (Figura 15).

Figura 15 – Material informativo da cartilha-cartaz para bairros da Grande Vitória



Fonte: Acervos BrCidades ES e Ufes (PPGAU, NAU e Célula Emau).

Por fim, alguns dos participantes do Projeto Athis na extensão universitária integram ainda, desde março de 2021, o GT Athisvistas formado para pensar inicialmente as possibilidades de implantação da Athis em Vitória. Esse Grupo de Trabalho é organizado a partir do BrCidades Núcleo ES, com formação multidisciplinar e participantes que representam a Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura, Associação Ateliê de Ideias, IAB-ES, DPES, CAU-ES e Ufes.

Agradecimentos

Agradecemos instituições, associações de moradores, coletivos urbanos, movimentos sociais de moradia e sociedade civil que participaram da Campanha da Função

nistração Municipal (Conam), diversas entidades, organizações e coletivos formaram uma articulação nacional de monitoramento da atuação do Poder Público nas áreas mais vulneráveis à crise sanitária causada pela Covid-19. Participaram do Dossiê Nacional representantes de 195 comunidades, em trinta cidades e quinze estados. No levantamento da Grande Vitória, houve retorno de dezoito formulários respondidos com representação dos cinco maiores municípios dentre os sete que compõem a RMGV: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

⁸⁸ A cartilha-folder foi compartilhada nacionalmente na rede BrCidades e adaptada pelo BrCidades núcleo ES, tendo em vista as dúvidas da população e a ausência de informações, sobretudo em comunidades e bairros vulneráveis.

Social da Propriedade do Centro de Vitória (ES), em particular: Associação dos Moradores do Centro (Amacentro), Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Brigadas Populares – Espírito Santo (BP-ES), Projeto Brasil Cidades (BrCidades núcleo ES), Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Agradecimento especial a todas as pessoas que participaram da Campanha, aqui representadas por Vinicius Lamego de Paula, Rodrigo dos Santos Adorno e Pedro Pessoa Temer, defensores públicos da DPES; Lino Feletti e Stael Magesck, moradores e representantes da Amacentro; Renata Pacheco, advogada e professora da FDV; Lucas Martins do Brigadas Populares; Mario Margotto, Marina Coelho e Lucas Damm Cuzzuol, discentes do mestrado do PPGAU/Ufes; Maria Clara da Silva, do MNLM; e Erminia Maricato, do comitê nacional do BrCidades. Também agradecemos a Stael Magesck Centro Artístico, Árvore Casa das Artes, Cia Circo Infinito, Coletivo Aseita – protagonismo feminino e LGBT, Dead Fish – banda hardcore do ES e aos professor/a e aluno/as do DAU e PPGAU da Ufes: Liziane de Oliveira Jorge, Lutero Proscholdt Almeida, Hilary Whitney Silva da Cruz, Karla Kelly Martins, Lara Leme Perim, Luiza Coimbra de São Thiago, Maria Fernanda Varejão Velten, Natalia Silva e Souza, Roberta Koehler Schulze, Vândila Lima de Almeida e Zanandra Falcão.

Referências

ALVES, Lara; CUZZUOL, Lucas D. Ocupar o centro: Por uma política habitacional no Centro de Vitória – ES. In: **II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA E CIDADE**, 2., 2019, Vila Velha/ES. *Anais [...]*. Vila Velha/ES, 2019.

ATKINSON, Anthony B. *Desigualdade: o que pode ser feito?*. Tradução de Elisa Câmara: São Paulo, LeYa, 2015.

AMACENTRO. **Mapa interativo dos imóveis vazios no centro de Vitória sobre Google maps**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1tOynHWfsAHk8e-ChaJxRy86adLYs&ll=20.31849272951605%2C-40.33203504783933&z=15>. Acesso em: 5 abr.2020.

AMORE, Caio Santo; HORIGOSHI, Maria Rita; BARRIO, Marina; PEREIRA, Rafael. **Ca-derno Athis. Oficina de assistência técnica em habitação de interesse social**. São Paulo: Peabiru, Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, 2016.

BRASIL, **Lei no. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 11 de jun. de 2001.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO; DATAFOLHA. **O maior diagnóstico sobre Arquitetura e Urbanismo já feito no Brasil.** Acessível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/> acesso em: jun 2019.

DE PAULA, Vinícius Lamego. **Ocupações de Defensoria Pública: performances coordenadas de mobilização do direito na luta pela moradia no centro de Vitória.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

D'OTTAVIANO, Camila e ROVATI, João. **Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo.** Tradução Luiz B. Orlandi. São Paulo, Editora 34, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?.** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo, SP, Editora 34. 2007.

ESPÍRITO SANTO; IJSN. **Boletim 01. Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico,** 2016.

ESPÍRITO SANTO; DPES; Nudam. **A fiscalização da função social da propriedade nos municípios do Espírito Santo,** Vitória, ES, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?.** 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 24. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019.** Belo Horizonte, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo, Edições Loyola, 1997.

GUTIÉRREZ, Hernando Vaca. Extensão/Comunicação. (Verbetes). In. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016. Edição do Kindle.

IBGE. **Aglomerados Subnormais.** O Que é. Acessível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>> Acesso em 19 mai 2020.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019.** Classificação Preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid19 (2020). Acessível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf?fbclid=IwAR2MR-PPU7n5MaUjprFiu-Q5lr7WhITcLWiPvwraNZaku51P6yxTyMnqlY4> Acesso em: 01 set 2020.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo, Centauro, 2006.

LOSEKAN, Cristiana. Oportunidades legais e performances transinstitucionais na realização do confronto político. *In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, 2., 2015, Campinas. *Anais [...]*. Campinas, 2015.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. *Dinamica de la contienda politica*. Barcelona: Cambridge University Press, 2005.

SALAMA, Ashraf M. *Spatial Design Education*. Taylor and Francis. 2016.

SENNETT, Richard. **Juntos**: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Tradução de Clóvis Marques. - 1. ed. Rio de Janeiro: Record. 2019. Edição do Kindle.

SERPA, Angelo (org.). **Cidade Popular**: trama de relações sócio-espaciais. Salvador, EDUFBA, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **A Universidade no Século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2ª Edição, 2004, Cortez Editora.

TAVARES, Arice Cardoso; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; SELL, Sérgio; UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha (Org.). **Metodologias para iniciação à prática da Pesquisa e Extensão I**. Florianópolis, CEAD; UDESC; UAB, 2011.

Parte 3. Assessoria técnica e extensão universitária

Ampliação do campo de atuação em Athis – Residência AU+€/UFBA

Angela Gordilho-Souza
Heliana Faria Mettig Rocha

Introdução

É o enfrentamento da questão habitacional como um projeto nacional. Muitas vezes uma família toda dorme numa mesma cama, cozinha ao lado da cama em que dorme, tem só uma lâmpada dentro de casa, um pé direito baixo, um chão de terra batida. Isso é condição de vida? Que família se constitui em torno de um espaço desse, com essa precarização da vida?

Deputado Zezéu Ribeiro, 2009 - PEC da Moradia Popular⁸⁹

⁸⁹ A Proposta de Emenda à Constituição - PEC (285/08), que amplia os recursos destinados a moradias populares, teve como relator o Deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), também autor da Lei Federal de Athis n. 11.888/2008. A proposta apresentada “vincula 2 % das receitas da União e 1 % das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios aos Fundos de Habitação de Interesse Social” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009) Até então, a PEC da Moradia não foi votada.

Essa descrição das condições da habitação no Brasil persiste e se agrava para uma grande parte da sua população, sobretudo nas áreas urbanas, onde moram mais de 85 % dos brasileiros.⁹⁰ A invisibilidade social persistente desse quadro se evidencia atualmente no prolongado contexto da pandemia do novo coronavírus, que se expandiu planetariamente desde início de 2020, impondo o isolamento físico social prolongado. Com um dos mais altos índices de mortalidade no Brasil, mais incidentes nos territórios socialmente vulneráveis, entre outras questões, a situação de pandemia revelou as dificuldades de adoção de medidas de segurança sanitária nas muitas favelas, cortiços, vilas e ocupações improvisadas nesses territórios de periferia, desassistidos de políticas públicas. Nessas áreas de moradia precária, segregadas e excluídas de benefícios coletivos, as limitações de proteção se colocam desde a necessária circulação das pessoas na busca da renda diária informal, como pelos espaços insuficientes e inadequados na habitação, situações agravadas nas áreas de uso coletivo, pelas péssimas condições sanitárias e de serviços públicos existentes. Demonstram sobretudo a insuficiência de renda e a ineficácia das políticas urbanas até então implementadas nessas áreas. O pós-pandemia é ainda imprevisível, mas certamente já aponta mudanças profundas no que há de vir. Fala-se em 'novo normal'. Como se dará e para quem?

Na realidade brasileira, essa configuração física das periferias pobres, historicamente produzida na urbanização do último século, para além das altas densidades na habitação pelas limitações de acesso à terra e de renda, se explicita de forma aguda na moradia, pela escassez e qualidade dos espaços públicos, situações agravadas pelos riscos ambientais constantes nesses territórios de exclusão. Somam-se às questões sociais de segurança, educação, etnia e gênero, dentre outras. Os números dessas desigualdades apontam para dimensões crescentes e complexas.

Segundo a Pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE 2017 e 2018, quase 65 % da população brasileira que tem domicílio declarado não tem acesso a um destes direitos: saneamento básico (37,6 %), educação (28,2 %), comunicação (conexão e uso da internet em 25,2 %), proteção social (15 %) ou moradia adequada (13 %) (IBGE, 2018). No Brasil, cinco milhões de domicílios distribuídos em 734 municípios são considerados precários, segundo a PNAD Covid-19 (IBGE, 2020). São dimensões que compõem a grave questão da habitação, associadas às questões de infraestrutura urbana, saneamento, abastecimento de água potável, fornecimento de energia e o acesso ao transporte público, assim como o acesso à rede digital de informações, à segurança alimentar e ao trabalho e à renda, condições essenciais para a saúde coletiva.

Em 2008, o déficit habitacional estimado no Brasil correspondia a 5,546 milhões de domicílios, dos quais 4,629 milhões, ou 83,5 %, estavam localizados nas áreas

⁹⁰Na estimativa das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, a concentração de população nas metrópoles é de cerca de 45 % (FJP, 2018).

urbanas (FJP, 2010). O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, enquanto atuou até 2016, havia construído cerca de cinco milhões de novas unidades habitacionais.⁹¹ Ainda assim, segundo o PNAD 2015, o déficit habitacional persistia, estimando-se cerca de 6,355 milhões de domicílios, sendo 5,572 milhões (87,76 %) em áreas urbanas e 783 mil unidades na área rural (FJP, 2018), o que indica outras dimensões necessárias para atuação pública.

Verifica-se que as políticas habitacionais no Brasil, além de descontínuas, têm privilegiado a produção imobiliária quantitativa e as populações assalariadas, em detrimento da urbanização de favelas, que se ampliam e se densificam, associadas à vasta ocupação informal nas periferias urbanas (GORDILHO-SOUZA, 2014). Esse processo de urbanização à revelia das legislações urbanísticas vigentes, configura historicamente a moradia possível para a população de baixa renda, em proporções atuais variando em cerca de 20 % a 60 % do total da população nas grandes cidades, sendo os índices maiores nas regiões Norte e Nordeste.⁹²

Ilustrando-se com o caso de Salvador, segundo o estudo recente realizado durante a pandemia de Covid-19, em Nota Técnica elaborada por um grupo de pesquisadores da UFBA e colaboradores de diversas instituições, foi gerado um Índice de Vulnerabilidade Local à Covid-19, adotando-se a técnica de avaliação multicritério com pesos atribuídos para cada dimensão, sendo: 20 % para meio ambiente construído; 67 % para a socioeconômica e 13 % para saúde. Este índice foi espacializado, demonstrando que os lugares indicados como de maior vulnerabilidade, a população possui condições menos favoráveis para o enfrentamento à doença, demandando assim uma maior atenção (DELGADO, 2020).

Nesse contexto de graves impactos sociais e ambientais recorrentes nos chamados bairros populares, as comunidades e territórios estão vulnerabilizados pela ausência de políticas urbanas inclusivas. Diante das necessidades de sobrevivência, improvisam-se práticas autogestionárias que acumulam saberes e soluções próprias, entretanto, sem assistência técnica apropriada. São conhecimentos relegados na formação de profissionais voltados para essa área de atuação, embora fundamentais para definições dos necessários investimentos públicos de melhoria dessas áreas, de forma mais duradoura. Nesse sentido, o papel da extensão universitária voltada para esses territórios é fundamental. Seja para ampliar as possibilidades de aprendizagem prática coletiva, seja para contribuir com processos inovadores de tecnologia social adequada às realidades brasileira e locais. Para as áreas de arquitetura, urbanismo e afins, a regulamentação da Lei Federal de Athis n. 11.888/2008 é uma discussão

⁹¹ Após sete anos de atuação, os números ilustram a importância quantitativa alcançada pelo Programa: investimento de aproximadamente R\$295 bilhões; 4.219.366 unidades habitacionais contratadas; e, cerca de 10,5 milhões de pessoas beneficiadas (BRASIL, 2016).

⁹² Estimativas com base em metodologia desenvolvida para o município de Salvador, para o qual o índice de informalidade encontrado para o total de ocupação habitacional é de 35 %, onde moram cerca de 60 % da população (GORDILHO-SOUZA, 2008).

fundamental para fortalecer e ampliar o campo da assistência técnica, habitação e do direito à cidade.

A extensão universitária, assistência técnica e o campo de Athis

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, considera que “[...] a capacidade de aprender não é apenas para nos adaptar mas, sobretudo, para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 1996, p.76). Ao analisar as técnicas de extensão agrícola aplicadas na região nordeste, na década de 1960, o autor questiona o termo extensão em relação às práticas associadas à invasão cultural, através do conteúdo levado pelos técnicos, com a visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem. Sugere, portanto, que seja trabalhado o conteúdo de “comunicação verdadeira”, como aquela que não está na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a “significação do significado”, uma comunicação que se faz criticamente (FREIRE, 1968, p.47). Esta abordagem evidencia a necessária preocupação desse educador em reconhecer o protagonismo dos sujeitos que farão parte do processo de interação no ensino-aprendizagem. O ensino como processo de aprendizagem, portanto para Paulo Freire, não tem sentido único, mas é uma via de mão dupla, onde cada sujeito, na interação, tem um papel relevante para que a comunicação aconteça de forma emancipatória.

Nessa concepção, a formação em assistência técnica tem na extensão universitária um campo de atuação fundamental para as transformações sociais. Ao analisar o papel da extensão na universidade pública, Boaventura de Souza Santos (2004), no seu livro *A Universidade no século XXI*, levanta a questão que:

[...] a área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. Reforçando que, no momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão [...] e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004, p. 53-54).

Ambos os autores influenciaram a atual Política Nacional de Extensão Universitária, que foi definida a partir da conquista da inserção da extensão na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, nos seguintes termos:

A Extensão universitária, sobre o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.15).

A assistência técnica para habitação também tem sido tema de debate no campo da Arquitetura desde as primeiras discussões dos movimentos sociais organizados na defesa da Reforma Urbana, ainda no início dos anos 1960, resultando na conquista dos artigos 182º e 183º da Constituição Federal de 1988, que definem o direito à moradia e à política urbana, regulamentados posteriormente pela Lei Federal n. 10.257/2001, do Estatuto da Cidade (BRASIL, 1988; BRASIL, 2001).

As primeiras iniciativas de profissionais no Brasil em assistência técnica para melhoria habitacional foram desenvolvidas por arquitetos atuantes em instituições profissionais e associação de interesse público, referências importantes trazidas para a universidade posteriormente. Nesse sentido, são emblemáticas as experiências que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, contrapondo-se às sucessivas remoções de favelas na década de 1960, em projetos de melhoria para a favela Brás de Pina, empreendidas pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos e demais integrantes do escritório Quadra, no final dos anos 1960. Essa experiência de desenvolver projeto junto com a comunidade, reconhecendo a favela como um espaço legítimo de moradia, demonstra a viabilidade de melhorias habitacionais sem que a população seja retirada da sua localização (SANTOS, 1980).

Essa perspectiva de atuação profissional repercutiu nas entidades profissionais dos arquitetos, com propostas de legislação para garantia de assistência técnica àqueles que não podiam pagar por esses serviços. As primeiras iniciativas datam de 1978, quando o Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul propôs o Programa de Assistência Técnica e Moradia Econômica (PROGRAMA ATME, 1977). Como fruto dessa iniciativa, seu idealizador, o arquiteto Clóvis Ilgenfritz, eleito vereador de Porto Alegre em 1999, conseguiu aprovar uma Lei municipal para viabilizar assistência técnica gratuita para habitação. Mais tarde, esse mesmo arquiteto, quando eleito deputado federal, elaborou um projeto de Lei de assistência técnica para habitação de interesse social, que serviu de base para a proposta posterior do deputado federal baiano Zezé Ribeiro, a Lei Federal n. 11.888, promulgada em dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Essa Lei assegura às famílias de baixa renda, de até três salários mínimos, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia.

Entre outras definições, as residências acadêmicas e programas de extensão universitária estão previstas como uma das modalidades de atuação:

[...] serviços de assistência técnica [...] devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como [...] profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área (BRASIL, 2008).

Representa, assim, um grande avanço legal, mas com limitações, uma vez que, não sendo ainda regulamentada, não garante recursos definidos para tal finalidade. Na prática, essa Lei implica na criação de um sistema de financiamento público para autoprodução com a remuneração do trabalho de arquitetos, urbanistas e engenheiros envolvidos no projeto e construção de habitação social. Nesse sentido, ainda em 2008, foi validada por uma comissão da Câmara Federal para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Habitação, espelhando-se no Sistema Único de Saúde (SUS), entretanto, até então, não foi votada em Plenário.

Quanto às iniciativas de gestão pública no incentivo à assistência técnica, salienta-se, nas décadas de 1980 e 1990, as referências de atuação das chamadas prefeituras progressistas, com a restauração dos processos eletivos, motivadas pelo ativismo municipal em um período de grave crise econômica nacional. Várias experiências locais trazem grandes avanços em processos de gestão participativa, com destaque para: planos de regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em Recife; implantação do orçamento participativo em Porto Alegre; metodologias inovadoras de planos diretores participativos e criação de conselhos, bem como programas de urbanização de favelas (MARICATO, 2011).

Essa ascendência de participação dos movimentos sociais na gestão da cidade influenciou o surgimento de escritórios de assessoria técnica para habitação, com amplo reconhecimento do programa financiado pela Prefeitura de São Paulo (1988-1992) no apoio à mutirão por autogestão para a produção de habitação de interesse social (BONDUKI, 1992).

Essa conquista social viabilizou a primeira iniciativa de financiamento público para projetos de autogestão e assistência técnica, com a criação do programa Crédito Solidário, em 2004, destinado a famílias associadas em cooperativas. Destaca-se ainda a realização de concursos nacionais de projetos para habitação de interesse social e urbanização de favelas, com referência nessa época à parceria entre Caixa Econômica Federal e IAB, com várias edições de premiação entre 2001 e 2009, sendo alguns projetos executados. A criação do Fundo Nacional de Habitação de

Interesse Social (FNHIS), no âmbito do novo Sistema Nacional de Habitação, instituído pela Lei Federal n. 11.124/2005 e implantado pelo Ministério das Cidades, entre outras finalidades, trouxe a expectativa de ampliação da assistência técnica, que seria amparada com a aprovação da Lei Federal de Athis n.11.888/2008. A inflexão dessas medidas, com a implantação do PMCMV, que optou pela produção empresarial, levou a uma progressiva diminuição de iniciativas em Athis. Mesmo o financiamento da modalidade MCMV-Entidades, criado em 2009, acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais e associações sem fins lucrativos, acabou incidindo em menos de 2 % do total de investimentos, com poucas possibilidades de inserção de assistência técnica (GORDILHO-SOUZA, 2014).

No contexto da aprovação da Lei Federal de Athis, entidades profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia, universidades e movimentos sociais estiveram mobilizados para ampliação desse campo de atuação. Entretanto, sem a regulamentação da referida Lei e com a inflexão de políticas de autogestão, sua aplicação não deslanchou. A retomada institucional mais vigorosa dessa discussão só ocorreu a partir de 2011, com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Iniciou-se, então, uma campanha nacional, destinando minimamente 2 % de sua arrecadação para ações de Athis, assumindo essa atuação como um direito fundamental do cidadão, assim como saúde e educação. Esse Conselho também realizou uma ampla pesquisa sobre a inserção do arquiteto na sociedade, constatando que apenas 7 % dos brasileiros contrataram, pelo menos uma vez na vida, os serviços de um arquiteto ou urbanista. Paradoxalmente, havia então mais de 150 mil arquitetos urbanistas titulados e mais de 400 faculdades de arquitetura no Brasil (CAU/BR, 2015).

Diante desse quadro, em que se constata uma ampla e diversificada escala de necessidades habitacionais, muitos profissionais disponíveis e sua baixa absorção no mercado de trabalho, é imperativo a implementação vigorosa de assistência técnica junto às comunidades demandantes. Esse movimento envolve diversos agentes sociais e instituições públicas, mas sobretudo deve incorporar as universidades em programas de extensão junto às comunidades.

O papel extensionista das universidades têm originado crescentes possibilidades de práticas articuladoras de ensino e pesquisa junto à sociedade. São potencialmente impulsionadoras de novos conhecimentos e ações públicas nos processos de capacitação e transformação social. Considerando que essas conquistas são ainda frágeis, a consolidação de iniciativas acadêmicas profissionais extensionistas vem contribuir para o reconhecimento do papel social da universidade em um quadro de ampla desigualdade e exclusão social.

Considera-se que as universidades públicas têm papel primordial na produção do conhecimento interativo com a realidade, com a formação técnico-prática em

processos participativos propositivos, que contribuam para avanços sociais coletivos nesse campo de atuação da melhoria dos lugares de viver.

Residência AU+E/UFBA – Implantação e Metodologia

A Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA) foi implantada de forma pioneira nessa área de atuação como atividade de ensino-pesquisa-extensão na Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundamentado na Lei Federal N. 11.888/2008 (Lei da Athis). Realiza-se na Faculdade de Arquitetura da UFBA, com apoio da Escola Politécnica dessa instituição, como curso de pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, público e gratuito, bianual, com 25 vagas. Foi aprovado em 2011 e implantado em três edições experimentais, 2013/2014, 2015/2016 e 2017/2018, atualmente na sua 4ª. edição, 2020/2021, como curso permanente.⁹³

Na modalidade residência acadêmico-profissional, pela sua condição de teoria-prática em formação profissional diretamente nas comunidades, inspirou-se na Residência Médica, diferenciando-se da mera prestação de serviços, ao promover nas suas múltiplas atividades a interlocução com as comunidades na elaboração de propostas e projetos, em processos de aprendizagem coletiva. Assim se oportuniza a formação profissional para assessores técnicos, gestores urbanos e profissionais das suas áreas focais e afins.

Nessa formação profissional transdisciplinar, buscam-se desenvolver propostas compartilhadas, em resposta às amplas demandas sociais, como instrumento de potencialização de investimentos públicos diante da grande precariedade do ambiente construído. Para isso, interage diretamente com iniciativas de comunidades, entidades de moradia popular, associações de bairros, ONGs e instituições públicas, que demandam assistência técnica na elaboração de projetos de autogestão. Objetiva-se, também, viabilizar a mediação com a gestão pública, para inclusão em programas disponibilizados e incentivo a novas oportunidades de investimento público nos territórios periféricos. Nessa perspectiva, ampliam-se as possibilidades de atuação profissional, bem como o campo de trabalho para melhorias da habitação e do ambiente construído.

A grade curricular do curso integra cinco disciplinas, atividade de assistência técnica e trabalho final, abarcando aulas teóricas, seminários, atividades supervisionadas, oficinas, pesquisa aplicada e projetos participativos. Compõe um total

⁹³ Proposta elaborada pela professora Angela Gordilho-Souza, por meio do LabHabitar, sendo inicialmente apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFBA e encaminhada à Congregação da FAUFBA, que aprovou a proposta em julho de 2011 (GORDILHO-SOUZA, 2011). Com adesão de outros professores da FAUFBA, foi encaminhada à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, sendo aprovada em dezembro de 2011. A primeira edição foi iniciada em abril de 2013 (UFBA, 2013).

de quarenta créditos e 1.368 horas, distribuídas em três semestres letivos, em 20 horas semanais, com certificação do MEC. Essa residência acadêmica está voltada para profissionais da Arquitetura e Urbanismo e áreas afins, incorporando também estudantes em final da graduação, como estágio profissional junto aos projetos dos residentes. São valorizados tanto os processos como os produtos, desenvolvidos de forma colaborativa e repassados ao final do curso para as comunidades envolvidas, com potencial de implementação posterior, incentivando os egressos a aplicarem suas propostas em editais de assessoria técnica.

Introduzem-se, assim, novas perspectivas de projetos extensionistas na pós-graduação em AU, como formação continuada e ampliação multidisciplinar em atividades de ensino-pesquisa-extensão. Os processos de imersão nos territórios, associando teoria e prática potencializam, com a troca de saberes e percepções da realidade vivida, propostas projetuais inovadoras, mais próximas das reais necessidades e desejos das comunidades.

Nas edições realizadas para implantação da RAU+E/UFBA, o curso recebeu profissionais-discentes de outros estados do Brasil, o que fomentou nucleações em outras universidades, desenvolvendo projetos nas localidades de origem em cotutoria com professores destas instituições. A primeira experiência de nucleação foi com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da 2ª edição do curso, tendo resultado na implantação de um curso similar, em 2020, na modalidade residência acadêmica: Assistência Técnica nas Áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (ATAU+E), no Centro de Tecnologia (CT-UFPB). Outras iniciativas para nucleações estão em andamento nas universidades federais de Pelotas (UFPel), Brasília (UnB), Ceará (UFCE), Sergipe (UFS) e Rio Grande do Norte (UFRN), com possibilidades de replicações, orientadas pelas especificidades locais.

A abordagem metodológica da RAU+E/UFBA privilegia a aproximação do profissional-residente com as realidades em comunidades, apreensão das suas necessidades em ações dialógicas, diferenciando-o dos demais cursos de especialização voltados para o conhecimento técnico-científico.

Essa abordagem metodológica se apoia em aulas, atividades coletivas, fóruns internos, atividade de campo, processo/produto, assessoria técnica, promovendo as seguintes interações:

- Teoria e prática em projetos participativos de apreensão coletiva;
- Reconhecimento das práticas locais existentes e emergentes como potências;
- Protagonismo da comunidade na definição de prioridades e projetos;
- Compromissos éticos, estéticos, ambientais e culturais;

- Dimensões inter e transdisciplinar, saber técnico e saber popular;
- Métodos interativos criativos e inovadores, por meio de oficinas, jogos e arte, buscando interação comunitária e participação das escolas locais;
- Abordagem socioespacial e tecnologias apropriadas e apropriáveis ao lugar e realidades encontradas;
- Abrangência da moradia incluindo habitação, espaços públicos, mobilidade, infraestrutura, equipamentos e atributos paisagísticos e ambientais para maior segurança, sustentabilidade e inserção urbana;
- Percepção das referências simbólicas, memória e valorização da cultura dos territórios;
- Incentivo às relações de pós-graduação com a graduação;
- Teorias propositivas, extensão e inovação tecnológica;
- Práticas propositivas para melhoria da moradia, entendida para além do lugar, pelo direito à cidade;
- Processo e projeto como conhecimento coletivo e devolução da universidade à comunidade, na conquista de cidades melhores e mais justas.

Em relação à metodologia de trabalho de campo, uma vez que se busca adequar à realidade de cada comunidade e território, esta vem sendo continuamente aprimorada. Uma sequência de ações é delineada pelos profissionais residentes conjuntamente com os professores tutores e em processo dialógico com as comunidades. Assim, o processo metodológico fundamenta-se no diálogo com as comunidades; na percepção da viabilidade da solicitação ou demanda da organização social, balizada pelas habilidades e aptidões na composição das equipes dos residentes e professores envolvidos; no levantamento de dados por uma leitura socioespacial crítica, tecnicamente criativa, sustentável e participativa; na identificação de práticas locais, desafios e potencialidades a serem fortalecidos, envolvendo os saberes populares e técnicos; na perspectiva de projetos engajados com soluções sociotécnicas apropriadas, com possíveis desdobramentos em assessoria técnica e execução.

Resultados da implantação à curso permanente de pós-graduação

Durante a implantação da RAU+E/UFBA, resultados relevantes foram sendo acumulados ao longo do processo, ressaltando-se aspectos quantitativos, qualitativos e institucionais. Ao final das três primeiras edições, 73 projetos foram desenvolvidos pelos residentes, com a participação de 54 professores credenciados, que, trabalhando em grupos, atuaram em 25 comunidades, com interações nas escolas locais, associações e lideranças, desenvolvendo processos interativos por meio de oficinas

e propostas de qualificação de espaços públicos. Os resultados estão disponíveis no *site* institucional (UFBA, 2013).

Figura 1 – Resultados de algumas propostas e projetos participativos (2013-2020)



Fonte: Acervo RAU+E/UFBA, 2020.

Dentre as áreas trabalhadas com assistência técnica durante o curso, englobando a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e as nucleações da Residência AU+E/UFBA em outras cidades, reúne-se uma diversidade complexa de áreas atendidas, a exemplo de: comunidades consolidadas em zonas de interesse social (Zeis); ocupações no centro histórico; ocupações recentes na periferia urbana; comunidades quilombolas com características rurais; e conjuntos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Entidades (PMCMV-E).

Até então, grande experiência e acervo foram acumulados, de forma interativa e inovadora para todos os envolvidos, a cada edição, com amplo engajamento dos participantes. Além da implantação das seis nucleações em outras universidades brasileiras, nesse processo centenas de pessoas se envolveram diretamente, criando-se potencial de execução de projetos de baixo custo e grande impacto socioambiental, alguns com desdobramentos de assessoria técnica em andamento.

Figura 2 – Reuniões com residentes, docentes e lideranças comunitárias (2013-2020)



Fonte: Acervo RAU+E/UFBA, 2020.

As três primeiras edições do curso foram certificadas como Tecnologia Social na premiação 2019 da Fundação Banco do Brasil, na categoria Educação, bem como recebeu Menção Honrosa no Prêmio Extensão da Associação das Escolas e Faculdades de Arquitetura Públicas da América do Sul - ARQUISUR 2019, fortalecendo o seu reconhecimento nacional. Esses resultados deram o suporte necessário para a sua continuidade na FAUFBA como curso *lato sensu*, de caráter permanente, aprovado pela PROEXT/UFBA, a partir de 2020, como mais um passo para a consolidação de residências acadêmicas nessa área de atuação. Mais recentemente foi alcançado o Prêmio ANPARQ 2020 de extensão *hors concours*, como projeto institucional pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Com base nesses resultados ajustados ao longo do processo, seguiu-se um amplo debate sobre a viabilidade de continuidade como curso permanente. Para isso, realizou-se um Seminário de Avaliação em 2019, com a participação de egressos, representantes de comunidades, professores credenciados e novos professores candidatos, resultando numa 4ª edição (2020/21) do curso. Mantendo-se o escopo de residência acadêmica, buscou-se aprimorar o formato de disciplinas, inserção de atividades práticas e o tempo de aulas presenciais, delineando-se uma matriz curricular mais aberta e flexível. Definiu-se, então, por uma antecipação e melhor distribuição do tempo dedicado à assistência técnica em campo, o que possibilitaria maiores desdobramentos em processos de assessoria técnica em continuidade aos trabalhos realizados durante o curso.

Alguns ajustes se apresentaram necessários para essa organização mais horizontal, levando-se em conta a estrutura do curso e a semestralização da matriz curricular distribuída em três semestres letivos. Foram revistos: atualização dos conteúdos,

bibliografia e distribuição das disciplinas em módulos; quadro docente e categorias de professores; corresponsabilidade na avaliação de disciplinas e dos trabalhos de campo, com antecipação da interação com as comunidades, desde o início do curso.

Nessa transição, ampliou-se também a proposta de interação da pós-graduação com a graduação, possibilitando acesso a bolsas de extensão, iniciação científica e oferta de vagas de estágio profissional para graduandos atuarem junto aos profissionais residentes, além da integração com editais de projetos extensionistas e trabalhos finais de graduação (TFGs) na perspectiva de uma educação continuada. Nesse sentido, observa-se a perspectiva da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, também podendo ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação (BRASIL, 2018).

O início da 4ª edição, em março de 2020, com a gestão renovada por um quadro de jovens professores, foi surpreendido pela pandemia do coronavírus, que se instalou de forma abrangente, impondo o afastamento físico-social, sem previsão de término a curto prazo. Seguindo as diretrizes da UFBA, a perspectiva extensionista do curso logo foi transformada em ações de solidariedade nas comunidades em que já se havia trabalhado, sendo então iniciada pelos discentes, com apoio dos professores, a ação coletiva Mobiliza RAU+E. Para isso buscou-se apoios para ações de prevenção, instalação de pontos de higiene em locais estratégicos, cartilhas, material de limpeza e de subsistência. As limitações impostas pela pandemia, com o prolongado afastamento físico e a inviabilidade da realização do curso como planejado, entre outras atividades acadêmicas virtuais, deu lugar ao Ciclo de Debates “Ampliando campos de atuação: ideias e práticas contemporâneas em assistência e assessoria técnica no Brasil”, com várias mesas de professores e convidados externos para discussão das temáticas pertinentes ao curso.

Esse processo de renovação pedagógica, com ampla adesão e adaptações criativas de extensão-ensino-pesquisa, frente aos obstáculos que se apresentam no campo de Athis, demonstra a potência dessa atuação acadêmico-extensionista na pós-graduação *lato sensu*, na implantação da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AU+E), espaço a ser conquistado em prol do interesse social coletivo.

Considerações na perspectiva da ampliação do campo de Athis

Destaca-se no pioneirismo da implantação da residência acadêmica nessa área de atuação, frente à realidade de amplas necessidades e de uma formação em Athis, a possibilidade de sua continuidade e renovação no âmbito da universidade pública e da pós-graduação no Brasil. Apesar das limitações encontradas, na ausência de bolsas extensionistas para especialização e recursos para o fomento na assessoria técnica *a posteriori* para realização das propostas consensuadas, essa frente de atuação acadêmica abre perspectivas para o fortalecimento da Lei de Athis.

Avançar nessa iniciativa tem sido possível pela ampla adesão de docentes, discentes, comunidades e instituições, na perspectiva do trabalho transdisciplinar, numa composição de disciplinas e práticas inovadoras que dão suporte ao diálogo necessário para a discussão propositiva das problemáticas encontradas.

Essa especialização, fundamentada na vivência em campo, na pesquisa em ação, na ampliação do repertório propositivo com práticas interativas e tecnologias sociais permite o reconhecimento dos limites das políticas e legislações vigentes e o avanço das metodologias de abordagem plural e aberta, com potencial protagonista de elaboração de projetos engajados à necessária transformação socioespacial.

A pluralidade das ações locais atua na micropolítica, encadeada pelo protagonismo de práticas comunitárias emergentes, também geradoras de processos de transformação socioespacial de maior apropriação e pertencimento social. Compete aos profissionais reconhecê-las para ampliar o potencial coletivo das ações de assistência técnica nesse campo de atuação (ROCHA, 2017).

Nesse escopo acadêmico-pedagógico viabiliza-se a integração da educação formal associada ao saber popular. São saberes complementares que se colocam como essenciais para as transformações possíveis do ambiente construído de viver, trazendo experiências que fomentam outras formas de pensar e atuar, outras arquiteturas e urbanismos em construção (GORDILHO-SOUZA, ROCHA, 2021)

A experiência apresentada aponta a relevância de se instituir uma rede de residências acadêmicas capaz de fortalecer e encaminhar uma política nacional de assistência técnica em arquitetura, urbanismo e áreas afins, fortalecendo assim o sentido de responsabilidade coletiva e de urbanidade, no intuito de promover as reais condições ampliadas pelo direito a cidades melhores e mais justas.

Agradecimentos

Aos professores, colaboradores e residentes que assumiram o desafio da implantação da primeira residência acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Às comunidades envolvidas no processo de assistência técnica, pelo apoio e incentivo, compartilhando da aprendizagem e propostas coletivas.

Referências

BONDUKI, N. **Habitação e autogestão**. Rio de Janeiro, FASE, 1992.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. Câmara de Educação Superior do Conselho. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diretrizes para a Extensão**

na Educação Superior Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 243, p. 49, 19 dez. 2018.

BRASIL. **Resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida (2016)**. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavid.gov.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.888, – Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis) de 24 de dezembro de 2008**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal Lei Federal n. 10.257/2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados podem votar parecer sobre a PEC da Moradia Popular. *In: Agência Câmara de Notícias*. 13/10/2009. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/134455-deputados-podem-votar-parecer-sobre-a-pec-da-moradia-popular/>>. Acesso em 14 de abr.2021.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU/BR (Brasil). **Pesquisa inédita: percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo**. Brasília, DF, 12 out. 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/contratacao-de-arquitetos-e-urbanistas/> Acesso em: 4 ago. 2019.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM, maio de 42012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?..** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (1ª ed. 1969, Santiago do Chile).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Belo Horizonte, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2018.

DELGADO, J. **Nota Técnica 03 - Avaliação das condições de vulnerabilidade local à Covid-19 e isolamento social na cidade de Salvador, Bahia**. 2020. GEOCOMBATE Covid-19 BA. Disponível em: <https://sites.google.com/view/geocombatecovid19ba/documentos-t%C3%A9cnicos> Acesso em: 10 abr. 2021.

GORDILHO-SOUZA, A. M.; ROCHA, H. F. M. **Residências acadêmicas em AU: ampliando possibilidades de atuação pelo direito à cidade**. VI ENANPARQ, Brasília, 2021.

GORDILHO-SOUZA, A. M. Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador. *In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de et al.* (org.).

Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na região metropolitana de Salvador. Salvador, Edufba, 2014. p. 153-201.

GORDILHO-SOUZA, A.M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia,** 2011.

GORDILHO-SOUZA, A.M. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX.** 2000. 2ª.ed. Salvador, EDUFBA, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19.** Brasília, IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

MARICATO, E. **O Impasse da Política Urbana no Brasil.** São Paulo, Editora Vozes, 2011.

PROGRAMA ATME. **Assistência Técnica e Moradia Econômica.** Porto Alegre, SAERGS, CREA-RS, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. RAU+E/UFBA. **Curso de especialização lato sensu permanente em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade.** Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROCHA, H. F. M. **O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes: caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos.** (Tese de Doutorado) Salvador, PPGAU/UFBA, 2017.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no século XXI.** São Paulo, Cortez Editora, 2004.

SANTOS, C. N. F. dos. **Como projetar de baixo para cima - uma experiência em favela.** Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, n. 156, p. 6-27, 1980.



Assessoria sociotécnica da resistência do Grupo Periférico no contexto da Reurb-S no DF: a linguagem de padrões auto- organizados como códigos geradores de processo de projeto de urbanismo para a Ocupação Dorothy Stang

Liza Maria Souza de Andrade
Vânia Raquel Teles Loureiro
Natália da Silva Lemos
Juliette Anna Fanny Lenoir

Introdução

Este trabalho apresenta a abordagem da assessoria sociotécnica da resistência utilizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes (FAU/UnB) no processo de projeto e planejamento em ocupações urbanas informais, tendo como estudo de caso a ocupação Dorothy Stang na luta pela regularização fundiária com demanda para projeto de urbanismo no contexto da Reurb-S.

O Grupo Periférico tem atuado em vários territórios do Distrito Federal (DF) e entorno no Estado de Goiás com o desenvolvimento de pesquisas e assessoria técnica sobre produção do hábitat que abrange temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”. São projetos e práticas que envolvem lideranças comunitárias, movimentos populares, comunidades da periferia, associações de moradores e entidades ambientalistas, bem como comunidades camponesas e comunidades tradicionais.

A demanda por projetos nesse aspecto tem sido maior e consequência da Lei Federal n. 13645/2017 (BRASIL, 2017), que dispõe sobre processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) e, que diante de polêmica sobre a alteração de leis relacionadas, desconsidera a política urbana vigente com a desobrigação de provisão da infraestrutura por parte do poder público e tendência ao favorecimento da grilagem de terras do território urbano do DF. Assim, impera-se o avanço da expulsão da população de mais baixa renda para áreas ainda mais periféricas, e estimulam a efetivação do urbanismo neoliberal e do capital fictícios detentores da especulação imobiliária na cidade.

No DF, atualmente, há 508 ocupações informais, em zonas urbanas e rurais, que não estão no mapa do PDOT-2009 como Áreas de Regularização de Interesse Social ou de Interesse Específico (Aris ou Arines). São áreas em que as infraestruturas de saneamento são pontuais, precárias ou inexistentes.

Alguns especialistas em direito urbanístico alertam que segundo a nova Lei 13.465/17 modalidade Reurb-S não está mais atrelada à delimitação de Zona Específica de Interesse Social (Zeis), o equivalente no DF à ARIS. Assim, uma vez regularizada, o uso da área não será condicionado ao interesse social, salvaguardando a permanência da população de mais baixa renda, mas sim poderá ser alvo do mercado imobiliário. No DF, as ARIS e ARINE somam 81.227 lotes ocupados, isto é, 264.800 habitantes considerando a taxa média de ocupação de 3,26 habitantes por domicílios para o DF (PDAD, 2018).

O Art. 35, inciso IV da Lei 13.465/17 (BRASIL, 2017) prevê a realização de projetos urbanísticos como item essencial para realização da regularização fundiária, sendo esta a etapa onde planos de bairro e projetos podem ser inseridos no processo de regularização. Conforme o artigo 20º do decreto 40.254/19, que regulamenta a Lei 13.465/17 no DF, o projeto de Reurb deve conter, entre outros elementos:

- III - planta do perímetro do núcleo urbano informal [...];
- IV - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

- V - projeto urbanístico;
- VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso; [...].

Em razão desse quadro, a procura por assessoria sociotécnica no Grupo Periférico vem de uma demanda de áreas de ocupações que necessitam de um projeto de urbanismo para se tornarem passíveis de regularização; tais projetos de urbanismo não são foco dos técnicos de governo por razões da demanda habitacional a ser atendida pelo governo.

O Grupo Periférico tem atuado com “assessoria sociotécnica da resistência”⁹⁴ contra a injustiça social e ambiental nos territórios na luta pelos direitos à cidade, à moradia, à água, ao saneamento, à mobilidade, pela regularização fundiária, envolvendo as comunidades, articulando ou agenciando associações e coletivos existentes, no processo de elaboração de planos e projetos de Arquitetura e Urbanismo. O Grupo trata Ensino-Pesquisa-Extensão como um contínuo, mediante o desenvolvimento de inovações em processos de ensino com metodologias ativas e de inclusão social. Busca também atuar em territórios populares, geralmente em situações de conflitos pelo direito à terra. O Grupo acredita na força da educação libertária de Paulo Freire para promover mudanças na formação dos estudantes no nível de profissionalização com a inserção da Extensão⁹⁵ nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), ancorada no art. 7º da Resolução no7 do CNE de 2018⁹⁶ sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que preconiza o protagonismo estudantil e o envolvimento com a comunidade.

O mesmo Grupo adotou a plataforma de desenvolvimento de tecnologias sociais e tecnociência solidária com comunidades no âmbito de projetos de urbanismo e arquitetura. Vem trabalhando com abordagem interdisciplinar e transdisciplinar nas áreas de desenvolvimento sustentável, promoção da saúde, economia solidária e direitos humanos. Estas experiências são vividas como uma construção social de forma a promover uma dupla troca de saberes: entre pesquisadores/estudantes e

⁹⁴ O grupo atua em Audiência Públicas, Reuniões Públicas junto aos parlamentares na Câmara Legislativa do DF, muitos dos trabalhos do Periférico servem como ferramenta de luta e tem sido usado pelos órgãos governamentais, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Codhab, ADASA, CAESB, TERRACAP, IPHAN, IBRAM, Defensoria Pública do DF, INCRA, Administrações Regionais, entre outros.

⁹⁵ O Periférico atua também em parceria com o Emau-CASAS e contribui com projetos de Arquitetura e Urbanismo para o processo de regularização fundiária da Ocupação Dorothy Stang que foi incluída no Projeto de Lei Complementar para ser inserida como ARIS no PDOT. No momento está somando esforços junto aos parlamentares com o projeto “Santa Luzia Resiste” para evitar a remoção de 15 mil famílias nas proximidades do Parque Nacional de Brasília. https://www.youtube.com/watch?v=lqmbtbl0iw&feature=emb_logo

⁹⁶ Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

comunidade, e entre esta e a universidade para atender aos problemas e identificar as potencialidades locais. São experiências extensionistas transescalares que consideram os sujeitos sociotécnicos do território, os códigos geradores de processos (padrões) táticas urbanas relacionadas às dimensões da sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.

O Grupo Periférico trabalha com assessoria sociotécnica tentando resgatar contribuições do urbanismo de tradições orgânicas e participativas baseado na auto-organização de baixo para cima (*botton up*) como os trabalhos de Christopher Alexander (1978), Nikos Salingaros (2010) e Henry Sanoff (1999), que formam a base dos princípios democráticos da adequação sociotécnica do Grupo, onde os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados e assimilam o conhecimento sociotécnico existente na comunidade, formando o “interacionismo pedagógico freiriano e sociotécnico”.

O objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia utilizada na assessoria sociotécnica da resistência pelo referido Grupo no processo de projeto e planejamento, bem como de regularização fundiária da ocupação Dorothy Stang. Abrange a escala do microplanejamento, o microubanismo com a infraestrutura ecológica e o habitat, a habitação social e as estratégias de sobrevivência.

A linguagem do urbanismo

O planejamento urbano de zoneamentos, no Brasil, se distanciou dos estudos da forma urbana, trabalha com diretrizes gerais, não “toca o chão” e não valoriza a heterogeneidade espacial da escala mais refinada. Isso tem dificultado a interface com a abordagem ecológica científica do urbanismo, como estudos sobre ecologia urbana ou ecologia da cidade (ANDRADE, 2014). Segundo Farr (2013) há três formas de legislação para o parcelamento de uma quadra: o zoneamento convencional, diretrizes de projeto e códigos baseados na forma urbana, a escala “refinada”.

Nos termos de Alexander et al. (1987), o crescimento e construção das cidades são feitos de muitos processos, que englobam múltiplos objetivos democráticos, com um número de coisas misturadas juntas com metas particulares, porém sem qualquer ordem ou razão particular. É muito difícil conciliar todos os fatores e englobar todos os aspectos para gerar uma totalidade. São estabelecidos pesos e prioridades diferentes.

Ainda não é comum fazer uma leitura das regras locais e dos “padrões” de comportamento do sistema urbano. São múltiplos agentes interagindo dinamicamente de diversas formas no espaço, que resultam em algum tipo de macrocomportamento. Segundo Alexander (1978), os planos gerais tentam coordenar centenas de atos construtivos, separados, no entanto, ainda não conseguem absorver as “regras de

combinação” dos elementos da estrutura que os compõem, que formam configurações representadas nos “padrões de organização” da ordem natural.

O desafio é alcançar um único processo, que trabalhe em vários níveis de realidade, de muitas maneiras diferentes, com uma única meta, essencialmente, um único processo para criar a totalidade única. Alexander et. al. (1987) acreditam que esse sentimento de totalidade está faltando no planejamento e desenho urbano, como ocorria no passado nas cidades antigas representado por uma unidade orgânica que se encontra em todos os detalhes.

Os padrões (*patterns*), para Alexander et. al. (1977), são padrões de acontecimentos que estão diretamente ligados com seu espaço. Os padrões de espaço nos mostram o que é a estrutura de uma cidade ou edifício. A cidade é formada por certos elementos físicos, que se interrelacionam com os padrões de acontecimentos. Assim, é possível identificar certos elementos que se repetem, dispostos em uma variedade quase infinita de combinações.

Cada padrão descreve um problema que se repete dentro de nossas regiões, cidades, edifícios e construções, e explica o cerne de uma solução possível, de maneira que se possa utilizar essa solução de várias formas diferentes. Portanto, um padrão não é um modelo urbano a ser repetido. Um conjunto de padrões determina uma comunidade viva que terá sua própria linguagem de padrões. Os padrões são organizados de uma escala maior para uma escala menor em uma sequência baseada sempre nas possíveis “conexões” entre cada uma, mas a leitura se dá em primeiro lugar no nível local. Cada padrão é uma regra de três partes que expressa uma relação entre: (1) um certo contexto; (2) um problema; e (3) uma solução. Foram descritos 253 padrões interrelacionados que variam no nível de detalhe, sendo a sua apresentação iniciada pelos padrões de nível mais global e seguindo depois para os de nível mais particular.

É sob essa ótica da organização espacial complexa e viva, reconhecida e decodificada nos padrões espaciais, que Salingaros e sua equipe (2006) reforçam a diferença entre *tecidos urbanos vivos ou formas mortas*. Ao estudar a problemática dos assentamentos informais, observa que padrões orgânicos existentes nessas áreas auto-organizadas, como as favelas (ou cidades orgânicas antigas), parecem responder melhor à lógica inerente do tecido vivo do que áreas comumente projetadas para habitação de interesse social. A argumentação é de que áreas de habitação social construídas frequentemente pelos governos falham em incorporar dinâmicas socioespaciais da vida comunitária e necessárias à sobrevivência das relações de solidariedade entre os grupos e geradoras da desejada complexidade organizada (SALINGAROS et al., 2006).

A ação lenta e individual de cada participante/morador, guiada por uma necessária relação com o outro (negociação espacial), propicia a emergência desse tipo de organização contínua e adaptativa que gera espaços urbanos vivos e ativos ao

longo do tempo (SALINGAROS et al., 2006). Ao contrário, as problemáticas áreas de conjuntos habitacionais contemporâneos, planejadas por meio de ações centralizadoras e estanques, “de cima para baixo”, reproduzem espaços públicos inertes e prejudiciais à dinâmica social e solidária das comunidades, para além de sua acrescida distância às áreas centrais. Muitas vezes o processo descrito na literatura como favelização desses conjuntos nada mais é, segundo o autor, que os padrões da vida social emergindo em sua urgência por adaptabilidade.

Dá-se assim, nas várias escalas que pressupõem o pensar urbanístico, a urgência por um debate que incorpore os potenciais (e as linguagens) da geometria auto-organizada na reestruturação dos sistemas urbanos. Reconhecendo não só identidade, cultura e temporalidade nesses lugares, mas também as estruturas socioespaciais presentes na informalidade que sempre alimentaram a lógica urbana ao longo da história. Trata-se de ponderar as problemáticas urgentes sem ignorar as lições urbanísticas igualmente presentes, contrapondo o pressuposto estabelecido na herança modernista de olhar esses espaços como inadequados e ausentes de ordem.

Metodologia - Assessoria Sociotécnica da Resistência: Urbanismo Participativo, Sustentabilidade e Regularização Fundiária

As cidades brasileiras estão em permanente estado de crise, portanto é imperativo pensar na “emergência” de soluções democráticas participativas no nível local dos bairros e das comunidades. O processo participativo no planejamento urbano e regional permite reforçar que os cidadãos se reconheçam em seu bairro e em sua cidade. A realidade da localidade, conforme entendida pelos membros da própria comunidade, pode ser bastante distinta daquela idealizada nos ambientes acadêmico e profissional da Arquitetura e Urbanismo.

Segundo Freire e Oliveira (2009), na visão de Paulo Freire as cidades ensinam as gerações mais novas, portanto é necessário restaurar e inventar de novo o poder local, criar possibilidades diferentes que tornem possível a experiência da solidariedade para criar cidades educadoras, bairros educadores. Todos os membros da comunidade se tornam educadores, artistas, pintores, cantores, artesãos, na medida em que todos contam histórias de como sobreviver com solidariedade. Afinal, “a cidade somos nós, nós somos a cidade” (FREIRE, 1993, p.23).

A metodologia aplicada no processo projetual para o urbanismo participativo é direcionada para que as pessoas do lugar se reconheçam como pertencentes de sua comunidade e para que os técnicos se aproximem do modo como a realidade do lugar é compreendida pelos membros da comunidade. Assim, ao compreender essa realidade específica, as propostas urbanísticas não consolidam expectativas idealizadas meramente pela proposição profissional ou acadêmica.

O processo é fundamentado nas ações da sociedade na produção do espaço urbano pela tríade da teoria espaço percebido-vivido-concebido de Lefebvre (2013): percebido na prática social, vivido na representação social e concebido na representação espacial. Tal compreensão demonstra a necessidade do processo participativo na reabilitação e construção do espaço urbano para melhor qualidade de vida em áreas periféricas. Portanto, o desafio é não se tornar uma invasão cultural, lembrando Paulo Freire, pela mera transferência do projeto por parte daquele que entrega para com aquele que recebe passivamente.

Na visão de Henry Sanoff (1999), a participação é educativa, um exercício para o processo de capacitação e conscientização (individual e coletiva) e o desenvolvimento da cidadania para romper com o ciclo da lógica de subordinação. Para ele, na democracia participativa há princípios metodológicos e tipos de estratégias participativas em diferentes situações e configurações sociais, tais como: não existe a melhor solução para um problema projetual; as decisões de especialistas não são necessariamente as melhores do que as dos leigos; o processo projetual pode ser realizado de forma transparente para que os componentes das decisões sejam compreendidas e gerar autonomia; as reuniões devem ocorrer em fórum aberto para que as tomadas de decisão sejam aceitáveis para todos os envolvidos; e por fim, o processo de projeto é contínuo e muda constantemente, já que o “produto não é o fim do processo, pode ser reavaliado e adaptado”.

Existem níveis de participação a serem aplicados, especialmente na esfera do poder público, no alcance do consenso passivo de tomada de decisão e deslegitimação do conflito social. O modelo tático em Neder (2016), a partir de Certeau, congrega a prática cotidiana que não pode contar com um próprio seu, nem como uma fronteira que distingue o outro, mas aponta as práticas do homem comum que buscam apreender a temporalidade, os micro-acontecimentos como passíveis de conversão a sua maneira.

Na assessoria sociotécnica do Grupo Periférico, parte-se das demandas e vocações levantadas e análise das potencialidades e problemas: identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e de acontecimentos. Os padrões são selecionados após um diagnóstico participativo do local no formato de mapas afetivos, uma análise do contexto que contempla os padrões de acontecimentos relacionados ao espaço e às expectativas sociais mapeadas pelas análises das dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural e afetiva) conforme Andrade e Lemos (2015).

Sistematiza-se tais padrões para estabelecer uma linguagem com a comunidade e aumentar a sua participação no processo, na forma de “códigos geradores” de soluções para o processo de desenvolvimento dos projetos os padrões desenvolvidos por Alexander et al. (1977) e padrões dos ecossistemas urbanos desenvolvidos por Andrade (2014). Em cada projeto, após a seleção dos padrões, são desenvolvidos esquemas e desenhos relacionados a cada um como códigos geradores de processo,

o que permite uma conexão entre eles de forma sistêmica e podem ser apresentados às comunidades como forma de linguagem entre projetistas e comunidade.

A sistematização dos padrões se consolida na construção de cenários possíveis e algumas propostas de projeto, dentre elas, a comunidade decidirá qual o cenário e o projeto escolhido para a ser implantado. Como exemplo da construção de cenários, a Figura 2 apresenta os padrões desenvolvidos para consolidação das expectativas da ocupação Dorothy Stang, em Sobradinho, DF. Nessa etapa, o processo agrega a participação da comunidade, utilizando os padrões como partido de questionamento da viabilidade do aspecto considerado e a localização dele no contexto urbano. Nas etapas seguintes, essas trocas de saberes são agregadas na proposta projetual do desenho urbanístico para o lugar.

Figura 2 – Os padrões utilizados na construção de cenários para a Ocupação Dorothy Stang



Fonte: Arquivos do Pemau 2018-2019/Periférico - Dorothy Stang.

A metodologia de análise das dimensões da sustentabilidade desenvolvida por Andrade e Lemos (2015) integra contribuições da Legislação Urbana e Ambiental bem como princípios de critérios das Certificações Ambientais que facilitam as análises recomendadas pela Lei n. 13.465/17, art. 35, inciso IV para o desenvolvimento do plano de Reurb. As quatro dimensões da sustentabilidade urbana foram sistematizadas em dezessete princípios, 41 critérios, 92 indicadores e 104 verificadores subdivididos em: ambiental (infraestrutura verde e conforto ambiental), social (urbanidade e mobilidade), econômica (adensamento e dinâmica urbana), cultural e afetiva (legibilidade, identificabilidade, afetividade).

Assessoria sociotécnica da resistência na Ocupação Dorothy Stang

A Ocupação Dorothy Stang teve início em 2015 com aproximadamente 544 famílias, organizada pelo movimento social Frente Nacional de Luta (FNL). Hoje a ocupação conta com mais de seiscentas famílias e, para se fortalecer, os moradores criaram a Associação de Moradores, Lutadores e Apoiadores do Residencial Dorothy Stang

(AMREDS). Localiza-se na Região Administrativa de Sobradinho, no Setor Habitacional Nova Colina em ARIS do PDOT-2009 (Figura 3).

A demanda pelo projeto urbanístico levou a AMREDS a buscar assessoria técnica do Grupo Periférico e do Emau/CASAS, por valorizar a produção em abordagens colaborativas e inclusivas. Por isso, se estabeleceu o vínculo com a Extensão da FAU/UnB em um Projeto de Extensão de Ação Contínua (Peac) do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico e do Escritório Modelo CASAS pelo Edital n. 01/2017 – DEX/DPI sob o título O Cantinho de Todos: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes.

Figura 3 – Localização da Ocupação Dorothy Stang, no contexto de Brasília - Plano Piloto (à esquerda) e no contexto de Sobradinho (à direita)



Fonte: Rangel et al. (2019).

Na direção do processo de regularização, a Lei 13.465/17 não permite que o governo federal atue sobre nenhum título de propriedade urbana, exceto aqueles sobre propriedade de imóveis administrados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), cuja transferência de propriedade depende da aprovação do projeto urbanístico por parte do município. A Ocupação Dorothy Stang faz parte da pequena fração territorial de propriedade da SPU. O terreno foi doado ao Governo do DF, com encargos da regularização em competência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (Codhab) da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth) do DF.

O processo de projeto da ocupação passou por um pedido de reintegração de posse por parte de grileiros (pessoas que parcelam terra alheias com registros falsos de propriedade), o que culminou em razão do DF não manifestar seu interesse, obrigando a liderança da ocupação exigir uma atitude judicial do Governo do DF (GDF). Com isso, o Tribunal solicitou ao GDF o registro de posse, uma vez que o registro estava inexistente porque não existia um projeto urbanístico, diante disso o Tribunal pediu a retirada de todos. Logo, o GDF se manifestou dizendo que o projeto urbanístico estava em processo de desenvolvimento.

Embora o GDF tenha se manifestado, ainda existia o risco de despejo da população em razão do GDF não garantir a existência do projeto urbanístico (registro da terra/posse), somado ao risco de o grileiro tomar a terra novamente por possuir um registro de posse anterior à ocupação, mesmo não existindo o “projeto urbanístico”. Caso ocorresse dessa maneira, o correto seria devolver a terra para União e “construir” todo o processo novamente.

O projeto urbanístico desenvolvido em caráter das atividades de Extensão Universitária da FAU/UnB, no âmbito da graduação (Pemau/CASAS e TFG/Periférico) e pesquisas da pós-graduação (dissertação de mestrado) do Grupo Periférico, contribuiu para a inserção da ocupação nas áreas passíveis de regularização fundiária do DF (ARIS Dorothy Stang), mediante a um Projeto de Lei Complementar (Seduh/ PLC da Reurb, 17-11-2020),⁹⁷ que será votado na Câmara Legislativa do DF entre 2021 e 2022 .

A contribuição do grupo Periférico e do Emau/CASAS se deu no processo de desenvolvimento dos projetos de urbanismo e de habitação participativos por arquitetos, estudantes e pesquisadores, com características mais sustentáveis e com tipologias habitacionais que permitiram a Seduh adotar o projeto de modo integral como projeto urbanístico da Ocupação Dorothy Stang, deixando sobre a responsabilidade de seus técnicos as etapas dos projetos executivos e cadastrais.

Para efetivar a participação, o processo foi estruturado em três fases: a) Questionário; b) Oficinas e mapas afetivos; c) Projeto junto à comunidade. Para o questionário foram elencadas questões referentes aos aspectos das dimensões da sustentabilidade, sendo uma média de seis perguntas para cada dimensão. A fase das oficinas e mapeamento foi dividida em quatro oficinas: 1. Vamos conhecer o Dorothy? 2. O que você deseja para o Dorothy? 3. Cenários para Dorothy 4. Um desenho possível para o Dorothy.

As dinâmicas de mapeamento afetivo aconteceram conjuntamente com as oficinas, trabalhando o mapeamento dos temas relativos à cada oficina. Com a intenção de localizar cada aspecto no mapa, foram desenvolvidos infográficos referentes aos usos e elementos do desenho urbano de modo que pudessem ser marcados nos mapas de satélites impressos em grande escala. Posterior ao mapeamento com infográficos, as expectativas foram ponderadas e consideradas para a elaboração dos padrões de configuração da forma, a fim de que estes também fossem demarcados sobre os mapas impressos. Por fim, o mapeamento dos padrões em conjunto com a comunidade configura o primeiro passo de construção das diretrizes urbanísticas a serem aplicadas no desenho urbano do lugar. Desse processo, a forma urbana

⁹⁷ Link do documento a ser votado <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/2020.11-Apresentacao-PLC-Seduh-17.11.20.pdf>

consolidada é aprovada pelos moradores. O resultado da etapa de estudo preliminar, ao considerar as dimensões da sustentabilidade como metodologia para identificar a problemática e as expectativas possíveis, está sistematizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Síntese das problemáticas e expectativas pela metodologia das dimensões da sustentabilidade

| SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | | | | | | |
|--|---|--|--|---|---|---|
| <p>Problema: A ocupação não possui licenciamento ambiental da área, um agravante diante da proximidade de importantes conectores ambientais. A ocupação situa-se na APA de São Bartolomeu, como Zona de Ocupação Especial próxima às margens do córrego Capão Comprido. A ocupação ultrapassa os limites sistêmicos de suporte ambiental. A comunidade possui uma atividade de produção alimentar em escala de subsistência. A topografia é desconsiderada no assentamento da ocupação e tem consequências graves de drenagem (erosão das ruas). As habitações provisórias empregam materiais de baixa capacidade térmica de isolamento (madeirite e telha fibrocimento). Existe risco de contaminação do solo e das águas por tratamento do esgoto inadequado ou ausente. Não existe destinação correta dada aos resíduos gerados pela comunidade.</p> | | | | | | |
| <p>Recomendação: Agregar um planejamento adequado para integridade ambiental dos sistemas de proteção ambiental. Expandir a escala da agricultura urbana no local para extensão comunitária. Implementar pequenos dispositivos de drenagem ecológica nas quadras e vias para frear as águas pluviais. Empregar materiais com melhor isolamento térmico. Implementar técnicas sustentáveis de saneamento ecológico. Ampliar a existência de cooperativas destinadas para atividades de redução da pegada ecológica.</p> | | | | | | |
| <p>Padrões/ilustrações/ códigos geradores de processo de projeto:</p> | | | | | | |
| <p>Esgotamento</p>  <p>Fossa Bananeira</p> | <p>Esgotamento</p>  <p>Fossa séptica</p> | <p>Mina D'água</p>  <p>Reflorestamento Nascente</p> | <p>Praça</p>  <p>Arborizada</p> | <p>Lrenajetti</p>  <p>Jardins de chuva</p> | <p>Mina D'água</p>  <p>Parque de Convivência</p> | <p>Percurso</p>  <p>Vias compartilhadas</p> |

DIMENSÃO SOCIAL

Problema: Embora exista uma configuração espacial de potencial agregador, os espaços públicos não agregam encontros não programados e a permanência das pessoas. As atividades são predominantemente residenciais, com baixa diversidade de uso e serviços na área. A ocupação agrega muitos vazios que ocasionam baixas possibilidades de interfaces entre os espaços de atividades. A ocupação possui poucas conexões espaciais para favorecer percursos rápidos e conexões com bairros circundantes. O sistema de transporte é ineficiente e com pontos de atendimentos distantes para serem percorridos.

Recomendação: Estabelecer uma quantidade significativa de espaços públicos para encontros não programados. Ampliar as categorias de atividades e serviços para potencializar o sentido de vizinhança. Estabelecer pontos de conexão dos caminhos possíveis para melhor interação do espaço com as atividades. Ampliar o sistema de transporte para o interior da ocupação com pontos de atendimento por toda a área.

Padrões/ilustrações/ códigos geradores de processo de projeto:



DIMENSÃO ECONÔMICA

Problema: Existe uma configuração primária dos elementos de configuração e infraestrutura, com ruas não pavimentadas, habitações de baixo custo e de baixa resistência (materiais provisórios provenientes do reuso pelo descarte da construção civil). Adota um sistema de esgoto não convencional como fossas sépticas e o abastecimento de água e energia de forma irregular (fator de insegurança dos moradores). Usos destinados para as necessidades básicas estão ausentes, não existem espaços públicos, apenas dois - a plenária e a quadra de futebol, para o convívio.

Recomendação: Ampliar as tipologias habitacionais. Prever loteamento com usos institucionais de saúde, escolas primárias e creches. Agregar espaços públicos abertos como parquinhos, praças, parques, em especial na área da mina d'água. Agregar novos espaços destinados para feiras cultural e de hortifruti. Prever uma hierarquia viária adequada para cada usuário. Priorizar sistemas naturais de drenagem. Implementar sistemas de iluminação ampliado em toda a área.

Padrões/ilustrações/ códigos geradores de processo de projeto:



DIMENSÃO CULTURAL E AFETIVA

Problema: Não existem elementos significativos no espaço que tenha significado para a comunidade, exceto a plenária e a mina d'água. São poucas as possibilidades de lazer na área, especialmente para as crianças. Não se identifica características específicas e significativas no espaço, apenas árvores.

Recomendação: Propor praça e áreas verdes que agreguem uma relação afetiva com o lugar. Demarcar lugares para atividades de lazer para a cultura local. Propor locais para atividades com crianças. Inserir elementos representativos da cultura local da comunidade como brinquedos para as crianças e elementos visuais marcantes para as pessoas que circulam pelo espaço.

Padrões/ilustrações/ códigos geradores de processo de projeto:



É importante ressaltar que a intenção inicial era trabalhar especificamente a regularização fundiária com o desenho da ocupação existente, porém ao longo do processo, a Codhab criou condições mais específicas para a região, exigindo que fossem pensadas também novas unidades habitacionais multifamiliares. Portanto, as lideranças da AMREDS pediram a inclusão de novas tipologias habitacionais no projeto.

As tipologias arquitetônicas propostas têm variedade para gerar diversidade de usos e de pessoas no local. O projeto urbanístico em sua escala de microplanejamento apresenta a proposta de implantação (Figura 4) do desenho urbano para a área, considerando todas as integrações dos sistemas de infraestrutura viária, saneamento e drenagem ecológica, mas também com elementos fundamentais do desenho urbano, como o parcelamento das quadras e lotes, das áreas verdes públicas, dos usos (residenciais uni ou multifamiliares, públicos e privados mono ou multifuncionais).

A forma aprovada e apreciada pela comunidade no projeto traz um desenho social e sensível à água com padrões de infraestrutura ecológica, um traçado ajustado às curvas de nível para conter as águas integrando a infraestrutura verde ao paisagismo com canais de infiltração, jardins de chuva e praças de infiltração.

Figura 4 – O desenho urbano para a Ocupação Dorothy Stang e os desenhos dos sistemas que integram a escala do microplanejamento



Fonte: Arquivos do Pemau 2018-2019 - Dorothy Stang.

Na escala do microurbanismo foram sistematizadas as tipologias habitacionais. No contexto da área, a proposta de desenho urbano estabeleceu um mapa de gabarito, sendo que posteriormente foi estruturado um quadro de parâmetros edíficos e tipologias habitacionais (Figura 5) em razão da quantidade de unidades habitacionais possíveis para a demanda adequada com o cálculo da população existente e aquela passível de ser recebida em concordância com a capacidade socioambiental do lugar.

Figura 5 – Os parâmetros edíficos e tipologias habitacionais para a escala do microurbanismo e a apresentação dos trabalhos à Codhab e à Seduh

Quadro de Parâmetros - Desenho Urbano Dorothy Stang

| TIPO DE LOTE | USOS | CARACTERÍSTICAS DE TIPO EDIFÍCIO | PARÂMETROS | POPULAÇÃO |
|--------------|-------------------------------|--|---------------------|--------------|
| L1 | Residencial - Alto Densidade | Edifícios de 4 a 5 pavimentos, com áreas comuns e infraestrutura para serviços de apoio. | Área Útil: 1.500 m² | 100 unidades |
| | | | Área Útil: 2.000 m² | 130 unidades |
| L2 | Residencial - Média Densidade | Edifícios de 3 a 4 pavimentos, com áreas comuns e infraestrutura para serviços de apoio. | Área Útil: 1.000 m² | 70 unidades |
| | | | Área Útil: 1.500 m² | 100 unidades |
| L3 | Residencial - Baixa Densidade | Edifícios de 2 a 3 pavimentos, com áreas comuns e infraestrutura para serviços de apoio. | Área Útil: 700 m² | 50 unidades |
| | | | Área Útil: 1.000 m² | 70 unidades |
| L4 | Residencial - Baixa Densidade | Edifícios de 2 a 3 pavimentos, com áreas comuns e infraestrutura para serviços de apoio. | Área Útil: 500 m² | 35 unidades |
| | | | Área Útil: 700 m² | 50 unidades |
| L5 | Residencial - Baixa Densidade | Edifícios de 2 a 3 pavimentos, com áreas comuns e infraestrutura para serviços de apoio. | Área Útil: 300 m² | 21 unidades |
| | | | Área Útil: 500 m² | 35 unidades |

Unidades Habitacionais e Cálculo da População:
 No total, estimar-se-á uma produção de 3000 habitacionais, contra 1900 existentes, permitindo um crescimento de 50%.
 Com isso haverá um aumento de 5.200 habitantes no número total de população da Vila, sendo 8.000.

O projeto considera utilizar de configuração regular, considerando uma regularidade urbana sustentável. Por esse motivo, as tipologias edilícias contempladas são definidas verticalmente, de modo a aproveitar o potencial edificatório através de lotes amplos, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, incluindo infraestrutura ambiental.

Considerando as diretrizes de Vila, apresentadas em uma carta topográfica detalhada, o projeto prevê a implantação de:

- Edifícios de 4 a 5 pavimentos
- Edifícios de 3 a 4 pavimentos
- Edifícios de 2 a 3 pavimentos
- Edifícios de 2 a 3 pavimentos
- Edifícios de 2 a 3 pavimentos

Projeto Dorothy Stang de baixo para cima
 TCC de Mateus Marques – FAU/UNB

DISSERTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: entrega de P.R. para regularização fundiária do assentamento Dorothy Stang e dos lotes de urbanismo mais sustentáveis desenvolvidos por arquitetos, estudantes e pesquisadores da UAB/Ocupação Política, e GRUPO CASAL.

DIÁ 24 de outubro às 18:30 - Local: Campinho de Futebol
A.A.M.P.E.D.S. - Associação dos Moradores e Luta dos Residenciais Dorothy Stang

Fonte: Arquivos do Pemau 2018-2019 - Dorothy Stang, Mateus Marques e Samuel Prates.

Considerações Finais

A experiência no território da Ocupação Dorothy Stang durou de 2017 a 2019 efetivamente, incluindo 3 semestres da disciplina de Pemau/CASAS, dois anos de dissertação e um ano de Trabalho Final de Graduação, além de alguns meses do ano de 2020 para ajustes finais. Em outubro de 2020 recebemos a notícia de que o Dorothy seria incluído no PLC do PDOT (Seduh - PLC da Reurb, 17-11-2020) e participamos de uma cerimônia organizada pela comunidade para entrega simbólica do projeto ao Secretário da Seduh. É importante ressaltar que essa inclusão foi possível graças à luta constante da comunidade, do esforço dos estudantes e professores e da habilidade da equipe técnica da Subsecretaria de Regularização Fundiária da Seduh em viabilizar o PLC.

Foi possível constatar durante o evento do III Fórum do Núcleo DF Metropolitano do BrCidades, na live 5⁹⁸ Direito à moradia, direito à cidade, Athis e Regularização Fundiária em 2021, na fala da liderança de Rita de Cassia, a importância do trabalho que foi realizado pela universidade no processo de regularização fundiária e a maneira que foi realizado, com envolvimento no processo de projeto e de tomadas decisão, o uso de uma linguagem acessível e interativa, demonstrando que os códigos geradores de processo de projeto são muito importante para trocas e compreensão do espaço urbano. O Grupo Periférico agradece⁹⁹ a todos envolvidos nesta assessoria sociotécnica da resistência.

Referências

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray. **A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction**. 1977.

⁹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=gHBgeiiSVxs>

⁹⁹ Agradecemos aos membros da Associação de Moradores, Lutadores e Apoiadores do Residencial Dorothy Stang⁹⁸ (AMREDS) pela parceria e luta constante e aos estudantes que participaram da disciplina de Agradecemos o empenho dos estudantes na disciplina Pemau/CASAS/FAU/UnB durante 3 semestres Matheus De Souza Oliveira, Mateus Marques Rangel, Amanda de Souza Dias, Ana Luisa Pires Pedreira, Carolina de Andrade, Cleiton do Carmo Silva, Cristhian Kelvin Amaro de Melo, Fernanda Campos Fernandes Soares, Giulia Gheno dos Santos, Diovana Quintino Pereira, Ítalo Felipe, Karen Brenda Mendes, Karolyne Cristina Godoy Cordeiro, Layane Soares Nunes, Lara Teresa Mõro Bossaerts, Larissa Ferreira do Nascimento, Mateus Rudo, Yrvin Gomes, Rafael Itsuo Ikeoka Pires, Sacha Quintino Pereira, Sandra Carolina de Andrade, Vanessa Vitorino Lobo. Agradecemos, especialmente ao Mateus Marques Rangel por ter desenvolvido o projeto de habitação social para a Quadra Invictus no âmbito do Trabalho Final de Graduação no Grupo Periférico e aos bolsistas do Edital n. 01/2017 PIBEX DEX/DPI - Samuel da Cruz Prates, Clara Alvares Camargo, Julia Erêndira Wolff Ouriques. Por fim, agradecemos a mestranda extensionista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU/UNB Ártemis Sandra Borges Nunes Costa, uma verdadeira integração entre graduação e pós-graduação fortalecendo o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

ALEXANDER, Christopher; NEIS, Hajo, ANNINO, Artemis, KING Ingrid. **A New Theory of Urban Design**. New York: Oxford University Press, 1987.

ALEXANDER, Christopher. **Urbanismo y participación**. Colección Punto y Línea. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

ANDRADE, Liza Maria Souza; LEMOS, Natalia da Silva. Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: AMORIM, C. N. D. et al. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanísticos e qualidade urbanística**. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015.

ANDRADE, Liza M.S. de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas), Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544f.

BRASIL. **Lei n. 13.465**, de 11 de julho de 2017. [...]. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19169484/do1-2017-07-12-Lei-no-13-465-de-11-de-julho-de-2017-19169182. Acesso em: 16 set. 2019.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **PDAD 2018 – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 2018 Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/> Acesso em: 03 out. 2019.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 40.245/19**. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/7b8b0c0b50d34709b9345216497d38ad/Decreto_40254_11_11_2019.html.

_____. **Lei complementar n. 803/2009 – PDOT-2009 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> Acesso em: 25 set. 2019.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável**. São Paulo, Bookman Editora, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira 8ª edição, 1985 (1ª edição, 1969).

FREIRE, Nita e OLIVEIRA, Walter Ferreira de Oliveira. Paulo Freire. **Pedagogia da Solidariedade**. Editora Paz e Terra, 2009.

NEDER, Ricardo Toledo. Interacionismo sociotécnico e cultura de resistência em políticas de incubação de cooperativas populares: sete dimensões estratégicas em ETCP como agência, como indicadores de avaliação. Encontro Nordeste de Incubadoras de Economia Solidária. In: **Democracia e economia solidária: impasses e oportunidades**. Juazeiro do Norte – Universidade Federal do Cariri, 2016.

NETTO, Vinicius de Moraes; SABOYA, Renato. **A urgência do planejamento: a revisão dos instrumentos normativos de ocupação urbana**. *Arquitextos – Vitruvius*, n. 125.02,

2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3624>. Acesso em: 14.07.21.

HOLANDA. Arquitetura sociológica. *In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, vol. 9, n.1, p. 115-129, maio 2007. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.

MEC. **Resolução nº7**, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14.07.21.

RANGEL, Mateus; SOARES, Fernanda; ANDRADE, Liza; LEMOS, Natália; ANDRADE, Sandra; PEREIRA, Sacha; LOUREIRO, Vânia. Padrões morfológicos dos ecossistemas urbanos: a dimensão da sustentabilidade ambiental da infraestrutura ecológica na ocupação Dorothy Stang. *In: Anais de 8ª Conferência da rede lusófona de morfologia urbana – PNUM 2019 (Vol. 1)*. Maringá: UEM.

SALÍNGAROS, Nikos A; BRAIN, David; DUANY Andrés M.; MEHAFFY, Michael W; PHILIBERT-PETIT, Ernesto (membros do ESRG — Environmental Structure Research Group). **Habitação social na América Latina: uma metodologia para utilizar processos de auto-organização**. Tradução no Português por Livia Salomão Piccinini.

SANOFF, H. **Community participation methods in design and planning**. Ebook. Nova York: John Wiley & Sons, Inc. 1999.

Aproximação das comunidades: programa de extensão universitária Célula – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Ufes

Lutero Proscholdt Almeida

Milton Esteves Jr.

Clara Luiza Miranda

Introdução

Este capítulo enaltece a importância do trabalho extensionista nas escolas brasileiras de Arquitetura e Urbanismo, em particular a experiência do Emau no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e seu direcionamento aos problemas e espaços reais do país com base no princípio de aproximação das comunidades, predispondo-se a confrontar os problemas de exclusão e de discriminação sociais (SOUSA SANTOS, 2005). De antemão, a pergunta do arquiteto João Sette Whitaker Ferreira se impõe e persiste:

[...] não seria hora de revermos nossos ideais de sucesso profissional, que no Brasil parecem reduzir a questão tão somente a uma arquitetura autoral – por vezes excelentes

– destinada quase que invariavelmente aos estratos sociais de alta renda? (WHITAKER, 2007, [s.p.]

Portanto, é de extrema urgência que reatemos os laços entre nossa profissão com a responsabilidade política e ética com nossas cidades e com o Brasil. Por vezes, nota-se em universidades públicas ou privadas, que determinados discursos elitistas ainda vigoram, tratando de separar o campo da arquitetura do campo político, como se os enfoques na plástica, na história e na tecnologia se tratasse de campos de estudos separados e como se estivessem isentos de responsabilidade ética para com a sociedade.

Frente às sucessivas crises urbanas, socioeconômicas e políticas que assolam nossas cidades, as instâncias de trabalho comuns e associativas, desfavorecidas no contexto taylorista e fordista, retornam ressignificadas. Elas estabelecem diferentes nexos e parcerias que, paulatinamente, se deslocam de um eixo eminentemente institucional do monopólio do saber para patamares coletivistas, cooperativos, colaborativos e interativos. Nesse contexto, os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (Emaus), constituem-se como importantes mediadores entre comunidades, especificamente entre a comunidade extramuros e a comunidade universitária. Sobretudo por sua finalidade de atender aos segmentos da sociedade sem acesso aos serviços profissionais dos arquitetos urbanistas. Contudo, indo além do assistencialismo, proporcionando o intercâmbio com os saberes não acadêmicos e com as dinâmicas culturais dessas comunidades. Conforme Brito (2017), isso enseja o “*coprotagonismo* em dinâmicas sociais de finalidade comum”.

Os primeiros Emaus foram formados na década de noventa por iniciativa estudantil, com o incentivo da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura (Fenea), e continuam exercendo grande influência na formação dos jovens profissionais até hoje.

O escritório [Emau] tem a ideia do trabalho em grupo para melhor entender as complexas relações humanas como também o exercício de multidisciplinaridade na tentativa de estimular a mobilização da comunidade e de outras áreas do conhecimento (medicina, odontologia, serviço social etc.) que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade. (site FENEA acessado em 2021).

O Célula e o Emau são iniciativas de estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (DAU/ Ufes), tendo sido fundadas em 2002. O âmbito comunitário constitui o seu escopo de atuação, onde os habitantes configuram atores e agentes imprescindíveis aos processos extensionistas. Compreende-se a importância e efetividade da participação do

habitante na determinação do devir urbano e isso é o principal mote do Célula. O poder deliberativo e participativo dos cidadãos é o principal insumo conceitual e pragmático no compartilhamento de conhecimentos entre as comunidades e os técnicos arquitetos urbanistas.

Assim, as atividades do Célula em comunidades tornaram-se uma linha de fuga para o tradicional papel da formação profissional conservadora e burocrática, cujo domínio institucional está fadado à obsolescência e o ostracismo, ao nosso ver. Não estamos sozinhos nesse entendimento: Bryan Lawson, Ashraf Salama, Coletivos de Assessoria Técnica em Athis brasileiros, programas de extensão universitária. As atividades do Célula aprofundam que o exercício profissional deve estar associado a uma espécie de política do espaço, na qual profissionais + “usadores” (LEFEBVRE, 2008) se somam para converterem-se em ativistas, mediadores e facilitadores que se retroalimentam durante todo o processo. Tal associação baseada em reciprocidades provoca aproximações, forja articulações de cunho cooperativo entre organizações, instituições e movimentos sociais e promove a produção de subjetividades individuais e coletivas.

Desde sua formação original, o Célula contou com a orientação de dois professores e uma professora: Milton Esteves Jr., de 2002 a 2008; Clara Luiza Miranda, de 2008 a 2015; e Lutero Proscholdt Almeida, desde 2017 até os dias atuais. Para relatar sinteticamente as atividades práticas do Célula nos seus quase vinte anos de existência estão subdivididas em três momentos sucessivos, dispostos em narrativas particularizadas conforme os depoimentos dos respectivos professores coordenadores.

1º Momento, Milton Esteves Jr.

O primeiro momento corresponde à formação inicial do Célula, fundado em 2002, quando fui convidado para ser seu primeiro coordenador. Convite aceito sem hesitação por partir de um grupo de alunos obstinados, cheios de iniciativas e cujas atuações no DAU/ Ufes eram praticadas com seriedade e comprometimento.¹⁰⁰ Aquele grupo irradiava uma sinergia muito especial alimentada por um período privilegiado da história política do Brasil, um momento marcado pela reconstrução dos valores democráticos e de significação da justiça social e dos direitos cidadãos.

Esse contexto histórico será retomado mais adiante. Voltemos à história da formação do Célula, cuja proposta indicava ótimas perspectivas para a formação profissional

¹⁰⁰ A participação dos alunos sempre ocorreu de forma voluntária, e a exigência de ser aluno regular da Ufes é pré-requisito único. Por desempenhar atividades de longa duração e por contar com participantes matriculados em diversos períodos do curso, a rotatividade deles é decorrência natural. Na sua formação inicial não foi diferente, porém, destacavam-se presenças constantes e afirmativas de alunos que hoje são professores universitários, tais como Gabriela Leandro Pereira, Ivana Souza Marques, Agnes Thompson e Lutero Proscholdt Almeida, entre outros tantos.

de arquitetos urbanistas que defendem condutas social, política e eticamente engajadas na defesa dos interesses “comunitários”, para os que percebem as interações positivas de um programa de extensão dessa natureza com a “comunidade”. Justifica-se o uso de aspas para termos como comunitário e comunidade por se tratar de adjetivações e substantivações definidoras dos objetivos, das metas, das estratégias e das táticas dos Emaus, em geral, e do Célula, em particular.

Outros quesitos acadêmicos, burocráticos e/ou pragmáticos também nos preocupavam, a exemplo da elaboração de um Estatuto para aprovação e consolidação do Célula como programa de extensão junto ao DAU e à Pró-Reitoria de Extensão (Proex/ Ufes). Mas a definição e o entendimento do conceito de comunidade se mostravam basilares para esse estatuto e definidores da nossa filosofia de trabalho. Dicionários apontam diversas acepções para esse conceito, tais como paridade, conformidade, identidade, comuna, sociedade e agremiação. Diferentemente dessas acepções genéricas, interessava-nos as que se referem a lugares onde vivem indivíduos agremiados e à qualidade daquilo que é comum. Caberia, portanto, relacionar os trabalhos do escritório modelo com comunidades que mantivessem algum vínculo institucional organizado, de modo a garantir a diferenciação que Gramsci estabelecia entre sociedade civil (organizada, no caso) e Estado, ou melhor, para garantir a dicotomia entre poder ideológico e poder político.

Por outro lado, para o campo das ciências urbanas e com base no pensamento de Lefebvre, o ponto comum entre todas as relações sociais está nas interações entre estas e o espaço. Conceitos como espaço, cidade, assentamentos urbanos e território não podem ser apreendidos como mero suporte físico onde tais relações e interações ocorrem, pois são constitutivas destas. É no espaço onde se concretizam as relações dialéticas entre ação e reação e entre lógica e resistência. Nas relações entre urbe e política, o espaço é político, estratégico e ideológico sim, pois as ambiências coletivas expressam as relações sociais e as manifestações espaciais revelam os anseios sociais.

Voltemos a focar no contexto histórico que vivenciávamos no Brasil, quando víamos uma série de políticas de âmbito nacional sendo implementadas: no campo econômico/produtivo para redução da pobreza e das desigualdades sociais; no âmbito da educação em prol da democratização do acesso ao ensino; e no tocante às políticas urbanas, destaque para a criação do Ministério das Cidades e seus objetivos voltados à produção habitacional e à habitabilidade urbana (saneamento, uso e ocupação do solo, transportes e mobilidade...). A criação da Lei Federal de n. 10.257 de 2001, chamada de Estatuto da Cidade, passou a regulamentar a política de desenvolvimento urbano e a função social da propriedade. Dentre outras novidades, essa Lei determinou: (1) - que os processos decisórios sobre a gestão da cidade devem incluir a participação direta do cidadão; (2) - que os instrumentos urbanísticos devem induzir (ao invés de normatizar) o uso e a ocupação do solo;

(3) - que a determinação de mecanismos para regularização das posses urbanas deve equacionar conflitos e ambiguidades entre o legal e o ilegal. Ou seja: à sinergia positiva do Emau somava-se outra de âmbito nacional, enunciando um elenco de objetivos, de estratégias e de táticas perfeitamente alinhados ao ideário que defendíamos.

Em meio a essa conjunção de intenções e de encaminhamentos, representantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), no ano de 2005, convidaram-nos para elaboração de um projeto urbanístico para uma praça no bairro Alice Coutinho, uma ocupação instalada no Município de Cariacica, ES. Visitas ao bairro e interlocuções com representantes comunitários evidenciaram inúmeras questões envolvidas naquele assentamento e seu potencial para a prática dos objetivos do Célula. Não se tratava “apenas” do direito à moradia digna (já previsto na Constituição brasileira) e sim do direito à cidade, conforme preconizado por Lefebvre (2008). Tratava-se de um conjunto de demandas tão importantes quanto a do projeto para a praça que se converteram no estopim da atividade mais importante daquele primeiro momento.

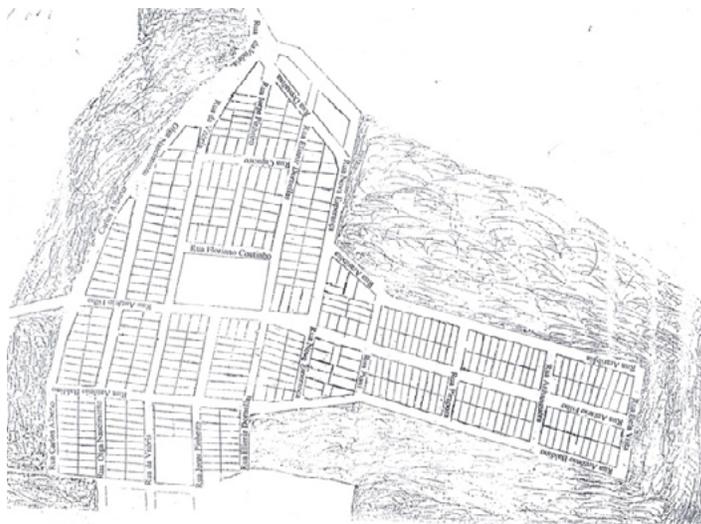
Na condição de coordenador do Emau e de responsável pela disciplina Urbanismo IV do DAU-Ufes, em conjunto com o professor Rogerio Almenara, então responsável pela disciplina Projeto de Arquitetura VI, promovemos uma fusão dessas disciplinas e, durante todo um semestre, desenvolvemos o que denominamos de Projeto para o Desenvolvimento Local (PDL). Assim, além dos membros do Emau, contamos com um total de 31 alunos da graduação para o projeto, alguns dos quais bolsistas de iniciação científica que eu orientava. Essa estratégia permitiu uma prática conjugada entre ensino, pesquisa e extensão, tripé básico da formação universitária.

As primeiras atividades contaram com levantamento e análise do histórico da formação do bairro e dos seus principais aspectos socioambientais e urbanísticos. Por meio de visitas, levantamento documental e planialtimétrico, entrevistas, interlocuções e atividades de vivência e interação entre a comunidade universitária e a comunidade dos moradores, além da colaboração de membros do MNLN e de outros professores da Ufes, conseguimos mapear os desejos dos usuários e traçar um programa projetual.

O primeiro projeto esteve focado na praça, um extenso quadrado reservado no centro do assentamento e onde imperava uma grande árvore com valores simbólicos sobre a fundação do bairro e da vida comunitária (Figuras 1 e 2). Embaixo daquela árvore realizavam-se encontros, palestras, reuniões, festas e assembleias da comunidade. Todos os alunos desenvolveram estudos preliminares organizados em pequenas equipes, que foram apresentadas para a comunidade que escolheu o projeto de sua preferência por meio de votação. Os alunos participantes do Célula ficariam responsáveis pelo desenvolvimento do anteprojeto. Os demais alunos se reorganizaram em equipes para efetivar a primeira fase com as pesquisas teóricas,

focadas nos seguintes temas: geocologia e recursos ambientais; economia solidária, cooperativismo e associativismo; sistema de espaços livres públicos; aproveitamento dos recursos energéticos; habitação e habitabilidade; e reuso e reciclagem de materiais. O material resultante da pesquisa foi disponibilizado para todas as equipes. Posteriormente, cada equipe produziu propostas que, ao se somarem, configuraram o Plano de Desenvolvimento Local abordando os seguintes temas projetuais: Habitação; Saneamento Ambiental; Proteção Ambiental; Mobilidade e Circulação; Equipamentos Urbanos (Escola e Centro Comunitário).

Figura 1 – Planta original do parcelamento para a ocupação Alice Coutinho, destaque para o local da praça na área central do loteamento



Fonte: Acervo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM (sem escala) (ano 2005).

Figura 2 – Vista panorâmica do terreno destinado à praça da ocupação Alice Coutinho, destaque para a grande árvore que virou marco da ocupação e ponto de reunião da comunidade local



Fonte: Acervo Célula Emau (ano 2005).

Não caberia explicitar aqui os inúmeros detalhes contemplados por essas propostas, que não tinham uma finalidade exclusivamente acadêmica uma vez que objetivavam divulgar e compartilhar os conhecimentos produzidos com os moradores. Para

tanto, sugerimos a produção de uma espécie de catálogo com as propostas a ser disponibilizado para consultas no centro comunitário local. Além disso, organizamos uma assembleia para apresentação de um resumo dos projetos e avaliação de seus possíveis desdobramentos.

Mas alguns fatores dificultaram (ou até mesmo impediram) certas interações, bem como os desdobramentos previstos. Do lado acadêmico, a periodização do curso em ciclos semestrais provoca alternâncias e descontinuidades de atividades, influenciando tanto na vida dos alunos das graduações e dos voluntários do Célula quanto na capacidade dos professores de retomar ou prosseguir atividades em andamento ou já parcialmente concluídas. E do lado de outros agentes e atores envolvidos, ocorreram interferências da ordem dos “aparelhos ideológicos do estado” (ALTHUSSER, 1985). Isso ocorreu repetidamente quando instituições religiosas e políticas se faziam presentes em nossas aproximações com interferências desastrosas. Em nossos encontros, alguns evangélicos emitiam mensagens fora do contexto das discussões; uma das reuniões na praça para apresentação do nosso projeto foi brutalmente invadida por um trio elétrico com um vereador que desconhecíamos, que estava de comum acordo com representantes do MNLM envolvidos na vida política municipal e que nos interrompeu para fazer campanha política. Nesses momentos, sentíamos uma sensação de que nosso ideário, nossos conhecimentos e nossos esforços estavam sendo utilizados para cancelar projetos dos “aparelhos de captura” (DELEUZE e GUATTARI, 2012), e não o nosso próprio projeto destinado a uma “construção comunitarista” a partir dos pressupostos das teorias do capital social. Sentíamos que instituições (como Estado, mercado e religiões), com objetivos alheios aos nossos, exerciam influências com forças coercitivas que superavam ou anulavam nossos esforços para “criação e recriação dos valores que orientam a vida em sociedade” (SCHMIDT, 2015). Ficou claro que a comunidade de Alice Coutinho estava sendo adestrada por lideranças políticas e religiosas como “rebanho” de suas “seitas” (verbetes subentendidos e embutidos nos mecanismos de controle mental dos devotos) e como “curral eleitoral”. Naquele momento percebi que no Brasil iniciava-se uma perigosa simbiose de um poder político aliado a um poder religioso, um movimento de “adestramento e misticidade” (BERGSON, 1978) cujos efeitos vimos culminar atualmente.

Esse conjunto de situações minou a continuidade daquele projeto,¹⁰¹ cuja posta em prática estava cada vez mais comprometida por uma ideologia contrária aos princípios fundamentais estabelecidos pelo Célula. Uma reciclagem na coordenação, portanto, se apresentava como alternativa positiva, de modo a renovar e ressignificar conceitos e práticas do Célula por meio de novas sinergias. Felizmente contamos

¹⁰¹ O esforço não foi de todo em vão, os levantamentos e estudos realizados pelo Célula em Alice Coutinho, foram tomados como base para intervenções do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento naquela comunidade conforme depoimento de Ivana Marques e Gabriela Leandro Pereira, que atuaram na prefeitura municipal de Cariacica quando se realizavam projetos e orçamentos para obras do PAC na localidade.

com a experiência e a empatia da Professora Clara Miranda para assumir a coordenação, que denominamos aqui de segundo momento do Célula.

2º Momento, Clara Luiza Miranda

Entre 2008 e 2015, por iniciativa dos estudantes Cleuber da Silva Junior e Karlos Felipe Rupf, o Célula estabelecia o objetivo de formar arquitetos críticos para atuação na assessoria técnica para habitação de interesse social, assentamentos precários e populações vulneráveis. Neste mesmo período, foi aprovada a Lei n. 11.888/2008, que institui a Assistência Técnica para as famílias com renda de até três salários mínimos, incluindo os serviços profissionais de arquitetura para a construção, reforma e ampliação de suas residências. O trabalho do Célula manteve-se interinstitucional e interdepartamental, envolvendo organizações do terceiro setor, especialmente, o Ateliê de Ideias (ONG) e o Fórum Bem Maior – formado por moradores do Território do Bem do município de Vitória, autodesignação da região formada pelos bairros: Consolação, Gurigica, São Benedito, Itararé, Bonfim e da Penha; e comunidades de Jaburu, Constantino, Floresta e Engenharia. Contamos também com a colaboração de outras instituições estatais e acolhemos estudantes de outros cursos: Serviço Social, Arquivologia, Direito, Engenharias, Psicologia.

O primeiro projeto desenvolvido foi uma demanda da própria comunidade, denominado Habitação, Memória e Vivência, desenvolvido na comunidade de São Benedito, em Vitória. Consistiu num levantamento sobre a história dos primeiros moradores do bairro, que ocorreu nos primeiros meses de 2009. Esse projeto foi o registro da história dos dezenove moradores mais antigos e seus parentes contada por eles próprios, que residiam há aproximadamente trinta e vinte anos em São Benedito, um bairro de cerca de 5 mil habitantes (conforme o Censo de 2010 do IBGE). Em suas palavras, eles converteram um matagal do Morro Grande numa “cidade”, relataram-nos a sua contribuição para o processo de consolidação urbana local. No final desse trabalho foi concebido um volume contendo os depoimentos, fotografias e desenhos produzidos pelos próprios moradores.

O planejamento da abordagem, o levantamento, o registro e a organização das informações coletadas e o design para apresentação do material selecionado no volume¹⁰² foi feito por cerca de catorze estudantes do Célula, a coordenadora, uma estudante peruana (Tania Parra) e um técnico em Desenvolvimento Comunitário do Ateliê de ideias (Valmir Dantas).

¹⁰² Os estudantes que participaram mais efetivamente dessa ação extensionista foram Bruno Bowen Vilas Novas, Karlos Felipe V. Rupf, Lilian Dazzi Braga, Samira S. Proêza, Stephanie R. Azevedo, Camila Ciccarone Tangerino, Cleuber da Silva Jr., Henrik Carpanedo Lopes, Larissa Helena Carnielli, Leandro Francisco R. Gandine, Pedro Fonseca Moreira, Reinaldo Rocha da Silva e Sofia Beatriz dos Santos.

Neste mesmo período os estudantes do Célula trabalharam com Projeto de Unidades Habitacionais que teria financiamento do Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social (FNHIS), em parceria com a Associação Ateliê de Ideias. O projeto de 24 unidades residenciais coletivas estava localizado no Bairro Vista Dourada, no município de Cariacica. Este teve a orientação de projeto do arquiteto Eduardo Barbosa, professor aposentado do DAU/ Ufes, que se tornou técnico do Ateliê de Ideias. Também foi iniciado o projeto de quatro unidades residenciais no bairro de São Benedito,¹⁰³ também sob a orientação de Eduardo Barbosa. À época, os estudantes do Célula desenvolveram projetos de reforma no Bairro de São Bendito, uma reconstrução em Jaburu e instalaram aquecedores de baixo custo em diversas residências nesses bairros.

Um importante trabalho em 2010 foi a organização do XIV Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU) – que é um encontro em que os estudantes que fazem parte de Emaus no Brasil discutem, trocam experiências e aprimoram esse modelo de extensão universitária de caráter social. O SeNEMAU Vitória foi organizado pelo Célula e por uma comissão de estudantes de arquitetura de diversas faculdades capixabas, além dos profissionais e das comunidades onde o Célula atua. Esse Seminário teve como objetivo a troca de experiências, debates e orientação para criação de novos Emaus. Além de promover o contato do estudante com uma comunidade sem acesso a produção formal da cidade e da arquitetura, por meio de atividades práticas e assim promover uma nova alternativa de aprendizado.

O SeNEMAU realizou vivências lúdicas para integração e interações entre os participantes, incluiu vários mutirões de vivências e atividades de atuação direta com a comunidade para realizar a transformação de áreas selecionadas. Dentre as atividades do SeNEMAU destacam-se dois focos de trabalho no bairro Jaburu: com intervenções no mirante do bairro e na Associação dos Moradores do Bairro Jaburu (AMBJ), com uma grande participação da comunidade. Outra atividade ocorreu no bairro São Benedito. A proposta foi transformar o terreno degradado (um ponto sujo de lixo) em um local de convívio para os moradores, tornando-a em um minicampo para jogos em grupo com uma arquibancada.

O Fórum Bem Maior (FBM), visando a empreender ações coletivas que assegurem maior força de negociação, de reivindicação e de debate político, entre 2008 e

¹⁰³ Os materiais usados na construção dessas edificações provinham de uma cooperativa local que fabricava tijolos ecológicos de solo cimento. Esses projetos não foram construídos, em São Benedito por causa da inadequação do material para contexto de morro; no caso do projeto do FNHIS em Cariacica, também o projeto não foi realizado, porque se tornou mais atraente abrir mão desse financiamento para buscar financiamento do Minha Casa Minha Vida MCMV, que oferecia melhores condições para responder aos custos de construção e de acordo as regras do programa, o material não era aceito.

2010, realizou o Plano Bem Maior, com a assessoria do Ateliê de Ideias. O plano é composto por um diagnóstico – “pesquisa sobre o perfil dos moradores” que serve de autoconhecimento por parte dos moradores do território e por uma agenda de suas demandas coletivas. O diagnóstico indicou deficiência da escolaridade dos habitantes e nos setores da saúde coletiva, da segurança pública e na qualidade socioambiental. O Plano Bem Maior organizou a agenda, que incluiu a elaboração de ações em: melhoria das condições de habitabilidade, da escolaridade dos moradores e articulação de iniciativas de geração de trabalho e renda, além de designar ações de educação ambiental. Os dois documentos são instrumentos de reivindicação, organização e promoção de diversos programas autogeridos no Território do Bem.

As ações ambientais desde os resíduos sólidos até a proteção de áreas verdes ou de risco estão entre as prescritas no Plano Bem Maior. O Plano Transformação dos Pontos Sujos de Lixo do Território do Bem constituiu uma dessas ações. O Ateliê de Ideias foi o principal articulador do grupo de trabalho, com o intuito de fazer o planejamento e a gestão desse plano, atividade realizada entre 2010 e 2011, da qual o Emau participou com efetividade com os estudantes Bruno Bowen Vilas Novas e Pedro Fonseca Moreira.

O Célula participou do Plano Transformação dos Pontos Sujos de Lixo do FBM, assistindo tecnicamente ao mapeamento dos pontos viciados em lixo; no plano das ações programadas; no processo participativo; nos projetos urbanos; e das intervenções físicas de reurbanização, em conjunto com moradores, outras entidades e instituições. Os levantamentos iniciais foram feitos por estudantes e moradores das localidades. 212 pontos viciados de lixo foram identificados entre agosto e outubro de 2010.

A ação extensionista principal, derivada deste plano, foi o projeto Mutirão Beco Limpo e em Cores realizado em dois bairros: Jaburu e São Benedito¹⁰⁴ em 2011 (Figura 3).

¹⁰⁴ Estudantes que atuaram nesse projeto foram: Letícia Pimentel Carvalho (co-coordenadora do programa de extensão Célula Emau); Taina Teixeira Marre; Luisa Helena Marim Fardin; Maisa Mazzini; Renata Rossi Morelato; Maiara dos Santos Dias; Yolanda Maria Faustini Pontes de Araujo; Deyva Figueira Pani; Flavia Girundi Martins; Mariana Cezário; Thalles Costa dos Reis; Telmi Adame; Raissa Panetto Fracalossi; Taiane Quintas Sarmento; Bruno Leonardo de Lima; Marcos Gomes Ribeiro e Filipe Amorim Souza.

Figura 3 – Comunidade, Célula Emau, Ateliê de Ideias, voluntários da Acelor, moradores e Cosme dos Santos (líder comunitário) num dia de Mutirão no projeto Becos limpos e em cores em Jaburu



Fonte: Acervo Célula Emau e foto de Flavio Germano (2011).

Na realização do mutirão no Beco do Chafariz em São Benedito houve, concomitantemente, a produção de uma exposição fotográfica. O mutirão de melhorias habitacionais e urbanas, pintura das fachadas, construção de jardins e de horta comunitária envolveu os moradores do beco, membros do Célula, vizinhos, docentes de outros cursos Ufes, coletivos de grafitti e estudantes de outras faculdades. A exposição fotográfica – A vista do morador – aconteceu no Cemuni III (Ufes) e no Beco do Chafariz, o qual passou por uma transformação significativa, principalmente nos aspectos da habitabilidade, educação ambiental, inclusive provendo fatores positivos para a convivência entre os moradores.

Como o Célula é um grupo que opera com a organização horizontal, todos os membros docentes e discentes realizam em comum as diversas atividades propostas. Portanto, todos do grupo participaram do mesmo modo de todo processo de projeto, das reuniões organizativas com a comunidade e outras instituições e da execução das intervenções.

O Célula começou a contribuir no final do ano de 2012 com o projeto Central de Compras, conduzido pelo Ateliê de Ideias também no Território do Bem. Esse projeto visou o fortalecimento do comércio local, fomentando compras coletivas para reduzir o custo final dos bens comercializados, melhorias sanitárias, no atendimento e de gestão. O objetivo dessa ação extensionista foi realizar projetos de reforma e melhorias nos comércios do Território do Bem.

As metodologias utilizadas nos trabalhos têm sido, simultaneamente, experimentais e práticas. Conseguimos relacionar ensino, extensão e pesquisa em nível de graduação e de pós-graduação, possibilitando a vivência-experiência com ambiente concreto, bem como o aprendizado *Learning by doing* [Aprender fazendo] das tecnologias sociais e envolvimento com soluções endógenas de desenvolvimento local.

Devido o aprendizado dos estudantes que atuaram em Alice Coutinho, em Cariacica, conseguimos nos esquivar, razoavelmente, dos possíveis “aparelhamentos”. Contudo, a responsabilidade de iniciar e concluir processos acordados com a comunidade, carrega o problema permanente de tentar compreender e resolver problemas de escassez cumulativos, em um contexto complexo do problema estrutural da habitação brasileira apoiada na mercantilização da habitação em um quadro de baixos salários, de negação dos direitos sociais básicos e de exclusão do direito à cidade problemas maiores que a capacidade de resolução da alçada e atribuição da Arquitetura e Urbanismo.

A aproximação de instâncias historicamente dissociadas, universidade e moradores dessas comunidades, visando à prática real de intervenções no espaço urbano (LIMA, 2015) não ocorre sem desconfianças por parte daqueles que cansaram de ser objetos de experiências acadêmicas sem verificar mudanças significativas em seu entorno. Daí a necessidade de compartilhar os termos da mediação, articulada na “interseção entre a informação, a comunicação e a educação” objetivando o “estabelecimento de estratégias a partir das quais se torna possível a geração de saberes” (GOMES apud. NASCIMENTO, 2015) mediação ou *intermezzo*, como designamos na conclusão deste capítulo.

Para concluir, os trabalhos do Célula, nesse período, constituíram atividades conduzidas sem ideias preconcebidas e com uma postura não hierárquica de relação extensionista com o cidadão. Consideramos que disso proveio formação cidadã e produção de conhecimento mútuo, em uma vivência-experiência em contexto coletivo e público. As reciprocidades estabelecidas não se esgotaram em 2014. Antigos e atuais membros do Célula e docentes mantêm sintonias e colaborações com os moradores e as lideranças locais em sucessivas atuações em suas comunidades, sobretudo, em Athis.

3º Momento, Lutero Proscholdt Almeida

Este terceiro momento se inicia em 2016 após as ocupações nas escolas públicas, que começaram com os estudantes secundaristas. O Célula possui uma estrutura horizontal e de iniciativa estudantil, por isso ele é suscetível a períodos de grande afluência participativa e a esvaziamentos sazonais. Neste sentido, o episódio das ocupações ajudou na recomposição do grupo. Com a reorganização dos estudantes,

o Célula engatou-se em um novo ciclo de trabalhos, participando de intervenções arquitetônicas e urbanísticas e, também, de ações pontuais e coletivas.

Destaca-se neste momento a intervenção da Mangueoteca, que colabora com a construção de uma biblioteca comunitária por um grupo de moradores de Maria Ortiz, bairro lindeiro ao Mangue Lameirão, em Vitória, iniciada em 2010. Segundo os moradores: “Não tínhamos espaço. Ou achávamos que não tínhamos espaço”, conta a professora Ester Vaz. A varanda de sua casa, onde sempre se reuniam as crianças para atividades de lazer, acabou virando a sede desse projeto, nomeado Mangueoteca. Terminadas as obras, a construção adquiriu uma nova fisionomia e uma expansão do seu tamanho. Os trabalhos foram realizados em mutirão, com apoio de moradores e do Célula. “Usamos materiais reciclados e que não teriam muito custo para adquirir, como caixotes de feira, paletes, pneus”, explica Eriavelton Careta Ferreira, estudante do DAU-Ufes.¹⁰⁵

As demandas de trabalho em mutirão atendem aos interesses dos alunos; nota-se prazer nas atividades manuais e de mutirão, promovendo proximidade e a criação de fortes elos com a comunidade por meio da autogestão. Nessa leva de trabalhos manuais, os estudantes ainda estruturaram um bicicletário e uma área de vivência com um deck de madeira no prédio CEMUNI III, do Campus Goiabeiras, onde está instalado o DAU-Ufes.

Outra grande demanda, no ano de 2017, desse terceiro momento foram os Laboratórios Sociais, um conjunto de seis projetos de intervenção urbanística nos municípios da Serra e de Vila Velha, trabalhos realizados em parceria com o Ateliê de Ideias (ONG) e outros colaboradores. Para a viabilização e execução desses projetos, foi desenvolvida uma metodologia participativa com as comunidades locais. O Célula participou desde o início das atividades, com destaque para as reuniões com a comunidade de cada um dos seis bairros contemplados com projetos arquitetônicos de demandas muito diferentes.

No município da Serra, por exemplo, a falta de infraestrutura básica em áreas de lazer foi o alvo das intervenções, que tiveram apoio das associações de moradores e, devido à grande carência de equipamentos públicos, as obras ganharam uma dimensão de grande porte com a participação ativa da Prefeitura Municipal.

Já em Vila Velha, os bairros atendidos contavam com uma infraestrutura bem equipada, e, por isso, as intervenções foram pontuais, contemplando aspectos mais artísticos e lúdicos. O projeto configurou-se em bom laboratório, que ajudou a compreender as dificuldades do processo de participação, e como é difícil envolver a comunidade, deixando claro o emaranhado micropolítico que perfaz a comunidade por trás de cada projeto.

¹⁰⁵ Conforme matéria do Século Diário, publicada em 27/08/2020. Disponível em <https://www.seculodiario.com.br/cultura/mangueoteca-de-maria-ortiz-ganha-cara-nova>, Acesso em: 17 de maio de 2021.

Em junho de 2018, o Bairro Centro, que é o núcleo fundacional de Vitória, passava por um ciclo de ocupações pelos movimentos sociais de moradia digna. Naquele momento havia a discussão acalorada sobre a tragédia do Edifício Wilton Paes de Almeida,¹⁰⁶ que se localizava no Centro de São Paulo e que trouxe à tona não só o assunto de segurança predial, como também a questão da moradia em áreas centrais, visto que se trata de um assunto que carece de uma política própria e adequada como resposta à realidade urbana no Brasil.

As ocupações no Centro de Vitória vinham acontecendo e mostrando o real potencial exercido pela centralidade urbana, negligenciando a importante questão da segurança predial. As ocupações em Vitória seguem os moldes de São Paulo: organizadas pelos movimentos urbanos por moradias, que abrigam famílias em condições extremamente precárias. Um mutirão realizado pela Associação de Moradores, Defensoria Pública Estadual, membros do Célula e outras entidades levantou cerca de 127 imóveis vazios no centro de Vitória.

No meio desse imbróglio de conflitos entre ocupações e ações jurídicas para reintegração de posses, nasceu a oportunidade para um grande projeto numa dessas ocupações. No início do ano de 2019, o programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (uma modalidade do programa a qual as próprias entidades conduzem o projeto) selecionou a reforma do Edifício Getúlio Vargas,¹⁰⁷ situado na Praça Costa Pereira, principal praça do Bairro Centro de Vitória, e que já estava sendo ocupado como moradia. Seria a primeira vez que o MCMV seria utilizado em áreas centrais na revitalização de um edifício no Espírito Santo, tornando o projeto ainda mais especial.¹⁰⁸

O Projeto de readequação do Edifício Getúlio Vargas para fins de Habitação de Interesse Social (HIS) foi fruto das ações diretas dos movimentos de ocupação de edifícios vazios do Centro de Vitória, bairro que, apesar de sua importância, há 30 anos vem passando por um processo de depreciação econômica e esvaziamento populacional. As intervenções previstas no processo participativo para tomada de decisões preliminares traçaram algumas diretrizes projetuais:

¹⁰⁶ Edifício Wilton Paes de Almeida, foi um prédio localizado no Largo do Paiçandu, na cidade de São Paulo, Brasil, projetado pelo arquiteto Roger Zmekhol, possuía 24 andares. Em decorrência de um incêndio, ocorrido em primeiro de maio de 2018, o “Wilton Paes de Almeida” desabou. No momento do incêndio e desabamento, 146 famílias do Movimento Luta por Moradia Digna (LMD) moravam no edifício. In. Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Edif%C3%ADcio_Wilton_Paes_de_Almeida Acesso em 08 de ago. 2021.

¹⁰⁷ O edifício em questão foi um hotel originalmente, e posteriormente foi sede do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (Iapi), denominação que foi alterada para Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

¹⁰⁸ Conforme matéria do site A Gazeta - ES, 03/05/2018, acesso em 17 de maio de 2021).

- Adequação para abrigar o maior número possível de unidades habitacionais por pavimento tipo, com prioridade para unidades com dois e três dormitórios. Previa-se que essa reestruturação proveria o edifício com aproximadamente cem unidades habitacionais;
- Revitalização do uso comercial no andar térreo, destinando-se 30 % das lojas para os próprios moradores do edifício com finalidade de gerar trabalho e renda;
- Adoção de uma lavanderia comum aos moradores com o intuito de diminuir a área privativa das unidades habitacionais, aumentando a quantidade de unidades, além de ser mais uma alternativa de arrecadação para o condomínio, caso fosse aberta ao uso público;
- Criação de espaços de uso público para diversas atividades de lazer e capacitação, tanto para os moradores da ocupação como para a comunidade externa e;
- Instalação de alternativas para baratear o ônus com a manutenção da estrutura comum do edifício, além da responsabilidade sustentável com medidas voltadas à captação e transformação da energia solar em energia elétrica através de placas fotovoltaicas, a captação e reuso de águas pluviais para fins não potáveis etc.

Um importante fator considerado para esse tipo de intervenção foi o da sustentabilidade econômica para o condomínio, que como dito proviria de aluguéis de lojas a serem instaladas no pavimento térreo, além de uma loja comunitária para auxiliar nos rendimentos econômicos dos moradores do edifício e na economia do edifício. Visto que a faixa atendida é a mais vulnerável economicamente, o projeto se preocupou com a situação socioeconômica dos moradores, dignidade e harmonia da vida em condomínio.

O projeto previa, também, a utilização das instalações de um antigo restaurante como espaço cultural para a cidade, bem como a conversão da cobertura num grande terraço jardim servindo local de eventos multiculturais. Além do Célula, esse projeto contou com a participação de várias entidades, de ativistas e de técnicos, e foi contemplado na portaria do Minha Casa Minha Vida – Entidades, que destinou um valor aproximado de doze milhões de reais para execução da reforma e readequação do edifício. Tal acontecimento ganhou o reconhecimento da mídia, da comunidade, e foi homenageado na assembleia legislativa do ES, prevendo um final otimista para um edifício que se encontra em estado de ruína (Figura 4).

Figura 4 – Homenagem recebida pelos serviços prestados no Dia do Estudante na Assembleia Legislativa do ES



Fonte: Acervo Célula Emau (2019).

Porém, a iniciativa também trouxe o interesse de muitas pessoas que não estavam fazendo parte do grupo inicial, e mesmo com o projeto concluído, opiniões muito divergentes e um clima político de austeridade com poucos investimentos em políticas públicas fizeram com que o Governo Federal suspendesse o repasse dos recursos. Depois do processo de reintegração de posse, o edifício voltou ao estado de abandono, ruína e ociosidade.

O Célula, no momento, atua em outros projetos, tais como reformas na recepção e pediatria do Hospital das Clínicas; reformas de áreas externas de escolas municipais em Vitória e na Serra; intervenções pontuais nas comunidades do Território do Bem. Atuou, também, em eventos com comunidades locais, além de eventos internos para a divulgação e interação do grupo.

Recentemente a pandemia da Covid-19 gerou uma demanda por parte da Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) para se mapear os despejos de famílias em ocupações “irregulares”, visto que muitas famílias perderam a renda e não estão conseguindo pagar o aluguel. Esta ação extensionista é vinculada à Campanha Nacional Despejo Zero.¹⁰⁹ Nesse período de pandemia o contato dos alunos com as comunidades nas atividades de campo ficou prejudicado, mas muitas ações em

¹⁰⁹ Conferir em: <https://www.campanhadespejzero.org/>

curso, em 2021, indicam que o grupo continuará atuando após esta suspensão temporária das atividades presenciais.

Considerações finais

Em muitas universidades, os Emaus têm respondido institucionalmente mediante o trato da assessoria técnica de interesse social, contemplando conteúdos que vão muito além dos projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos. Esses convertem-se em meros detalhes frente à enorme cadeia de laços e vínculos comunitários com a sociedade não assistida pelos profissionais da Arquitetura e do Urbanismo.

Tal sensibilidade de que o processo é um *intermezzo* e não uma finalidade é evidenciada pelos nomes dos escritórios de diversas universidades: Trama, Mosaico, Célula, Casas, citando alguns. Cabe lembrar que a organização nacional de estudantes representada pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FENEA) promove encontros de estudantes nacionais e regionais, construindo uma forte rede de oportunidades para esse alcance ético com as comunidades, com destaque para os citados SeNEMAUs, quando ocorre uma imersão nos assuntos tratados, trazendo experiência em diversas comunidades pelo Brasil, não só comunidades urbanas, mas também rurais, ecológicas, indígenas e quilombolas.

Referências

A Gazeta – ES. **Moradia ou ruína: as opções para prédios abandonados de Vitória.** 03 de maio de 2018. Disponível em: www.agazeta.com.br/artigos/moradia-ou-ruina-as-opcoes-para-predios-abandonados-de-vitoria-0518. Acessado em: 17 de maio de 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BERGSON, Henri. **As duas fontes da moral e da religião.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRITTO, Fabiana Dultra. A Extensão Universitária em tempos de crise. In: ROVATI, João; D’OTTAVIANO, Camila (Orgs). **Os territórios da Extensão Universitária. Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional.** FAUUSP: ANPUR. 2017. pp.26-35.

FBM, BISCOTTO, Denise Barbieri; MOREIRA, João Vicente Pedrosa. **Pesquisa: saberes, fazeres e perfil dos moradores do território do Bem.** Vitória, Associação Ateliê de Ideias, FBM, Sebrae, 2008.

FBM, DANTAS, Valmir; BISCOTTO, Denise Barbieri. **Plano Bem Maior do Território do Bem,** Vitória, Associação Ateliê de Ideias, FBM, Sebrae, 2009.

FENEA. **Emau**. Disponível em: <http://www.fenea.org/projetos/Emau>. Acessado em: 17 de maio de 2021.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Junia Maria Ferrari de. Diálogos com a Eliana Silva. *In*: Nascimento, Denise Morado (org.). **Saberes autoconstruídos Saberes [auto] construídos**. Belo Horizonte: C / Arte, 2015. s.p. Ed. Kindle.

Nascimento, Denise Morado (org.). **Saberes autoconstruídos Saberes [auto] construídos**. Belo Horizonte: C / Arte, 2015. s.p. Ed. Kindle.

SCHMIDT, João Pedro. Comunitarismo e Capital Social: convergências. *In*: **Revista Debates**, Porto Alegre, UFRGS, v.9, n.2, pp. 55-75, 2015. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/54911/34730>, acesso 10/05/2021.

SÉCULO DIÁRIO. **Mangueoteca de Maria Ortiz ganha cara nova**. 27 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.seculodiario.com.br/cultura/mangueoteca-de-maria-ortiz-ganha-cara-nova>. Acessado em 17 de maio de 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **A Universidade no Século XXI**, Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2ª Edição, 2004, Cortez Editora.

WHITAKER, João Sette. 2007. “Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão?” *In*: **Arquitextos**. São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, 2011. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950. Acessado em: 17 maio de 2021.

Construindo bases para a assessoria técnica. Extensão atrelada à pesquisa: premissas para uma relação dialogal entre comunidade e Ufpel

Liziane de Oliveira Jorge
Nirce Saffer Medvedovski
Sara Parlato

A origem do Programa Vizinhança

Esta reflexão se inicia voltando aos anos de 2009, quando a Universidade Federal de Pelotas – Ufpel decide mudar a sua reitoria de uma área rural e periférica para uma área mais próxima ao centro do município sede, a cidade de Pelotas. Em meados de abril de 2009 a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Faurb, bem como as demais unidades da Ufpel, é convidada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Prec a participar da organização de um projeto de extensão universitária a ser desenvolvido na região do novo campus da Ufpel. Situado na região portuária, reciclando os prédios oriundos de um antigo frigorífico inglês, o novo campus estava em processo de implantação, com grande impacto sobre o território vizinho. Em um primeiro momento, se volta de costas para seu entorno, constituído de glebas abandonadas pelo declínio da atividade portuária e mudança da matriz produtiva, de antigos loteamentos populares e de ocupações de baixa renda, numa área de

grande beleza e fragilidade ambiental junto ao Canal de São Gonçalo, denominada popularmente de região da Balsa.

Entre os anos de 2005 e 2008, o projeto de implantação do novo campus não desenvolvera nenhuma ação de aproximação com a comunidade local, realizando somente contatos esporádicos com as lideranças locais, em um sentido de tranquilizá-los sobre o risco de uma possível remoção. Com o início das atividades acadêmicas e administrativas no novo campus, em 2009, alegando questões de segurança, é construído um muro opaco separando o terreno do campus do contato com o tecido urbano já existente da ocupação da Balsa; numa decisão eminentemente técnica e ignorando o contexto cotidiano, a área de lazer dos campos de futebol da comunidade é ocupada com o entulho das obras em curso (Fig. 1 e 2), gerando uma onda de protestos da comunidade junto à Câmara Municipal.

Figura 1 – Fotos do muro ao longo da futura ampliação da rua que conecta o novo Campus ao entorno



Figura 2 – Fotos de entulhos depositados no terreno baldio do antigo potreiro do frigorífico



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2009.

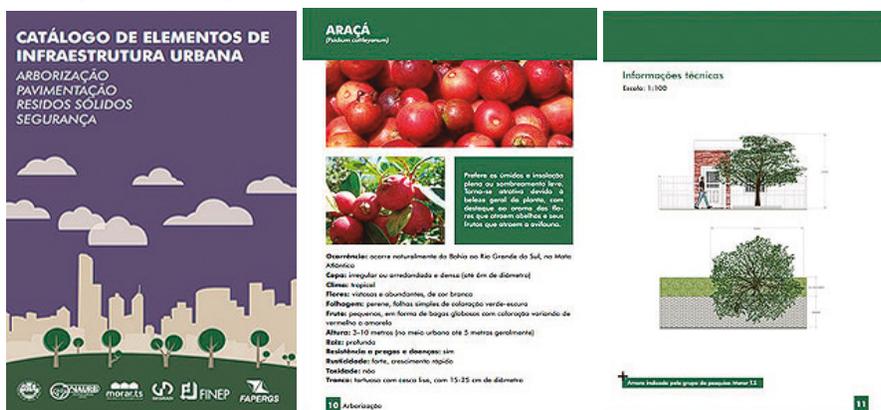
Atendendo a estas pressões é estabelecido pela PREC, com a liderança da Faculdade de Enfermagem, que iniciara uma ação de reconhecimento das demandas da população do entorno e de interação com o posto de saúde da Balsa, o Programa Vizinhança. Este tinha como objetivo agregar as diversas unidades da universidade numa ação coordenada e interdisciplinar sobre o território.

É proposto que a atuação ocorra “a partir da visão da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e com base na interdisciplinaridade e interfuncionalidade” (Ufpel, 2009, p.9). Nos objetivos da formação do Programa, o texto aponta para o planejamento conjunto com a comunidade e o respeito a sua decisão sobre as atividades ou ações a serem desenvolvidas. Entretanto, não há menção de representação da comunidade nos grupos operativos, e tampouco nos núcleos que constituem as unidades decisórias. O método do trabalho permaneceu indefinido, pois o texto não esclarece sua base conceitual. O documento de lançamento ora oscila para uma linguagem participativa, nos moldes de pesquisa-ação (THIOL-

LENT, 2000), ora para uma linguagem extremamente operacional, com foco nas relações com o setor produtivo local e da microrregião.

No ano de 2009 o MEC, dentro de uma proposta de fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior lança o edital PROEXT-MEC-SESu (MEC, 2009) com ênfase na inclusão social. O Programa Vizinhança é contemplado com bolsas de extensão e recursos de suporte aos projetos. As propostas se articulam ao redor da escola, com atividades de complementação do ensino, ações de promoção da saúde e de requalificação urbana do espaço escolar e de seu entorno. O Núcleo de Arquitetura e Urbanismo – Naurb, entre os anos de 2010 e 2013, efetiva a integração entre o projeto de extensão e o projeto de Pesquisa MORAR.TS, desenvolvido com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) com o foco no desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à Habitação de Interesse Social (HIS). O catálogo de elementos de infraestrutura urbana para o contexto local é um dos produtos dessa interação (Fig. 3).

Figura 3 – Catálogo de elementos de Infraestrutura Urbana – MORAR. TS/FINEP



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2014.

Uma parcial integração entre as diversas unidades acadêmicas permanece até o início de 2013, quando assume nova gestão na reitoria, com posicionamento político de oposição à anterior, não considerando mais o Programa Vizinhança uma prioridade. Aliado a este fato, a falta de uma liderança que desse continuidade ao Programa, mais a rigidez da estrutura departamental da universidade, se desarticula o programa. A partir desse momento os diversos projetos de extensão tomaram seu curso de forma independente. No final do ano de 2012 o Programa já se encontrava desarticulado e não enviou nova proposta ao PROEXT.

Durante esse período a construção de um canal de diálogo com a comunidade se deu através da escola municipal local, da liderança da comunidade ribeirinha de pescadores, líderes dos dois clubes de futebol, da escola de samba e da liderança de uma nova comunidade em formação nos terrenos vazios à beira de do canal insa-

lubre do Pepino, que eram chamados “os sem teto” pelos moradores mais antigos, conhecida como ocupação Anglo (Fig. 4).

Figura 4 – Fotos da área de ocupação dos pescadores junto ao Canal São Gonçalo, infraestrutura e habitações precárias nas ocupações do entorno do Novo Campus Universitário



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2009.

No ano de 2009 a Faculdade de Arquitetura, que definira sua participação no programa Vizinhança através do Naurb - Núcleo de Pesquisa e Extensão voltado ao tema da promoção da habitação de interesse social, propõe efetuar um Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (Drup). Segundo Medvedovski (2015), o método utilizado para a coleta de dados ocorre através de entrevistas semiestruturadas e posterior visualização dos dados, através das informações sobre os pontos positivos e negativos na vivência cotidiana do bairro. A comunidade define como prioridade a pavimentação da região da Balsa e é proposto pelo Naurb o projeto da hierarquização do sistema viário e pavimentação em conjunto com a Secretaria Municipal de Obras em acordo com a comunidade (Fig. 5). A não obtenção dos recursos faz com que a comunidade da Balsa se desmobilize e o diálogo com o Programa Vizinhança fique truncado. A partir de 2013 o Naurb volta suas ações de extensão para a comunidade do PAC Anglo, realizando a aplicação de um novo Drup específico para esta comunidade.

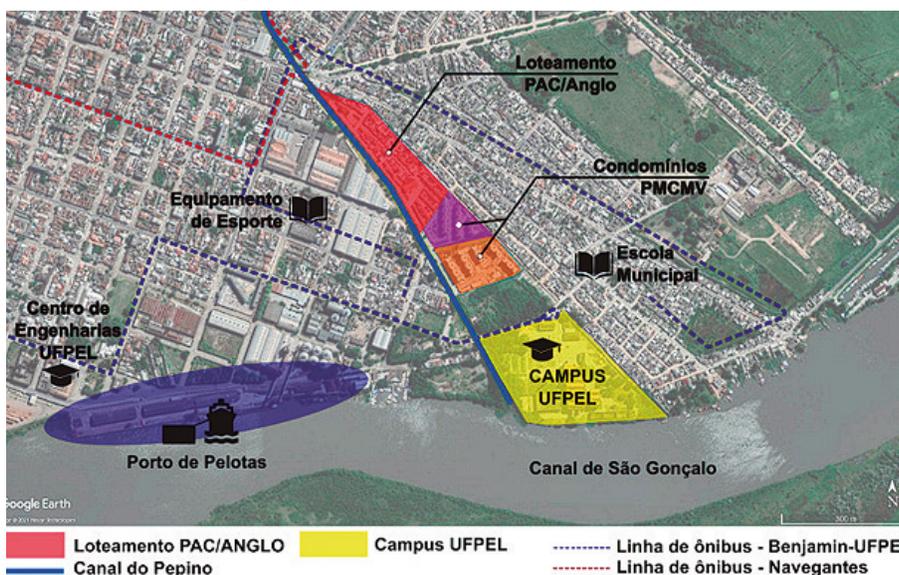
Figura 5 – Aplicação do Drup 2010 – Programa Vizinhança



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2010.

A ocupação do Anglo situa-se num terreno triangular à margem do canal do Pepino e é limitado, em sua outra lateral, pela ocupação da Balsa, área consolidada entre a década de 50 e 60 por trabalhadores do Frigorífico Anglo. Em 1998 teve início a ocupação do terreno, sendo que a maioria dos ocupantes eram oriundos de famílias de antigos empregados do frigorífico, acrescida de migrantes da zona rural (Fig.6).

Figura 6 – Inserção urbana do Loteamento Anglo



Fonte: Dos autores, 2021.

A comunidade negociou entre 2001-2004, com a Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito Fernando Marroni (PT), a aquisição da gleba ocupada. Em 2007, o loteamento Anglo foi inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Urbanização de Assentamentos Precários Farroupilha, e teve início o cadastra-

mento da população, sendo que o início das obras de infraestrutura ocorreu em 2009 (DUTRA, 2017).

Ruas foram urbanizadas, parcela de uma nova via estruturante margeando o canal, e acrescida uma nova parcela de terreno para abrigar as noventa novas unidades destinadas às famílias a serem relocadas e que ocupavam as margens do Pepino, em precárias condições de moradia, além da criação de novos espaços livres de uso público e um centro comunitário instalado em um edifício refuncionalizado do antigo frigorífico (Fig. 7).

Figura 7 – Loteamento PAC/Anglo. Implantação, Fotos do Centro Comunitário e das Unidades



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2016.

Entre 2014 e 2018 o projeto de extensão Qualificação Urbana Participativa, dentro do Programa Vizinhança, desenvolveu atividades ligadas à graduação e ao mestrado,

integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade do PAC/Anglo. Foi realizado o curso de capacitação para a Regularização Fundiária em conjunto com a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), e alunos extensionistas aprenderam a demarcação dos lotes e fechamento da poligonal em conjunto com o Departamento de Regularização Urbana da Prefeitura Municipal de Pelotas (PMPEL).

Uma das ações de maior mobilização da comunidade e de articulação com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Obras foi o projeto e execução para qualificação e arborização e mobiliário da praça central do Loteamento Anglo, no ano de 2015. A praça permanece intensamente apropriada pela comunidade, embora com dificuldades na sua manutenção.

Curricularização da Extensão & Projetos Unificados

Resultado do novo entendimento do papel da Extensão e sua curricularização e da declaração na Constituição de 1988, da sua indissociabilidade junto ao Ensino e a Pesquisa, a Ufpel, por meio da Resolução n. 10 de 19 de fevereiro de 2015 (Ufpel, 2015), introduziu o registro de Projetos Unificados. Com a curricularização da extensão na graduação, o Programa Vizinhança passou a abrigar ações semestrais com a iniciação dos alunos em projeto de extensão através de ações de curta duração que se agregam ao objetivo maior do programa. Foram desenvolvidas oficinas de fabricação de lixeiras e composteiras com material reciclado, projeto e execução da arborização da via central do bairro Balsa, educação ambiental no período de férias escolares, uma oficina na escola municipal Ferreira Vianna sobre requalificação do espaço urbano por meio digital, dentre outras ações.

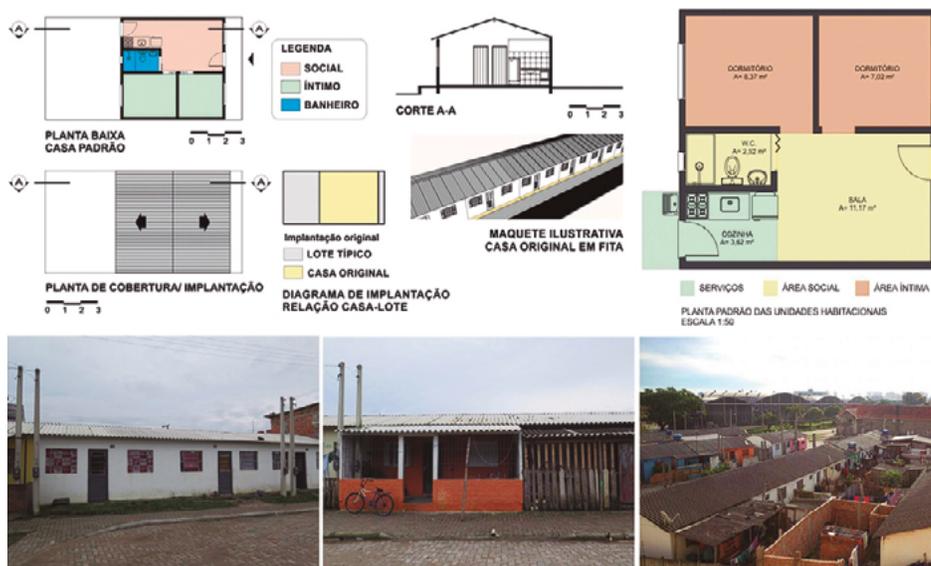
No contexto da curricularização da extensão, destacam-se dois Projetos Unificados cadastrados pelo Naurb, com ênfase na qualidade da habitação do loteamento PAC/Anglo: (1) Habitação evolutiva: Estratégias de flexibilidade na habitação social, com ênfase em Pesquisa, que identificou as transformações construtivas realizadas pelos moradores nas unidades; e (2) Aprendendo com o usuário. Estratégias de transformação do espaço habitacional, com ênfase em extensão, que culminou com a criação do Caderno de Recomendações Construtivas para Habitação Social Evolutiva, e inaugurou as atividades de Assessoria Técnica.¹¹⁰

As unidades habitacionais do Programa PAC/Anglo adotam o conceito de habitação mínima, com área total de 36,9 m², tipologia casa em fita, dois dormitórios, cozinha e sala integradas, um banheiro social, área de serviço descoberta na área externa. A implantação das unidades é disposta em lotes exíguos de 65 m², com afastamento

¹¹⁰ O trabalho admite os saberes e práticas da comunidade Anglo, e vai ao encontro do conceito difundido por Kapp (2018), que assume a Assessoria Técnica como um instrumento de fortalecimento e autonomia dos grupos socioespaciais e não uma atividade assistencialista.

frontal de 1,5 m e um pequeno pátio de fundos. O fenômeno de modificação das casas sucedeu-se em um curto período após a entrega delas aos moradores. (Fig. 8).

Figura 8 – Esquemas gráficos das unidades e constatação das modificações construtivas



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2017.

O objetivo prioritário do projeto de pesquisa Habitação evolutiva foi identificar as estratégias de flexibilidade, personalização e adaptabilidade projetual para a habitação a partir das intervenções construtivas realizadas, bem como correlacionar as modificações às demandas das famílias. Os métodos empregados se apoiam em instrumentos de Avaliação Pós-Ocupação: levantamento de campo e medição, questionário e entrevista semiestruturada, *walkthrough*, relatório fotográfico dos ambientes internos e externos à residência. Foram desenvolvidos diagramas gráficos a partir da identificação dos instrumentos construtivos empregados, bem como o redesenho das plantas e a representação tridimensional das unidades modificadas.

Ao longo de dois anos, o Projeto entrevistou quarenta famílias – amostra que engloba 44 % do total de unidades do PAC/Anglo – e mapeou 22 habitações modificadas. A entrevista foi estruturada a partir das seguintes categorias: perfil familiar e dados socioeconômicos; tipologia, comportamento e evolução da habitação; aspectos funcionais e construtivos. Verificou-se a distribuição de 35 % famílias nucleares, 27,5 % de arranjos monoparentais, 30 % de famílias estendidas, 5 % de pessoas sós e 2,5 % de pessoas que moram juntas. Em mais de 40 % da amostra há cinco ou mais integrantes no domicílio. Em 17,5 % da amostra há mais de uma família no mesmo lote. A renda de mais da metade das famílias compreende um salário

mínimo e 72,5 % das unidades são habitadas por moradores que estão há mais de dez anos no bairro.

As estratégias de transformação mais recorrentes empregadas nas unidades habitacionais - UH - foram classificadas a partir das categorias a seguir: personalização de fachadas, demolição, ampliação, expansão, área de serviço coberta, transição do espaço público-privado, inserção de atividades produtivas, acréscimo de escadas, dentre outros (Fig. 9). Chama a atenção o alto percentual de reformas, verificado em 80 % das entrevistas; a personalização das fachadas, constatada em 62 % das UH, através da mudança de cor e revestimento; o acréscimo de muros e divisas em 51 % das UH; o acréscimo de varandas frontais, cobertas e descobertas, em 13 % das UH; o acréscimo de uso comercial em 15 % das UH, desejo de 62,5 % dos entrevistados, em menções como bares, lanchonetes, venda de *marmitex*, fabricação de doces; a substituição das esquadrias originais em 45 % das UH e a execução de rampas e escadas de acesso em 20 % das UH.

Figura 9 – Intervenções construtivas identificadas: 1. Acréscimo de Cômodo; 2. Varanda coberta e muro; 3. Bar e acesso; 4. Escada interna; 5. Acréscimo de banheiro; 6. Acréscimo de cozinha e dormitório



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2017 e 2018.

Pelo questionário, constatou-se, ainda, muita insatisfação com a cozinha. Mais de 60 % dos moradores mostram-se insatisfeitos com a insuficiência de espaços para armazenamento, preparo e consumo de refeições, e 42,5 % declaram que a quantidade de banheiros não atende à quantidade de moradores na casa. Outras intervenções sinalizam: obstrução de esquadrias de ventilação e iluminação; patologias construtivas; cruzamentos de fluxos que comprometem a privacidade; execução de escadas com dimensionamento incorreto, com risco de acidentes (Fig.9, item 4); emprego de revestimentos inadequados em áreas molhadas; insegurança nas

instalações elétricas; rampas e escadas sobre as calçadas; cozinhas com a presença de materiais inflamáveis junto ao fogão; e layout inadequado dos ambientes.

O Projeto Unificado, Aprendendo com o usuário. Estratégias de transformação do espaço habitacional, oportunizou a execução de ações de extensão que objetivaram

[...] instruir os moradores com informações essenciais para que a casa possa manter os requisitos mínimos de qualidade, conforme recomendações das normas técnicas relativas aos critérios de ergonomia, conforto, segurança e salubridade do espaço doméstico. A partir do diagnóstico prévio das reformas das unidades, foram elencados os seguintes eixos temáticos: banheiros, escadas, cozinhas, pátios e varandas, rampas de acesso, muros e grades e, por fim, recomendações gerais (JORGE; SCHERER; MEDVEDOVSKI, 2017, p. 6).

O diagnóstico mencionado foi o ponto de partida para a criação do Caderno de Recomendações Construtivas para Habitação Social Evolutiva. A sua concepção envolveu pesquisa prévia de normas técnicas e construtivas, códigos de edificações, manuais de dimensionamento para habitação mínima, ergonomia e antropometria, dentre outros. A diagramação reuniu textos, desenhos em planta-baixa e perspectivas analógicas, de modo a facilitar o entendimento da informação. Cada eixo temático – banheiros, cozinhas, escadas e rampas, muros e varandas – escolhido pela sua recorrência nas ações de reforma, reúne informações essenciais para auxiliar futuras intervenções construtivas e adaptações no layout, com regras de segurança, ergonomia, ventilação e iluminação adequadas, acessibilidade universal, dimensões adequadas ao uso, dentre outros quesitos qualitativos.

A Oficina de extensão, realizada no salão comunitário do PAC/Anglo, em 18 de maio de 2019, viabilizou a apresentação do Caderno aos moradores. O salão foi organizado com mesas independentes para cada eixo temático, para instrução de pequenos grupos. Desse modo, a atividade se deu de forma dialogal e intimista, em respeito aos interesses de cada morador, que se deslocou pelas mesas conforme as suas preferências. À medida que os Cadernos eram entregues, cada tema era debatido em específico, com a coleta de depoimentos sobre as reformas já executadas, identificação de problemas e sugestões de melhorias futuras (Fig. 10).

Figura 10 – Oficina participativa do Caderno de Recomendações Construtivas para HIS Evolutiva



Fonte: Dos autores, 2019.

Rumo à implementação da Athis

A Oficina contabilizou 22 moradores, com predomínio de mulheres. Ao final da atividade, algumas famílias manifestaram interesse em receber Assessoria Técnica para futuras reformas e melhorias. Esses moradores foram identificados para contato posterior e a atividade de Assessoria foi explicada aos interessados, de modo a esclarecer que, até o momento, não havia recursos disponíveis para a execução das modificações habitacionais e que a colaboração se orientava no apoio à concepção das reformas e no desenho executivo dos espaços. Após as explicações, dez famílias demonstraram interesse em prosseguir com a parceria. Esta ação de Extensão oportunizou o início das atividades de Assessoria Técnica Profissional junto aos moradores da comunidade PAC/Anglo. Somou-se ao Naurb o Laboratório de Conforto e Eficiência Energética (Labcee), da Faurb.

Mais tarde, o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas – Prograu, junto com a associação italiana Architettura a kilometro zero (AK0), participou de um edital da igreja italiana Valdense para projetos de cooperação internacional, obtendo recursos para a construção de melhorias habitacionais no bairro. Outro órgão envolvido no processo é a Secretária de Habitação e Regularização Fundiária do município, que apoiará o projeto por meio da doação de materiais e suporte técnico.

Todas as residências unifamiliares são térreas, com diferentes orientações, e se localizam na Zona Bioclimática 2. As ampliações, concebidas de maneira precária, empregam usualmente materiais e componentes de baixa qualidade. As condições climáticas internas pioram consideravelmente devido, também, a uma distribuição espacial irregular. O objetivo da intervenção proposta é melhorar as condições de vida dos moradores, intervindo nas unidades habitacionais, melhorando o conforto térmico, ampliando os quartos, se necessário, e organizando de forma mais racional a distribuição espacial interna.

A intenção é definir um programa de Athis junto à Prefeitura Municipal de Pelotas, baseado em um método de projeto que forneça dispositivos climáticos, reconhecíveis, fáceis e baratos de implementar, a ser realizado em sistema de mutirão. O trabalho será focado no projeto de itens que podem ser anexados às casas, estendendo os espaços, isolando, protegendo da radiação solar e captando a luz e o ar, e, quando necessário, de ampliação. Estes dispositivos podem, então, responder aos problemas espaciais e térmicos: dispositivos removíveis de fachada que possibilitem a acumulação térmica de calor, estufas solares ou outras soluções para obtenção de ganhos passivos (Fig. 11). São contribuições térmicas derivadas principalmente da radiação solar que afeta as condições ambientais internas, diminuindo a demanda de energia necessária para a obtenção de conforto. Os componentes devem ser fáceis de construir, replicar e adaptáveis a diferentes situações e modos de vida.

Figura 11 – Esquema das tipologias dos dispositivos



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2020.

O trabalho visa desenvolver uma proposta de intervenção adequada a partir do estudo das peculiaridades do bairro escolhido e da criação de um elo com seus habitantes. Aplica-se a coexistência síncrona de um trabalho de pesquisa tradicional – estudo do estado da arte, cálculos e simulações – com um trabalho de campo interativo com a comunidade. O método de pesquisa utilizado, baseia-se nas normas da NBR 15220 (ABNT, 2005) e considera a opinião e os hábitos dos usuários como um fator importante. Uma vez definidos os moradores participantes do projeto, a prioridade foi detectar como as casas precisavam ser reformadas. Esta avaliação aconteceu por meio de entrevistas e levantamentos. Atualmente seis famílias fazem parte do projeto.

As entrevistas foram aplicadas para identificar as características sociais, econômicas das famílias, os usos dos espaços e a percepção do ambiente pelo próprio habitante. A partir da conclusão do levantamento geométrico e fotográfico das casas, foram desenvolvidas fichas com estes dados e uma modelagem 3D, que foram entregues aos habitantes. Estas fichas visam estabelecer uma relação de confiança entre o usuário e o pesquisador: colocar o habitante a par das etapas da investigação aumenta o interesse e as chances de realizar o trabalho com êxito. O desejo é continuar a investigação sem perder a confiança dos moradores que se ofereceram para participar, permitindo entrevistá-los e inspecionar a sua casa. O tempo da pesquisa é longo, tem muitos momentos de impasse e momentos de estudo e trabalho estático.

A fase seguinte consistiu na verificação das questões críticas climáticas e espaciais dessas moradias, através da simulação computacional. A variável de saída nas análises de conforto térmico é a temperatura externa e a temperatura operativa de cada uma das zonas térmicas. Como índice térmico para a definição da zona de conforto térmico foi utilizado o Conforto Adaptativo da ASHRAE 55 de 2017. O software utilizado foi o *Energy Plus*, versão 8.7. Atualmente já foram pensados alguns elementos de adição para melhorar as condições climáticas e sanar os problemas identificados nas residências; estes terão sua pertinência verificada através de uma nova simulação computacional.

No início, a pesquisa, a simulação computacional, o levantamento e a opinião dos usuários revelaram péssimas condições térmicas nas casas originais entregues pelo PAC e não somente nas partes autoconstruídas. A partir das simulações do nível de conforto térmico das unidades, a temperatura interna das zonas térmicas resultou estar bem longe do limite de conforto térmico. Nas entrevistas foi constatado que o período climático menos tolerado é o inverno, pois as casas são percebidas como frias e úmidas. A simulação do nível de conforto térmico das zonas térmicas, contidas nas habitações, foi realizada com base em dados reais coletados de uso, ocupação e operação de janelas, por meio de entrevistas e levantamentos – localização, orientação, número de pessoas, uso dos espaços, iluminação artificial, e eletrodomésticos, materiais, componentes.

Outros problemas foram identificados: as relações entre número de moradores e espaço disponível na residência, a privacidade e a segurança, condição já constatada por Kerkhoff (2017). Durante as visitas e por meio das entrevistas, identificou-se que os hábitos influenciam o conforto térmico. Os habitantes tendem a resolver os problemas climáticos abrindo as janelas para ventilação, usando cortinas para se protegerem do frio. Outros hábitos que pioram as condições internas da casa são o acúmulo de objetos e roupas, ocupando os espaços livres, aumentando a percepção de calor durante o verão e limitando a passagem de ar (Fig. 12).

Figura 12 – Algumas fotos do interior das casas examinadas



Fonte: Acervo Naurb/Ufpel, 2020.

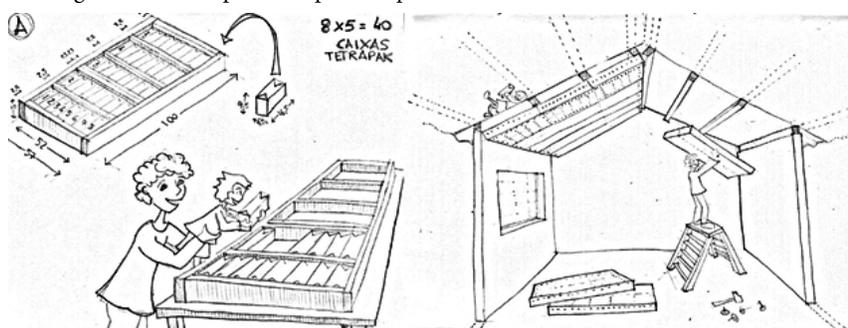
O diário de pesquisa dos autores confirma esta percepção:

O pátio, onde T. guarda a geladeira, está tão cheio de coisas que o próprio chão fica difícil de ver porque está coberto com uma grossa camada de roupas e lixo. Seus limites não são delimitados por paredes divisórias, mas por camadas de madeira e outros resíduos. O problema de acúmulo, desordem e falta de limpeza são fatores comuns em quase todas as residências visitadas. Alguns chegam a hospedar animais de estimação. T. não tem cachorros nem gatos em casa, mas as condições em que vive sua casa são muito preocupantes, é impossível não contrair doenças em um contexto semelhante (Diário de pesquisa dos autores, 2019).

Até agora, os projetos das seis casas foram concluídos, mas apenas quatro preveem aumento de área. Todos preveem a inclusão de dispositivos climáticos para melhorar o conforto térmico. Como o problema climático afeta principalmente as coberturas, um primeiro teste envolve a inserção de uma camada de Tetra Pak® sob o telhado e abaixo de uma camada de ar, e outra camada de Tetra Pak acima do forro de PVC existente. A partir da análise do estado atual da casa de um morador participante, a transmitância (U) do telhado é $1,98 \text{ W/m}^2\text{K}$. No teste, a transmitância do telhado, graças à presença do Tetra Pak® e de uma camada de ar, caiu para $0,49 \text{ W/m}^2\text{K}$. O Tetra Pak® é um material reutilizável, de baixo custo e de fácil manuseio, mas, sobretudo, é constituído por uma estrutura em multicamadas com componente de baixa emissividade (a lâmina de alumínio), com bons resultados para o isolamento (JULIO, 2010; SILVA, 2015).

Ao mesmo tempo, continua o projeto e a avaliação dos outros dispositivos de proteção solar e de isolamento a serem adicionados às moradias para melhorar o conforto térmico das casas, graças à colaboração contínua da equipe da Naurb, LABCEE e da associação AK0 (Fig. 13).

Figura 13 – Exemplo de dispositivo para isolamento da cobertura em TetraPak®



Fonte: AK0 (2021).

Os projetos encontram-se em fase de aprovação pelos órgãos municipais, e com Registro de Responsabilidade Técnica emitido por arquiteto contratado pelo projeto. A fase atual compreende a elaboração do orçamento dos projetos para cada unidade, a ser apresentado ao Secretário de Habitação e Regularização Fundiária para, enfim, obter acesso ao Banco de materiais da Prefeitura de Pelotas.

Considerações Finais

O trabalho expõe a trajetória da extensão entre o Naurb e o Programa Vizinhança junto à comunidade PAC/Anglo, com inúmeras ações que, aos poucos, sedimentaram a relação com a comunidade. A partir da curricularização da extensão, integraram-se os Projetos Unificados; juntos, fortaleceram o processo de ensino/aprendizagem à luz dos métodos participativos. A qualidade da habitação do loteamento PAC/Anglo foi tema determinante para as investigações do Naurb.

Os projetos Unificados enfrentam o problema da baixa qualidade projetual de provisão pública em HIS. O diagnóstico das transformações construtivas permitiu reconhecer as práticas autônomas de melhoria habitacional e os problemas decorrentes. A Concepção do Caderno de Recomendações Construtivas para HIS Evolutiva veio difundir o conhecimento técnico especializado em arquitetura e construção, para transformar-se em ação futura, de modo a qualificar o espaço autoconstruído. A continuidade das pesquisas junto aos moradores comprovou o déficit acentuado na qualidade térmica das unidades originais e nas expansões, o que força o usuário a viver em condições precárias e privado da possibilidade de um adequado conforto. Reconhecendo que o processo de autoconstrução é a principal estratégia dos moradores, o trabalho propõe a assessoria técnica para melhorar o conforto térmico e o bem-estar. Os dispositivos propostos, a serem executados em breve em sistema de mutirão, objetivam melhorar a qualidade da habitação, podendo ser facilmente replicados pela comunidade do bairro.

Constata-se que os Projetos Unificados viabilizam a reinvenção do processo de ensino-aprendizagem, com inclusão de demandas comunitárias emergenciais de grupos socioespaciais que oportunizam a participação, a autonomia e a construção de saberes partilhados.

Agradecimentos

Agradecemos às bolsistas Rafaela Scherer e Luana Helena Loureiro dos Santos pela contribuição aos projetos de extensão do Naurb na comunidade PAC/Anglo.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 15220** Desempenho térmico de edificações - Parte 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

DUTRA, J. J. C. **Construindo a cidade e a cidadania: avaliação da implementação e da satisfação do usuário do PAC Urbanização de Assentamentos Precários no loteamento Anglo, Pelotas-RS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

JORGE, L. O.; SCHERER, R.; MEDVEDOVSKI, N. S. 2017. **Caderno de Recomendações Construtivas para Habitação Social Evolutiva**. XIV Seminário Internacional de Estudos Urbanos e Regionais SEUR, 14. 2018, Pelotas. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, 2018. v. 1. p. 2-12 Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/view/14227/8838>. Acesso em abr. 2021.

JULIO, A. L. **Desempenho térmico e energético de subcoberturas de Tetra pak® em habitação de interesse social: estudo computacional**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo na Área de concentração de Infraestrutura e Meio Ambiente, Passo Fundo, 2010.

KAPP, S. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292018000200221&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: abr. 2021.

KERKHOFF, H. V. **Mobiliário para Habitação de Interesse Social: conflitos, percepção e satisfação dos usuários. O caso PAC-Anglo, Pelotas, RS**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

MEDVEDOVSKI, N. S. **Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (Drup). Um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social- uma ação Extensionista**. Revista Expressa Extensão, Pelotas/RS, vol. 20, nº2, p. 99-116, jul. dez. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **EDITAL N. 06. Programa de Extensão Universitária PROEXT 2009 – MEC/SESu**. 2009.

SILVA, K. C. P. et al. Reaproveitamento de resíduos de embalagens Tetra Pak-® em coberturas. **Rev. bras. eng. agríc. ambient.**, Campina Grande. v. 19, n. 1, p. 58-63, jan. 2015.

THIOLLENT, M., ARAÚJO FILHO, T., SOARES, R. L. S. (org.) **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Niterói-RJ: EDUFF, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Ufpel. Programa de Integração e Desenvolvimento Social Sustentável – Pró Reitoria de Extensão e Cultura - PIDS/PROEC/Ufpel. 2009. Versão 07/05/09. Documento eletrônico. p.5.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Ufpel. **Resolução N. 10 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre Regulamento Geral dos Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufpel e dá outras providências. Pelotas. Conselho Universitário, 2015.

Ensino e extensão, o caminho da inclusão. A prática do Adote uma Casa no ensino de Arquitetura e Urbanismo da UVV

Ana Paula Rabello Lyra
Andreia Fernandes Muniz
Alexandre Ricardo Nicolau

Habitação Social integrada ao ensino, à pesquisa e extensão

Uma das preocupações na construção da Proposta Pedagógica do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV), foi a componente social e humana demandada pela profissão. A formação de competências e habilidades inerentes à formação de quem transforma realidades, ambientes e espacialidades foi construída para induzir o aluno a analisar os espaços do cotidiano além das zonas de conforto de cada indivíduo. O exercício do pensar no coletivo, nas questões que norteiam as problemáticas reais da cidade contemporânea foram estruturadas a partir de um repertório que integra teoria e prática. Inicia na teoria que instiga o aluno a rever paradigmas e pré-conceitos através da inserção de conceitos e discussões sobre vitalidade, urbanidade e inclusão; e segue na prática, com o exercício projetual do loteamento destinado à Habitação de Interesse Social.

Os três semestres iniciais do curso consolidam as bases iniciais necessárias para imersão de alunos em realidades demandadas por comunidades locais. Essa imersão é disponibilizada aos alunos ao longo do curso por meio do Núcleo de Estudos e Práticas (NEP) dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Design de Produtos da UVV.

O NEP/ UVV é um espaço destinado à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no âmbito da graduação e pós-graduação, onde os pesquisadores da graduação e do Mestrado em Arquitetura e Cidade desenvolvem seus projetos de pesquisa e extensão. Esta oportunidade se integra aos valores institucionais de trabalhar o Desenvolvimento Humano na promoção de ações de responsabilidade social integrando a comunidade acadêmica e externa a Instituição.

O desenvolvimento da cidadania é trabalhado no curso ao aliar o ensino, a pesquisa e a extensão em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com foco na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O incentivo à dinâmicas que aliam a vivência prática das teorias em um exercício demandado pela região em que a Instituição se insere, favoreceu as aulas de campo, as visitas técnicas e as práticas nos laboratórios e Núcleos de Extensão da UVV. Os conhecimentos adquiridos nos primeiros semestres do curso são enriquecidos no contato com a comunidade externa através da participação orientada do aluno sob a supervisão direta de docentes da Instituição.

Este incentivo à promoção de ações integradas e multidisciplinares foi o que motivou a inclusão do tema Habitação Social no primeiro Ateliê de Projeto Integrado do curso. O conteúdo procura sensibilizar o aluno para a questão do morar digno e promover uma discussão crítica sobre a evolução da produção da Habitação de Interesse Social (HIS), com ênfase nas práticas brasileiras. Ao debater o conceito de habitar e morar, os alunos são expostos aos problemas dos déficits habitacionais, das políticas públicas e dos Instrumentos Urbanísticos inerentes à problemática. Nesse processo são instigados a estudar conexões, valorização da paisagem, relações entre volumetrias, cheios e vazios, entre espaço edificado e o entorno livre de uso público que qualifica a moradia.

Ademais, ao estudar as novas soluções projetuais aliadas aos novos arranjos familiares e às demandas próprias das moradias, os alunos aprendem sobre flexibilização e o dimensionamento qualificado dos espaços. Trata-se de um exercício que motiva o aluno deste o início do curso a pensar, em primeiro lugar, na escala do conjunto da paisagem, e depois, na escala do edifício que irá compor essa paisagem. O aluno aprende a importância do pensamento holístico e a entender o caráter multidisciplinar destas intervenções.

“Processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” a extensão universitária como processo acadêmico possui ações mais efetivas se estiver vinculada ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa), que colocam o estudante como protagonista de sua formação profissional e cidadã (FORPROEX, 2012, p. 28). Neste aspecto, enquadra-se o projeto Adote uma Casa.

O projeto de extensão a partir da Lei de Assistência Técnica

A intenção de criar um núcleo de práticas para atender as demandas sociais da comunidade externa, em sintonia com o PDI Institucional, surgiu junto à criação do curso e no mesmo ano em que foi aprovada a Lei de Assistência técnica brasileira. A Lei n. 11.888/2008 foi criada com o intuito de assegurar “às famílias de baixa renda Assistência Técnica Pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social” (BRASIL, 2008). Esta Lei legitimou as possibilidades de práticas de extensão institucionais por meio de residências, laboratórios e núcleos de extensão.

No âmbito da Universidade Vila Velha, essa assistência está incorporada às principais finalidades do NEP, através da aplicação prática dos conhecimentos técnicos e teóricos da formação e da integração com a pesquisa científica. O regimento do NEP resultou de um trabalho estruturado pelo Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Instituição. Durante sua elaboração foram realizadas reuniões com os Conselhos Regionais que fiscalizam o exercício profissional dos Engenheiros Cíveis e o dos Arquitetos e Urbanistas, respectivamente, CREA/ES e CAU/ES. Tais reuniões contribuíram para definição da gestão e funcionamento do NEP. Todos os projetos são coordenados por professores com registro profissional ativo no respectivo conselho. A coordenação geral do NEP é feita por um professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e todo trabalho desenvolvido no NEP é supervisionado por um professor de um dos cursos que compõem o Núcleo.

Para o funcionamento foi estabelecida ainda uma parceria com Organizações Não Governamentais e Prefeituras Municipais, sendo vedado ao NEP a promoção de atividades político-partidárias e concorrências diretas com atividades destinadas a escritórios de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design. As atividades do NEP têm como propósito a contribuição social no desenvolvimento de atividades de assessoria técnica às comunidades em situação de vulnerabilidade socioespacial. Funciona com a participação de alunos bolsistas e voluntários que assumem junto ao professor ou professores orientadores, o compromisso com o desenvolvimento de um projeto.

O Projeto Adote uma Casa é um desses projetos criados com a finalidade de atender a uma demanda constante que instigava docentes e discentes do curso: as condições precárias e sub-humanas de moradia de uma grande parcela da população brasileira e local. O Adote uma Casa surge como uma possibilidade real de unir o ensino, a pesquisa e a extensão ao atrelar a formação profissional ao desenvolvimento científico. Constitui o instrumento de aplicação prática das pesquisas e da teoria da sala de aula no exercício do papel social da Universidade. São objetivos específicos do projeto:

- Proporcionar acesso de famílias de baixa renda, moradoras de áreas periféricas da cidade, a profissionais de arquitetura e engenharia;
- Proporcionar aos alunos vivência prática atrelada a questões sociais;
- Complementar a formação do aluno articulando parcerias com o mercado através de visitas técnicas, aulas abertas, imersões em práticas profissionais, treinamentos técnicos, palestras etc.;
- Ampliar conhecimento técnico-científico sobre Athis;
- Estruturar métodos e práticas inovadores sobre Athis.

Trata-se de um processo contínuo onde a vivência prática retorna à comunidade acadêmica na forma de conhecimentos que materializam as competências adquiridas durante todas as etapas que envolvem o Projeto. Os alunos envolvidos desenvolvem competências e habilidades relacionadas as etapas de vistoria, perícia, avaliação, supervisão, coordenação, planejamento, elaboração de projetos e de especificações, orçamento, gerenciamento e execução de obras.

A exercitação prática dos conhecimentos adquiridos em diferentes disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo para o desenvolvimento do Adote uma Casa, caracteriza-se de forma multidisciplinar ao reunir diferentes informações que se complementam na aplicação de soluções de um problema comum. No caso específico do Adote uma Casa, esta multidisciplinaridade é complementada pelas etapas que envolvem a interação com agentes sociais, líderes comunitários, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Ocip), profissionais de áreas afins e a população em vulnerabilidade social que demandam por esta assessoria técnica.

Neste projeto, a equipe do NEP é responsável pelas etapas que abrangem o diagnóstico, levantamento de campo, desenvolvimento dos projetos arquitetônicos, hidrossanitário e elétrico, detalhamento e especificação dos materiais, orçamento, planejamento e execução das obras. São atividades que abrem oportunidades para alunos de diferentes períodos trabalharem conjuntamente. As habilidades para que os alunos se candidatem as vagas destinadas para este projeto são adquiridas

nas componentes curriculares complementares ofertadas no curso de Arquitetura e Urbanismo. Tais habilidades reúnem conhecimentos adquiridos nos eixos Teoria e História, Concepção, Tecnologia da Construção e Representação e Expressão do curso.

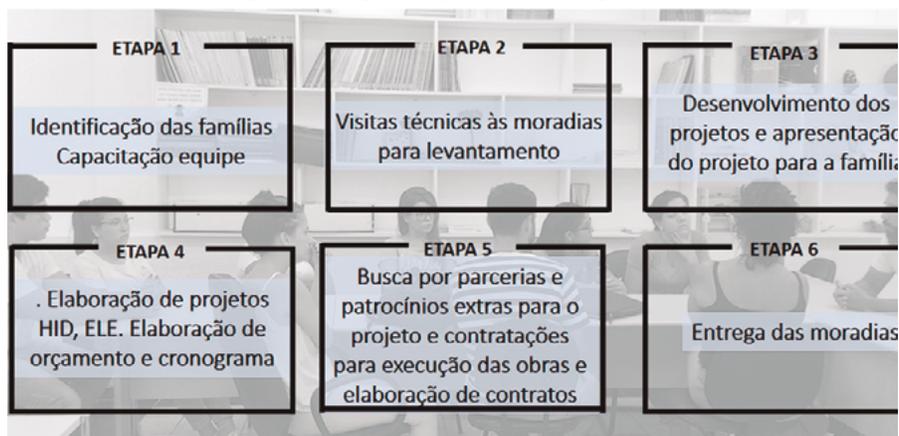
A atuação no Adote uma Casa contribui para o desenvolvimento de inúmeras competências a partir do conjunto de habilidades adquiridas no âmbito do curso de graduação. A definição das atividades de intervenção a serem desenvolvidas nos projetos do Adote uma Casa restringe-se às habilidades e competências atreladas a solução de problemas relacionados aos aspectos de conforto térmico, acessibilidade, salubridade e humanização das casas selecionadas.

Nos últimos cinco anos, atuando em dois bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo, o projeto já realizou diversas ações, incluindo a execução de projetos em doze moradias e a execução de reformas para melhorias em cinco delas, com recursos disponibilizados através de parcerias preestabelecidas e doações de entidades, pessoas físicas e jurídicas. O projeto apresenta importante integração com o ensino e pesquisa, a partir de metodologia fortemente vinculada às políticas públicas, neste caso a Lei de Assistência Técnica, proporcionando impactos de naturezas diversas, além de articular ensino, pesquisa e extensão universitária de modo a afetar positivamente a formação profissional amplamente conectada a uma demanda social latente.

Metodologia do Projeto Adote uma Casa

O processo de elaboração do Projeto contempla seis etapas que tem início com a definição e seleção das famílias e capacitação da equipe de trabalho (Figura 1). Nesta etapa existe a interação da equipe com os agentes sociais de prefeituras, do território da intervenção e eventualmente de alguma Ocip. As capacitações acontecem na sede do NEP para apresentação da equipe, metodologia de trabalho, área de intervenção e cronogramas. Em cada início de etapa é realizada uma reunião de balanço e atualização das informações com instruções para a próxima fase.

Figura 1 – Etapas integradas multidisciplinares



Fonte: Equipe NEP, 2019.

Os critérios para seleção das moradias a serem contempladas com reforma são:

- A família deve ter renda de zero a três salários mínimos;
- Deve estar localizada em área de interesse e/ou risco social, de preferência em Zona Especial de Interesse Social (Zeis);
- A residência não pode ser fruto de locação;
- A residência deve apresentar manifestações patológicas passíveis de solução e vinculadas aos quesitos de salubridade, acessibilidade e conforto térmico. Não são contempladas moradias que contenham problemas estruturais graves, que representem riscos para os moradores;
- A residência deve atender às limitações dos custos financeiros previstos para a reforma/melhorias habitacionais;
- Famílias que tenham problemas relacionados ao uso de entorpecentes e/ou conflitos entre membros não são contempladas;
- Durante a execução das obras de reforma, se necessário, a família deve buscar outra residência para morar (aluguel provisório, casa de parentes). Estes custos são de responsabilidade dela.

As visitas técnicas às moradias são realizadas a partir da segunda etapa quando a equipe realiza o levantamento físico e fotográfico da área de estudos. Esta etapa integra as atividades complementares ofertadas pelo curso de graduação, onde os alunos interessados têm a oportunidade de conhecer a realidade de grande parte da população em uma visita guiada por docentes do curso que identificam as

patologias da edificação a ser analisada. Nesta fase todos os participantes ficam sensibilizados com a realidade que encontram as residências que passarão pela reforma. A perspectiva de transformar a vida dessas famílias cresce em cada etapa e motiva o envolvimento e engajamento do grupo (Figura 2).

Figura 2 – Visitas técnicas



Fonte: Equipe NEP, 2019.

O referido espírito de engajamento está presente também na etapa de desenvolvimento dos projetos. Os alunos envolvidos elaboram propostas em parceria com os professores participantes do projeto. Neste momento a vivência dos Ateliês de Projetos Integrados é reproduzida no NEP a partir das diretrizes definidas pelos professores. As recomendações contemplam a otimização da estrutura existente para reduzir a demanda por demolições, preservar as áreas molhadas próximas, manter a cobertura existente e minimizar os custos inerentes a reforma. A pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Arquitetura e Cidade sobre a qualidade do ambiente construído é debatido pelo grupo nesta fase em que os estudos são compartilhados com a equipe na busca de soluções para resolver as patologias identificadas na visita *in loco*. Esta etapa contempla ainda a elaboração e compatibilização dos complementares elétrico, hidrossanitário e de conforto (Figura 3).

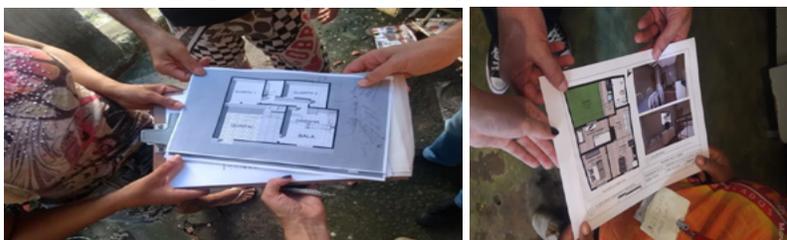
Figura 3 – Desenvolvimento dos projetos



Fonte: Equipe NEP, 2019.

O projeto arquitetônico elaborado em nível de estudo preliminar é apresentado à família, que verifica se a proposta está adequada às suas necessidades. Após aprovação do projeto pelos moradores, são elaborados os projetos de instalações prediais, o orçamento detalhado e o anteprojeto de arquitetura (Figura 4).

Figura 4 – Apresentação do projeto à família



Fonte: Equipe NEP, 2019.

O NEP em conjunto com os parceiros institucionais busca parcerias para execução da obra. Os parceiros consistem em empresas privadas e pessoas físicas atuantes nos diversos segmentos da construção civil, que doam insumos materiais e dinheiro via conta bancária do projeto. O NEP é responsável pelo planejamento, gerenciamento, acompanhamento e entrega da obra, que é executada por mão de obra paga pelo projeto e voluntários, que atuam na etapa de acabamento (Figura 5).

Figura 5 – Execução das obras e participação dos alunos



Fonte: Equipe NEP, 2019.

Após a execução das obras a equipe do NEP realizada a entrega das obras à família.

Figura 6 – Casa entregue pelo projeto



Fonte: Equipe NEP, 2019.

Resultados

De 2015 a 2019 o projeto Adote uma Casa realizou projetos de doze moradias e a reforma de cinco delas. Além disso, realizou diversas ações envolvendo alunos e parceiros externos à comunidade acadêmica. O projeto desenvolve as habilidades dos alunos, futuros arquitetos e engenheiros, além de capacitá-los para atuar em área de interesse social. Isso é desenvolvido através de aulas abertas realizadas no canteiro de obras durante a execução da moradia. Destaca-se que o projeto dá preferência a egressos da Universidade a atuarem como contratados na execução das obras.

Nos últimos cinco anos foram captados R\$ 60.176,74 captados em dinheiro e R\$ 85.480,08 em recursos materiais; foram 23 empresas parceiras/patrocinadoras e quatro entidades envolvidas, treze profissionais (pedreiros) pagos para execução das obras (incluindo dois ex-alunos), 21 professores envolvidos, 356 alunos envolvidos, 23 alunos bolsistas contemplados, 420 pessoas externas envolvidas (público externo), 35 atividades externas realizadas (seminários, workshops, palestras, eventos) e dois prêmios recebidos (Prêmio de Inovação Acadêmica INOVA UVV 2019 e Prêmio SINEPE em Ação 2019). Destaca-se também a contribuição para a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas pelo projeto (Figuras 7 a 8).

Figura 7 – Obras realizadas – 2016 a 2018





Fonte: Equipe NEP, 2019.

Figura 8 – Obras realizadas – 2019



Fonte: Equipe NEP, 2019.

Considerações finais

O projeto Adote uma Casa desenvolve uma série de atividades, ações e instrumentos que envolvem diferentes agentes sociais: alunos dos cursos de Arquitetura

e Urbanismo e Engenharia Civil da UVV, professores, entidades, associações de moradores, profissionais da construção civil, empresas privadas, dentre outros. Além de desempenhar um importante papel social o projeto, possibilita o exercício do aprendizado prático, funcionando como um laboratório onde existe a articulação com o ensino da graduação e as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Iniciação Científica e da Pós-Graduação.

O projeto proporciona formação profissional e cívica aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Universidade de Vila Velha (UVV). Isto se deve à sua capacidade de complementação ao processo ensino-aprendizagem, ao realizar métodos de análise, diagnóstico e projetos de intervenção de moradias de interesse social. No âmbito da formação humana, esta implica em contato direto com a comunidade, o que se traduz em consciência social e ação solidária.

Referências

BRASIL. **Lei n. 11.888 de 24 de dezembro de 2008.** Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei n. 11.124. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/11888.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus. Maio de 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Parte 4. Entrevista

Entrevista com Dona Maria Clara: uma homenagem

Clara Luiza Miranda
Vinícius Lamego de Paula

Figura 1- Dona Maria Clara no Museu do Negro, 2017



Foto de Nunah Alle Son.

Apresentação por Clara Luiza Miranda

“Trajetória” e “estória” significam, simplesmente, enfatizar o processo de mudança em um fenômeno. Os termos são, assim, temporais em sua ênfase, apesar de que, eu defenderia, sua necessária espacialidade
(Doreen Massey, 2008).

O “fenômeno em questão” é a história de Dona Maria Clara. Mãe, avó, cristã, lavadeira por 22 anos; mulher de origem indígena; de Aimorés, Minas Gerais; moradora de Vila Velha, Espírito Santo. Ela é liderança de movimento popular por justiça social, desde que compreendeu que a injustiça social é inaceitável à cristandade; militante pela reforma urbana (há mais de 23 anos) e pelo Estatuto da Cidade (2001). É uma das fundadoras do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) há 31 anos. Ela tem influenciado no processo de urbanização das periferias da Região Metropolitana da Grande Vitória nos últimos 40 anos. Nessa entrevista Dona Maria Clara conta parte da história que faz acontecer.

Se os relatos podem ser entendidos como uma das práticas do espaço (CERTEAU, 1994), uma demonstração disso é a trajetória de Dona Maria Clara, contada por ela mesma. Por ser uma protagonista dos movimentos sociais urbanos da Grande Vitória, o seu relato evidencia o espaço urbano como “um produto de inter-relações” (MASSEY, 2008, p. 30), confirma a produção social do espaço.

Henri Lefebvre (2013) diz:

[...] os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. [...] A produção em sua acepção ampla compreende então obras múltiplas, formas diversas, mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção” Henri Lefebvre (2013, p. 125. Trad. nossa).

Portanto, consideram-se esses fatores na estruturação dessa apresentação. Alguns dos feitos de Dona Maria Clara serão destacados da entrevista, aqueles que demarcam as lutas populares urbanas da Grande Vitória.

Afinal, a trajetória individual de Dona Maria Clara é sintonizada com trajetórias dos migrantes rurais para a Grande Vitória, desde os anos de 1970, e com a dos movimentos sociais urbanos que emergem nesse período. A crise provocada pelo desmonte da matriz agrícola cafeeira, incide nas cidades da Grande Vitória. Estas se converteram em agentes fundamentais do novo modelo político-econômico

industrial que se implantava (décadas de 1970-80) e com a intensificação do êxodo rural, que decorre simultaneamente ao advento de movimentos populares urbanos.

À época, a migração era predominantemente rural-urbana (interestadual inclusive), impactando os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, que têm crescimento populacional exponencial, por exemplo: Serra (em 1960 tem população de pouco mais do que 9 mil pessoas, em 2010 tem mais de 409 mil moradores), Vitória (em 1960 tem população de pouco mais do que 85 mil pessoas, em 2010 tem mais de 327 mil moradores) e Vila Velha (em 1960 tem população de pouco mais do que 56 mil pessoas, em 2010 tem mais de 414 mil moradores) – dados do IBGE, 1960, 2010.

O percurso de Dona Maria Clara como liderança popular constitui um filão da trajetória da urbanização da periferia da Grande Vitória, pois é parte da história de cidades como Vila Velha e Cariacica. Ela contribui para o seu desenvolvimento por meio de sua liderança dos movimentos sociais, em processos reivindicatórios (ou de cobrança mesmo) para o advento e aplicação de políticas públicas de transporte e de moradia, para a implementação da legislação urbanística, que ela lutou para aprovarem, ainda para fazer acontecer intervenções urbanísticas públicas. Ela também tangencia, contesta e é interlocutora no âmbito da história urbana,¹¹¹ seja mediante a sua prática dos modos de fazer populares comuns às periferias brasileiras, seja distinguindo sua posição no mundo como classe trabalhadora, na luta secular por terra, trabalho e dignidade.

Não obstante a antiguidade dessas lutas, Dona Maria Clara é uma militante *moderna*, encara sua luta como uma tarefa, um compromisso em defesa da vida. Ela contestou a ditadura civil militar (1964-87), resistiu à crise fiscal, à inflação galopante e ao desemprego e contribuiu para as conquistas do período democrático. Atualmente, integra-se às novas lutas pelo direito à cidade e pela implementação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade. Sua luta não é meramente reivindicatória, é política também, pois contesta a desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Dona Maria Clara sentencia: “Os homens não deu conta, o egoísmo não deu conta de fazê a partilha da terra pra quem cuida da terra, pra quem precisa da terra”.

Dona Maria Clara interagiu (uns com cobranças outros com afinidades) com políticos como: Vasco Alves, Vitor Buaiz, Albuíno Cunha de Azeredo, Max Mauro, Cláudio Vereza. Contudo, destaca-se aqui a conjunção de sua trajetória com a repercussão da adesão de Dom João da Mota de Albuquerque (Arcebispo do ES, 1958-84), às teses de Concílio Vaticano II de João XXIII (1961-65).

¹¹¹ Aqui se baseia na distinção conceitual de Milton Santos (1992) entre história urbana (divisão do trabalho, socialização) e história da cidade, relacionada à vida concreta (habitação, propriedade, urbanismo, centralidade, vida, fruição).

Com Dom João, desde 1965, a Igreja Católica estadual tornou-se progressista, havia consonância com a necessária transformação da realidade adversa a uma crescente população periférica, sem acesso aos bens urbanos básicos. Por meio de inovadoras práticas de evangelização, apoiava o trabalho das pastorais com entusiasmo e implantou as Comunidades Eclesiais de Base (havia trezentas CEBs na Grande Vitória, conforme Ana Doimo, 1983). As CEBs amparavam os movimentos populares da região, que se desenvolveram incrementalmente sob as condições estruturais adversas do período: desigualdade, crise na moradia, no transporte, desemprego e carestia.

Dona Maria Clara atuou ou testemunhou a produção de espaço da Grande Vitória desde que chegou ao estado: São Pedro, em Vitória; Jardim Marilândia, Jaburuna, Santa Rita, Aribiri (manguezais), o surgimento de loteamentos para população de baixa renda no mandato municipal de Vasco Alves (1983-86) em Vila Velha até o Minha Casa Minha Vida de Jabaeté (2015). Ela teve papel fundamental na transformação de Terra Vermelha, em Vila Velha, um loteamento de 1970 que não foi consolidado imediatamente. Ela atua nessa área desde o início de seu povoamento, na época da gestão de Max Mauro (Governo estadual 1987-91) e na segunda gestão municipal de Vasco em Vila Velha (1992-96), participando do surgimento de vários bairros como: Normília Cunha, Ulisses Guimarães, Gaivota e outros ainda em formação. Ela narra, ainda, os processos de ocupação da área do Bairro Dom João Batista e Padre Gabriel, em Cariacica, assim como recentemente, sua aproximação de ocupações em outros municípios capixabas como: Aracruz, Colatina, Linhares e, finalmente, o circuito de ocupações na área central de Vitória, ES, iniciado em 2017, quando ela passa a agregar-se com novos movimentos como o Brigadas Populares, porém, deparando-se, na ocupação da Fazendinha, com pessoas que padecem do mesmo tipo de marginalização das políticas públicas testemunhado no início de sua militância.

Percebe-se em sua narrativa a radicalidade democrática através da busca da criação de consensos na base do diálogo franco e amoroso, além da preocupação com a formação de novos militantes. Ela sabe que a experiência de participação é munição nas lutas populares urbanas, daí emanam procedimentos, método de luta e de organização.

Entrevista por Vinicius Lamego de Paula

Figura 2 – Dona Maria Clara na Ocupação do Iapi (Ed. Getúlio Vargas) 2017



Foto de André Alves.

VL - Então tá, vão, quer dizer a gente tem um roteiro, você pode começar falando da sua trajetória de vida. Você é aqui mesmo de Vila Velha?

MC - Não, não, eu não sou de Vila Velha, eu sou mineira, nasci em Minas, me cresci, casei, quando eu vim para Vitória eu trouxe 4 filhos, os meus filhos mais velhos já trouxe de lá para cá né? [...]

VL - E como que você entrou na luta pela moradia, como que foi esse processo.

MC - [...] eu entrei nessa luta quando eu descobri de fato que eu era uma cristã, que eu era de fato uma cristã que tinha um compromisso com a vida, porque até então isso é uma descoberta ta? Ser cristão, ter compromisso é uma descoberta muito grande para a vida das pessoas. [...] eu só conhecia trabalho, estudar eu não estudei porque não tinha escola lá no meu local. [...] Eu me casei na penha do capim. Fiquei ali na região, né? Nossa ali da Penha do Capim, quando eu adoeci eu vim embora, tá? Para a cidade, para Aimorés. Ali eu me tratei, fiquei boa, que eu sofri aquela malária, né? Meu marido também sofreu a malária. Aí me tratei, continuei na cidade, mas aí eu precisei de ajudar o meu marido, porque nós na roça a gente plantava, colhia e vendia e tinha de comida, viemo pra rua, ele não tinha mão-de-obra qualificada para trabalhar, ele não tinha emprego, aí calhou de eu ficar doente e me tratar, tratei, comecei a lavar roupa pra fora. Então levei a vida de 22 anos de lavadeira, pra que eu ajudasse ele cuidar dos meu filho, trabalhar para cuidar

dos meu filho, mas quando meu outro filho adoeceu que eu vim embora para cá, aqui eu um consegui emprego para ele na Prefeitura, na Prefeitura de Vila Velha, na Prefeitura ele trabalhou trinta anos, graças a Deus, carteira assinada, morreu, né? Tem três anos que ele é morto e eu continuei lavando roupa, mas só que aí eu recebi aqui, eu recebi um convite da legião de Maria, tá, e eu fui frequentar a legião de Maria. Então, criando os filho, lavando roupa e rezando e conhecendo o que é a palavra de Deus, o compromisso que Deus me deu eu peguei ele. Só que nesse compromisso de cristã eu não vi outra coisa a fazer a não ser a vida, a fé e a vida, que a fé sem obra é morta, aí entendendo que a fé né? sem obra é morta, eu comecei na visita, na conversa, na reflexão, que deu circo bíblico, reflexão da bíblia, eu comecei a ver a miséria que meus irmão passava que era a mesma minha, que era a mesma minha situação, eu via as pessoas passando. [...] Eu vendo essa negação eu comecei então a cobrar, tá? Eu primeiro cobrava os bispo, cobrava os padre, cobrava as irmãs. Por que? Na medida que eu levava pra igreja, na reunião, o que que é que agente estava fazendo, qual foi a leitura que a gente leu, o que que a gente colocou em prática, em prática, em ação, o trabalho do entendimento que a gente viu, a gente viu que a gente não podia ficar quietinho, a gente tinha que fazer, né? Coisa maior. Aí vieram a situação por roda da gente, a miséria, a situação minha igual a dos outros, dos outros igual a minha, vamo ajuntá pra fazer alguma coisa. E aí, comparando as coisa que tava na bíblia, as coisas que tá na Lei, a visão que as pessoas faz quando a gente cobra, o que que nega o que que faz, quando ele quer, o que ele promete, o que que de fato ele tá fazendo naquilo que prometeu? Nada, então nós temo que cobrar. Então eu comecei a fazer isso, chegava, via aquelas pessoas sem casa, aquelas mulheres que nem sabiam como trabalhar, fazer as coisa, entende, mas eu, não é me revelando orgulho na minha vida não, mas quando eu comecei por gente, tá? [...] E aí, recordando toda a história do evangelho e toda a trajetória de vida que eu levei, aí o que é que eu pensei, eu tenho que fazer alguma coisa né? Porque o evangelho falava assim, olha! A fé sem obra é morta, então não tem medida não é trabalhar pra quem precisa de trabalhar, aí eu só achei um caminho, esse caminho de cobrar o que é de direito porque derepentemente nessa luta toda eu conheci uma entidade, que essa entidade preencheu todo o meu ego, tá? É a Lei do direitos humano, né? Ela é universal.

VL - Quando é que você conheceu essa Lei?

MC - Eu conheci quando eles vieram para fazer a abertura dos direitos humano aqui no Espírito Santo e eu participei porque eu participava de todo o trabalho da igreja, né? Aí participei.

VL - Aonde Foi?

MC - Aqui na Catedral

VL - De Vila Velha?

MC - Não, catedral de Vitória, que ali é Dom João Da Mota de Albuquerque, você conhece, ganhei até um prêmio, olha lá o prêmio (apontou para o prêmio sobre a mesa) que eu ganhei agora. Aí eu conhecendo essa Lei, aí como a gente examinava a palavra de Deus examinava a Lei também. E a Lei nos confortava, tá? Apesar da Justiça muitas vezes e muita e muitas vezes, você tá ali nesse campo, você vai ver que a Justiça no lugar dela aplicar a justiça ela pratica a injustiça dentro da vida humana, porque a justiça é para defender vida e tem muitas vez, muitas vez não, maioria de vez, a justiça defende o capital, que aquele que mexe com o capital, capitalismo, mas não mexe com a vida humana, não cuida da vida humana. Então isso me incomoda demais, tá? Então teve uma vez que eu fui reclamar com o padre. [...] Então, um padre, tá? Me aconselhou quando eu estava numa tarefa muito grande que era uma ocupação, que nós ia fazer uma ocupação

VL - Aonde, você lembra?

MC - Heim?

VL - Aonde?

MC - Lá em Terra Vermelha. E essa ocupação, era uma ocupação assim. Nós já tinha reivindicado do governo, tá? Essa área de terra que já tava fazendo organização com o pessoal que precisava de morar e não podia comprar terra, não podia ter terra né? Não saber como é que é que os trabalhador fazia, trabalhava, mas não podia pagar aluguel, não podia ter sua casa pra morar, construir não podia morar porque nessa época não tinha uma política de habitação. Nessa época era construção civil, o que que era construção civil naquela época, os cara fazia ponte, fazia estrada, fazia casa, mas não tinha uma política pra habitação, né? Então era o povo construía, sabia construir, construía. [...] aí nós reivindicamos porque essa terra era uma terra pública que era uma terra do governo, né? Aí nós fizemos uma reivindicação, mas tava duro deles entender, a gente juntava o povo ia pra fora do palácio, fazia uma zoada medonha e não tinha jeito deles atender...

VL - Quer café?

MC - Não obrigado. Aí não tinha jeito deles atender a gente. Então, o padre me aconselhou. Vai lá e conversa com o juiz fulano de tal que eu me esqueci o nome dele que ele pode resolver esse problema para vocês e ele é muito meu amigo. Rapaz, eu fui para lá para conversar com esse juiz. [...] Aí quando ele me viu eu falei doutor, eu vim para conversar com o senhor a pedido do padre fulano de tal e aí ele falou assim. É a senhora que é a Maria Clara? Que tava falando onti ali aquela bobajada toda? Rapaz, quando ele falou, ele falou numa voz tão forte pra mim e eu quando criança muito judiada, eu tinha uma mania de urinar à toa, qualquer susto que eu tomava eu me urinava. Olha a urina desceu na hora, me urinei todinha, calçado ficou tudo cheio de mijo, falei meu Deus o que que eu vou fazer, falei tudo bem. Aí ele falou boa tarde, vai cuidar dessa coisa que você tá fazendo aí, vá cuidar lá com

o Governador e deu aquela porção de brigueiro, saí e falei, é o negócio tá feito. Aí na outra semana meu filho, eu juntei mais gente do que aquele, fiz um ato muito maior, tá? Na porta do governo, dali desse ato...

VL - Que ano mais ou menos que foi,

MC - Ih meu filho...

VL - 70, 60 ?

MC - Dá mais ou menos isso, foi a época que o Vasco...

VL - Ditadura?

MC - É, Ditadura, essa época. Vasco era advogado da Mitria de Vitória, tá? E ele acompanhava, todo o trabalho que a gente fazia da igreja ele acompanhava tudo e ele sabia que nós tava fazendo esse trabalho, né? Porque era a reivindicação das comunidade....

VL - Então vocês tinham advogado...

MC - É nós tinha um advogado que era o Vasco. Aí, nessa reivindicação eu fiz o seguinte falei assim ó Vasco, nós tamo preparando pra fazer um outro ato público porque os trabalhador tá tudo sem trabalho [...] ele já era Prefeito, ele tava sendo o Prefeito recém chegado na Prefeitura de Vila Velha. O Vasco ajudou a levar panelão, comida e a sociedade levava comida e eu com aquele povão na porta da igreja. [...] Então foi o único Prefeito de Vila Velha que ajudou o movimento sair pra fora. E aí o movimento saiu pra fora mesmo, todo o Estado passou a criar né? [...] o movimento era o movimento por moradia, né? Depois é que botou o MNLM, tá? Então daí pra cá. E aí se organizamo a nível nacional porque a luta era uma só a quem carregava esse movimento, fazia esse movimento era militante da igreja, da igreja católica, né? E, nós tamo até hoje nessa luta e depois...

VL - Conta um pouquinho até chegar no MNLM, algumas coisas que aconteceram...

MC - Ihhh meu filho, aconteceu tanta coisa... olha, eu fui para presa, só não fiquei na cadeia porque na época quando eu fui presa, primeira vez que eu fui presa já era Max Mauro no governo. Então, Max Mauro já estava saindo do governo e nós tava ganhando Normília, porque nós já tinha ganhado, com Max nós já tinha ganhado Terra Vermelha e Normília Cunha já estava na iminência de agente receber.

VL - Vocês ganharam Terra Vermelha?

MC - Ganhamo, ganhamo pelo governo estadual, pelo governo Max Mauro, ganhamos o Terra Vermelha, tá? Depois do Terra Vermelha nós tivemos o Normília, depois de Normília foi o Ulisses Guimarães que não era Ulisses Guimarães. Nós do movimento colocamos o nome de... é... o nome dela é... o nome... Gaivota, Gaivota. Por que Gaivota? Todo ano as andorinha vem e vai posar naquela região

[...] Depois teve um político do PMDB que era vereador que tirou, né a ação que nós queria que fosse esse nome e botou hoje é o bairro Ulisses Guimarães porque eles jogaram Ulisses no mar né? Mataram Ulisses então botaram o nome do Ulisses Guimarães ali.

VL - E nesses casos teve processo judicial?

MC - Muito e muitos processo.

VL - E vocês tinham advogado?

MC - Tinha. E além do Vasco ser político e advogado que entendia e atendia, ele atendia e entendia porque era um cristão, fazia o mesmo que a gente faz de trabalho, né? Ele então só dava linha de que as pessoa precisava de ser cuidada, precisava de ser atendida, então, aí nós tava tranquilo. Nessa época, né, que o Vasco foi Prefeito, Vila Velha, foi Deputado Federal, voltou, ganhou nota 10, ele e Vitor Buaiz ganhou nota 10 de ser Deputado Federal nessa época, depois veio a, o..... aquele menino Albuino para o governo, saindo Max veio Albuino. Do Albuino, nós tivemos grandes vitórias, que nós ganhemo Normília. Nós botemo o nome de Normília porque era o nome duma professora, olha vocês há de imaginar que tipo de professora.... era mais que mãe de aluno aqui em Vila Velha, a mãe de Albuino, aí nós botamo o nome dela lá em Normília Cunha, tá? Então Terra Vermelha, porque lá é uma região de terra muito vermelha, aí nós botamo o nome de Terra Vermelha. Ulisses Guimarães que é vizinho, então, é o nome de Gaivota, tá? Então, e nós já tinha aqui Dom João, Dom João foi uma ocupação que eu como legionária de Maria, como ministra de eucaristia, eu cuidava desse povo aqui e trabalhando com a comunidade, o meu companheiro de luta, de trabalho era Cláudio Vereza, ele que escrevia tudo o que eu falava, né? O que tava acontecendo o que eu pensava, o que precisava acontecer, ele escrevia tudo, é o Cláudio. Porque eu não sabia escrever [...] E pra mim foi a maior vitória é alcançar, ver, a universidade eu já conheci porque eu saía para palestra lá na universidade, tem uma sala lá que tem o meu nome [...] o pessoal me chamava pra perguntar como é que eu fazia, por isso que estendeu esse movimento porque os aluno né? Aprendia e ia levando e ia trabalhando porque aí quando nasceu, quando eu comecei a fazer o movimento de moradia, eu comecei a preparar o povo que veio também do interior pra cidade, né? Mão-de-obra da terra vindo pra cidade sem saber trabalhar na cidade pra fazer o alto forno da CST, é daquela época, tá? Então, o pessoal me chamava para mim poder ir para lá e até hoje de vez em quando vem um aluno, nosso primeiro arquiteto que trabalhou na Prefeitura de Vila Velha, até hoje ele fala, o que ele trouxe da escola para ele quase não acrescentou nada, só mesmo saber ler e montar as coisa, mas ele aprendeu com a gente no que a gente queria fazer Dom e Jom você pode ir lá ver o bairro como é que é todo traçado por nós, é tudo feito que nós fizemos, o povo fez, o arquiteto sem ser determinado [...] Aluno ir pro meio da ocupação, muitos foram, mas igual vocês, vocês deram linha naquilo que sempre eu sonhei que é tá mais

próximo à justiça. Conhecendo, levando pra dentro desse setor da justiça, tá, esse saber. Entender o que o povo quer, como é que esse povo, que povo é esse, tá, o que que acontece. Porque eu sempre falava com o pessoal, quando eu ia reivindicar né, as coisa com as assistente social, como o governo, tava todo mundo sentado aí eu falava gente aqui tá tão gostoso né, para vocês, pra mim tá incomodando esse ár refrigerado, para vocês é bom que ta de paletó né, eu num tô de paletó. Então gostaria que um dia a gente pudesse ser atendido lá no campo, no olho do sol, no sereno da madrugada e no meio da chuva. Eu comecei a provocar dessa forma e as coisas foram mudando e muitos aluno que viraram professor, saíram da base, dessa base, que a gente discutiu tudo isso, que hoje né, aí o que eu tô vendo hoje né, é que os aluno que tá se formando pra estarem diante, né, cooperando, fazendo a justiça acontecer, aprendendo com a gente o que é real. O que é real, real é a vida, é a vida que a gente vive, desde que a gente acorda, né, é trabalhando, é como se diz né, lá dentro do governo, tem lá os administrador que faz, quer dizer os economista. Não tem um economista maior do que seja uma mãe. Só uma mãe sabe o que que é uma economia, tá. [...]

VL - E o MNLM como que ele surgiu assim?

MC - Ele surgiu porque quando, aquilo que eu falei com você né. É igual hoje, se nós for olhar hoje, essa turminha que veio pra, turminha que veio abençoada ta, que é vocês que veio ali pra dentro daquele despejo e viu e entendeu a situação do pessoal, ficou junto com a gente, criando esse grupo tá, de pessoas pra está próximo, pra conhecer, pra resolver [...] Então essa turminha que tá aqui hoje foi assim que o MNLM nasceu, lá em Brasília, veio gente de todos os Estado.

VL - Você foi?

MC - Fui... fui, de todos os Estado. Aí como é que é organizado. [...] As representações municipais tem representação nessa coordenação estadual, essa coordenação estadual tem representação na coordenação nacional, essa coordenação nacional é formada por dois membro de cada Estado que é filiando o MNLM, entendeu?

VL - Entendi.

MC - Então, quando é na época de fazer o Congresso, a gente faz as reuniões nos município, tira representante pra vir pro Congresso Estadual, no Congresso Estadual, a gente chama de delegado, no Congresso Estadual, a gente tira representante, delegado, representante pra nacional, tira o nome pra cabeça, pra nacional, leva o, pó leva bastante gente, mas os dois nome que é o.... eles falam presidente né, mas nós não gostamo do nome presidente, a gente fala coordenador né. Então leva o coordenador e o vice-coordenador, tá, assim também a mesma coisa nos município pra ficar aqui no Estado. Então esse trabalho, ele é feito com pessoas que já entende a obrigação, o compromisso que ele tem com o MNLM, entendeu? Então, é mesmo

muito difícil, a gente chegar numa coordenação, que nós tiremo uma coordenação (o filho de Maria Clara veio buscar café).

MC - Não aborrece não, é muito difícil a gente chegar numa coordenação como nós fizemo lá na Fazendinha, tá, tirar uma liderança, ou uma ou duas liderança de ponta que ele vá entendendo. É muita briga, é muita desunião, muita coisa, esses são os problema que gera muita dificuldade, muita dificuldade. Porque aí as pessoas quando elas vem, elas vem nua e crua, eles quer uma moradia tá, isso numa ocupação. Agora quando ele vem na direção do movimento e fala assim, eu quero fazer um cadastramento pra mim ficar na fila pra quando tiver né casa pronta eu já estou preparado, ele vem pra preparar, aí eu tenho uma prática de fazer o que, assembleia com aquelas pessoas militante que vem se organizar, pra um dia ela ter a moradia dela e nós vamo cobrar o poder público e às vezes até já visando uma terra que já está em processo de negociação com o governo, seja ele governo municipal, estadual ou federal, entendeu? E isso demanda muita conversa, muita andança, muita paciência, muita e muita, muita, muita fé [...].

VL - E do movimento de reforma urbana, dessa questão da época da Constituição, você chegou a participar?

MC - A reforma urbana. (Mostrou o uma casinha que mandou fazer com uma plaquinha escrito 23 anos de reforma urbana, tiramos fotografias) Quero até que você leve um retrato. Se você quiser tirar um retratinho...

VL - Depois eu tiro sim, que chique.

MC [...] foi criado o Estatuto da Cidade que é uma Lei que nós temos um advogado que ele profetizou, um dia eu as lagrima desceu, né, na hora que eu tava falando porque os prefeito num faz, porque que o governo não faz... ele então falou assim Maria Clara, não se iluda não, vai levar uns 50 ano ou mais pra que essa, essa... esse Estatuto, essa Lei pode começar a valer. Isso foi luta nossa, foi criado o Estatuto da Cidade, tá, reforma urbana, porque nós queremos terra pra plantar e queremos terra pra morar. Então a luta rural e urbana é uma luta só é um sofrimento só, é um povo que luta [...] que procura terra prometida. Os homens não deu conta, o egoísmo não deu conta de fazê a partilha da terra pra quem cuida da terra, pra quem precisa da terra, a terra é a nossa mãe. Da terra nós tirou leite e o mel, é o nosso sustento, os homens, como não reparte o pão, da moda que precisa, pode até partir, mas da moda que precisa ser repartida não, né. Não é verdade? Então é isso, reforma urbana, né, tá na Lei no Estatuto da Cidade. [...] Pouco tempo, nós tinha um prefeito aqui em Vila Velha, quer ver? Foi antes do... é o prefeito... Nilcimar Fraga. Nós temos uma área rural em Xuri, naquela região de Xuri, ali o que que é que o prefeito fez, ele queria transformar toda aquela área rural em urbana, em urbana. E lá nós temo, dentro daquela área lá, nós temo alambique de cachaça [...] horta e tudo o que pode plantar lá, fazer, tem as chácaras do pessoal, tá, ele queria

transformar isso tudo em área urbana, trazendo gente da onde? Da China, empresário da China. Quando a gente rebelou que não, nós precisamos de criar um foro, criamos um foro aqui em Vila Velha. Nesse foro essa menina minha andou com o processo de baixo pra cima de cima pra baixo, tá, na justiça, nós indo na justiça, nas audiências como nós fomos naquele dia lá, naquele dia daquela audiência lá dá...

VL - do Iapi.

MC - do prédio, do Iapi, então, pra poder, pra gente ganhar, outra vitória que eu não esqueço, que Deus abençoa ele nas minhas orações, faço oração pra ele, foi um juiz que teve juízo

VL - Então, aí queria que você falasse um pouquinho das ocupações aqui desde o ano passado, da Fazendinha, do Iapi, da Casa do Cidadão...

MC - Aí da Fazendinha, o que aconteceu. Teve a... quer ver, já tem.

VL - Foi em março de 2017.

MC - Isso, foi no prefeito.

MC - Luciano Rezende.

MC - Fizeram uma ocupação no Mangue Seco. O pessoal que sabia do movimento e tudo tinha necessidade de morar, então fizeram uma ocupação. Já tiveram feito a ocupação São Pedro, outro trabalho já tinha feito. Mas como não tinha como fazer a ocupação em São Pedro mais, que cresceu muito, parou, aí então descobriram lá no Mangue Seco uma área que essa área é uma área da prefeitura, pra fazer lá um determinado trabalho social. Aí o pessoal ocupou, quando o pessoal ocupou, aí veio o despejo, aí mandaram me chamar, eu fui pra lá, pra lá pra poder conversar com o pessoal dar linha pro trabalho, né, que que nós vamos organizar pra cobrar quem, governo, prefeito, quem é? Mas a liminar já estava lá. Então veio mesmo o despejo, então colocaram, falei o pessoal vai pra rua ou onde vai? Então, eles colocaram a gente lá, naquele coisa aqui que a gente faz o... Tacredão. Ali meu filho, botaram a gente ali. Então, o que que a gente exigia, exigia deles a comida, né, o que precisava, então eles levavam, o pessoal tava tudo amontoado, igual ficou saindo da Fazendinha, o pessoal também ficou lá. Aí quando eles ia, aí vai querer botar balinha na boca do pessoal pro pessoal sair, mas sair pra ir pra onde? Onde ir, pessoal não, nós vamos ficar aqui, nós queremos a área, ou terra ou casa. Aí não, não e coisa e tal, aí nasceu a ideia de a gente tá cobrando, bão, se ocês quer que o pessoal sai, vão fazer o aluguel pra esse pessoal, pagar o aluguel, aí na criou Câmara, criou a Lei do aluguel, em Vitória. [...] Esse ano passado agora que terminou, tinha dez, acho que você tava até numa reunião que foi falado as últimas pessoas que já tava saindo, né, do aluguel pra ir pra suas casas própria. Eles foram saindo de acordo que foram construindo ou reformando os prédios. Que como o Lula veio pro Presidência da República, ele então fez aquela questão de ter a reforma nos prédios públicos, reforma

para as pessoas né que tava no aluguel social, que estava precisando de casa. Então aí que foi abrandando a prefeitura foi trabalhando isso e eu participo desse conselho desde essa época, aquele conselho que você foi nele. Desde essa época eu tô naquele conselho. Agora que nós decidimo colocar dois nome que já é nome que saiu dessa ocupação da Fazendinha, tá, que o pessoal que ocupou Fazendinha, isso foram a Fazendinha já foi muito depois que já tinha quase vinte anos que aquele pessoal do Mangue Seco ainda tava esperando e quando eles ocuparam de novo e já tinha decidido aquela área, um pedaço daquela área pelo governo federal, pra construir casa para as pessoas sem casa do município e o Prefeito não fez.

VL - Mas que eu quero que você fale aqui pra mim pra eu registrar. Eu acho legal aquela história que você conta porque que vocês foram pra Casa do Cidadão, saindo da Fazendinha....

MC - ahhh, nós fomos pra Casa do Cidadão, é estratégica, é estratégica, porque uma coisa que endureceu o Governo do Estado mandou o representante dos Direitos Humanos pra lá, ele não deu solução pro assunto porque é governo. Ele é dos direitos humanos, mas não deu direção pro movimento através de governo. Então ficou o governo municipal na linha de frente. Na linha de frente o governo diz pra nós, tá, porque nós fizemos um pleito, nós vamos sair da área, mas nós vamos ter, na hora lá do despejo, nós queremos segurança, nós queremos os direitos humano, as assistentes sociais da prefeitura, cadastrando todas as família que ali está, a resposta do secretário foi de que não, nós não podemos cadastrar mais ninguém porque tem uma fila enorme esperando habitação, então nós não vamo cadastrar pra não gerar né é....

VL - Expectativa.

MC - Expectativa. Aí, o que que estrategicamente, não, ele não vai cadastrar não? Ta bom então * a polícia veio, vocês vão ter que sair, levou caminhão, levou ônibus pra tirar o pessoal e tudo, nós não precisamos de ônibus não precisamos nada, fomos tomamos ônibus, aí fiz a reunião com o pessoal e disse assim ó, vamos pra dentro da Casa do Cidadão, lá um lugar aonde tem que atender todas as pessoas do município. E o direito que elas tem, elas tem o direito de ser cadastrada e o prefeito não quer, nós vamos pra lá, nós vamos sair só quando eles der o sim que vai cadastrar ou que cadastre, nós queremos que cadastre. [...] Que que aconteceu, quando eles sentaram junto o coordenador de lá da Fazendinha que era o Tim, né, sentaram e eu não estava na hora da reunião com a Secretária, aí fecharam o acordo, aí deu acordo, fecharam o acordo, você sai e nós vamos cadastrar e fizeram um documento, fizeram um documento que saindo dali ia ser cadastrado todo o mundo e assinou eles e assinou o coordenador e mais as outras pessoas que tava junto como o coordenador participando da reunião. Quando eu cheguei já tinha dado o acordo e já tava assinado o documento. Mas a gente já sabia também, quando a gente tava discutindo, tava discutindo duas coisa, tá, era resistência ali, mas

a saída era com a ocupação que ela fosse do Governo Federal, que já tava sendo reivindicada através de duas representante nossa no Ministério da Cidade, aquele prédio estava sendo reivindicado pela Maria Clara minha filha e pela Edilza, tá, então essas duas liderança, que a Edilza, ela era do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, mas dentro de um processo de mudança de direção, ela saiu do movimento, com a criação, aí depois ela voltou pra participar das reuniões, já não era, reunião, congresso, sei lá...

VL - Conselho gestor....

MC - Não, não reunião, é.... Conferência, Conferência das Cidade que foi criada pelo Governo Lula, então ela era Presidente do Conselho Comunitário de Vila Velha. Então ela foi para a Conferência, na Conferência ela voltou com outra entidade que tava lá, que ela já tinha saído do movimento, então ficou a cavaleiro, amiga da gente até hoje, tranquila, graças a Deus, no trabalho, ela criou uma entidade que é essa entidade que ela foi pra ela, né, ela pode sendo cadastrada e habilitada ela pode construir né então ela hoje, ela constrói, tá construindo, tá saindo prédio lá em Boa Vista, em Boa Vista não, Bela Vista.... lá perto de Terra Vermelha, que ela tá construindo. Então, este prédio já estava pra sair porque já era ordem do Governo Federal, pra habitação do movimento social entidade e ela criou a entidade e fez essa reivindicação. Então pra nós do Movimento de Luta Nacional de Luta por Moradia, a minha filha e ela fizeram uma conversa e trouxe pra mim e eu achei agradável e tranquilo, então, ela constrói e nós tem a demanda, então daria pra nós trabalhar muito bacana, mas ela ficou com raiva porque a gente fez a ocupação, aí ela ficou com raiva disso acontecer, então desistiu de tá fazendo o trabalho com a gente, mas na realidade, hoje qualquer hora, se nós tiver aquele prédio na mão de novo, né, porque agora tá na mão de outra entidade que a gente então buscou que também tem, ela é habilitada no, no, no Ministério da Cidade, que nós buscamos que é a Penha. Mas a Penha, ela andou fazendo umas conversa que não vai trabalhar com o movimento e pra não trabalhar com o movimento, tá, nós então tão fazendo um trabalho queremos ajuda de vocês, tá, pra aquele prédio seja pra assentar aquelas pessoas que estavam na Fazendinha e que foram lá pra Casa do Cidadão e que tá no Santa Cecília, aquele pessoal que tá no Santa Cecília, nós temos o compromisso com aquelas pessoas, com aquelas famílias, tá, então a estória é essa, tem mais alguma coisinha que passa um pouquinho da cabeça, tá, mas é isso que você também conhece, esse pedaço aí você conhece. Agora é travar com coragem, dizer aqui eu sou defensor e a minha defesa é essa e eu vou falar com você uma coisa, eu fiquei assustada, assustada não, tem susto não, mas na moda de falar, na hora, na hora que, aquele.... aquele rapaz que foi defender o direito deles é tem direito, é.... como diz né, como que fala é herdeiro, herdeiros e herdeiras, quem era, quem não era, mas ainda tá lá na justiça para ser defendido quem é de quem mesmo, por enquanto a gente sabe que tá lá à toa e não é de ninguém, tá lá à toa, tá servindo a nada, então, eu fiquei preocupada assim, mas pra conversar com

você, eu queria saber como é que é que nós vamos fazer porque ele falou, o rapaz falou, ali não vai ser pro movimento e fez uma fala assim né é o movimento quem é o culpado. Eu tenho um culpado porque aquelas coisa aconteceu ali, o culpado é o desleixo de uma má administração política, seja o governo municipal, onde cair, seja o governo municipal, seja o governo estadual ou seja o governo federal, mas eu acho que o bem público não pode garantir tanto direito na justiça não, tem que fazer justiça a quem precisa e quem precisa é aquele povo que de lá saiu também né, que já saiu que desocuparam, mas se vir outra remessa parecida com aquela, eu acho que tem uma parte nas suas mãos também, que você pode defender, dentro de tudo o que Deus determinar de sabedoria, de momento, de busca, tá, pra que você possa aquela defesa que você fez lá, ela foi bonita, ela foi boa, mas ainda não está acabado o que precisa de acabar, mas ainda vai vir chumbo grosso em cima do movimento, tá, e aí a estória do movimento eu passei toda pra você, quem quiser mais saber eu passo, é isso e não me conformo com nada criado para todos seja de uma minoria, ou de uma pessoa e que tá largado a nada servindo pra nada. Que lindo que você veio meu filho, que lindo que você veio [...].

VL - Só duas coisinhas eu fiquei curiosa. Qual foi a primeira de todas as ocupações que a senhora participou?

MC - Tem a de São Pedro e de... aquela..., a primeira foi de São Pedro, depois foi de Rosa da Penha.

VL - E quando?

MC - Aquela Rosa da Penha lá urubu comeu gente, foi a época mais difícil que tava vivendo o Estado do Espírito Santo porque que tava amontoando o povo do interior tudo pra cidade, encheu os morro, acabou com os mangue. Tá, aí depois de São Pedro veio tantas minha filha, São Pedro veio Rosa da Penha, Padre Gabriel, Padre Gabriel morreu à toa não, morreu por defender vida, então, Padre Gabriel morreu, então tem o nome dele lá no bairro, tá, aqui tem o Dom João Batista, tá [...] Depois Santa Clara, Santa Clara foi que nós tava querendo aquela área do laranja, nós tava querendo que o governo, é... a gente fala governo não compra ele desapropriá, né, desapropriar a área do... desapropriar é pagar né, a área do laranja pra nós assentar as pessoas que tava no movimento e precisava da sua casa. Então, aquela área de Santa Clara, tá, foi uma área que era pra assentar as pessoas, teve uma dificuldade enorme, mas nós conseguimos ainda ter aquela, aquele pedacinho lá né que deu pra fazer trezentas e poucas casa, tá, ali.

VL - Nessa época das primeiras ocupações era com o pessoal da igreja mesmo que a senhora.... ou já tinha o MNLM?

MC - Aí minha filha, era o pessoal que era de igreja, era o pessoal que não era de igreja, era pessoal que era... porque o movimento é o seguinte, quem vem para o movimento ele vem como vida como pessoa, como cidadão ou como uma cidadã

ou querendo ser, que às vezes ainda não é, porque para ser cidadão de fato tem que ter todos os seus direitos e ter um endereço certo, né, então não tem um endereço certo ainda não virou um cidadão, né. Então, depois foi a Terra Vermelha, o Ulisses Guimarães que eu já falei que é Gaivotá né, mas bota aí Ulisses Guimarães que é o que tá na Lei. E... Jaburuna tem uma parte Jaburuna, uma parte baixada, também é ocupação do povo, e Santa Inês, Santa Inês também é uma ocupação. Aqui na Marilândia também é uma ocupação, tá, na Serra, não sei se você já ouviu falar, na Serra, é uma área, uma área, tem mais, tem 3 mil casas, era, era... a massa falida, tá, então é um trabalho nosso também ocupamos todas aquelas casa que o fazendeiro faliu, foi embora, a empresa foi embora, aquilo ficou lá e nós ocupamos, fizemos ocupação, né. E os outros locais também que a gente fez que tem muitos que eu acabo esquecendo. Aracruz, Casa Grande é nem aí, Aracruz ele mandou despejar mais de 300 famílias e já estavam como casinha, casa pronta lá, ele mandou despejar, a polícia foi pra lá, uma senhora doente tomou um susto tão grande que ela morreu, ele vem aí. Linhares, pessoal tava morando, Colatina é área de terra, de moradia lá perto do Cruzeiro, Baixo Guandú, * agora se eu tivesse um recurso pra botar uma pessoa com eu ou outra pessoa pra ir cada lugar dos assentamentos do movimento eu levaria, eu tinha vontade de mostrar o que eu tô falando e o que o povo passou e viu e participou.

VL - Das reuniões assim que a senhora participou com a justiça, audiência pública, prefeitura, assim, qual a impressão da senhora, o que você achou, que a senhora mais gostou, qual que teve um melhor resultado na sua visão?

MC - Até agora o que tá acontecendo tá, primeiro aquilo que eu falei pra você lá da nossa área de..... né de Jabaeté, não de.... aqui não virar área de.... urbana, ser área rural, na justiça, aquilo ali pra mim foi um grande pedaço e depois agora o resultado que tá tendo, com todo o barulho que tá tendo, com tudo que tá acontecendo, a vitória é grande porque nós conseguimos, eles apontar pra gente, tá, um foro onde a gente pode discutir que que é que o movimento precisa e quer dentro da Lei. Eu tô entendendo que isso se ainda alguém não entendeu isso eu tô visualizando, se tiver um homem ou mulher de coragem ali como eu já senti e já vi, vai nascer coisa boa nova dentro dessa justiça nossa, vai nascer, mas é preciso vestir a roupa da que eu vou fazer isso aqui porque eu vou defender vida, não vou defender dinheiro não, a casa grande não, vou defender trabalhador que bota comida na minha mesa e não come. Trabalhador que sabe mexer com a terra é filho da terra, mas não tem terra pra plantar, então essas terra tem que ser distribuída, os bens tem que ser distribuído a todos, a Lei fala muito claro, ninguém pode tá fora da Lei, mas a Lei não pode negar o que ela é e ela tá negando, mas isso só vai mudar e fazer as coisas acontecer de fato é quando as pessoas botar o compromisso no coração nesse tipo de visão do trabalho, senão nada feito. Quando tiver dinheiro, hoje mesmo vi um programa ali que falou olha justiça é pra quem tem dinheiro e é fato, é fato, porque que a justiça está acima de todas as outras entidades e não faz

o papel dela? Renega um pouco do bem, teja o bem só pra produção de trabalho, mas não pra se enriquecer igual nós tão vendo aqui em Vila Velha, juízes sendo, confiscando terra, contando pessoa se botar o pé ali em meio metro de terra ela é apanhado pela polícia, a polícia que a gente paga ela pra bater na gente, que justiça é essa? Eu saio dali com mais coragem ainda de falar essas coisa e de fazer essas coisa, quando eu vejo que a notícia da justiça é o seguinte, * eu tô defendendo isso por isso, mas porque que é que você precisa daquilo, o que você tem não basta, não almoçou e jantou? A noite é só uma merendinha que vai dormir, não pode dormir empanturrado não, entendeu? Tô chateando vocês não tô?

VL - Tá não!

MC - Tô não?

VL - A gente está gostando muito aí das suas estórias. Tem algum momento atual que te deu essa esperança da justiça ser diferente ou...

MC - Como é?

VL - Você falou que a justiça hoje parece estar mudando, porque você fala isso?

MC - É porque tem alguém querendo saber como é de fato que o povo vive. Olha, olha, a gente tem que fazer o seguinte, num botar a mão no fogo porque queima, mas se você abrandar o fogo você, o aquecimento do fogo com o seu corpo você vai dando o jeito de arrumar, então você não queima a mão e o fogo prevalece o seu sentido de esquentar sua comida de fazer seu café, né? É tudo botando na prática da visão de viver, é isso. Pra mim agora nós temo que debruçar e começar aquilo que nós começamos, aquele trabalho que você fez lá, trabalho bonito, ali você juntou quem, quem tá na administração, tá, na realidade não tem a caneta dele na mão não, mas se ele levar o patrão dele que é o prefeito, que é o governo e dizer não lá não tem jeito não o povo quer isso, o respeito tem que ser para aquele que tá com a barriga vazia, entendeu? Então, o senhor não tem coragem não, eu se eu teimar com esse pessoal aqui de fazer o que eles quer, eu sou um comandado do prefeito, mas um comandado ele * aí o prefeito fala não isso aí não é minha política e eu não vou fazer, então você vai precisar me negar. Você vai me negar e eu vou continuar lutando, vou continuar teimando, tá? Aí até aquele que não pode fazer mesmo, ou ele vai conscientizar e dizer assim aqui não tem jeito mesmo, a justiça chegou, bateu na justiça e ela fez o mesmo papel dele, vai dizer assim, não isso aqui tem que ser feito é assim, porque na realidade tem que ser muito bem pensado, os bens de todos é de todos, igual se fala em justiça se cumpre, justiça é justiça, mas pra cumprir é preciso olhar o roda todo do universo, tá. O Brasil, na forma que ele tá, nosso Deus, gente, vai ter muita dificuldade, vai ter nego e branquinho também no tronco, vai. A escravatura não acabou, ela não acabou, ainda tem parte nesse mundo que ainda não tem que governe, então, nós precisa dessa parte nós governar ela que é defender a nossa vida.

VL - Só pra, rapidinho, o que você entende sobre o direito à moradia e sobre o direito à cidade?

MC - Direito à cidade é tudo o mesmo da moradia porque o direito à cidade, o que que é moradia? A gente fala essa cidadania de fato, por que? Nós queremos a terra pra construir, mas dentro dessa terra tem que ter um planejamento aonde toda a política pública tem que tá em conjunto, coletivamente, tá, há que ter a sala de aula, há que ter o transporte, há que ter o lazer, que ninguém é de ferro, há que ter a saúde, tá. Então toda política pública tem que tá junto, aí nós tem cidadania e uma cidade bonita, tá, de se olhar na cidade se tem assim, poxa que menina bonita, que coisa bonita, uma menina jovem né, olha só tão crescendo as menininha, ai que menininha tão bonitinha! A cidade tem que ser assim, tá, ter conforto, ter água encanada, ter esgoto, ter o trabalho todo bem feitinho, eu penso assim e o movimento é isso, por isso nós conseguimos fazer a Lei do Estatuto da Cidade, a Reforma Urbana é a reforma da cidade é fazer essa velha moça ficar nova, bonita, é a defesa tudo o corpo.

VL - E a diferença de ocupação e invasão, para você o que que....

MC - A diferença, não tem muita diferença não tá? Por que? A ocupação, nós falamos ocupação porque, eu não admito que eu sou uma brasileira e vão me chamar de invasora. Invasora é aqueles que vieram pra cá, mas nós que somos filho dessa terra podemos deitar no berço e balançar esplendidamente tranquilo, se tivesse tudo arrumadin da forma que precisa ser, tá? Então eu não aceito dizer que um brasileiro é invasor. Ele é ocupante, ele ocupa, tá. Agora que confisca terra, pra juntar terra, esse pra mim eu nem considero ele como invasor não, um grileiro! Tá, um grileiro, veio de fora para pegar a nossa amazônia, levar nosso ouro, levar tudo e todo mundo ó, com a boquinha fechada, não, vai vim dinheiro de lá para montar nosso governo aqui e dá uma balinha doce para esse povinho que tá aqui morrendo de trabalhar e não tem o que comer, mas são vagabundo, são uns leigo, são as prostituta, criança de pobre precisa de ter um balancinho, não! Precisa levar um chute lá no meio da praça e ficar por lá, então a cidade é preciso de ser pra nós viver e gostar de viver nela como eu tô aqui com vocês agora tá? Deus falou assim, fica aqui, agasalhe seus filho aqui, eu tenho nada aqui não, isso aqui é nosso, isso aqui é nosso, entendeu?

VL - Só mais uma, a última agora. Ocupar o centro da cidade tem algum significado diferente? É diferente do que ocupara a periferia? Você vê alguma diferença?

MC - Não é diferente não porque já era da nossa, do nosso entendimento, né, que a cidade ela praticamente ali tem foi toda ocupada por outras pessoas que vieram tem estória, gente que veio de fora, ficou ali, tinha gente que era até pra carregar as fezes pra jogar no mar, quando veio de fora pra cá, tem estória de todo o jeito, então pra mim, ocupar o centro da cidade é a mesma coisa que ocupar outra área de terra,

mas que ela tem que ser servida para as pessoas morar e viver bem, entendeu? Pra mim não tem diferença não, ali morou as pessoas que vieram de fora, burguesia, vem, aqueles que ainda existem, outros já morreram, as coisas estão aí para nós continuar usando, agora isso tem que sem bem vista com os administradores com a justiça pra ser partilhada, pra ser resolvida, pra ser resolvida, entendeu? Porque as pessoas que estavam no Santa Cecília, que está pleiteando, que tava naquele outro prédio, tá pleiteando a morar no centro? Elas tava morando no morro, na favela, por que? Não tinha outro lugar, mas elas são capaz de morar em qualquer lugar, agora precisa o que? Atenção, quem tá acostumado numa terra, num lugar, numa terra, onde tem um cachorrinho pra brincar, um porquinho pra botar uma banhazinha na panela pra queimar, não pode botar num apartamento. Mas a gente vai saber trabalhar, vai ter que saber trabalhar isso pra saber quem pode ficar no apartamento, que não pode, porque tem todo o seu querer onde ele pode ficar, vamo trabalhando essas coisa a longo tempo pra saber aonde cada um vai ficar, cada um no seu cada um, mas o que nós fizemo foi aquilo ali, botou o pessoal pra morar aonde já tava decidido que poderia ser pro movimento. Então se o movimento sabe que poderia ser pro movimento, não vamo esperar pra quando vai ser, nós vamo fazer acontecer, né. Fazer acontecer o que a gente fez, botou a cara na reta, alguém disse eu vou fazer num sabia o que fazer, nós foi buscar alguém do poder, também não sabe fazer, mas a gente aprende junto, a gente é um coletivo, a gente não é dono de nada, não é dono do movimento, não é o movimento. A gente partilha as coisa de sabedoria de Deus que Deus quer pra nós.

VL - Tá certo, é isso aí, acabou.

MC - Acabou?

As - A Senhora quer falar mais alguma coisa assim que....

MC - O que eu quero falar com vocês é pedir desculpas pelo meu jeito de expressar e as expressão que eu faço porque o que eu falei tô pedindo aquilo que não foi aceito, vocês então refletir, se puder me desculpar tá, mas eu não vou deixar de falar o que eu preciso falar.

VL - Maria Clara eu posso usar a entrevista no meu trabalho, usar o seu nome no meu trabalho?

MC - Onde você quiser usar meu filho.

Referências

CANCIAN, Renato. **Dom João Batista da Motta**, O bispo de Vitória perseguido por defender os direitos humanos. Documento Serviço Nacional de Informações – SNI. Ag. Rio

de Janeiro. Pedido de Busca 063/19/74. Acessível em: <https://documentosrevelados.com.br/dom-joao-batista-da-motta-o-bispo-de-vitoria-perseguido-por-defender-os-direitos-humanos/>. Acesso em 4 abril 2021.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano; As Artes do Fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - sinopse**: estatísticas da população. Rio de Janeiro, 2010.

DE PAULA, Vinícius Lamego. **Ocupações de Defensoria Pública: performances coordenadas de mobilização do direito na luta pela moradia no centro de Vitória**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. 1983. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Traducción de Emilio Martínez Gutiérrez. Madri: Capitán Swing Libros, 2013.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: Fernandes, Ana e Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (orgs.). *In: Cidade e História, Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992, p. 241-244.

Sobre os organizadores e autores

Alexandre Ricardo Nicolau é arquiteto urbanista e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Atuou na coordenação do Projeto Adote uma Casa no Núcleo de Estudos e Práticas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design de Produtos e Engenharia Civil da Universidade Vila Velha.

Álvaro Moreno é arquiteto com pós-graduação em Estudos Urbanos, mestrando em *Hábitat y Vivienda* na *Facultad de Arquitectura Diseño y Urbanismo* da *Universidad de la República de Montevideo*. Foi membro da equipe interdisciplinar do Centro Cooperativo Uruguaio, coordenando a revista *Dinámica Cooperativa*. Assessora a Prefeitura de Montevideu em programa de Habitações Temporárias. Co-criador de *Miles de Ciudades*, um projeto audiovisual sobre questões de cidade, território e habitação.

Ana Paula Rabello Lyra é arquiteta urbanista, mestre e doutora em Cidade, Segurança e Saúde pela *Università Cattolica di Milano*, especialista em Paisagismo pela *Università Statale di Milano*. É professora da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Arquitetura e Cidade, ambos da Universidade Vila Velha. Foi diretora do Grupo Dinamismo Urbano e Habitação da Organização Não Governamental Movimento Vida Nova Vila Velha.

Andreia Fernandes Muniz é arquiteta urbanista, professora mestre da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. Responsável pelo Núcleo de Estudos e Práticas em Arquitetura, Engenharia e Design da Universidade Vila Velha, onde coordena o Projeto Adote uma Casa. É membra do grupo Dignidade Urbana do Mestrado em Arquitetura e Cidade da mesma universidade. Participa da Diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil- ES e do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do município de Viana-ES, como representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo.

Angela Maria Gordilho-Souza é arquiteta urbanista, professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Idealizou o Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia e coordena o Laboratório de Habitação e Cidade

da mesma instituição. Foi Presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no biênio 2018-2020.

Antonio Couto Nunes é arquiteto urbanista, foi professor na universidade Uniasselvi – Assevim e sócio do escritório Arte Urbana Arquitetos. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou como Assessor Especial da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina e atualmente é Assessor do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Clara Luiza Miranda (org.) é arquiteta urbanista, professora pesquisadora da Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio pós-doutoral na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi coordenadora do Célula Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e integra o Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade, com atuação em pesquisa e extensão. Participa da rede BrCidades Núcleo ES.

Claudia Elisa Poletto é arquiteta urbanista, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou na Secretaria de Planejamento Urbano e no Conselho Municipal de Planejamento Urbano de Itapema. Coordenou a Comissão de Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina. Participa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina e do Conselho de Habitação do município de Balneário Camboriú pela referida entidade e pelo Sindicato de Arquitetos de Santa Catarina. Integra o Grupo de Trabalho de Habitações do Instituto dos Arquitetos -SC, núcleo Florianópolis.

Cleuber da Silva Junior é arquiteto urbanista, mestre pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da empresa Palete Parque Urbanismo e Arquitetura e da Associação Onze8 Assessoria e Assistência Técnica em Arquitetura. Participou da fundação do Célula Emau Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

Heliana Faria Mettig Rocha é arquiteta urbanista, professora pesquisadora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Coordena o Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia e é vice coordenadora do Laboratório de Habitação e Cidade da mesma universidade.

José Eduardo Baravelli é arquiteto urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e integrante da Assessoria Técnica Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado.

Juliette Anna Fanny Lenoir é arquiteta urbanista e mestre em *Sciences in Architecture* pela *École Polytechnique Fédérale de Lausanne*. É doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. É coordenadora de Políticas Públicas e membra do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil-DF. Representa o mesmo instituto no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental. Participa da rede BrCidades Núcleo DF Metropolitano.

Liza Maria Souza de Andrade é arquiteta, professora pesquisadora da Graduação e da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e do Curso de Especialização Reabilita da mesma instituição. Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. É vice coordenadora do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Brasília, membra do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento e representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-DF no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental. Foi orientadora coordenadora do Casas Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, membro da Câmara de Extensão e Coordenadora de Extensão da Universidade de Brasília. Participa da rede BrCidades Núcleo DF Metropolitano.

Liziane de Oliveira Jorge (org.) é arquiteta urbanista, professora pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, com doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Coordenou projetos Unificados no Núcleo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, com atuação em pesquisa e extensão.

Lucas Damm Cuzzuol é arquiteto urbanista, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Multivix Vitória.

Lucas Silveira Andrade Martins é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e servidor público da Universidade Federal do Espírito Santo.

Lutero Proscholdt Almeida (org.) é arquiteto urbanista, professor pesquisador da Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, com doutorado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade

Federal da Bahia / *Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Paris La Villette*. Participou do grupo de pesquisa Laboratório Urbano da Universidade Federal da Bahia e integra o Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, com atuação em pesquisa e projetos de extensão da Oficina de Arquitetura Participativa. É coordenador do Célula Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

Martha Machado Campos (org.) é arquiteta urbanista, professora pesquisadora da Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, com atuação em pesquisa e extensão. Participa da rede BrCidades Núcleo ES.

Milton Esteves Junior é arquiteto urbanista, professor pesquisador do Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, mestre Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e doutor em História da Arquitetura e História da Cidade pela *Universitat Politècnica de Catalunya* em Barcelona, com pós-doutorado pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/ São Carlos e pela *Universidad de Oviedo*. Foi coordenador do Célula Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. É co-coordenador do Laboratório Conexão Vix da Universidade Federal do Espírito Santo.

Natália da Silva Lemos é arquiteta urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Campinas e doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Nirce Saffer Medvedovski é arquiteta urbanista, professora titular da Graduação e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal de Pelotas. É Professora Nucleada da Especialização Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade da Universidade Federal da Bahia. Desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão junto ao Núcleo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. É pesquisadora no projeto institucional CAPES PRINT e do Observatório das Metrôpoles.

Oscar Eduardo Preciado Velasquez é arquiteto pela *Universidad Jose Antonio Paez* em *San Diego*, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, com bolsa concedida pela Organização dos Estados Americanos no âmbito do Programa de Alianças para a Educação e Formação. Atualmente é doutorando em Arquitetura pela *Universidad de Venezuela*.

Sara Parlato é arquiteta pela *Università di Napoli, Federico II*, especialista em Habitat, Tecnologia e Desenvolvimento pelo *Istituto Politecnico di Torino*, doutora em Projeto Urbano Sustentável na *Università di Roma*, com pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

Vânia Raquel Teles Loureiro é arquiteta, professora pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, com Mestrado Integrado em Arquitetura pela Universidade da Beira Interior de Covilhã e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Foi subcoordenadora de Extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e membro da Câmara de Extensão da mesma instituição.

Vinícius Lamego de Paula é bacharel em Direito, defensor público do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Professor Damásio de Jesus. Participa da rede BrCidades Núcleo ES.

Outra arquitetura social, e não outras. Distinguir esses dois registros, o plural outras arquiteturas sociais e o singular *outra arquitetura social*, nos permite antever que é possível travar um combate ético pelo direito universal à moradia digna e clamar pela desmercantilização da habitação.

Outra arquitetura social é, ainda, distribuição de poder e exige intensa atuação dos atores sociais envolvidos na luta pelo direito à moradia para se valerem deste como um direito institucionalizado constitucionalmente.

Outra arquitetura social pressupõe afrontar e tentar resolver as contradições dos processos históricos estruturais de formação das cidades brasileiras, para levar adiante a possibilidade de construção de uma *outra cidade* que seja antirracista, equitativa, acessível socioeconomicamente, interseccional, plural e decolonialista.